

Sara Oliveira Almeida

A IDADE DO FERRO NO PLANALTO DE VISEU:

O CASO DO MORRO DA SÉ

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

2005

Sara Oliveira Almeida

A IDADE DO FERRO NO PLANALTO DE VISEU:

O CASO DO MORRO DA SÉ

Dissertação de Mestrado em arqueologia,
área de especialização de arqueologia regional,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação da Professora Doutora Raquel Vilaça

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

2005

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só se concretizou graças à colaboração e boa vontade de algumas pessoas, que merecem, da nossa parte, uma palavra de apreço.

Em primeiro lugar, cabe-nos manifestar profundo reconhecimento à Doutora Raquel Vilaça, nossa orientadora, pela confiança depositada em nós e pelo estímulo e aconselhamento disponibilizado, que se revelou indispensável ao longo deste percurso.

Agradecemos, de igual forma, aos Drs. Pedro Sobral Carvalho, João Miguel Perpétuo e António Chéney, não só a cedência dos materiais aqui analisados, como o incentivo, indicações e sugestões fornecidas e que se revelaram de grande utilidade.

Importa também referir a pronta assistência prestada pela Doutora Helena Catarino e Dr. Pedro C. Carvalho, no esclarecimento de algumas questões que se nos depararam.

Por fim, a nossa gratidão vai também para um conjunto de pessoas (amigas e familiares) que contribuíram com a sua amizade e apoio.

Aos meus pais, em especial, devo, para além do auxílio financeiro, o inestimável carinho e compreensão com que desde sempre nos habituaram.

À Dina a paciência e o suporte concedido, à Pilar o ânimo e ao Ricardo a ajuda e encorajamento.

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	1
II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE VISEU.....	3
2.1 – ENQUADRAMENTO REGIONAL.....	4
2.2. – O MORRO DA SÉ.....	7
2.3 – RECURSOS NATURAIS.....	7
III – NOTAS PARA O ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA SÉ.....	10
3.1 – PERCURSO DOS TRABALHOS NO ÂMBITO DO I MILÉNIO a.C. NA BEIRA ALTA.....	10
3.2 – HISTORIOGRAFIA CONSAGRADA ÀS ORIGENS DE VISEU.....	13
IV – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO MORRO DA SÉ.....	16
4.1 – NÚCLEO DO MUSEU GRÃO VASCO.....	17
4.1.1 – ESTRATIGRAFIA.....	18
4.1.2 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO DA IDADE DO FERRO.....	23
4.2 – NÚCLEO DO ANTIGO MERCADO 2 DE MAIO.....	26
4.3 – NÚCLEO DA RUA D. DUARTE, Nº 58.....	27
4.4 – NÚCLEO DA RUA D. DUARTE.....	27
4.5 – NÚCLEO DA PRAÇA D. DUARTE, EM FRENTE À RUA DO HILÁRIO.....	28
4.6 – NÚCLEO DA RUA NOSSA SENHORA DA PIEDADE.....	28
4.7 – NÚCLEO DA RUA DO COMÉRCIO.....	28
4.8 – NÚCLEO DO Nº 172-176 DA RUA DIREITA.....	28
4.9 – NÚCLEO DO Nº 229 DA RUA DIREITA.....	29
V – CONTEXTOS E ESTRUTURAS.....	30
VI – ANÁLISE DE MATERIAIS.....	35
6.1 – A AMOSTRA.....	35
6.2 – METODOLOGIA.....	37
6.2.1 – PARÂMETROS DESCRITIVOS.....	39
6.3 – ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	48
6.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DA CERÂMICA PELOS DIVERSOS NÚCLEOS.....	48
6.3.2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMOSTRA.....	50
6.3.2.1 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS.....	51
6.3.2.2 – CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS GERAIS.....	54
6.3.2.3 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICO-MORFOLÓGICAS.....	58
6.4 – ESTUDO TIPOLÓGICO.....	65
6.4.1 – TIPO 1 - POTES.....	67
6.4.2 – TIPO 2 - POTINHOS.....	72
6.4.3 – TIPO 3 - PÚCAROS.....	74

6.4.4 – TPO 4 - PUCARINHOS.....	75
6.4.5 – TIPO 5 - PANELAS.....	76
6.4.6 – TIPO 6 - TALHAS.....	77
6.4.7 – TIPO 7 - FIRGIDEIRAS.....	80
6.4.8 – TIPO 8 - TAÇAS.....	80
6.4.9 – DISCUSSÃO.....	82
6.5 – DECORAÇÃO.....	89
6.5.1 – QUADRO TIPOLÓGICO.....	92
6.5.2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6.6 – ESPÓLIO LÍTICO.....	109
6.7 – OUTROS.....	111
VII – A OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA NO QUADRO DO POVOAMENTO REGIONAL.....	113
VIII – CONCLUSÃO.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	122
ANEXO I (FICHAS DE INVENTÁRIO)	
ANEXO II (QUADROS)	
ANEXO III (MAPA, PLANTAS E PERFIS; MATERIAIS; FOTOGRAFIAS)	

A meus pais

I – INTRODUÇÃO

O estudo que aqui apresentamos subordina-se ao tema da ocupação proto-histórica do Morro da Sé, em Viseu.

A eleição desta temática surge da oportunidade que nos foi concedida¹ para analisar os dados e materiais que documentam a presença de comunidades humanas, neste local, durante a Idade do Ferro.

Gostaríamos de sublinhar que todo o manancial informativo de que dispomos é fruto da implementação de acções de natureza preventiva, decorridas durante os anos de 1999 a 2003, em diversos pontos do centro histórico de Viseu, sob a forma de sondagens arqueológicas e acompanhamento de obras. Neste contexto, apraz-nos contrariar o generalizado menosprezo com que se encara a arqueologia de salvamento, frisando que não obstante a sua especificidade e as dificuldades a que está associada, não constitui uma actividade “menor” ou menos científica, devendo-se promover a sua articulação com a dita arqueologia de investigação.

Tendo em conta este princípio, promoveu-se um esforço para dar coerência e equacionar os diversos vestígios, provenientes de intervenções urbanas, localizadas em pontos distintos, dentro do quadro espacial de referência do casco histórico de Viseu. Cumpre informar que o facto da esmagadora maioria dos testemunhos recuperados corresponder a espólio cerâmico, contribuiu para direccionar a nossa abordagem para o estudo dessa categoria artefactual.

Face ao exposto, tentou-se, a partir da panóplia de instrumentos identificados (e que correspondem a uma amostra deficitária e reduzida dos vestígios materiais das vivências quotidianas), definir um quadro tipológico, estabelecer conjuntos funcionais de utilização sincrónica e através do exercício comparativo de cruzamento de informação inseri-los no seu contexto cronológico.

Por fim, com base na conjugação dos dados da cultura material, com o registo estratigráfico e estratégias de ocupação do espaço, pretendeu-se ensaiar reconstituições, leituras e interpretações, no âmbito da evolução e enquadramento cultural do povoado.

No entanto, algumas circunstâncias vieram limitar a concretização destes objectivos, reduzindo-os por vezes a simples enunciados de intenções.

Não tencionando fazer um ensaio de auto-justificação, importa, contudo, para compreender porque não seria sério pretender ir para além de estabelecer um conjunto de observações (que só poderão ser entendidas como ponto de partida para outras investigações) apontar os principais constrangimentos sentidos.

¹ Pela empresa Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

Antes de mais, é sobretudo a natureza urbana do local que determina os principais condicionalismos. Por um lado o carácter pontual e circunscrito das intervenções e a aplicação de metodologias diversas concorrem para segmentação e assimetria qualitativa entre os vários núcleos estudados. Por outro lado, a prolongada e contínua ocupação do espaço dificultou a preservação dos contextos mais antigos, contribuindo para a destruição de estruturas, o revolvimento de estratos e a descontextualização e fragmentação dos artefactos.

Neste sentido, as condições de depósito dos artefactos impedem, frequentemente, a percepção de fenómenos de transformação ou mudança, dificultando que se coloquem as peças nos respectivos lugares que lhes cabem na diacronia de utilização e ocupação do espaço e não permitindo avançar com propostas de datação minimamente credíveis, à falta de elementos seguros de fundamentação.

Encetamos assim, um percurso pontuado por incertezas e de contornos algo fugidios, sem condições de traçar quadros minimamente satisfatórios e incontroversos, mas com a plena consciência de que deve ser percorrido, esperando, sinceramente, que o normal decorrer das investigações se encarregue de rever e melhorar as propostas que aqui se apresentam.

Na primeira parte do trabalho procede-se à inserção do Morro da Sé no pano de fundo geográfico e traça-se o seu enquadramento arqueológico, no âmbito regional, aflorando-se a historiografia consagrada às origens de Viseu. Apresenta-se, em seguida, o relato das intervenções arqueológicas desenvolvidas e a análise dos contextos e estruturas identificados. Sucede-se o capítulo da análise de materiais, com especial destaque para a cerâmica. E, por fim, procede-se à tentativa de integração do povoado do Morro da Sé no quadro do povoamento regional no contexto da proto-história.

II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE VISEU

Nas últimas décadas tem-se reforçado a consciência de que uma das componentes de base nos estudos de carácter regional resulta não só da projecção cenográfica dos fenómenos arqueológicos mas sobretudo da apreciação das manifestações do possibilismo geográfico.

Esta abordagem decorre, no plano teórico, do intuito de avaliar a interferência dos constrangimentos e potencialidades dos recursos naturais nas estratégias adoptadas pelas comunidades humanas, convertendo-se estas em elementos do ecossistema.

Contudo, a aplicação deste enunciado suscita algumas questões práticas dificilmente ultrapassáveis. Um primeiro aspecto prende-se com o grau de determinismo dos factores ambientais, não se devendo confundir a potencialidade dos recursos com a sua exploração, ou assumir os constrangimentos geomorfológicos como fronteiras de áreas culturais.

Do ponto de vista disciplinar é conveniente reconhecer este tipo de interrogações elementares que realçam a precariedade da averiguação empírica do grau de ascendência dos elementos naturais sobre as manifestações antrópicas fossilizadas. Daí se impõe o exercício de ponderação dos elementos físicos dentro de um vasto espectro de influência, que se estrema entre a aceitação destes como cenário de actuação ou, em alternativa, como entidade interveniente. A dificuldade desta avaliação deriva em grande medida do incomensurável lote de variáveis (de ordem técnica, económica, estratégica, ideológica e simbólica) implicadas na eleição dos modelos de ocupação espacial.

Outra dificuldade resulta da inviabilidade de reconstituição dos ecossistemas antigos a partir da transposição de realidades actuais, uma vez que este esforço retrospectivo carece de fundamentação científica. Esta restituição deverá, obviamente, ser alicerçada em análises de fauna e flora devidamente datadas para evitar o risco de se imprimir acriticamente num discurso que se pretende objectivo, concepções que não se instituíram segundo as mais elementares regras científicas. Infortunadamente, é nítida a escassez de dados da natureza paleoecológica para a região em causa².

Este preâmbulo pretende assim apelar a um certo distanciamento crítico em relação a possíveis extrapolações suscitadas pela descrição da área de estudo. Referimo-nos ao Planalto de Viseu, na região da Beira Alta, cujas particularidades geomorfológicas definem claramente

² As informações de que dispomos circunscrevem-se, assim, às análises paleobotânicas na encosta Norte-Ocidental da Serra da Estrela (VAN DER KNAAP; VAN LEEUWN, 1995) e na Serra da Freita. Paralelamente, noutras áreas, algumas iniciativas de caracterização paleoambiental têm despontado no âmbito da realização de trabalhos arqueológicos, (CRUZ; LÓPEZ SÁEZ, 2002; LÓPEZ SÁEZ *et alii*, 2000, 2001 e 2002).

uma unidade paisagística (independentemente de se poder decompor em várias sub-regiões³). Não pretendemos, neste capítulo atribuir uma conotação cultural à região, mas doutra feita, beneficiar da comodidade da escala e da coerência paisagística como pano de fundo para a integração e análise dos fenómenos arqueológicos.

2.1 – ENQUADRAMENTO REGIONAL

Viseu destaca-se pela sua centralidade no seio da região dos Planaltos Centrais e mais precisamente na superfície de erosão da Beira Alta. Esta última desenvolve-se sobre o substrato do Maciço antigo português e estende-se genericamente do sopé ocidental dos alinhamentos montanhosos de Pisco-Serra e Leomil (1008 m) para sudoeste, onde é marginado pelas escarpas da falha rectilínea da Serra do Caramulo e da Cordilheira Central (RIBEIRO *et alii*, 1987, 148). A sua delimitação faz-se a norte, pelas linhas de altura convergentes da Nave (1016 m) e serra da Lapa (953 m); a este, aproximadamente pelo vale do Távora e a sul pela borda meridional da plataforma do Mondego. A poente o limite natural é imposto pelas montanhas ocidentais da Serra de Montemuro (1392), maciço da Gralheira⁴ e Serra do Caramulo (1074), que operando como tampão, entre a peneplanície e o litoral, concorrem para a feição interior de Viseu, muito embora esta apenas diste 64 km do mar⁵.

A configuração orográfica geral é conferida pelos interfluvios aplanados, embora os níveis de aplanamento, reportando-se a distintas fases, sejam por vezes estreitos e escalonados, moldando um conjunto movimentado, que se acentua nas extremidades de contacto montanhoso, resultado não só da amplitude dos desníveis mas também da multiplicidade de acidentes morfológicos (FERREIRA, 1978, 8).

A esta aparência geral acrescentam-se alguns relevos de dureza, constituídos por espessos filões de quartzo ou por diferenciação na composição geral da massa eruptiva de textura menos susceptível à alteração (aplitos e pegmatitos), dando origem a uma paisagem de altas colinas⁶ que sobressaem vigorosamente na relativa regularidade do planalto de Viseu (RIBEIROa, 1971, 212). Estes acidentes orográficos ficam-se parcialmente a dever ao embutimento da Plataforma

³ Como por exemplo as sub-regiões de Lafões, do Alto Paiva ou do Dão.

⁴ Este corónimo congrega as serras de S. Macário (1053 m), Serra da Arada (1116 m) e Serra da Freita (1085 m).

⁵ Saliente-se que esta distância, durante o I milénio a.C. seria menor, uma vez que grande parte dos terrenos litorais se encontravam imersos (SILVA, 2004, 170).

⁶ Santa Luzia (633 m); Senhora do Crasto (613 m); Senhora do Castelo de Mangualde (629 m); Senhora do Bom Sucesso de Chãs de Tavares (765 m).

do Mondego na Superfície Fundamental do Planalto da Nave, bastante nítido na área de Viseu, que se encontra retalhada em função da sua inclusão nestas duas unidades geomorfológicas.

Assim, a Superfície Superior de Viseu (com altitudes entre 600 / 650 m) afigura-se como um prolongamento para sudoeste da Superfície Fundamental do Planalto da Nave, enquanto que a Superfície Inferior (500 m) se inscreve no sector setentrional da plataforma do Mondego. Estas duas superfícies correspondem, por conseguinte, a substratos de natureza litológica distinta, com consequências a nível do modelado, proporcionando uma zona de contacto sinuosa que se desenha em largos golfos, exemplificados na zona entre Santa Luzia e as Queimadas. Desta forma, enquanto que a Superfície Inferior corresponde a granitos porfiróides grosseiros, predominantemente biotíticos, a Superfície Superior é constituída por granito de grão médio a fino, geralmente equigranulares, de duas micas e xistos e grauvaques bastante metamorfizados (FERREIRA, 1978, 105). Estas características conferem aos granitos da Superfície Superior maior dureza, compreendendo-se assim o melhor estado de conservação destes (*Ibid.*, 108). Os esporões avançados da Superfície Superior, como a Senhora do Crasto (613) são condicionados por esta litologia, enquanto que o destaque topográfico de Santa Luzia (633) se deve à intercalação nos granitos de um possante filão de quartzo.

No meio desta ampla região planáltica destaca-se a região natural de Dão-Lafões que tem o seu epicentro precisamente no concelho de Viseu.

A centralidade do território de Viseu faz-se sentir igualmente em relação ao interflúvio das bacias de drenagem do Vouga e do Mondego, cujo encaixe contribui para a dissecação da vasta planície granítica. A inclinação do planalto para Sudoeste e a rede de fracturas, que ostenta predominantemente a mesma orientação, manifestam-se no escoamento da rede hidrográfica, com excepção do Paiva e do Vouga, que correm de Este para Oeste.

O Vouga tem a sua nascente na Serra da Lapa e apresenta-se no seu curso superior bastante regular, com um vale apertado e uma bacia hidrográfica de extensão reduzida até entrar em contacto com uma série de fracturas de sentido N-S, na zona de S. Pedro do Sul (GIRÃO, 1922, 46). Nesta fase recebe como principais linhas tributárias o Sul, Trouce e Ribamá e prossegue entalhando profundamente o nível de terraços rochosos entre os relevos da Gralheira e Caramulo.

Este curso de água, conjuntamente com o Paiva, conquistou, graças à pequena altitude do seu nível de base, parte da antiga bacia hidrográfica do Dão, razão pela qual a sua drenagem se faz fundamentalmente pela margem esquerda.

Outro comportamento apresentam o Mondego, Dão e Alva e os seus numerosos afluentes que se desenvolvem paralelamente ao trapézio planáltico, demonstrando uma adaptação da rede hidrográfica que acaba por se reunir, formando ângulos agudos.

O Dão, principal afluente da margem direita do Mondego, segue no sentido nordeste/sudoeste e tem por sua vez como subsidiários o Dinha, o Asnes e o Pavia. Este último nasce na Serra da Mina e acomodando-se no seu trajecto a uma depressão tectónica da Era Primária, apresentando quebras de nível acentuadas, banha o sopé da colina de Viseu (COELHO, 1941, 43). Assume-se desta forma como o seu principal recurso hidrográfico, recebendo da cidade o ribeiro do Pintor ou das Mestras e a jusante o Rio d'Asnos e o ribeiro da Vila Chã, antes de desaguar na margem direita do Dão.

Todos estes rios se encaixam de 150 a 300 m na peneplanície inclinada, mas a densidade dos vales não é suficiente para que o entalhe oblitere a fisionomia predominante da superfície de erosão (RIBEIRO, *et alli*, 1987,149).

Por todas as características acima apontadas, Viseu assume plenamente uma dimensão de centro sub-regional, entre o Interior e o Litoral e entre o Douro e o Mondego (GASPAR, 1993, 95

Num apontamento muito sucinto acerca da constituição geológica da região, destaca-se a predominância das rochas eruptivas intruídas nas formações metassedimentares do Complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico.

Na categoria dos granitos hercínicos assinalam-se, como já foi referido, variações de composição e textura que apontam, porventura, para diversas idades de erupção. Inscrevem-se neste conjunto os granitóides hercínicos recentes (aplogranitos; granitos porfiróides grosseiros biotíticos; granitos moscovíticos mineralizados; granitos de grão médio biotíticos e de duas micas; granodioritos biotíticos; granodioritos com hornblenda e biotite), cujo tipo dominante na zona de Viseu é o vulgarmente conhecido por *granito-dente-de-cavalo*, de fácil desagregação. O segundo conjunto é constituído pelos granitóides hercínicos antigos (granitos e granodioritos de grão fino ou médio, localmente porfiróides ou de duas micas) onde se destacam pelas qualidades apropriadas à cantaria fina, os de Cedim (Sever do Vouga), Loumão (Vouzela) Gumei e Bodiosa (Viseu) (GIRÃO, 1922, 7).

Assinalam-se ainda, sobretudo nas zonas de contacto de granitos mais recentes, intercalações de rochas filonianas, nomeadamente quartzo, de diabase albítica, aplíticos e pegmatíticos e massas de metadiabase.

Em termos climáticos, Viseu é marcado pelas características continentais com elevadas amplitudes térmicas, Invernos rigorosos e húmidos e Verões quentes e secos. Estas características climatéricas devem-se fundamentalmente às montanhas ocidentais, que assumem um papel determinante, actuando como agentes condensadores e atenuando as influências das massas de ar de oeste (embora o vale do Mondego facilite a sua penetração). Os ventos são

predominantemente de este e nordeste no Inverno e do quadrante oeste nas restantes épocas do ano.

2.2 – O MORRO DA SÉ.

O Morro da Sé coroa (a 483 m de altitude) o topo de um modesto esporão fluvial, de encostas suaves, à excepção da vertente a noroeste, que se precipita abrupta sobre o Pavia (Est. II, 1).

A plataforma superior do esporão apresenta um contorno alongado, estreitando a meio, com uma orientação sudoeste/nordeste e uma superfície aproximada de 100 por 300 m. Para sul, o relevo escalona-se em patamares pouco declivosos e a norte o Pavia, corre a cerca de 260 m, com um desnível de 50 m de altitude.

O seu substrato geológico é constituído por granito porfíroide, muito duro, com biotite, mica e grandes cristais de ortoclase (*granito-dente-de-cavalo*), com tendência para a disfunção esferoidal e fraca resistência á erosão, originando grandes blocos arredondados (GIRÃO, 1927, 7). Actualmente os referidos penedos são pouco visíveis, fruto, segundo Inês Vaz, do arrasamento e aplanamento desta zona ocorrido entre os séculos IV e V e o seu sucessivo aterro ao longo de um vasto período temporal. Consequentemente, a presente fisionomia do cume da colina não coincide com a sua primitiva expressão topográfica, resultando de uma plataforma artificial, cuja constituição remontará aos finais do período imperial (VAZ, 1993, 431),

Idêntico desfasamento se verifica ao nível da drenagem hidrográfica, que se faria por antigas linhas de água, como é o caso das ribeiras do Fontelo, subsidiária do arroio da Regueira, (que brotaria no Serrado seguindo um percurso paralelo à rua João Mendes, anteriormente denominada com o sugestivo topónimo de rua da Regueira⁷ (*Ibid*, 229). Estas linhas de água são, ainda presentemente, escoadas pelo Pavia que corre na base do esporão da cidade.

2.3 – RECURSOS NATURAIS

Ao longo do I milénio a. C., esta área compreenderia um conjunto variado de recursos naturais, susceptíveis de exploração por parte das populações.

⁷ Segundo nota de Coelho (1941, 119) a Regueira era a linha de água actualmente canalizada de St^a Cristina ou Cruzeiro, atravessava a Rua das Bocas, a Prebenda, Rua da Regueira, a cerca do convento e caía ao Forno da Bica, sendo que nos documentos antigos surge denominada com o nome de “Rio Merdeiro” e mais recentemente com Rio de Bom Nome.

Antes de mais, pela sua potencialidade, cinegética e construtiva, a floresta assumiria um peso substancial no provento das comunidades.

Caso o quadro paisagístico regional se assemelhe aos perfis traçados para zonas contíguas, teríamos, no período que precede a transição do último milénio, um extenso coberto vegetal dominado pela *Quercus*, associado a videiros, bétulas e amieiros, como se registou para a Serra da Estrela (JASSEN; WOLDRING, 1981). Durante o Bronze Final e dentro do período paleoclimático Sub-Atlântico, caracterizado por um ambiente fundamentalmente seco, ter-se-ia assistido a um processo de desflorestação das manchas de mata caducífera. A diminuição do carvalhal, relacionada directamente com a intensificação das práticas agropastoris, mediante processos de queimada (como se verifica em Vila Cova-à-Coelheira e de Canedotes), teria favorecido, assim, a expansão de charnecas de urze e giestas e dado ao pinheiro bravo a oportunidade de se desenvolver (LÓPEZ SÁEZ, *et alii*, 2002, 170).

Relativamente ao perfil pedológico da região, este inscreve-se no grupo de solos pardos acizentados podzolizados. Os solos são na maior parte graníticos, podendo ocorrer litossolos e argiluvitados, nas zonas planas. Embora esta informação possa ser de alguma utilidade, o actual estado do conhecimento não nos permite antever a interferência da qualidade dos solos no aproveitamento agrícola, para a época pré-romana.

Como é recorrente, os dados relacionados com a actividade agrícola são escassos e confinados a estudos espacialmente isolados. Nesse sentido, há indícios polínicos do cultivo de cereal na zona de Vila Nova de Paiva, no Bronze Final, em Canedotes (LÓPEZ SÁEZ *et alii*, 2000, 174) e em Vila Cova-à-Coelheira (LÓPEZ SÁEZ *et alii*, 2002, 166). A intensificação da componente agrícola na economia regional pode ser igualmente revelada na identificação de macro-restos vegetais de cereal (trigo, cevada, milho miúdo) e de leguminosas (fava e ervilha) no povoado da Senhora da Guia (SILVA, 1976), de ervilha no castro de S. Romão (SENNA-MARTINEZ, 1989) e de milho miúdo na Cárcoda (SILVA; CORREIA, 1977, 306).

A par do incremento das práticas de cultivo, a recollecção de recursos silvestres deve continuar a deter um papel primordial na subsistência económica, embora se ignore a sua real magnitude e relevância. A importância da bolota na dieta alimentar nas comunidades é claramente destacada pelos autores antigos e documentada em diversos povoados da região como em Canedotes, Vila Cova-à-Coelheira e Senhora da Guia (SILVA, 1979, 225)

Finalmente, considere-se o contributo da caça e da pecuária como complemento às actividades agrícolas e de recollecção. Em consonância com o quadro paleoambiental, também o conhecimento neste domínio é francamente incipiente.

Neste contexto, a análise dos restos ósseos recolhidos no Buraco da Moura de S. Romão (javali, boi, cabra veado coelho e gato bravo) é bastante reveladora da importância da caça no período do Bronze Pleno (CARDOSO; SENNA-MARTINEZ; VALERA, 1995/96). Para a fase seguinte, o Bronze Final, ignoramos dados relativos à região, mas podemos tomar por aproximação os exemplos dos povoados, da Beira Baixa, dos Alegrios e Moreirinha onde se identificou a presença de porco doméstico, cabra, e boi (ANTUNES 1991; VILAÇA, 1992). No que respeita à Idade do Ferro, não temos conhecimento da presença de dados faunísticos em estações deste período, que permitam conceber o tipo de fauna consumida. Aqueles dados poderão reflectir uma alteração nos hábitos de consumo, no sentido do incremento da fauna doméstica, contudo ressalve-se que esta hipótese carece de restos paleozoológicos que a comprovem. A análise dos diagramas polínicos, vem reforçar esta hipótese ao evidenciar uma expansão dos prados de herbáceas de natureza pirófila, denunciando o incremento da pastorícia e criação de gado.

Os depósitos minerais são tradicionalmente tomados como um factor determinante na integração da região em vastas redes de intercâmbios.

Nesse contexto, regista-se a presença de filões de estanho e tungsténio (cassiterite, volframite e scheelite), que ocorrem sobretudo a nordeste (SCHERMERHORN, 1980), sobressaindo a riqueza mineralógica da região de Lafões especialmente em volfrâmio e estanho. O primeiro (volfrâmio) surge associado à pirite de ferro na zona de contacto de granitos e xistos, nas inclusões gneissicas ou filões de quartzo, enquanto que o bióxido de estanho ou cassiterite desponta nos filões de quartzo com mica amarela, junto à volframite e à pirite arsenical. Os principais focos de abundância metalúrgica localizam-se em Malhouce (Vouzela), Queira, S. Miguel do Mato, Bodiosa (Viseu) e Queiriga (Vila Nova de Paiva) (GIRÃO, 1922, 156).

III - NOTAS PARA O ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA SÉ

3.1 - PERCURSO DOS TRABALHOS NO ÂMBITO DO I MILÉNIO a.C NA BEIRA ALTA

Neste capítulo, destacaremos os principais trabalhos desenvolvidos no âmbito do I milénio a.C. dentro do quadro geográfico da Beira Alta.

A descoberta e escavação do povoado da Senhora da Guia (S. Pedro do Sul), constitui um marco fundamental no plano do Bronze Final regional. Este sítio emblemático é primeiramente referenciado no século XVIII, pelo achado de objectos em ouro⁸, acrescentados, em 1947, por dois torques e uma viria em ouro, resgatadas nas obras de abertura do caminho de acesso à capela. Por ocasião de outras obras em 1971, este rol de metais viu-se ainda engrossado, com o aparecimento de um lote de bronzes onde se destacam dois machados, uma ponta de lança, um bracelete e uma placa. O carácter excepcional destes achados fortuitos despertou a atenção de C. Tavares da Silva que, em 1973, aí inicia os trabalhos de escavação, que oferecem um primeiro vislumbre da configuração do espaço habitacional, mas cuja notoriedade decorrerá antes de mais da singularidade do espólio metálico e cerâmico. A última intervenção no local ocorre em 1983, na sequência do aparecimento de um notável depósito metálico, aquando da execução de obras de saneamento (SILVA *et alii*, 1984).

Já em 1982, fora realizada outra intervenção de emergência, desta feita, no povoado de Santa Luzia (Viseu), demasiado reduzida para proporcionar uma leitura abrangente do povoado, mas certamente suficiente para o incluir no mesmo horizonte cultural da Sr^a da Guia (SILVA *et alii*, 1984; SILVA *et alii*, 1985).

Ainda na década de 80, desencadeia-se um projecto inovador para a região, com incidência na vertente ocidental da Serra da Estrela, que incluiu escavações no Cabeço do Castro de S. Romão (Seia) e no Buraco da Moura de S. Romão (Seia) (SENNA-MARTINEZ, 1989). Desta investigação sobre o povoamento na bacia alta e média do Mondego resulta a identificação de novos locais dentro do mesmo espectro cronológico, de que são exemplo o

⁸ “pedaços de ouro lavrado, como argolas, e outras cousas semelhantes” (Frei Agostinho de Santa Maria, citado por C. T. Silva (1979, 516).

Cabeço do Cocão (Silgueiros Viseu), o sítio da Malcata (Carregal do Sal) e o Outeiro dos Castelos (Beijós)⁹.

Mais a norte, ainda na última década do século XX, efectuam-se escavações no Castelo dos Mouros (Viseu) da responsabilidade de J. Vaz e I. Pedro (PEDRO, 1995, 28; 1996, 182) e no sítio do Cabeço do Couço (Campia, Vouzela) sob a direcção desta última (PEDRO, I, 2000). Ambos os sítios revelaram uma ocupação iniciada no final da Idade do Bronze, atingindo maior intensidade durante a Idade do Ferro.

A norte, graças ao contributo de projecto de investigação no Alto Paiva, a informação acerca do povoamento antigo nesta região viu-se substancialmente ampliada.

Exemplo disso são os sítios de Canedotes, identificado nos anos noventa (VILAÇA; CRUZ, 1995) e em estudo desde 1997 (CANHA, 1998-99; 1999; 2002) apresentando uma ocupação do Bronze Final e de Vila Cova-à-Coelheira, com uma ocupação, datada do período de transição entre Bronze Final e a Idade do Ferro e igualmente alvo de escavações desde 1998 (VALINHO; LOUREIRO, 1999; LOUREIRO; VALINHO, 2000; LOUREIRO, 2003).

Acompanhando o recente aprofundamento do conhecimento das condições habitacionais, o universo funerário tem igualmente vindo a ganhar alguma definição (CRUZ, 2001). Sublinhe-se, neste contexto, o contributo do projecto em curso para o estudo das práticas funerárias e culturais do Bronze Final, na Beira Alta (VILAÇA; CRUZ, 1999, 74).

Para a Idade do Ferro, desconhecemos por completo vestígios relacionados com o ambiente funerário.

Quanto aos povoados desta fase, assinalem-se as escavações no castro da Cárcoda, iniciadas nos anos 50 por M. Tavares, sob a orientação de Bairrão Oleiro (TAVARES, 1954, 1961, 1975), seguida de uma segunda fase de escavações entre 1975 e 1979, sob a responsabilidade do Monsenhor C. Silva e de A. Correia (SILVA; CORREIA, 1976; 1977). Registe-se igualmente uma pequena intervenção em Nossa Senhora do Crasto (Tondela), que logrou confirmar a profunda romanização do local (DIAS; DUARTE, 1986).

Recentemente, esta época foi alvo de renovada atenção com os trabalhos de I. Pedro (1993, 1995, 2000; PEDRO; VAZ, 2000), S. Loureiro (2003), A. Valinho (2003; CARVALHO; VALINHO, 1996: 37-64), J. Vaz (1990; 1996) e J. Alarcão (1996).

Estas iniciativas, de reconhecido valor, pelos objectivos e metodologias adoptadas e sobretudo pela divulgação dos resultados obtidos, mostram-se, inevitavelmente, insuficientes no que toca à plena compreensão da evolução e organização das comunidades regionais durante o período proto-histórico. Esta circunstância não seria tão preocupante (dado o número

⁹ Neste último, as campanhas de escavação dirigidas por Senna Martinez em 1993, 1994, 1995, 1996 revelaram uma ocupação do Neolítico Antigo e do Bronze Final.

considerável de povoados identificados), não fosse o fatal destino de uma porção substancial (e crescente) dos sítios, que tem sido alvo de destruição. Se por um lado o reconhecimento da antiguidade dos locais estimula a curiosidade “anónima”, deslumbrada por eventuais (e improváveis) “tesouros”, por outro lado o seu estatuto não lhes garante qualquer protecção perante ameaças de natureza privada ou estatal. Assim, veja-se o caso do desaparecimento recorrente de parte significativa do espólio proveniente de escavações antigas, como são exemplo o castro do Banho e Cárcoda (S. Pedro do Sul).

Outra situação frequente é a constatação de escavações clandestinas como se assiste nos Castros de Três Rios (Tondela), Nandufe¹⁰ (Tondela) e Cabril (Castro Daire) (VAZ, 1993).

Outro desfecho possível é a vandalização, a que não escapam povoados sobejamente conhecidos como os da Senhora do Bom Sucesso (Mangualde), (escavado no início do século passado e recentemente desbaratado pelas obras do miradouro e pela abertura de um estradão (GOMES; CARVALHO 1992, 21), da Senhora do Castelo (Vouzela) (sacrificado em prol de um retransmissor de televisão), da Cerca (arrasado pela construção de uma fábrica de madeiras) ou da Cruz (Viseu) que muito provavelmente virá a partilhar com outros o facto de ter sido arrasado por surribas para a plantação de eucaliptos (PEDRO, 1995, 26).

Concluindo, apesar dos recentes e valiosos progressos alcançados, a informação disponível é ainda bastante escassa ou imprecisa, convidando a interpretações simplistas e lineares da realidade. Se por um lado está fixado um considerável número de povoados fortificados, falta complementar esta matriz de assentamento com outras possíveis modalidades de ocupação espacial, nomeadamente os pequenos núcleos de povoamento e os recintos funerários, cujas características de implantação e a própria dimensão ampliam os riscos de destruição e as dificuldades de identificação. Alcançar uma percepção menos distorcida dos padrões de implantação espacial das comunidades proto-históricas exige a coordenação de esforços e o recurso a meios técnicos, humanos e financeiros de difícil acesso.

Note-se que a nossa intenção não foi apresentar este panorama como oportunidade de lamentação, mas contrariamente, reforçar a consciência dos riscos que apresenta a tentativa de apreensão e interpretação dos dados angariados.

¹⁰ No primeiro caso o material à excepção do epigráfico e numismático não foi publicado; no segundo caso desapareceu quase por completo

3.1 - HISTORIOGRAFIA CONSAGRADA ÀS ORIGENS DE VISEU

O compêndio da historiografia votada à génese de Viseu encontra-se já coligido por J. Alarcão (1989b), que reuniu, ordenou e sintetizou criticamente a bibliografia existente. Este facto não nos dispensa de retomar o tema, aditando-lhe novos contributos entretanto dados à estampa, de forma a fixarmos as actuais coordenadas de estudo no plano de uma tradição historiográfica centenária.

Da documentação existente, tomaremos apenas em consideração a que se redigiu a partir do século XIX, dado que as obras anteriores a esta data padecem genericamente de falta de interesse científico.

O tema da antiguidade do local é pontualmente aflorado na literatura, sobretudo a partir de 1925, ano de apresentação da tese¹¹ de A. Girão (1925), ainda hoje a monografia de referência para o concelho. Na década de quarenta, regista-se algum interesse sobre a questão (sobretudo da parte de J. Coelho) que se vê diminuir nos anos sessenta, para na década seguinte se ver novamente ressurgir (desta vez por L. Vale). Após esta fase, continua a despertar atenção, mas já desprovida do anterior fervor (de que não foram alheios alguns despiques de opinião sem grande fundamento).

Saliente-se que o problema concreto das origens da ocupação da cidade nunca se impôs com grande vigor, surgindo ocasionalmente, despoletado por focos de discussão paralelos, que se circunscrevem genericamente a quatro temas: a interpretação da cava de Viriato, o traçado viário romano, a etimologia de Viseu e a existência de uma fortaleza romana.

É, portanto, este o círculo temático que domina a investigação dedicada a Viseu, durante a centúria passada. Contudo, a par desta orientação, verifica-se igualmente um esforço de divulgação de materiais e vestígios de natureza arqueológica.

A este nível, destaquem-se as publicações no campo da epigrafia, da autoria de B. Figueiredo (1887), E. Hubner (1869), L. Machado (1925), L. Vasconcelos (1929), J. Coelho (1945, 1949, 1950 1957), A. Alves (1975) e a sua compilação por J. Vaz (1983, 1993).

Por fim, recorde-se as notícias que deram destaque ao aparecimento de materiais ou contextos arqueológicos de cronologia romana e pré-romana da autoria de M. Figueiredo (1989), M. Correia (1928), J. Coelho (1934, 1941, 1942, 1943), A. Alves (1975), A. Correia *et alii* (1979), J. Vaz e C. Silva (1985) e J. Vaz (1993; 2000).

¹¹ De concurso para assistente da Universidade de Coimbra

Esta exposição proporcionou-se a frisar a depreciação da eventual origem pré-romana da *ciuitas* de Viseu, ofuscada pelos temas acima apontados e pela insuficiência de dados que permitissem sancioná-la ou contrariá-la. De facto, considerando a globalidade do lote documental, depreende-se a clara insuficiência de factos que ilustrem objectivamente a maioria das propostas e interpretações nele enunciadas. O que certamente não causa espanto, dado que a parca informação divulgada, não autorizava nem coíbia a formulação de várias hipóteses a respeito da fundação do povoado. Daí que, perante este quadro se assistisse episodicamente ao ocioso esgrimir de posições antagónicas.

Recapitulemos as posições assumidas pelos diversos investigadores.

A. Girão, ao debruçar-se sobre a criação do aglomerado urbano, propõe a preexistência de um núcleo castrejo na colina da Sé, sustentando esta afirmação com argumentos de ordem geográfica (implantação topográfica e relação com os povoados vizinhos da Senhora do Castro e Santa Luzia) e de natureza toponímica (evocação megalítica do nome de *Pedras Alçadas*)¹². Arrolava-se a estes a alusão de A. Silva que noticiara no jornal “*A Beira*”, o achado de machados de pedra polida e outro espólio de época neolítica no monte Salvado. Contudo, perante a ausência de vestígios arqueológicos concludentes, presume acertadamente a sua destruição pelo próprio processo de evolução urbana (GIRÃO, 1925, 11).

Esta ideia é retomada por J. Coelho (1943, 16) que sugere a existência de “um castro pré-histórico cujas muralhas de defesa abrangiam as colinas da Sé e de Soar” ...”que remonta pelo menos aos tempos neolíticos, estribado na mesma base argumentativa, reforçada pela recolha de materiais pré-históricos que efectuou no perímetro urbano da cidade. É neste contexto que comunica o aparecimento de uma mó de vai-e-vem, junto à igreja de S. Cipriano (*ibid*, 1941, 455), de uma machado em pedra encontrado na *Carreira dos Cavalos*, de machados e outros objectos de pedra polida recolhidos em *Pedras Alçadas, Cruzeiro*¹³ e na Quinta da *Via Sacra* (*ibid.*, 1941), de um machado em cobre de Santar¹⁴ e de um escopro de cobre adquirido numa oficina de sucata¹⁵ (*ibid.*, 1947, 214-215). Menciona ainda um machado de pedra polida

¹² Esta interpretação é contrariada por Alvelos (1948) que relaciona o topónimo com um marmoural ou memorial, cuja cronologia se ignora mas que se pode referenciar em 1378, 1426 e 1593.

¹³ Junto ao largo do velho convento.

¹⁴ Oferta de um residente desta localidade, mas de proveniência desconhecida.

¹⁵ Deverá corresponder ao “belo machado de bronze, com 0,21 m de comprimento” adquirido numa casa do Largo do Miradouro (COELHO, 1942).

proveniente de Peões¹⁶, um segundo recolhido na Quinta da Ramalhosa e um pilão ou mó manual procedente da Quinta da Serra¹⁷.

Posteriormente, O. Ribeiro (1971a, 213-214) sem advogar categoricamente uma ocupação pré-romana em Viseu, não deixa de afirmar que “parece fora de dúvida que os romanos utilizaram e fortificaram um dos castros da região” que caracteriza como “local de habitação sem dúvida modesto”.

Já A. Vale (1972) é peremptório na defesa da existência de um *oppidum*, identificado com Talabriga, arrasado por Decimo Junio Bruto, que, tal como J. Coelho, faz remontar “pelo menos aos tempos neolíticos” (*ibid.*, 1974, 304).

Na reflexão que faz em torno das origens de Viseu, A. Cruz, acedendo ao Caderno de Notas Arqueológicas (manuscrito inédito de J. Coelho) extrai informações tocantes ao espólio recolhido pelo autor. Para além dos machados já mencionados, transmite a recolha num “desterro da Capela-Mór da Sé de Viseu, a cerca de 2 m. de profundidade, de um machado de pedra (diorito?) polida com mossas antigas no gume e no extremo oposto” (CRUZ, 1986, 154). Somam-se ainda um polidor proveniente da Quinta da Via-sacra e um machado do Largo Mousinho de Albuquerque.

Face a este cenário, o posicionamento de J. Alarcão (1989b, 31) é bastante cauteloso admitindo que “a existência de um povoado proto-histórico no morro da Sé é apenas uma possibilidade; carece, por enquanto, de demonstração”.

A mesma postura é adoptada por J. Vaz que desvaloriza esta questão¹⁸, apenas defendida por “especulação histórica e bairrismo” (VAZ, 1993, 434), acrescentando que “não parece muito provável que algum dia se venha a comprovar a existência de um castro no sítio onde hoje está a Sé. Se isso vier a acontecer constituirá uma grata surpresa” (VAZ, 2000, 46)¹⁹.

¹⁶ Encontrado no caminho de peões para a Paradinha pela serra e Laje do Barreiro (COELHO, 1941, 363).

¹⁷ O mesmo autor regista ainda o aparecimento de cinco ou seis machados de pedra polida na Quinta da Paradinha, dois no Castelo do Aral e uma ao Valongo perto do Castelo (COELHO, 1941, 365).

¹⁸ Os seus argumentos baseiam-se na diferença de altitude entre o morro da Sé e os castros em redor, na própria configuração topográfica pouco propícia à implantação castreja, nos equívocos de interpretação dos documentos medievais e no carácter fortuito dos achados pré-históricos.

¹⁹ Esta posição explica-se também em parte porque nas intervenções realizadas por este investigador na Rua das Ameias, 5 de Outubro, Fontelo e na praça D. Duarte, não se verificou a ocorrência de vestígios anteriores a Época romana (VAZ, 2000).

IV – INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO MORRO DA SÉ

Afortunadamente, o quadro de referência que traçamos no capítulo anterior, e que reunia as indefinições sentidas perante o problema da génese de Viseu, viu-se recentemente alargado, graças ao contributo de trabalhos arqueológicos de natureza preventiva²⁰, que lograram comprovar a ocupação proto-histórica na acrópole da cidade.

Os primeiros testemunhos estratigráficos detectados, anteriores à *ciuitas* romana, reportam-se às escavações nos n^{os} 1 e 3 da Praça D. Duarte²¹ e na esquina da rua da Prebenda²² (CARVALHO e VALINHO, 2001).

Na continuidade destas intervenções surgiram novos achados (ainda inéditos), que constituem o principal objecto de estudo deste trabalho. Referimo-nos a estruturas e contextos identificados em operações arqueológicas realizadas, nos últimos cinco anos, em distintos pontos do centro histórico e a espólio exumado nas mesmas.

Concretamente, estas acções correspondem ao acompanhamento arqueológico de valas nas ruas Nossa Senhora da Piedade, do Comércio, D. Duarte e na Praça D. Duarte e às escavações no Antigo Mercado 2 de Maio, no Museu Grão Vasco, nos n^o 172-176 da rua Direita e no n^o 226 da mesma rua (Est. III).

As diferenças em termos da localização, metodologia adoptada e resultados obtidos em cada núcleo, saldaram-se, ao nível da cultura material, num conjunto heterogéneo de amostras. Assinale-se que o lote de material proveniente das diversas intervenções é bastante desigual em termos quantitativos. Por outro lado, lidamos com espólio recuperado quer em ambiente de escavação quer de acompanhamento. Neste âmbito, enquanto que alguns segmentos da amostra procedem de contextos (estratigráficos) primários, outros foram exumados em níveis nitidamente posteriores.

²⁰ Correspondentes a intervenções privadas (asseguradas pela empresa Arqueohoje, Lda), enquadradas na figura legal da Zona de Protecção à Sé de Viseu e Museu Grão-Vasco (Decreto-lei de 16/06/1910 e Decreto n^o 9953 de 31/07/1924).

²¹ Decorrida em Abril de 1999, sob a direcção de P. Sobral Carvalho.

²² Efectuadas em 1999, por P. Sobral Carvalho e Clara Portas Matias, durante o acompanhamento arqueológico da abertura de valas nas ruas do Gonçalinho, Escura e Prebenda.

Nestas circunstâncias, as condições de recolha e o local de proveniência assumem especial relevância no tratamento da informação, uma vez que condicionam quantitativa e qualitativamente a natureza da amostra.

Nesta perspectiva, apresenta-se, seguidamente, a descrição das intervenções/núcleos em causa, que possibilite o enquadramento contextual dos artefactos estudados.

4.1 – NÚCLEO DO MUSEU GRÃO-VASCO

Os trabalhos de caracterização e avaliação patrimonial no Museu Grão Vasco²³ desenvolveram-se no âmbito do projecto de remodelação do edifício, sob a direcção científica de J. Perpétuo²⁴ (Est. III, 1).

A intervenção circunscreveu-se ao “inapropriadamente denominado Claustro” oeste do corpo edificado (CORREIA, 2000, 64) e constou de uma fase de diagnóstico²⁵ e da subsequente escavação em área do referido pátio²⁶.

De acordo com o responsável pelos trabalhos, estes espelharam a complexidade estratigráfica característica dos espaços urbanos sujeitos a uma longa e incessante ocupação. Inscritas num intervalo temporal de dois milénios, identificaram-se, impressas no solo deste retalho urbano, seis fases de ocupação.

À primeira fase correspondem vestígios atribuíveis à II Idade do Ferro. Reportam-se a este momento um reduzido conjunto de testemunhos estruturais de carácter doméstico e respectivos contextos de ocupação e abandono.

Sucede-se, no período romano, uma profunda remodelação do espaço patente em dois momentos consecutivos (um de época republicana ou alto-imperial e outro posterior ainda sem datação precisa).

Em termos estratigráficos, a fase seguinte ocorre num período incerto da Idade Média, quando, após o desmonte das empenas romanas, o subsolo é profundamente revolvido pela abertura de fossas detríticas.

²³ Decorridos entre Novembro de 2001 e Abril de 2002.

²⁴ A quem agradecemos o apoio e informação disponibilizada.

²⁵ Quatro sondagens prévias de 4 x 4 m.

²⁶ A área intervencionada (196 m²) foi quadriculada com uma malha de 2 m x 2 m, onde ao eixo das abcissas (x) foram atribuídas letras de A a G e ao eixo das coordenadas (y), algarismos de 1 a 7. Por uma questão metodológica, a área foi dividida em 6 sectores, denominados de A, B, C, D, E e F.

Ainda em época medieval, assiste-se à instalação de uma necrópole, sobre os referidos depósitos detríticos e o piso romano.

Posteriormente, já no período moderno (séc. XVI-XVII), o espaço é artificialmente aterrado com entulhos e edificado o edifício do antigo seminário e actual museu (CORREIA, 2000, 63).

Esboçaram-se, nesta introdução, as linhas gerais da evolução diacrónica do local que ajudam a entender a natureza e intensidade dos factores pós-deposicionais intervenientes na preservação/destruição dos níveis proto-históricos detectados.

4.1.1 – ESTRATIGRAFIA

Neste capítulo, apresenta-se a listagem estratigráfica, considerada fundamental para a compreensão e interpretação da fase de ocupação que pretendemos analisar, bem como para a percepção dos contextos de exumação dos objectos originários de depósitos secundários.

Refira-se que a escavação manual em área, se efectuou após a remoção mecânica dos aterros modernos. Aquando da escavação, a potência estratigráfica detectada revelou-se bastante variável, em função dos desníveis do substrato geológico de base, oscilando entre os 0,5 e os 2,75 m de profundidade, sendo que antes da remoção dos aterros seria superior.

Expomos separadamente os estratos, interfaces e estruturas, descritos de forma muito sumária quando enquadráveis em época medieval, dado o seu interesse tangencial neste estudo.

As diversas unidades são ordenadas respeitando a sequência numérica atribuída durante a escavação, embora essa disposição não corresponda à sucessão diacrónica dos fenómenos, pelo que acrescentamos as relações estratigráficas de cada elemento. Estas informações podem ser confirmadas na representação gráfica dos perfis estratigráficos (Est. VI, VII).

Optou-se igualmente por prescindir da descrição individualizada das sepulturas pertencentes à necrópole medieval, por se considerar que nesta abordagem, a necrópole poderá ser entendida como um único fenómeno.

Camadas:

Camada 1: Estrato de nivelamento de época medieval; localiza-se sob os níveis de aterro modernos extraídos mecanicamente; sobre as camadas 2, 3, 4, 5, 11a, 13, 19 e é cortada por alguns enterramentos.

Camada 2: Camada de formação medieval, onde são abertas as sepulturas; interpretada como correspondendo ao nível de ocupação articulado com a colmatação das fossas medievais. Encontra-se sob a camada 1 e deposita-se sobre as camadas 5, 6, 8, 6, 10b, 11a, 11b, e 13.

Camada 3: Camada de aterro de cronologia medieval; encontra-se sob a camada 1 e deposita-se sobre a camada 5.

Camada 4: Camada de cronologia medieval correspondendo ao enchimento da fossa 2; Encontrava-se selada pela camada 1.

Camada 5: Camada de enchimento da fossa 1; encontra-se selado pelas camadas 1 e 3 e deposita-se sobre as camadas 6 e 12.

Camada 6: Enchimento da fossa 1; cortado pela fossa 2 encontra-se sob a camada 5 e sobre a camada 12.

Camada 7: Enchimento da fossa medieval 1b; encontra-se selada pela camada 6.

Camada 8: Enchimento da fossa 3; encontra-se sob a camada 2, deposita-se sobre a camada 9 e é cortada por uma sepultura.

Camada 9: Enchimento da fossa 3; encontra-se sob a camada 8.

Camada 10: Conjunto de cinco camadas medievais (10a, 10b, 10c, 10d e 10e) correspondendo ao enchimento da fossa 5; são cortadas pela fossa 3 e por sepulturas e encontram-se sob a camada 2.

Camada 10f: Estrato de época romana ou proto-histórica, articulado com a fase de utilização e destruição da estrutura 11 (forno de cerâmica); é cortado pelas fossas 5 e 3 e deposita-se sobre a camada 24.

Camada 11: Estrato interpretado como preparação para assentamento de um piso de época romana; este nível (decomposto em três sub-camadas: 11a, 11b, 11c); articula-se com o momento da construção das estruturas 5, 6, 7, 8,9, e provavelmente com uma das fases de funcionamento da estrutura 10; encontra-se sob as camadas 2 e 1; é cortado pelas fossas 1 e 2 e por sepulturas e assenta sobre os estratos 16, 19 e 20.

Camada 12: Camada de enchimento da fossa 1; encontra-se sob as camadas 5 e 6.

Camada 13: Camada de nivelamento de formação medieval; encontra-se sobre a camada 1 e 2 e deposita-se sobre a camada 14 encostada à estrutura 10.

Camada 14: Estrato medieval; encontra-se sob a camada 13, é cortada por vários enterramentos, encosta à estrutura 10 e sobrepõe-se à camada 15.

Camada 15: Terras de enchimento da fossa 6; encontra-se coberta pela camada 14.

Camada 16: Camada originada pela degradação das estruturas proto-históricas, relacionada coma cota de fundação da estrutura 10. Poderá ter funcionado como nível de circulação contemporâneo da construção /utilização desta; encontra-se sob as camadas 2, 11a, 11b e 11c; é cortada pelas fossas 1b e 5 e sobrepõe-se ás camadas 19, 22, 22a e ao substrato geológico de base.

Camada 17: Estrato de época romana, resultante do revolvimento de terras decorrente da implantação da estrutura 9; encontra-se coberta pelas camadas 11b e 12 e assenta directamente sobre o substrato geológico de base.

Camada 18: Estrato de época romana, resultante da construção da estrutura 9; serve de apoio às fundações da estrutura 9, assentando directamente sobre o substrato geológico de base.

Camada 19: Nível resultante da degradação das estruturas proto-históricas; encontra-se sob as camadas 16 e 11b, é cortado pelas fossas 3 e 1b e por sepulturas; cobre o piso da estrutura 13 e assenta igualmente sobre as camadas 20, 22 e o substrato geológico de base.

Camada 20: Nível de ocupação proto-histórico; é sobreposto pelas camadas 19 e 11; cortado pelas fossas 5 e 2 e deposita-se sobre a camada 24 e o afloramento rochoso.

Camada 21: Camada de destruição das estruturas proto-históricas; assenta directamente sobre a alterite granítica.

Camada 22 A e B: Nível estratigráfico contemporâneo da camada 21; foi profundamente perturbada pela implantação da fossa 1, tendo sido registada a sua presença, essencialmente, associada a pequenas depressões da rocha de base; encontra-se sob as camadas 19 e 16 e deposita-se sobre a camada 23.

Camada 23: Camada de ocupação e regularização do espaço durante a fase proto-histórica; encontra-se directamente associada à camada 22, desenvolvendo-se em bolsas que preenchem as irregularidades do afloramento; encontra-se selado pela camada 22.

Camada 24: Nível de ocupação proto-histórico; encontra-se coberto pelas camadas 10f e 20 e assenta sobre o afloramento e sobre a camada 25.

Camada 25: Camada de deposição de terras vegetais, provavelmente numa fase anterior á ocupação proto-histórica; deposita-se sobre o afloramento rochoso e é coberta pela camada 24.

Camada 26: Enchimento da fossa 4; foi cortada por uma sepultura e assenta sobre a camada 27.

Camada 27: Enchimento da fossa 4; encontra-se coberta pela camada 26.

Fossas:

Fossa 1: Fossa detrítica medieval; aberta nas camadas 6 e 11a, cortada pela fossa 2 e preenchida com as camadas 5 e 12.

Fossa 1b: Fossa detrítica medieval; corta as camadas 16, 19 e 22 e é preenchida pela camada 7.

Fossa 2: Fossa detrítica medieval que corta as camadas 5, 6, 11^a, 11b e 20 e é preenchida pela camada 4.

Fossa 3: Fossa medieval, aberta nas camadas 10b, 10c, 10e e 10f; corta a fossa 5 e é preenchida pelas camadas 8 e 9.

Fossa 4: Fossa medieval, aberta na camada 20, atingindo o substrato de base, é cortada por uma sepultura e preenchida pelas camadas 26 e 27.

Fossa 5: Fossa detrítica medieval; corta as camadas 16, 19 e 20, é cortada pela fossa 3 e por sepulturas e preenchida pelas sub-camadas da 10.

Estruturas:

Estrutura 5²⁷: Base de sustentação de coluna, que conjugada com as estruturas 6, 7 e 8 definia um pórtico em torno da estrutura 9.

Estrutura 6: Base de sustentação de coluna que conjugada com as estruturas 6, 7 e 8 definia um pórtico em torno da estrutura 9.

Estrutura 8: Base de sustentação de coluna que conjugada com as estruturas 6, 7 e 8 definia um pórtico em torno da estrutura 9.

Estrutura 9: Edifício interpretado como de utilidade pública, contornado por um pórtico (correspondente às estruturas 5, 6, 7 e 8), cuja edificação se integra na segunda fase de ocupação de época romana²⁸.

Estrutura 10: Muro romano em *opus caementicium*, (com cerca de 0,90m de largura), que atravessava longitudinalmente os sectores A e B e cujas fundações assentavam na alterite granítica. Este elemento mural foi interpretado como pertencente a um grande edifício, possivelmente, de utilidade pública, cuja funcionalidade não foi possível determinar²⁹.

²⁷ Esta estrutura, tal como a 6, 7 e 8, apresenta formato quadrangular com cerca de 1,40m de lado, é constituída em *opus caementicium*, e assenta na alterite granítica.

²⁸ Foi exposta a esquina da estrutura que deveria apresentar planta rectangular ou quadrangular, constituída em *opus caementicium*; assenta na alterite granítica, preenchido no meio por um maciço de *opus caementicium*. O seu avançado estado de degradação sugere ter sido destruído intencionalmente, em fase incerta da ocupação deste espaço. De acordo com o responsável pela escavação, estamos, provavelmente, frente às ruínas de um templo, dadas as afinidades entre as suas características arquitectónicas e as dos designados templos céltico-romanos.

²⁹ O desenvolvimento do edifício para poente da área em estudo, sem que se tenham detectado as esquinas, inviabiliza qualquer hipótese de compreensão da sua planta. O aparelho sub-quadrangular em blocos rectangulares de granito, lembra o *opus reticulatum*, típico dos edifícios da República, sendo apenas perceptível na face exterior (voltada a Este). Adossado a Oeste desenvolve-se um muro perpendicular, do qual só resta o alicerce, com restos de um lajeado adossado.

Esta estrutura integra-se na primeiro momento de época romana, contudo as características que lhe conferem carácter publico contrastam com a actividade decorrente da estrutura 11, parecendo pouco provável que tenham funcionado simultaneamente.

Estrutura 11: Forno de produção de cerâmica de cronologia imprecisa³⁰ (Est. V; Foto. 2). Resume-se à câmara de combustão de uma estrutura de planta circular, com cerca de 2 m de diâmetro, com pilar central, constituída por blocos de argila cozida, com fundações formadas por blocos graníticos. O interior da fornalha é revestido com argila refractária que acompanha na base a irregularidade do afloramento. Esta câmara encontra-se semienterrada, aproveitando uma depressão natural do terreno.

Esta estrutura foi profundamente perturbada pela implantação da estrutura 6, numa fase de remodelação do espaço, quando, provavelmente, toda a área estaria já coberta pela camada 11, encontrando-se o forno nesta altura desactivado e entulhado com a camada 10F. Posteriormente é também afectado pela abertura da fossa 5.

Estrutura 12: Fundação de cabana proto-histórica (quadrados D1 e E1) (Est. V; Foto. 3). Apresenta planta tendencialmente circular/ovalada, definida por uma fiada de pedras em granito de pequenas dimensões e mal aparelhadas, assentando directamente no substrato rochoso. Desenvolve-se sob a parede Sul do pátio, para o exterior da área escavada e no seu interior. Não foi identificado qualquer vestígio da presença de um piso (como na estrutura 13).

Estrutura 13: Cabana proto-histórica (quadrados B3, B4, B5, C3, C4 e C5) (Est. V, Foto 4). Os vestígios indicativos desta estrutura registam-se ao nível do solo geológico, presenciáveis em negativo, através de uma roço delimitativo que traça os limites e a configuração circular do piso sobre a alteríte granítica, bem compactada e nivelada. O referido piso mede um diâmetro estimado de 4,5 m, sendo formado por uma camada, com cerca de 0,10 m de espessura, de argila. O pavimento foi perfurado pela implantação de dois possíveis buracos de poste, com cerca de 0,35 m de diâmetro, distando 1,1 m entre si. O mesmo foi seccionado sensivelmente a meio pela construção da estrutura 10 e posteriormente cortado pela abertura da fossa 4.

Estrutura 14: Vestígios de uma cabana proto-histórica, que estaria adossada ao bloco granítico da parede norte do pátio. Os testemunhos desta estrutura resumem-se a restos de um piso em argila compactada e um buraco de poste. Aparentemente foi bastante afectada com a construção da estrutura 11 (foto 2).

³⁰ Pode enquadrar-se na primeira fase de ocupação romana, num momento anterior à construção da estrutura 10, uma vez que pelo menos a câmara de combustão funcionava ao nível do alicerce deste muro ou poderá ser contemporâneo das estruturas proto-históricas.

4.1.2 – NÍVEL DE OCUPAÇÃO DA IDADE DO FERRO

É fundamental, em consequência das características estratigráficas da escavação realizada no Museu Grão Vasco, sublinhar a interferência dos factores post-deposicionais, especialmente os de natureza antrópica em detrimento dos físicos.

Recorde-se que este espaço, no decorrer do período romano, é alvo de obras de carácter público, a segunda das quais de índole monumental. De facto, as condições topográficas e cenográficas deste local, já haviam sido reconhecidas como adequadas para o estabelecimento de um templo (ALARCÃO, 1989b, 30). Neste aspecto, os resultados obtidos que revelam a execução de um projecto de amplas dimensões, reforçam a interpretação deste local como centro cívico da *ciuitas* de Viseu.

Na realidade, verifica-se que, em parte, estas obras vêm colmatar e possibilitar a conservação de realidades precedentes. A título de exemplo, a execução da estrutura 9 envolve o nivelamento do terreno, consumado através da deposição de aterros, para anular os desníveis e irregularidades topográficas. Daí que a acção destrutiva desta obra seja reduzida, exceptuando na zona de implantação das estruturas murais (assentes directamente no substrato geológico de base).

Contudo, os níveis romanos e precedentes encontram-se bastante arrasados, em virtude das intrusões provocadas pelas fossas medievais. A abertura das fossas detríticas acarretou a violação das camadas e estruturas anteriores, evidenciada pelas manchas estratigráficas negativas observadas nos últimos planos de escavação. Desta acção resulta uma extensa remoção de terras provenientes de camadas seladas e inclusive a contaminação dos contextos menos afectados³¹.

Acrescente-se finalmente que a instalação da necrópole contribuiu para a derradeira complexificação das relações estratigráficas³².

Com base no relatório de progresso destes trabalhos (PERPÉTUO, 2002), foi possível identificar uma série de estruturas (integradas num contexto estratigráfico coerente) que se reportam a época pré-romana.

No referido texto depreende-se que em oposição ao nivelamento do espaço na época romana, o povoado da Idade do Ferro desenvolvia-se pelas irregularidades topográficas e morfológicas do morro, ora aproveitando-as, ora criando soluções construtivas para as

³¹ Esta situação explica claramente a abundância de artefactos descontextualizados recuperados nalgumas fossas.

³² Embora a maioria das sepulturas sejam abertas nos níveis romanos, ocasionalmente afectam estratos mais antigos.

combater. Esta situação é deduzida pelo facto das estruturas identificadas se escalonarem em patamares desnivelados, por entre penedos, onde também é perceptível alguma regularização do terreno por acção antrópica³³.

Estabelecida no patamar mais elevado, e desenvolvendo-se para o exterior da área escavada, encontra-se a estrutura 12³⁴. É possível perceber a forma ovalada ou circular da sua planta pelo alinhamento pétreo das fundações. Na opinião do responsável pelos trabalhos a cabana seria parcialmente construída com matérias perecíveis, em concordância com os tipos arquitectónicos conhecidos em outros povoados contemporâneos (SILVA, 1986, 33-53; PEDRO, 1995, 47, 53).

A estrutura 13 desenvolve-se no segundo patamar intermédio. A colocação de um piso em saibro compactado e argila surge como solução para atenuar a irregularidade do afloramento. Delimitando este piso, é visível uma pequena vala, tal como algumas pedras da fundação da estrutura. Como esta se define apenas em negativo, não foi possível esclarecer se as paredes eram construídas em pedra ou integralmente em materiais perecíveis. No entanto, é possível determinar com alguma exactidão o seu diâmetro, estimado em cerca de 4,20 a 4,50 m, com paralelos em quase toda a bibliografia que trata de arquitectura desta época, para o povoamento do noroeste peninsular. Integrados nesta construção foram detectados dois buracos de poste³⁵ com cerca de 0,35 m de diâmetro (um relacionado com a vala de fundação da mesma e outro no piso, mas descentrado). O estado de conservação desta estrutura foi afectado pela edificação da estrutura 10 em época romana, e mais tarde, pela abertura da fossa 4, em época medieval.

Localizada numa depressão a oeste do afloramento da parede norte do pátio, que cumpria a função de abrigo natural, a estrutura 14 é inferida pela ocorrência de vestígios de piso e de um buraco de poste. Este aproveitamento das características naturais do terreno contrasta com os vestígios encontrados entre as estruturas 6 e 8, onde parece ter sido destruído um bloco de afloramento, restando apenas uma depressão, preenchida com cinzas e carvões e com materiais cerâmicos datáveis exclusivamente da Idade do Ferro³⁶.

³³ Neste aspecto é visível uma acção de regularização do terreno por meio do desbaste do afloramento, na zona de implantação da estrutura 13.

³⁴ Sector C, quadriculas D1 e E1.

³⁵ Supõe-se a existência de outros, entretanto destruídos pela estrutura 10.

³⁶ Está prevista a submissão dos referidos carvões a análise radiocarbónica no âmbito do PNTA de 2003 “Viseu – Resultados da arqueologia urbana entre 1997 e 2003”, coordenado por P. Sobral Carvalho.

Preservados ao nível das zonas mais deprimidas do afloramento rochoso e associados às referidas estruturas, identificam-se nove estratos (camadas 16, 19, 20, 21, 22 A e B, 23, 24 e 25) correspondentes à fase de ocupação e abandono das mesmas.

Sob a camada 19, e em contacto com o solo geológico, foi registada uma área de combustão sem estrutura pétrea de delimitação³⁷.

Entre as estruturas 6 e 7 foi ainda identificado um outro buraco de poste, mas sem qualquer outra estrutura associada.

A integração da estrutura 11, datada dos inícios da nossa era (que vários autores atribuem ainda ao designado fenómeno castrejo, num contexto de romanização (SILVA, 1986; ALMEIDA, 1981; ALARCÃO, 1992; CARBALLO ARCEO, 1993), nas fases de ocupação registadas revela-se problemática. Apesar da impossibilidade em associar categoricamente esta estrutura aos níveis de ocupação proto-históricos, deve-se equacionar esta hipótese, com a consciência de não se tratar de uma posição definitiva. Em prol desta interpretação tomou-se em linha de conta algumas asserções. Em primeiro lugar, afigura-se inverosímil pressupor que o forno se mantenha em actividade simultaneamente com a estrutura 10, pelas discrepâncias de funcionalidade, porque resulta algo insólito imaginar uma unidade de produção de cerâmica a funcionar no centro do núcleo urbano, mas sobretudo porque se tal acontecesse teríamos de admitir que a estrutura 10 teria os alicerces expostos, uma vez que a fornalha se encontra ao nível destes e portanto abaixo da parede propriamente dita. Por outro lado, parece dado aceite que a estrutura 10, pelo menos durante algum tempo, funcionou conjuntamente com a estrutura 9, o que já não se confirma em relação ao forno. Acrescente-se que a estrutura 11, pela sua natureza construtiva, não apresenta níveis que se possam relacionar directamente com a sua fase de construção. Finalmente, em Santa Olaia, identificou-se uma estrutura morfologicamente idêntica (em melhor estado de preservação), anterior à ocupação romana (ROCHA, 1871, 40, Est. II, 4).

Ponderando estes factos, afigura-se interessante a possibilidade de se encarar uma unidade de fabrico de cerâmica, senão nos níveis proto-históricos, pelo menos no momento imediato, e neste caso anterior à construção da estrutura 10.

Os restantes vestígios, datáveis de época proto-histórica, correspondem a restos materiais cerâmicos e líticos, recolhidos em contextos posteriores, nomeadamente no piso romano e nas fossas medievais.

³⁷ Quadrados D2 e D3.

4.2 – NÚCLEO DO ANTIGO MERCADO 2 DE MAIO

Os trabalhos no Mercado 2 de Maio decorreram no âmbito da reabilitação do antigo edifício³⁸ (Est. III, 2), sob a direcção de P. Sobral Carvalho e A. Santos (CARVALHO, 2000a).

De acordo com o plano de trabalho traçado, conjugou-se a aplicação de metodologias de escavação e acompanhamento.

Em função da avaliação da potência estratigráfica e dos vestígios materiais de superfície, foram implantadas quatro sondagens nas lojas expostas para a Rua do Comércio, com os n^{os} 5, 27, 33, e 35³⁹.

Paralelamente, no Sector SE do terreiro interior do mercado (Sector A)⁴⁰, foram abertas mais três sondagens⁴¹.

A Sondagem da loja 5 apenas forneceu material de cronologia romana, pelo que nos dispensamos de apresentar a descrição da estratigrafia.

Na sondagem da loja 27 apenas se registou espólio (eventualmente) pré-romano na camada n^o 7, sendo que as restantes eram de cronologia romana e moderna.

A análise dos resultados da sondagem da loja n^o 33 permitiu identificar camadas de formação recente (1, 2, 3, 4 e 5) e romana (6,7, 8, 9 e 10). Registou-se igualmente a presença de cerâmica possivelmente pré-romana nas camadas n^o 9 e 11.

Os materiais recolhidos na sondagem da loja 35 evidenciaram apenas níveis de ocupação medievais pelo que se afigura desnecessário proceder à descrição da estratigrafia.

No sector A, a escavação da sondagem 1, resultou na detecção de estratos de cronologia romana relacionados com a produção de metalurgia.

Ainda no mesmo sector, a Sondagem 2 revelou igualmente dois níveis de ocupação de época romana, de onde foram exumados materiais mais antigos em contexto secundário.

Finalmente, a Sondagem 3 forneceu resultados semelhantes aos da sondagem 1, onde se destaca um nível romano caracterizado pela abundância de vestígios de produção de ferro.

A interpretação dos dados estratigráficos permitiu, aos responsáveis pela escavação, identificar duas fases de ocupação de época romana: uma primeira relacionada com a produção metalúrgica e a subsequente correspondente a um aterro, cujo propósito não foi definido, mas

³⁸ No período de Abril/Maio de 2002

³⁹ Cujas dimensões oscilam entre os (2 m x 2 m e 4 m x 1,5 m).

⁴⁰ Quadriculado com uma malha de 2 m x 1,5 m (atribuindo-se ao eixo das abcissas (x) letras de A a I e ao eixo das coordenadas (y) algarismos de 1 a 7. A restante área do terraço apresentava o substrato rochoso a cerca de 0,30 cm de profundidade.

⁴¹ A sondagem 1 engloba as quadriculas de B1/C1 a B5/C5, a Sondagem 2 compreende as quadriculas A6 a C6 e a Sondagem 3 as quadriculas G2/H2/I2.

que, pelo facto de incluírem matérias pré-romanos, se presume ser proveniente de um local próximo.

Portanto, o interesse desta intervenção, no contexto deste trabalho, reside fundamentalmente na exumação de um lote de material de cronologia pré-romana, embora descontextualizado e recolhido em camadas de cronologia romana.

4.3 – NÚCLEO DA RUA D. DUARTE, N° 58

Este núcleo surgiu no âmbito dos trabalhos de acompanhamento da abertura de uma vala ao longo da rua D. Duarte⁴² (Est. III. 3).

No decorrer da obra, identificou-se uma estrutura escavada na rocha, sensivelmente em frente ao n° 58. Note-se que, ao longo da vala, o substrato geológico de base rondava os 0,3 m de profundidade, exceptuando na zona da estrutura onde se apresentava a uma cota inferior. A referida estrutura consistia numa depressão com cerca de 0,5m de largura, orientada perpendicularmente à vala aberta (a cerca de 0,5m de profundidade em relação à rocha envolvente) (Foto 5).

O interior da depressão foi escavado manualmente e continha uma camada com pedra de médio porte, terra e cinzas depositadas sobre um amontoado de pedra de maior dimensão. Da primeira camada, recuperou-se um conjunto de espólio cerâmico homogéneo, de características grosseiras, e datado de época proto-histórica.

O facto da estrutura se estender para o exterior da vala inviabilizou a identificação das suas reais dimensões e morfológica e conseqüentemente o esclarecimento da sua funcionalidade.

4.4 – NÚCLEO DA RUA D. DUARTE

No seguimento dos trabalhos de acompanhamento acima descritos⁴³ (v. *supra* 4.3), foram exumados, na zona norte desta artéria (Est. III, 4), em níveis remexidos, alguns artefactos cerâmicos proto-históricos, juntamente com cerâmicas de cronologia recente.

⁴² Decorridos entre Maio e Junho de 1999, sob a direcção de P. Sobral Carvalho.

⁴³ Para instalação de infra-estruturas subterrâneas, decorridas em Maio/Junho de 1999, sob a direcção de P. Sobral Carvalho.

4.5 – NÚCLEO DA PRAÇA D. DUARTE EM FRENTE À RUA DO HILÁRIO

Os trabalhos de acompanhamento de infra-estruturas urbanísticas na praça D. Duarte, dirigidos por P. Sobral Carvalho resultaram na recolha de dois fragmentos cerâmicos proto-históricos decorados, inseridos num conjunto de material de época recente, exumado em frente à Rua do Hilário (Est. III, 5).

4.6 – NÚCLEO DA RUA NOSSA SENHORA DA PIEDADE

O acompanhamento arqueológico desenvolvido nesta rua⁴⁴ (Est. III, 6) por P. Sobral Carvalho possibilitou a recolha de uma conjunto de materiais de cronologia variada, onde se destacam alguns fragmentos de cerâmica manual que pressupõem a existência de um substrato proto-histórico no espaço sul da rua (CARVALHO, 2000b).

Refira-se que a mesma obra abrange igualmente as ruas Direita, D. Duarte e do Comércio, que serão tratadas individualmente.

4.7 – NÚCLEO DA RUA DO COMÉRCIO

Como já mencionado, o acompanhamento referido no ponto anterior (v. *supra* 4.6) estendeu-se igualmente a esta artéria⁴⁵ (Est. III, 11). No decorrer dos trabalhos, em frente ao nº 50, exumaram-se alguns fragmentos de cerâmica proto-histórica.

4.8 – NÚCLEO DOS N.º 172-176 DA RUA DIREITA

Este núcleo surge no seguimento da realização de escavações arqueológicas no edifício sito nos nºs 172-176 da rua Direita⁴⁶ (CHÉNEY, 2003) (Est. III, 7).

Os trabalhos constaram da abertura de duas sondagens no interior do edifício⁴⁷.

⁴⁴ Inseridos no âmbito do projecto de Urbanismo Comercial – PROCOM, com vista à execução de novas infra-estruturas de saneamento e desenvolvidos entre os meses de Maio-Junho de 2000. Saliente-se que a profundidade das valas oscilou entre os 0,5 m e 1 m de profundidade.

⁴⁵ Aqui a vala atingiu a profundidade de 3 m.

⁴⁶ Realizadas em Junho de 2003 por A. Chenéy e P. Sobral Carvalho.

A sondagem 1 permitiu a identificação de uma estrutura moderna e de uma sequência estratigráfica de ampla diacronia. Esta incluía camadas de cronologia contemporânea (C1 e C8), moderna (C2, C3, C4 e C9) e romana (C7). Note-se que desta última camada foi possível recuperar um conjunto de cerâmica de cronologia proto-histórica.

A segunda sondagem forneceu uma sequência estratigráfica semelhante à anterior em termos diacrónicos. Assim, foi possível identificar camadas de formação contemporânea (C1), moderna (C2, C6 e C7) e romana (C5). Este último estrato, relacionado com a camada 7 da sondagem 1, encontrava-se associado a uma estrutura datada da mesma época e forneceu igualmente um conjunto de material cerâmico datado de época proto-histórica.

4.9 – NÚCLEO DO N° 229 DA RUA DIREITA

A intervenção arqueológica efectuada no edifício sito no n° 229 da rua Direita⁴⁸ (Est. III, 8), circunscreveu-se à abertura de uma sondagem arqueológica⁴⁹ (CARVALHO, 2002).

A leitura estratigráfica da sondagem permitiu detectar estratos de cronologia contemporânea (C0) e moderna (C1), depositados sobre um nível mais antigo datado de época romana (C2, C3 e C4). Associada a este nível registou-se uma estrutura (calçada) do mesmo período. Das camadas de formação romana recolheu-se ainda, juntamente com espólio dos séculos I e II, materiais mais antigos, de época proto-histórica.

⁴⁷ A sondagem 1 possui uma área de 4 x 1,5 m e a sondagem 2 de 3 x 3 m perfazendo uma área total de 23 m².

⁴⁸ Efectuada em Setembro de 2003 por P. Sobral Carvalho.

⁴⁹ Com 4 x 1,5 m de área.

V – CONTEXTOS E ESTRUTURAS

Dada a actual natureza urbanizada do local onde está assente o povoado do Morro da Sé, torna-se especialmente problemático alcançar uma imagem fiel das suas características físicas primitivas.

Desconhecendo-se a localização e perímetro da estrutura que provavelmente delimitaria o recinto interior do castro, é praticamente impossível, no presente momento (e talvez num futuro próximo) aferir a extensão e limite deste.

A pertinência da aquisição destes dados reflecte-se a diversos níveis. Numa focalização mais imediata, traduziria uma noção de grandeza espacial, passível de confronto com as realidades expressas pelos núcleos populacionais circundantes; atribuindo-se assim, a este local, uma posição relativa, no seio da escala hierárquica de povoamento, dentro do círculo regional.

Numa perspectiva socio-económica, ajudaria a ensaiar cálculos referentes à estimativa da densidade demográfica. E correlacionando estes resultados populacionais com os potenciais recursos disponíveis, poder-se-ia apreciar a auto-suficiência económica do povoado, ou a sua articulação numa rede de dependências e de redistribuição de recursos a uma escala supra-local; e, neste sentido, apontar os eventuais ou prováveis intervenientes directos no circuito de gestão de excedentes, e os laços de poder estabelecidos, no plano dos vários aglomerados populacionais.

Realce-se que mais do que o relato do que por agora não se pode cumprir, este é o enunciado do que se espera vir a ser concretizado. Porque uma das virtualidades dos núcleos urbanos é a sua constante renovação, criando oportunidades para felizes e imprevistas descobertas (pelo menos assim cremos).

Fixando-nos nos dados que dispomos, podem-se extrair algumas linhas muito genéricas da organização interna do sítio.

Cartograficamente, a disposição espacial dos vestígios arquitectónicos concentra-se em três pontos definidos e relativamente afastados, que são o museu Grão Vasco, o nº 1/3 da Praça D. Duarte e a esquina da rua do Gonçalinho (Est. IV).

A triangulação entre estes núcleos envolve uma área de cerca de 1,5 hectares (14900 m²), que corresponde, partindo-se do princípio de que não havia descontinuidades na ocupação do espaço, à superfície mínima ocupada. Obviamente que este número fica aquém da área real ocupada, mas serve como limite inferior a uma avaliação aproximada. Caso se dê um contorno circular ou curvilíneo a estes limites, a área compreendida ascende para o dobro (3 hectares), valor que deverá corresponder a uma estimativa mais fiel da área ocupada.

Os parques vestígios arquitectónicos reconhecidos são essencialmente de carácter doméstico e localizam-se nos vértices do referido triângulo.

A estrutura mais oriental situa-se sensivelmente a meio da rua do Gonçálinho. Aqui, sob um nível de entulhos romanos e medievais, achava-se um piso de barro alaranjado, com 10 cm de espessura e uma superfície exposta de 1,10 m de largura (prolongando-se sob a casa actual). Associados à estrutura foram exumados restos cerâmicos de fabrico manual, datados de entre os finais da Idade do Bronze e a Idade do Ferro (CARVALHO; VALINHO, 2001, 56, 57).

Apesar deste achado fixar cartograficamente uma coordenada fundamental para a compreensão da dispersão ocupacional do povoado, a exiguidade da área intervencionada não permite infelizmente qualificar convenientemente a estrutura, em termos de dimensões e planta.

A Este, no nº. 1/3 da Praça D. Duarte, identificou-se outra estrutura semelhante. Este segundo pavimento corresponde a um conglomerado compacto de argamassa de barro, de coloração variando do laranja (na zona mais bem conservada), ao amarelo e encerrando fragmentos de cerâmica manual e elementos carbonosos.

Também aqui o reconhecimento da planta original foi inviabilizado, pelo facto do piso ter sido truncado nos extremos norte e sul, por fossas detriticas de épocas posteriores. A zona poupada “encaixa-se” entre dois blocos rochosos e é delimitada a este por duas pequenas pedras de granito, apresentando um comprimento máximo de 2,7 m e aproximadamente 1,5 m de largura (*ibid.*, 45).

No registo estratigráfico, documenta-se uma sequência composta por uma camada anterior ao piso, uma contemporânea, e duas posteriores, datadas ainda da Idade do Ferro. Esta sucessão estratigráfica evidencia, porventura, uma ocupação diacrónica espaçada, onde é possível individualizar pelo menos três fases de ocupação, ou um momento de expansão do povoado para antigas áreas desocupadas utilizadas como zonas de despejo, o que explicaria a presença de cerâmica no estrato que precede o piso.

A Este do pavimento, detectou-se uma estrutura escavada no saibro, denominada de poço; apresentava boca de secção circular, com 1,7 m de diâmetro e uma profundidade de cerca de 2,51 m, sendo que, a 1,2 m de fundura alargava para sul, adquirindo um perfil em L.

O facto de ser escavado numa zona sobrelevada fez com que o fundo do poço e o topo do piso coincidam, em termos de cota.

Quanto ao tipo de selagem, o seu interior achava-se entulhado, com um estrato formado entre os séculos IV e II a.C., recolhendo-se junto à boca abundantes fragmentos de talha.

A interpretação desta fossa não é axiomática, tendo o responsável pelos trabalhos aventado a hipótese de corresponder a um depósito de armazenamento de água ou um silo, posteriormente reutilizado como fossa detritica (*ibid.*, 48).

Finalmente, o conjunto arquitectónico mais extenso localiza-se a norte, no museu Grão Vasco (Est. V).

Conforme previamente relatado (*vide supra* 4.1.1.), identificaram-se, neste núcleo, sinais de três edificações interpretadas como de carácter residencial.

Uma reduz-se a um alinhamento de pedras, servindo de calço às paredes, sem indícios de piso interior (estrutura 12). De uma segunda restava o piso, marginado por um roço delimitativo (caneiro?) e perfurado por dois buracos de poste (estrutura 13). A presença da terceira estrutura é confirmada por restos de piso em conjugação com um buraco de poste.

Muito embora, nenhuma das estruturas habitacionais se encontre completa, podemos extrair algumas noções básicas, no que respeita à sua implantação, configuração, técnica e material construtivo.

Assim, quanto às características técnicas, quatro eram pavimentadas com um lastro de argila (com cerca de 10 cm), podendo integrar na sua composição fragmentos de cerâmica. Este tipo de piso reveste a alterite granítica em três casos e assenta sobre uma camada de ocupação noutro. Este pormenor, embora não deva ser sobrevalorizado, poderá indiciar um intervalo temporal entre a primeira e a segunda situação.

Em relação a este conjunto, não é possível identificar o material que formava as paredes das cabanas, apesar de em dois exemplos estarem patentes pequenas pedras a delimitar o pavimento.

Prova da destruição destas ou de estruturas do mesmo género é o facto de, ao longo da escavação, se terem recolhido inúmeros fragmentos de barro de cabana (piso ou revestimento das paredes), de dimensões variáveis e apresentando uma espessura balizada entre 1 e 4,5 cm e colorações que vão do laranja esbranquiçado ao cinza, contendo fragmentos de cerâmica e quartzo, em estratos romanos e medievais. Alguns fragmentos evidenciam duas camadas de piso sobrepostas, testemunhando reparações e reformas nas construções habitacionais. É igualmente admissível que alguns destes elementos, com indícios de escorificação, possam ter pertencido a lareiras.

Outro modelo construtivo é fornecido pela estrutura 12 do museu Grão Vasco, da qual remanescem vestígios do alicerce do muro, sem contudo se evidenciar a presença de pavimento, ou por este ter sido destruído, ou por consistir num piso de terra batida.

Quanto ao aparelho construtivo das paredes, à falta de vestígios concludentes, mantém-se em aberto a possibilidade de serem erguidas com materiais perecíveis (mesmo que sobre um alicerce pétreo), ou em alternativa, integralmente levantadas em alvenaria.

No que toca ao tipo de planta atestado, as estruturas 12 e 13, comprovam a presença de habitações de configuração circular ou ovalada, se bem que não se possa concluir, a partir desses exemplos, que todas as estruturas adoptassem este formato.

No que concerne às soluções preconizadas pela organização espacial face aos constrangimentos naturais, embora se assista a uma actuação transformadora sobre o meio, como parte da estratégia construtiva, como no caso da estrutura 13, que revelou o desbaste do afloramento, este esforço revela-se bastante incipiente. O traço dominante, a este respeito, passa pela adaptação das estruturas às condições topográficas do relevo. Esta norma é perceptível no aproveitamento do espaço disponível escalonado por patamares e na absorção de acidentes naturais (penedo) embebidos nas empenas, aproveitando as condições de abrigo natural, como se constata na estrutura 14. Esse aproveitamento está igualmente patente no caso da cabana da Praça D. Duarte, que se aninha numa depressão marginada por rochas mais salientes.

Outro tipo de estrutura relacionada com as edificações domésticas corresponde aos buracos de poste. Conquanto se haja identificado um número razoável de exemplos de buracos de poste, apenas em alguns casos foi possível determinar uma associação entre esses e as estruturas proto-históricas. Recorde-se que alguns poderão correlacionar-se com a fixação de mecanismos de elevação de cargas para apoio à construção das estruturas romanas. Relativamente àqueles, apenas em dois é clara a sua posição na planta da cabana, encontrando-se concretamente no interior em posição descentrada. No caso do terceiro buraco de poste (da estrutura 14), não é possível estabelecer esta relação porque se desconhece o contorno do fundo de cabana.

A lareira identificada no museu e preenchida com cinzas, carvões e fragmentos cerâmicos poderá ser enquadrada no mesmo ambiente doméstico. Uma vez que o registo estratigráfico não indicia que esta estrutura de combustão tenha funcionado num compartimento fechado, parece que terá pertencido a um cenário ao ar livre.

Em paralelo com as estruturas alusivas a ambientes domésticos de carácter residencial, cabe sublinhar a descoberta de um espaço de natureza artesanal, vocacionado para a produção de cerâmica (estrutura 11). Esta estrutura deve-se inscrever numa fase avançada da ocupação do povoado, mas provavelmente ainda anterior à dominação romana.

A proximidade entre o forno e os fundos de cabanas evidencia assim coexistência de áreas laborais e habitacionais no mesmo espaço, contrariamente ao que sucede noutros períodos onde estas actividades frequentemente são impelidas para a periferia dos núcleos urbanos.

Por outro lado, a localização de um complexo artesanal precisamente no topo da acrópole, na zona mais destacada do povoado, sugere a valorização deste sector económico no seio da vida comunitária.

Quanto ao regime de propriedade do forno, as características da cerâmica com que foi entulhada a estrutura, após a sua desactivação, levam-nos a supor que não se trataria de uma infra-estrutura comunitária, mas sim de uma instalação ao serviço de um sector social eminentemente especializado nesse tipo de tarefas (*vide infra* 6.3.2.3).

Perspectiva-se assim, um quadro social diferenciado, marcado pela especialização profissional, com reflexos ao nível económico, apoiando-se num sistema de trocas de bens, efectivo, pelo menos a nível local.

Ainda dentro do plano do funcionamento do espaço, realce-se que não se encontraram vestígios de infra-estruturas de carácter público ou comunitário, como pátios lajeados ou arruamentos, que permitam vislumbrar uma separação entre espaços comuns e privados.

Em suma, o rol de vestígios arquitectónicos conhecidos é demasiado reduzido para se extrapolar uma representação fiel da organização interna do povoado, da sua dimensão e configuração urbanística. Em termos construtivos, estamos perante estruturas presumivelmente de carácter habitacional, edificados com materiais de natureza perecível, firmados por vezes sob alicerces em alvenaria.

Desta forma, por enquanto, apenas se pode concluir do carácter fruste das construções que obedecem às condições ditadas pela morfologia do terreno, remetendo-se ao espaço livre entre o escalonamento das plataformas e os grandes blocos graníticos. Estes batólitos, comprovadamente presentes na colina da Sé, marcariam e estruturariam assim o espaço, concedendo-lhe uma modelação acidentada e irregular, podendo ser por vezes também integrados e embebidos nas construções castrejas.

VI – ANÁLISE DE MATERIAIS

6.1 – A AMOSTRA

Como referido anteriormente, parte significativa deste estudo é dedicada à análise da cerâmica de produção indígena, recuperada nas intervenções descritas no capítulo anterior.

A etapa preliminar, no processo de análise, consistiu na triagem dos artefactos enquadráveis em época pré-romana.

Esta selecção revestiu-se de particular complexidade face à heterogeneidade patente no universo de recolha. Excluindo o grupo exumado em níveis proto-históricos (que se revelou minoritário), o restante não oferece garantias de contextualização primária reportando-se a níveis históricos associados a produções romanas, medievais e até modernas. Não correspondendo, portanto a um conjunto fechado, mas sim a um lote de amplos parâmetros cronológicos. Esta circunstância converteu-se num forte embaraço, uma vez que a maioria do espólio exumado equivalia a produções vulgarmente designadas por “cerâmica comum”. Tal facto, aliado ao elevado grau de fragmentação das peças, condicionou seguramente a selecção operada.

Paralelamente, estas condições limitam drasticamente as potencialidades do estudo cerâmico (que poderia ser desenvolvido) e assumem-se (mais do que um desafio intelectual) como um forte obstáculo em termos de resultados interpretativos.

De facto, a circunstância em que os artefactos são recolhidos⁵⁰ condiciona, em termos de conteúdo e representatividade, a amostra estudada e as interpretações que proporciona (SINOPOLI, 1991, 47). Neste particular, o parcelamento e as condições de achado da colecção impedem que se esgote todo o potencial informativo dos artefactos.

No processo de selecção e triagem optou-se, primeiramente, por se subtrair os fragmentos seguramente datáveis de época romana e medieval. O apuramento dos fragmentos foi efectuado por camada, com base na observação macroscópica das características técnico-morfológicas.

Contudo, o conhecimento superficial e deficiente das produções desta região, escassamente estudadas (independentemente do período cronológico a que se reportem), inibiu-nos frequentemente de atribuir uma classificação definitiva a todos os indivíduos⁵¹.

⁵⁰ Recorde-se que os materiais estudados foram recuperados tanto no âmbito de escavação como de acompanhamento arqueológico.

⁵¹ No decorrer desta etapa contámos com o auxílio inestimável das Doutoradas Raquel Vilaça e Helena Catarino, sem o qual dificilmente teríamos ultrapassado esta fase.

Salientamos este ponto, para confessar que as dúvidas (em relação à atribuição cronológica) nem sempre esclarecidas condicionaram a selecção da amostra, imprimindo-lhe, por certo, inevitáveis contornos de subjectividade.

Neste sentido, considera-se admissível a omissão de alguns artefactos proto-históricos e, por outro lado, a inclusão de peças de tradição indígena produzidas já em época romana.

O quadro seguinte ilustra o resultado da contagem do universo estudado, de acordo com o núcleo de procedência.

Dentro da categoria “excluídos”, incluem-se as peças que ultrapassam o âmbito cronológico do estudo e os fragmentos que não forneceram forma e cuja integração se julgou inconsequente e despropositada, devido às suas limitações.

QUADRO GERAL DE CONTAGENS			
Proveniência	Inventariados	Excluídos	Total
Grão-Vasco	226	4339	4562
Mercado	57	1630	1687
R. D. Duarte 58	17	104	121
R. D. Duarte	19	1	19
P. D. à R. Hilário	2		2
R. Direita 172-176	7	409	416
R. Direita 229	5	185	190
R. Comércio	5		5
R. Sr. ^a Piedade	4		4
Total	343	6668	6986

Torna-se evidente, a partir dos valores expostos, que a amostra seleccionada para este estudo corresponde a uma fracção minoritária do corpo cerâmico geral, cuja análise se encontra prevista no âmbito de futuros trabalhos⁵².

⁵² Previstos no PNTA de 2003 “Viseu – Resultados da arqueologia urbana entre 1997 e 2003”, coordenado por P. Sobral Carvalho.

6.2 – METODOLOGIA

Numa primeira observação dos materiais, tornou-se patente a dificuldade da análise dos recipientes, numa perspectiva tipológica tradicional, devido ao seu elevado grau de fragmentação. Pelo que, com vista à compilação da informação (extraída dos artefactos e passível de instrumentalização) se elaborou, numa fase inicial, um sistema de classificação aberto e operativo, com garantias de replicabilidade.

O recurso a um instrumento analítico, que facilite a manipulação dos dados, baseia-se na compreensão de que as operações subjacentes à produção cerâmica são condicionadas, não só por exigências técnicas, mas por uma imensa variedade de decisões, que se prendem com a experiência produtiva, ditada por factores culturais e marcas individualizantes, as quais ultrapassam o domínio tecnológico, para atingirem um significado social (CASTRO MARTINEZ, 1994, 24).

Deste modo, entende-se a criação de uma base de dados como um procedimento mediador de carácter instrumental e não um fim em si. Independentemente das imperfeições de que padeça, visto não existir um método perfeito de quantificação de recipientes cerâmicos, as imagens fornecidas por esta abordagem (quantitativa) permitem dar profundidade às interpretações e modelos propostos (ARCELIN; TUFFREUAU-LIBRE, 1998, 141).

Em última análise, o objectivo deste exercício excede o processo de descrição e comparação de objectos, auferindo significado através da articulação e vinculação das suas características e inferências culturais.

Dada a necessidade de ajustar as técnicas de classificação não só aos objectivos do estudo como igualmente aos constrangimentos da amostra (SINOPOLI, 1991, 46), a selecção dos atributos descritivos foi feita com base nas características dos recipientes (após uma primeira observação dos mesmos).

Com o intuito de evitar a proliferação de nomenclaturas, seguimos os critérios propostos por H. Balfet, M., F. Fauvet-Berthelot e S. Monzon (1983) para a descrição das cerâmicas, e a terminologia proposta por J. Alarcão (1974) para a denominação das formas.

Dentro das possibilidades descritivas, privilegiou-se, involuntariamente, as de carácter morfológico. Esta circunstância justifica-se pela própria natureza da amostra e pelo facto da caracterização tecnológica ter sido empreendida apenas com base na observação macroscópica das características físicas dos indivíduos. Infelizmente as limitações associadas a este estudo, não nos permitiram proceder a outro tipo de abordagens ou metodologia de caracterização física ou química das pastas.

Tendo em consideração o significado cultural das diversas variantes de atributos e o peso distinto que podem assumir ao nível do significado social, simbólico ou económico, foram assumidas como categorias classificatórias gerais as variantes morfológica, tecnológica e decorativa. Eventualmente, poder-se-ia incluir os aspectos decorativos na variante tecnológica ou morfológica, uma vez que há uma componente de ordem prática e por vezes funcional subjacente à ornamentação da cerâmica (RICE, 1987, 144).

Contudo, como no presente caso, não se detectaram condicionamentos em termos funcionais, e dado o forte impacto visual da ornamentação, preferiu-se valorizar os aspectos relacionados com a estética e transferência de informação e conferir-lhe autonomia.

Por outro lado, a dificuldade em estabelecer relações categóricas entre formas e funções aconselhou uma sobrevalorização de critérios formais, assumindo-se o risco da associação de peças com diferentes funcionalidades dentro da mesma forma. Justifica-se esta escolha pela impossibilidade de comprovar objectivamente a funcionalidade de muitas peças, que poderiam estar adstritas a uma ambivalência de utilizações ou ter-se afastado da sua função primária (SINOPOLI, 1991, 84). No entanto, em termos gerais, a funcionalidade das várias formas detectadas é fácil de intuir, pelo que esta questão se revela secundária. Aliás, inicialmente não se encontrava prevista a integração deste descritor na ficha, uma vez que a determinação da funcionalidade dos recipientes cerâmicos excede o carácter meramente descritivo do inventário resultando de um processo interpretativo que teria lugar numa segunda fase de trabalho.

Em termos operativos, a base de informação permite, através da repetição de atributos, detectar padrões de regularidade nos processos de fabrico e no modo de utilização da cerâmica. Padrões estes, reveladores de propensões produtivas que reclamam uma análise ao nível do seu contexto cultural e cronológico.

Assim, com os dados plasmados na ficha de inventário geral, procurou-se estabelecer convergências entre variáveis, na tentativa de detectar, (através da articulação dos dados) sistemas de relações e esquemas de referência com algum significado. Um dos objectivos deste exercício consiste em confirmar se as categorias morfo-funcionais (criadas como concepções abstractas e ideais) reflectem, ao nível dos objectos reais, o agrupamento tendencial de atributos morfo-técnicos.

Na realidade, a elevada fragmentação e reduzida dimensão da amostra tornou-se, por vezes, inibidora deste propósito, de forma que, enveredamos por uma solução de compromisso, tentando, sempre que possível, recorrer à associação de atributos.

Sublinhe-se, finalmente, a ideia de que a proposta apresentada consiste numa aproximação provisória, subjectiva, sujeita a remodelações e reavaliações, em função de outras

perspectivas de observação, e também aberta, de modo a possibilitar a integração de novos testemunhos que venham a surgir.

6.2.1 – PARÂMETROS DESCRITIVOS

Por comodidade, elaborou-se uma ficha, com vários descritores, onde se assentaram e sistematizaram os dados (Anexo I). A informação assim segmentada e uniformizada tem a vantagem de facilitar a consulta e possibilitar, a posteriori, o estabelecimento de combinações.

Os primeiros descritores referem-se à identificação do fragmento e os restantes reportam-se à descrição das variáveis morfológica, técnica e decorativa.

Face à exiguidade do suporte em tabela e à dimensão da amostragem, utilizou-se um sistema analítico-descritivo simplificado, com base numa série de códigos identificadores que proporcione a normalização e tratamento estatístico dos dados.

IDENTIFICAÇÃO:

Número de registo: número de código do fragmento por ordem de inserção na base de dados.

Proveniência: Neste campo inscreve-se a procedência do fragmento, relativamente ao núcleo de recolha⁵³. Os núcleos apresentam-se sob as seguintes siglas: **GRV** (Museu Grão Vasco); **MRC** (Antigo Mercado 2 de Maio); **D.D.58** (rua D. Duarte, em frente ao nº 58); **D.D.** (rua D. Duarte); **P.D.H.** (praça D. Duarte em frente à R. do Hilário), **172-176** (rua Direita nº 172-176), **229** (rua Direita nº 229).

Estratigrafia: Inclui-se neste campo a referência à sondagem ou sector e camada dos fragmentos provenientes de escavação. No caso das peças recolhidas em acompanhamento não é preenchido.

⁵³ Apesar de se ter tentado inserir os fragmentos no inventário geral agrupados por núcleo, alguns núcleos como o do Museu Grão Vasco e o Mercado 2 de Maio encontram-se segmentados. Gostaríamos de assinalar que esta dispersão foi involuntária. No caso do museu Grão Vasco este facto explica-se por termos acedido à informação estratigráfica após grande parte da amostra já se encontrar inventariada., o que permitiu confirmar a cronologia de alguns recipientes, que numa primeira fase se consideraram de classificação duvidosa. No caso do núcleo do Mercado, o facto de não termos acedido a todo material simultaneamente explica a desagregação desta amostra em dois conjuntos.

Estampa: Menção do número da estampa correspondente ao fragmento, no caso de se encontrar desenhado.

DESCRIÇÃO MORFOLÓGICA

Tipo: Como mencionado no ponto anterior, optou-se por adoptar o sistema de classificação formal de J. Alarcão. A tipologia elaborada por este autor, embora extensa e aplicável a corpos cerâmicos de diferentes cronologias, adapta-se, perfeitamente, à nossa amostra. Um segundo motivo prende-se igualmente com as afinidades detectadas entre a cerâmica estudada por este investigador e a que aqui se apresenta.

Infelizmente, os dados que temos são muito escassos, não permitindo, geralmente, uma reconstituição morfológica mínima. Daí que, por vezes, a determinação da forma tenha sido sugerida por alguns detalhes formais, sendo que nesses casos a classificação dos recipientes no inventário geral vem seguida por um ponto de interrogação.

Por inerência à monotonia do repertório formal e às suas fronteiras cronológicas adoptou-se do quadro formal daquele autor as seguintes categorias (*vide* quadro tipológico, Est. IX e X):

1 – Pote: Recipiente fechado de médias dimensões (16 a 37 cm de diâmetro do bordo), utilizado na armazenagem e transporte de alimentos, podendo também servir para cozinhar. Corresponde à categoria tipológica mais abundante, apresentando alguma variação em termos de perfil e características tecnológicas, sendo provável que alguns exemplares, correspondendo a uma fracção minoritária do conjunto, exibissem decoração.

2 – Potinho⁵⁴: Recipiente morfológicamente semelhante ao anterior mas de menores dimensões (9 a 16 cm de diâmetro do bordo), podendo apresentar decoração. Destina-se presumivelmente a levar líquidos à “mesa” ou ao seu consumo. O colo é geralmente bem marcado, recto ou contra-curvado e as pastas bem depuradas.

3 – Púcaro: Recipiente fechado de médias dimensões armado com uma ou duas asas e podendo ostentar decoração que serviria para transportar líquidos à “mesa”. Trata-se de uma forma rara, apenas com um exemplar identificado.

⁵⁴ Para a cerâmica de Conimbriga, J. Alarcão (1975) utiliza a denominação de potinho para peças com diâmetro de bordo inferior a 10 cm. Preferimos estender esta designação a peças ligeiramente maiores por considerarmos que partilham das mesmas características gerais.

4 – Pucarinho⁵⁵: Forma semelhante aos potinhos, mas munida de uma ou duas asas. Também em termos tecnológicos não se distingue do tipo 2, podendo igualmente ostentar decoração.

5 – Panela: Recipiente fechado de média dimensão⁵⁶ (18 a 22 cm de diâmetro do bordo), geralmente bojudo, podendo em casos raros ser armado de asa, destinado a ir ao lume. Morfologicamente é idêntico aos potes, distinguindo-se destes essencialmente por apresentar pastas muito grosseiras (normalmente de tipo F1) e vestígios de fuligem na superfície exterior.

6 – Talha⁵⁷: Grande recipiente de armazenagem de líquidos ou sólidos (36 a 45 cm de diâmetro de bordo), produzido com pastas finas ou medianas. A aplicação de decoração é muito rara neste tipo.

7 – Frigideira⁵⁸: Recipiente de forma aberta, destinado á confecção de alimentos, apresentando pasta grosseira e vestígios de fuligem no exterior.

8 – Taça⁵⁹: recipiente aberto de médias dimensões destinado provavelmente ao consumo individual ou colectivo de alimentos. Trata-se de uma categoria pouco representada podendo apresentar bordo introvertido ou mais ou menos esvasado e pastas de qualidade variável.

Componentes morfológicos da peça

O recipiente cerâmico será analisado com base nos tradicionais componentes morfotipológicos do perfil (bordo, lábio, colo, bojo, fundo e asa). A descrição de todos estes

⁵⁵ Esta forma é designada de pucarinha por J. Alarcão (1974) e de púcaro por M. Martins (1987). Preferimos utilizar a denominação de pucarinho dada a presença de uma peça semelhante de dimensões maiores (nº 139) que se apelidou de púcaro.

⁵⁶ Exceptuando um exemplar de pequenas dimensões (nº 327).

⁵⁷ I. Pedro (1995), A. Silva (1986) e M. Martins (1987) utilizam a nomenclatura de *dolium* para estes recipientes. Preferimos recorrer ao termo talha para evitar a conotação cronológica associada àquela designação.

⁵⁸ M. Martins (1987) apelida esta forma de panela e A. Silva (1986) de caçoila ou assadeira, sendo que geralmente são armadas de asa interior. Como apenas se identificou um fragmento incompleto desta categoria (nº 22), ignoramos se seria provido de asa. Preferimos a designação de frigideira utilizada por Alarcão (1974) para a distinguir das panelas de forma fechada.

⁵⁹ M. Martins (1987) distingue taça e malga, apresentando a taça paredes carenadas e a malga paredes curvas. J. Alarcão (1975) faz a separação entre malga (ou tigela) e taça, sendo que a segunda é mais funda e menos esvasada do que a primeira. Uma vez que os recipientes estudados se encontram maioritariamente incompletos, o que nos impede de confirmar a altura da peça, optamos por utilizar apenas a terminação taça, incluindo nesta categoria peças de perfil hemisférico e peças de perfil descontínuo com bordo extrovertido, com ou sem carena.

elementos da peça não é obrigatória, podendo ser ou não identificados conforme se esteja perante uma forma simples ou composta ou uma peça completa ou fragmentada.

Bordo: Os atributos tidos em consideração para a descrição do bordo prendem-se com a sua diferenciação em relação ao colo/bojo, à sua orientação em relação ao eixo de simetria da peça e à presença de espessamento. Outro tipo de informação complementar analisado relaciona-se com a curvatura do dorso do bordo⁶⁰. Assim as variáveis observadas correspondem a:

- 1- Bordo apumado;
- 2- Bordo apumado com espessamento interno;
- 3- Bordo apumado com espessamento externo;
- 4- Bordo introvertido;
- 5- Bordo extrovertido com inflexão;
- 6- Bordo extrovertido;
- 7- Bordo extrovertido com espessamento interno;
- 8- Bordo extrovertido com espessamento externo;
- 9- Bordo extrovertido com espessamento interno e externo;
- 10- Bordo extrovertido com dorso plano;
- 11- Bordo extrovertido com dorso convexo;
- 12- Bordo extrovertido com dorso concavo;
- 13- Bordo em aba⁶¹ oblíqua;
- 14- Bordo em aba horizontal;
- 15- Bordo tipo “cabeça de pato” ou “cisne”⁶².

Diâmetro externo do bordo: no inventário geral este descritor vem expresso em valores absolutos, contudo para efeitos de manipulação estatística recorreu-se à representação ordinal de intervalos de medição.

Lábio – Extremo final do bordo, individualizado conforme a sua orientação e contorno:

- - Lábio voltado para o exterior plano
- - Lábio voltado para o exterior boleado;
- - Lábio voltado para o exterior biselado;
- - Lábio voltado para o interior plano;
- - Lábio voltado para o interior boleado;

⁶⁰ Esta informação apenas foi considerada em relação à cerâmica de armazenamento onde a orientação da superfície interna do bordo nem sempre correspondia à orientação da superfície externa, devido ao tipo de teste correspondente.

⁶¹ Em aba: no caso de a orientação (horizontal ou oblíqua) se desenvolver a partir de um ângulo e não de uma curva.

⁶² Esta terminologia é utilizada por alguns autores espanhóis (CABALLERO CASADO *et alii*, 2002, 184) para denominar um este tipo específico de bordo. Por vezes são também empregues as denominações de “bico de cisne” (MARTÍN BRAVO, 1999, 55), ou bordos zoomórficos ou cefálicos (RAMIRÉZ SÁNCHEZ, 1993, 214).

- - Lábio voltado para o interior biselado;
- - Lábio horizontal plano;
- - Lábio horizontal boleado;
- - Lábio horizontal biselado.

Colo: Ponderando a orientação, curvatura e estrangulamento do desenho do colo, equacionam-se as seguintes categorias: **1** - Inexistente; **1.1** - Estrangulamento; **1.2** Estrangulamento com um ressalto⁶³; **1.3** - Estrangulamento com dois ressaltos; **2** – Divergente; **3** - Vertical; **4** - Convergente; **5** – Contracurvado.

Bojo: O bojo pode adquirir as seguintes configurações: **1** - Esférico; **2** - Elipsoidal; **3** - Ovóide; **4** – tronco-cónico.

Fundo: Consoante o perfil dos fundos considerou-se as seguintes categorias⁶⁴: **1** – Base; plana; **2**- Base plana espessada; **3** - Base concava; **4** - Base plana com toro de perfil triangular; **5** - Base plana com toro de perfil quadrangular; **6** - Base plana com toro de perfil circular.

Diâmetro do fundo: expresso em cm.

Asa: Dada a raridade de fragmentos com asa, atendeu-se apenas à sua secção: **1**- secção circular; **2**- secção sub-rectangular; **3** – secção semicircular ou em D; **4** – secção geminada.

Espessura das paredes: A aferição desta informação pode ser útil no caso de pequenos fragmentos, ajudando a determinar o porte provável da peça.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

A proposta que seguidamente se apresenta baseia-se, exclusivamente, em observações macroscópicas (v. *supra* 6.2), tratando-se, portanto, de uma aproximação provisória às propriedades técnicas da colecção. Este processo beneficiaria certamente com o recurso a análises microscópicas e físico-químicas, contudo, devido aos condicionalismos do trabalho, não nos foi possível aceder a esse tipo de metodologias.

Foram contempladas as seguintes variantes: *modelação, cor, pasta e tratamento de superfícies e fabrico.*

⁶³ As categorias 1.1, 1.2 e 1.3 aplicam-se exclusivamente às talhas.

⁶⁴ As categorias 4,5,e 6, que implicam reforço do fundo, aplicam-se exclusivamente às talhas.

Modelação: Registou-se a presença de dois métodos de modelação: **1**- torno; **2** – manual.

A determinação do tipo de modelação revelou-se por vezes difícil de aferir, sobretudo nos casos dos recipientes com superfícies mais cuidadas. Quando não foi possível determinar, com certeza, o tipo de modelação empregue, recorreu-se a um ponto de interrogação, para expressar esta dúvida.

Cor: Na determinação da cor do núcleo e superfícies dos fragmentos considerou-se desnecessário o recurso às tabelas correntes, por se tratar de cerâmicas com coloração irregular. Outro aspecto tido em conta para justificar esta opção prende-se com o facto das cerâmicas serem, presumivelmente, de produção local, tornando-se inconsequente uma determinação tão detalhada. Apesar da cor derivar da conjugação de inúmeros aspectos tecnológicos (como a composição das pastas e a cozedura), é por vezes inegável o seu sentido estético (RICE, 1987, 331). De facto, tal como o tratamento de superfícies e a decoração, também a coloração dos recipientes pode assumir um valor ornamental.

Identificaram-se as seguintes tonalidades: **1** – Beije; **2** – Laranja/vermelho; **3** – Castanho chocolate; **4** – Cinza; **5** – “Café com leite”; **6** – Rosado; **7** – Castanho avermelhado; **8** – Preto. Quando se verifica uma oscilação entre tonalidades é colocado um travessão entre ambas.

Pasta

A variável pasta é analisada através de vários descritores, como sejam a compactidade, identificação dos elementos não plásticos, granulometria e frequência. Da conjugação destas categorias determina-se a qualidade da pasta. Convém lembrar que esta caracterização apresenta um elevado grau de imprecisão e deverá ser encarada como uma esforço de aproximação de feição “impressionista”.

Compactidade: Este descritor revelou-se particularmente penoso de avaliar, dados os meios de que dispomos e que se resumem à simples observação das fracturas. Muito embora se reconheça a subjectividade da sua aferição, estamos convictos da sua utilidade, na posterior caracterização do tipo de pasta. Foram atribuídas as seguintes categorias: **1**- Pasta compacta; **2** – Pasta friável; **3** – Pasta medianamente compacta.

Elementos não plásticos⁶⁵: A identificação da natureza dos elementos não plásticos deverá ser encarada com as limitações decorrentes da impossibilidade de recurso a meios

⁶⁵ Preferimos utilizar esta terminologia em vez de têmpera ou desengordurante, porque não dispusemos de meios para confirmar se os elementos não plásticos se encontravam na composição das argilas ou se foram posteriormente adicionados.

microscópicos. Assinalam-se as seguintes ocorrências: **1** – Mica; **2** – Quartzo; **3** – Feldspato; **4** – Partículas brancas opacas (calcite, ossos?); **5** – “Grog”; **6** – Partículas orgânicas.

Granulometria: O tamanho dos ENP foi avaliado a partir das partículas que apareciam em maior número e apresentado em mm. Nos casos em que se observa a presença ocasional de elementos de calibre muito superior aos restantes (mais de 3 mm), esta ocorrência é assinalada com um asterisco.

Frequência: Em relação à frequência ou densidade de ENP na pasta foram estabelecidos três grupos: **1** – Raros; **2** – Moderados; **3** - Abundantes.

Tratamento de superfícies: Os processos de tratamento das superfícies foram apreciados tanto para a superfície interna como para a externa. Esta variante pode traduzir quer preocupações funcionais, quer decorativas (RICE, 1987, 138). Foram observadas as seguintes possibilidades: **1** – Rugosa (pode resultar tanto da ausência de preocupação no acabamento da peça como de corrosão pós-deposicional); **2** – Alisada; **2.1** – Alisamento cuidado (difere do simples alisamento porque a superfície apresenta-se suave ao toque e não áspera); **3** – Polida; **4** – Espatulada; **5** – Brunida; **6** – Com engobe.

Foi ainda contemplada a aderência de negro de fumo assinalada com um °, bem como a presença de impressões vegetais assinalada com o símbolo ♠.

Fabrico: A conjugação das variáveis da pasta, *compactidade*, *ENP*, *granulometria* e *frequência*, permitiu identificar pastas de fabrico fino, mediano e grosseiro, subdivididas em sete grupos:

C1 – Pastas compactas, com fraca porosidade, e presença rara a moderada de quartzo e mica de pequeno calibre (<0,5 a 1 mm). Podem surgir ocasionalmente a inclusão de partículas orgânicas e grog.

C2 – Pastas compactas, com fraca porosidade, com presença rara a moderada de feldspato e frequentemente quartzo e mica de pequeno calibre (< 0,5 a 1 mm). Verifica-se ocasionalmente a presença de partículas orgânicas ou grog.

C3 – Pastas micáceas, compactas, com fraca porosidade e presença rara a moderada de mica de pequeno e médio calibre (< 0,5 a 1 mm).

M1 – Pastas medianamente compactas com presença moderada de quartzo e mica (onde geralmente predomina o primeiro) de médio a grande calibre (1 a 3 mm).

M2 – Pastas medianamente compactas, com presença moderada a abundante de feldspato e frequentemente quartzo e mica, de médio a grande calibre (1 a 2,5 mm). Ocasionalmente podem incluir partículas orgânicas.

F1 – Pastas grosseiras, pouco compactas, com presença elevada de quartzo e mica (onde predomina o primeiro) de grande calibre (1,5 a 2 mm).

F2 – Pastas grosseiras, pouco compactas, com presença elevada de feldspato, quartzo e mica (os últimos dois podem-se encontrar ausentes) de médio a grande calibre (1 a 2 mm).

DESCRIÇÃO DECORATIVA

Técnica decorativa: Neste campo socorremo-nos da proposta de Rice (1987, 145-147), constatando-se a ocorrência das seguintes possibilidades: **1-** Brunido; **2-** Inciso; **3** – Puncionado; **4** – Estampilhado; **5** – Impressão com elemento vegetal⁶⁶; **6** – Ungulado; **7** – Impressão com rodízio⁶⁷.

Motivos/Composições decorativas:

O estado muito fragmentado de toda a cerâmica dificultou inevitavelmente a análise das organizações decorativas. Assim, o risco de as composições abaixo descritas se encontrarem incompletas deve ser aceite como muito provável. Malgrado as composições detectadas poderem não corresponder ao seu desenho integral, o grau de informação que transmitem justifica plenamente a sua apresentação.

As organizações decorativas foram agrupadas da seguinte forma (*vide* quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII):

Tipo I: Organização linear de traços oblíquos ou verticais, produzidos por incisão ou impressão, inscritos em bandas horizontais delimitadas por linhas incisivas ou caneluras. Como os fragmentos não apresentam perfil completo é possível (como acontece em três casos) que existam bandas adicionais.

Tipo II: Organização linear em bandas horizontais, formadas por incisão e/ou impressão assumindo motivos em espinha ou espiga.

Tipo III: Organização horizontal de linhas quebradas em zig-zag, desenhadas por incisão.

Tipo IV: Composições mais elaboradas descrevendo padrões triangulares ou reticulados, formadas por incisão e/ou impressão.

⁶⁶ Embora Rice (1987, 145), inclua as impressões produzidas com elementos vegetais e as ungulações na categoria de puncionamento, consideramos preferível individualizá-las.

⁶⁷ Esta técnica por vezes é difícil de distinguir do estampilhado (RICE, 1987, 140). Alguns autores (FABIÃO, 1998, Vol. II, 82) preferem a designação de roleta, à de rodízio (ARNAUT; GAMITO, 1974-1977).

Tipo V: Faixas horizontais formadas pela repetição linear simples de matrizes impressas. As matrizes podem ser aplicadas por meio de rodízio, caules vegetais ou ungulações.

Tipo VI: Faixas horizontais formadas pela repetição linear simples de impressões produzidas por estampilha.

Tipo VII: Padrão formado pela repetição linear, alternada de mais do que um motivo e/ou técnica decorativa. O subtipo VIIh distancia-se dos restantes, ostentando aparentemente uma organização metopada, conjugando impressões e incisões.

Tipo VIII: Motivos formados por sulcos brunidos.

Distribuição da decoração: Este campo respeita à localização da decoração na peça. Detectam-se as seguintes possibilidades: **1** – na ligação entre o colo e o bojo; **2** – no bojo; **2.1** – no ombro.

6.3 – ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Com base nos critérios apresentados, os dados referentes aos recipientes foram inseridos no inventário geral e convertidos posteriormente em quadros que passamos a analisar (Anexo II).

Ocasionalmente, considerou-se vantajoso o recurso aos histogramas como meio eficaz de ilustrar os resultados. No entanto, estes não dispensam o aceso aos quadros de origem (anexo II), a partir dos quais se traçam as linhas de caracterização do conjunto estudado.

Na apreciação das características da cerâmica parte-se, geralmente, da amostra contextualizada do museu Grão Vasco (e por vezes do núcleo D. Duarte 58), como ponto de referência e comparação, para os resultados da amostra geral, subdividida por núcleos de procedência.

Como referido anteriormente, apenas se teve em consideração os fragmentos que apresentam um carácter distintivo em termos formais ou decorativos, não se recorrendo para efeitos de análise aos fragmentos sem forma ou decoração. Esta opção justifica-se no caso dos núcleos provenientes de acompanhamento por razões óbvias e no caso dos que resultam de escavação por não se julgar pertinente em termos informativos a sua inclusão.

Recorde-se igualmente que a elevada fragmentação das peças limita a interpretação da amostra, condicionando especialmente a análise morfológica e das organizações decorativas.

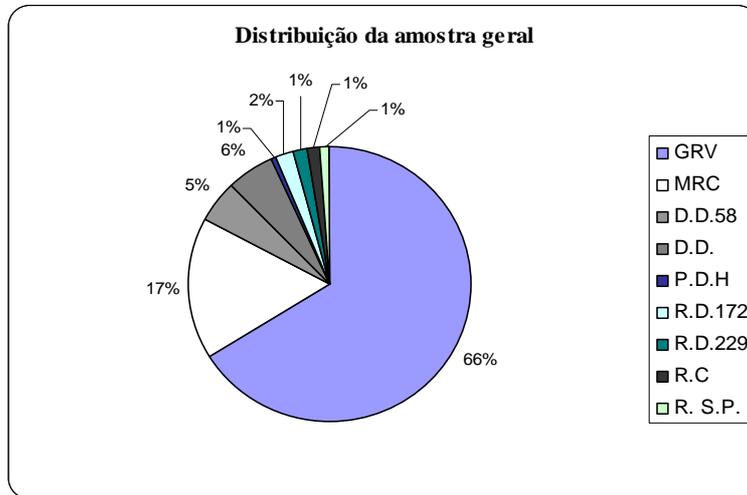
Os resultados quantitativos dos quadros são apresentados em valores absolutos. Em situações em que facilitem a comparação e confrontação de dados, estes são convertidos igualmente em valores percentuais. Este procedimento não foi aplicado indiscriminadamente a todos os campos, devido à preponderância de amostras com valores reduzidos, cuja conversão em frequências relativas resulta numa flagrante distorção de valores.

6.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DA CERÂMICA PELOS DIVERSOS NÚCLEOS

Antes de encetar a descrição técnico-morfológica, cabe apresentar a distribuição da amostra pelos núcleos. Deste modo, adquire-se uma noção geral da qualidade e quantidade do material.

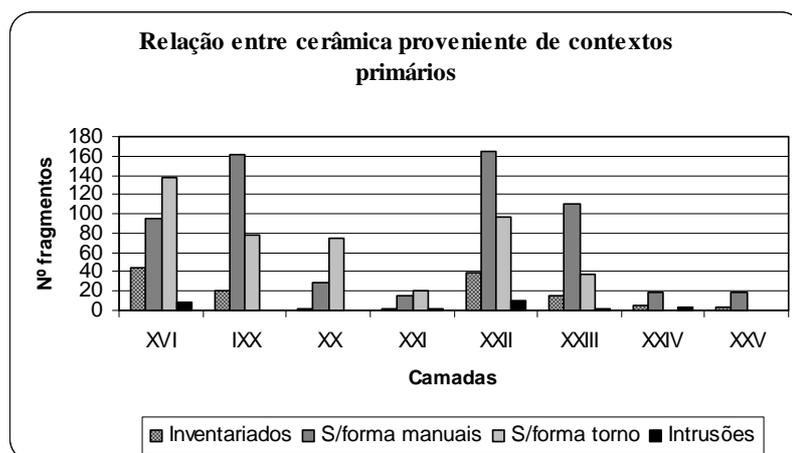
Relativamente à cerâmica do núcleo do Museu Grão Vasco, optou-se por segmentá-la em dois grupos. O primeiro recolhido nos níveis proto-históricos, é analisado individualmente por camada e o segundo recuperado em contextos posteriores é analisado em conjunto e designado por restante.

A amostra geral, composta por 343 indivíduos, é oriunda de nove núcleos, dos quais o mais expressivo (66 % e 226 fragmentos) é o núcleo do Museu Grão Vasco. Quantitativamente o núcleo do Mercado é o segundo mais representativo (17% e 57 fragmentos). Os restantes núcleos correspondem a uma pequena percentagem da amostra geral.



Contabilizando a amostra do Museu Grão Vasco, a proporção entre a cerâmica oriunda de contextos primários e secundários é de 59% para 41%, predominando os primeiros por uma ligeira margem.

Por sua vez, a maioria dos fragmentos, recolhidos no primeiro grupo do núcleo do Museu Grão Vasco, não oferecem condições de inventariação (ausência de forma ou decoração), sobressaindo a reduzida percentagem fragmentos inventariados (12%) (Quadro 1).



Ainda no mesmo quadro, é possível observar uma evolução progressiva, em termos estratigráficos, entre fragmentos sem forma de fabrico manual e ao torno. Sendo que os

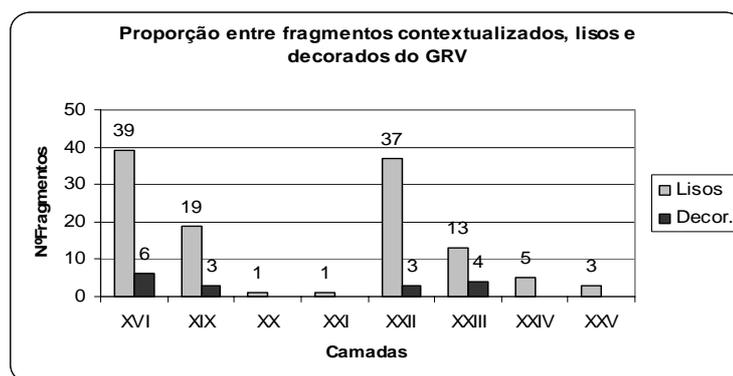
fragmentos manuais são dominantes nas camadas mais antigas (c. 25, 24 e 23), enquanto os fragmentos ao torno se mostram inversamente maioritários nas camadas de formação mais recente (c. 16, c. 20 e c. 21).

No que respeita ao material estudado (inventariado) este apresenta valores relativos que oscilam entre 1% e 19% dentro do universo individual das camadas. Já as intrusões (que concretamente correspondem a materiais de cronologia romana) têm uma representatividade que varia entre os 15% e 0% com uma média de 2%. A percentagem de 15% deve ser encarada como uma anomalia, sendo que esta expressividade se deve ao reduzido número de fragmentos da camada 24.

O cálculo da densidade de material, por camada, não foi tentado, por impossibilidade de se aferir a volumetria dos vários estratos. A irregularidade topográfica e o facto de alguns estratos se confinarem a pequenas cavidades no terreno impediu a estimativa desta ratio. Independentemente deste obstáculo, o confronto entre os registos estratigráficos da escavação (Est. VI, VII) e a frequência de cerâmica no grupo um (histograma precedente) faz coincidir os estratos com maior frequência de material com os que apresentam uma potência estratigráfica mais elevada (c. 16, 19)⁶⁸.

6.3.2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMOSTRA

Atendendo ao volume percentual de cerâmica decorada e lisa patente nos quadros 2 e 3, constata-se uma ligeira discrepância entre os valores fornecidos pelos contextos fechados (primeiro grupo do núcleo do museu Grão Vasco e D. Duarte 58) e os demais.



Embora sempre dentro de um intervalo constante que não ultrapassa os 19%, a cerâmica decorada apresenta valores inflacionados nas amostras provenientes de acompanhamento e

⁶⁸ As camadas 20, 2 e 22 escapam a esta regra, devido à reduzida frequência de material da primeira e à elevada frequência patente na segunda.

escavação de contextos históricos em relação às provenientes da escavação de contextos proto-históricos. Este facto pode-se dever à subjectividade da selecção efectuada. Ou seja, o carácter distintivo da decoração oferece à partida, mais garantias de inserção cronológica do que as particularidades morfo-técnicas. Exemplificando, no seio de um conjunto heterogéneo de cerâmica, a atribuição de cronologia a um padrão decorativo é quase imediata, ao contrário do que sucede com um fragmento de fundo ou bordo.

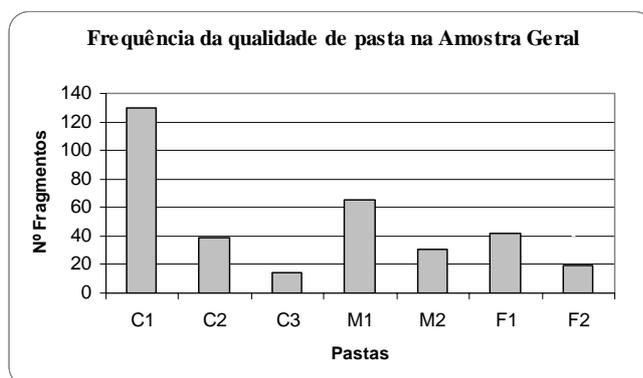
Não obstante esta ligeira variação de valores, reconhece-se claramente um equilíbrio proporcional entre os dois grupos em que o volume de fragmentos decorados representa cerca de um quinto do volume total da amostra.

6.3.2.1 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS

Atendendo à técnica de produção, o primeiro aspecto ponderado é o tipo de modelação das peças.

Numa apreciação geral desta variante, o quadro 5 expressa as disparidades patentes entre os vários núcleos. Apesar da discrepância detectada entre os núcleos, no cômputo geral, a proporção entre os dois grupos de modelação revela-se equilibrada, tal como no primeiro grupo do Museu Grão Vasco (Quadro 4). Portanto, será de admitir com algumas cautelas a coexistência dos dois tipos de modelação sem que se verifique uma prevalência clara da parte de nenhum.

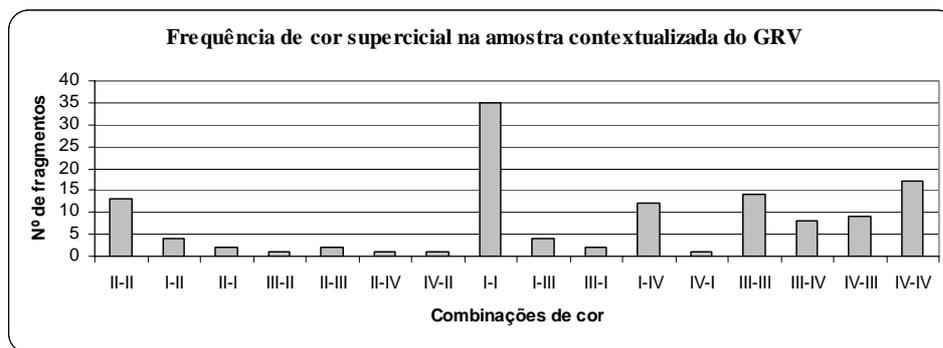
Curiosamente, no que toca à qualidade da pasta, nota-se uma conformidade de valores e tendências gerais entre a amostra do Grão Vasco e a amostra geral.



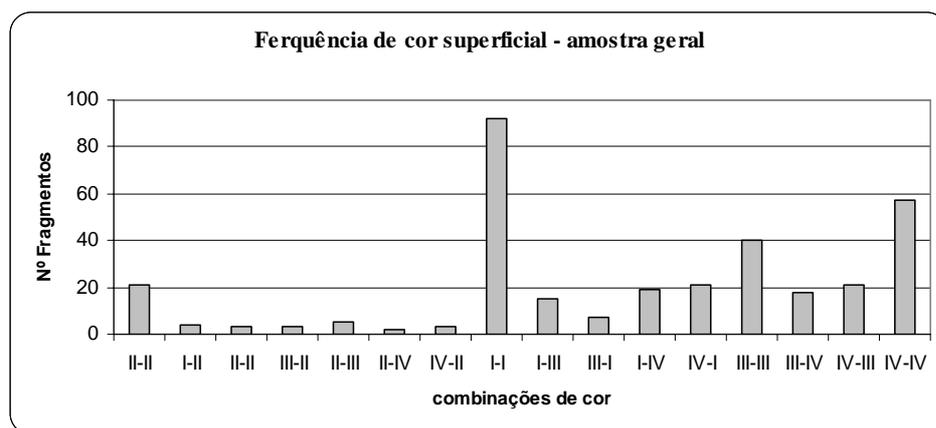
Os quadros 6 e 7 revelam uma preponderância das pastas finas (51%), especialmente na variante C1. Seguem-se as pastas de qualidade mediana (30%) e grosseira (19%), com valores mais expressivos para as variantes M1 e F1, respectivamente.

Quanto à cor, apesar deste constituir um factor relativamente arbitrário, as tendências observadas podem-se revelar sugestivas em termos interpretativos.

Embora no inventário geral se tenha utilizada a paleta de cores descrita no capítulo da metodologia, na conversão destes valores para os quadros tornou-se imperioso reduzir o número de combinações, para evitar esvaziar o significado destas pela sua multiplicação. Assim a variável 1 passa a integrar as cores 1, 5 e 6 do inventário geral, a 2 corresponde á 2, a 3 à 3 e 7 e a 4 à 4 e 8.



Apesar deste subterfúgio, apurou-se um considerável número de combinações. As combinações são expressas em numeração romana, separando-se a superfície interna da externa por um traço.



O confronto entre os valores relativos patentes nos quadros 8 e 9 deixa transparecer a consonância entre os resultados da amostra do museu Grão Vasco e da amostra geral.

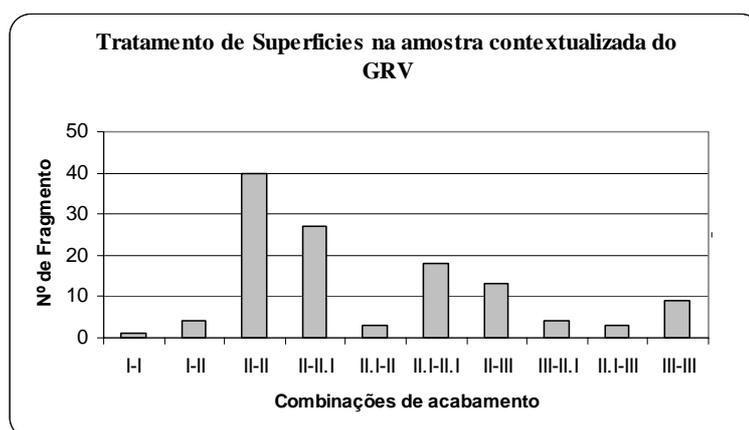
Assim, a combinação predominante é a que conjuga cores claras (I-I), correspondendo a 28% do universo estudado.

A segunda combinação mais frequente é a de tons cinzentos (IV-IV) que equivale a 17% da amostra geral. Segue-se, com uma frequência de 12%, a combinação de castanhos (III-III). Menos representados, com uma representação de 6%, encontram-se recipientes de interior cinza e exterior castanho (IV-III), de interior cinza e exterior de tom claro (IV-I) e de cores quentes em ambas as superfícies (II-II). Com igual valor de 5%, temos os restos cerâmicos de interior claro e exterior castanho (I-III) e de interior castanho e exterior cinza (III-IV).

As restantes combinações correspondem a ocorrências vestigiárias.

Os quadros 10 e 11 traduzem os valores referentes à cor do núcleo. Mais uma vez se confirma a semelhança de resultados entre a amostra do Museu Grão Vasco e a amostra geral.

Predominam, com valores aproximados, as tonalidades de castanho claro (39%), e de cinzento (38%). Com uma presença inferior, as pastas castanhas correspondem a 15% e as de cores quentes apenas a 9% da amostra.



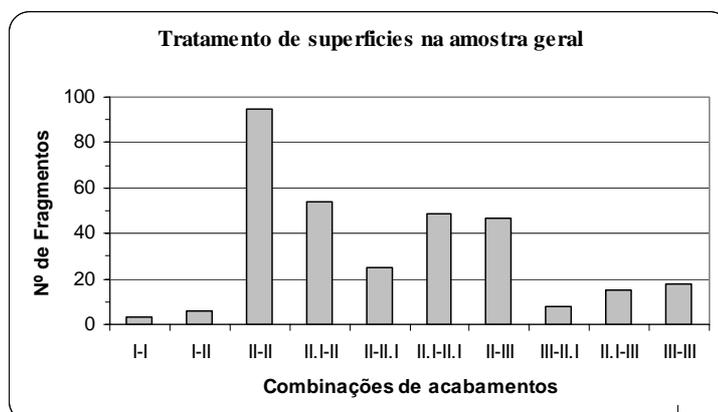
No tratamento das superfícies foi equacionada a conjugação da superfície interna e externa, uma vez que da combinação destas se podem inferir pistas em relação à funcionalidade ou valor decorativo da peça.

Face às tendências patentes nos quadros 12 e 13, admite-se um elevado grau de variabilidade em toda a amostra, relativamente às soluções de acabamento das peças.

Uma vez mais, não se detecta uma discordância significativa entre a amostra do Museu Grão Vasco e as demais.

O grupo mais numeroso corresponde às cerâmicas alisadas interna e externamente (II-II) que equivalem a 29% da amostra, secundado, em termos quantitativos, pelas peças com simples alisamento interno e alisamento mais cuidado na superfície externa (II-II.I) correspondendo a 16% do conjunto. Com o valor de 15% encontram-se indivíduos que evidenciam alisamento

cuidado nas duas faces (II.I-II.I) e alisamento interno com polimento na superfície externa (II-III). As restantes soluções de acabamento tem pouca expressão quantitativa.



Destes resultados transparece a fraca preocupação com o tratamento das superfícies que se resume ao simples alisamento em mais de um quarto da amostra. Em relação às peças com acabamento mais cuidado, nomeadamente polido, na maior parte dos casos, verifica-se que esta técnica se aplica exclusivamente à superfície externa e geralmente ao dorso do bordo, solução que aparenta ter uma finalidade mais decorativa do que funcional, uma vez que exclui as zonas menos visíveis onde, do ponto de vista funcional, este cuidado mais se justifica.

6.3.2.2 – CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS GERAIS

No âmbito das características formais, valorizou-se sobretudo o estudo dos bordos, uma vez que foi impossível reconstituir formas inteiras.

A nível morfológico, o espólio inventariado soma 185 fragmentos de bordo (67%), 69 fragmentos de fundo (25%) e 25 fragmentos de asas (8%). Os restantes fragmentos correspondem a colos ou bojos com decoração.

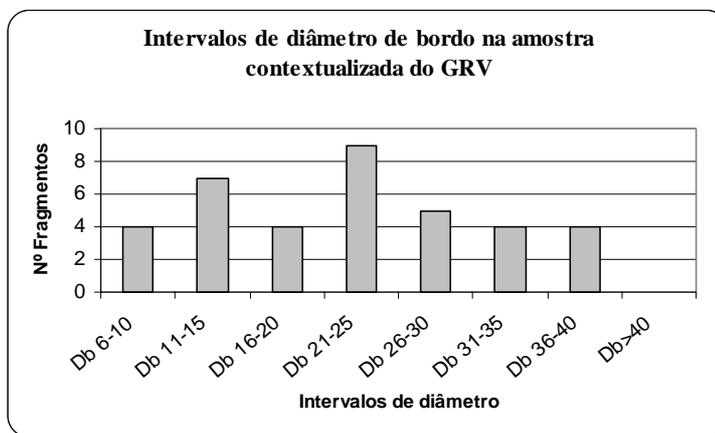
Do montante de bordos identificados, foi possível definir o diâmetro de 125 fragmentos.

Conquanto a amplitude dos bordos seja descrita no inventário geral em valores absolutos, na elaboração dos quadros revelou-se mais adequada a utilização de intervalos de diâmetro (5 cm). Esta medida prende-se com uma questão de segurança (no sentido de minimizar o erro da atribuição de valores absolutos) e com uma questão prática (para facilitar a categorização em grupos).

Assim, os quadros 14 e 15 exprimem em termos quantitativos a distribuição e frequência de diâmetros nas várias amostras.

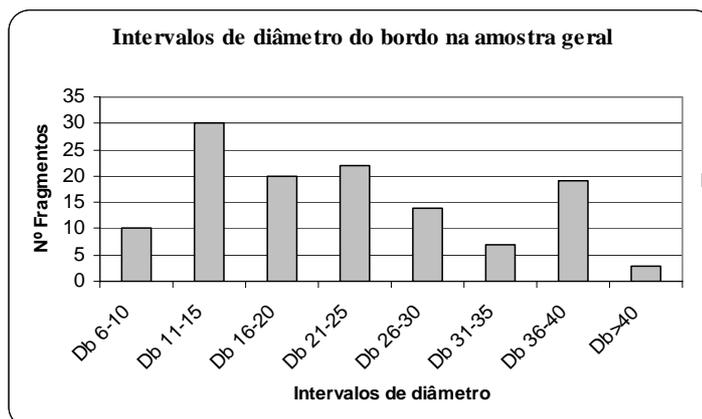
No núcleo do Museu Grão Vasco, observa-se uma variação dos valores percentuais entre o grupo correspondente aos níveis proto-históricos e o grupo dos níveis posteriores. Esta

variação deriva do acréscimo de bordos de grande diâmetro (36-40cm) presentes no segundo grupo. Na realidade, estes bordos (de grande amplitude) pertencem às numerosas talhas recuperadas principalmente, no interior do forno (estrutura 11), no seio da camada 10f, e possivelmente produzidas naquela unidade.



Contudo, no cômputo geral a categoria mais repetida corresponde aos pequenos diâmetros (11-15 cm). Os diâmetros médios estão também relativamente bem representados, distribuídos pelos grupos 16-20 cm (16%), 21-25 (18 %) e 26-30 cm (11%). Os recipientes com pequenos diâmetros (6-10 cm) apresentam uma frequência relativamente baixa (8%), sendo contudo mais representativos do que o grupo de 31-35 cm (6%) e o grupo com diâmetros superiores a 40cm (2%).

55



Como já referimos, o grupo correspondente ao intervalo 36-40 cm apresenta algumas particularidades que aconselham cautela na aceitação do seu valor percentual.

Quanto aos fundos, estes são maioritariamente de base plana (41 fragmentos, 59%), sendo, igualmente, frequentes os de base plana espessada (19 fragmentos, 28%). Mais rara é a

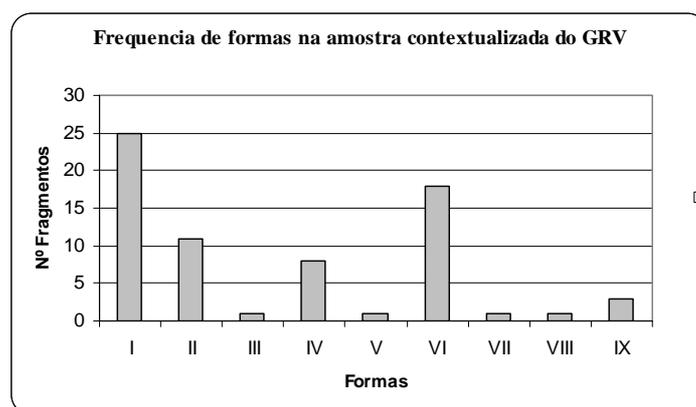
categoria dos fundos de base plana reforçada com toro de perfil triangular (7 fragmentos, 10%) e quadrangular (2 fragmentos, 3%).

Do conjunto dos fundos foi possível determinar o diâmetro de 49 fragmentos, sendo que os de base plana simples apresentam o maior grau de variação, oscilando entre os 6 e 22cm. Os exemplares espessados oferecem um intervalo de variação entre os 25 e os 30 cm⁶⁹. Os fundos com toro de perfil triangular mostram um registo semelhante, oscilando entre os 26 e 30cm, enquanto que apenas se registou um diâmetro de 24 cm para os de toro de perfil quadrangular.

Estes valores traduzem um aspecto evidente na inventariação, que indexa os fundos reforçados (espessados ou com toro) aos grandes recipientes, enquanto que os fundos simples poderão pertencer a formas de pequeno e médio porte.

Por último, as asas são, na generalidade, de secção circular (8 fragmentos) ou sub-rectangular (9 fragmentos), sendo também, ocasionalmente, de secção semicircular (5 fragmentos). As asas geminadas encontram-se apenas representadas por um fragmento.

A espessura registada nas asas oscila entre 13 e 25 mm.



Passando dos componentes morfológicos dos recipientes para as formas, foi possível determinar a forma de 216 fragmentos.

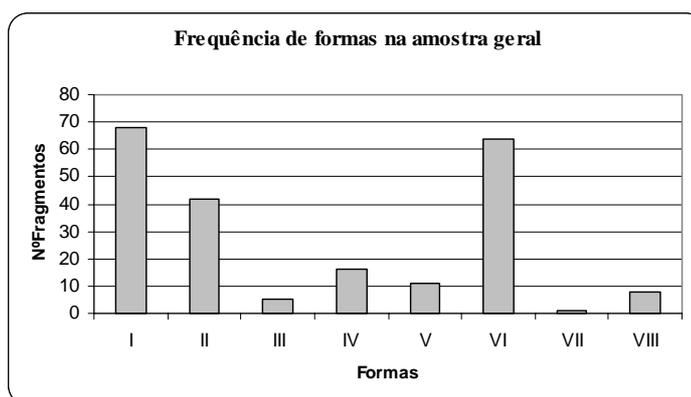
Neste contexto, da análise da frequência das formas, é conveniente ter em linha de conta factores como o volume da peça, a ratio entre varias peças e a sua expectativa de duração (SINOPOLI, 1991, 87).

A partir dos resultados indexados a este ponto, pode-se constatar um profundo desequilíbrio na representação das várias categorias formais. Este desfasamento é ainda mais acentuado quando se confronta a amostra contextualizada do Museu Grão Vasco (quadro 16) com a amostra geral (quadro 17).

⁶⁹ Exceptuando um exemplar com 10 cm de diâmetro de fundo.

Se compararmos os diversos grupos provenientes de escavação, verificamos que a forma 6 atinge valores mais elevados que as restantes apenas no Museu Grão Vasco. Este facto prende-se eventualmente com o aspecto que já focámos em relação aos diâmetros de bordo. Ou seja, que a presença de uma unidade de produção (possivelmente vocacionada para o fabrico de talhas) tenha inflacionado substancialmente a presença da forma 6, naquele espaço em concreto, e condicionado assim a amostra geral.

Efectivamente é difícil justificar esta anomalia por outros motivos. Atendendo a que as talhas se encontram (em ambientes domésticos) estacionárias, tendem a ser pouco manejadas ou movimentadas e não estão expostas ao stress termal, no seu uso quotidiano, é forçoso admitir que possuam uma longevidade muito superior à dos restantes recipientes. Neste sentido, Sinopoli (1991, 87) alerta para o facto de que os grandes recipientes devam (em contextos domésticos) ser recuperados numa frequência menor do que as pequenas peças de servir ou cozinhar. Portanto os valores registados no núcleo do Grão Vasco, relativamente à forma 6, sugerem que estes fragmentos não provêm de contextos relacionados com a sua utilização mas sim, muito provavelmente com a sua produção. Esta conjectura vem reforçar ainda mais a vínculo, já detectado em termos estratigráficos, entre o forno, identificado no núcleo do Grão Vasco, e o avultado numero de grandes recipientes exumados no seu interior. Pode-se objectar que este vínculo é apenas artificial uma vez que não se verifica durante o período de actividade do forno, mas sim quando este após a sua desactivação é convertido em entulheira. Contudo, o ponto fundamental nesta questão não é comprovar que os recipientes descartados na entulheira foram produzidos naquele forno em particular, mas sim, que provêm do mesmo complexo produtivo.



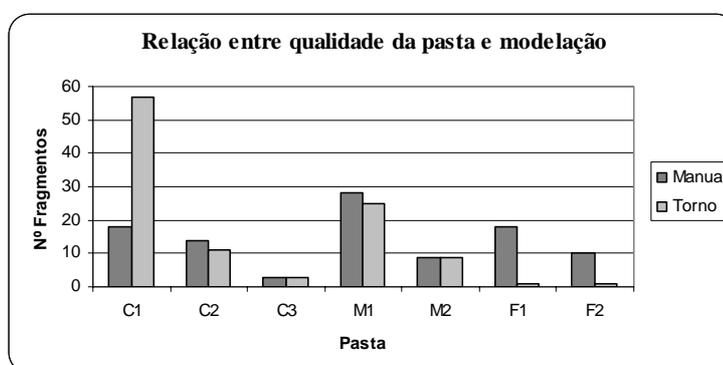
Muito bem documentados em todos os núcleos encontram-se os potes; os potinhos são um pouco menos frequentes mas igualmente bem representados, seguidos dos pucarinhos e das panelas.

Os púcaros, malgas e frigideiras, pelo contrário, fazem-se notar pela sua raridade.

6.3.2.3 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICO-MORFOLÓGICAS

Apesar da reduzida dimensão da amostra, procurou-se estabelecer correlações entre diversas variáveis técnicas e morfológicas, com o objectivo de detectar orientações subjacentes à produção. Muitas dos dados obtidos são facilmente intuídos de forma empírica, mas garante-se assim uma maior sustentabilidade de conclusões.

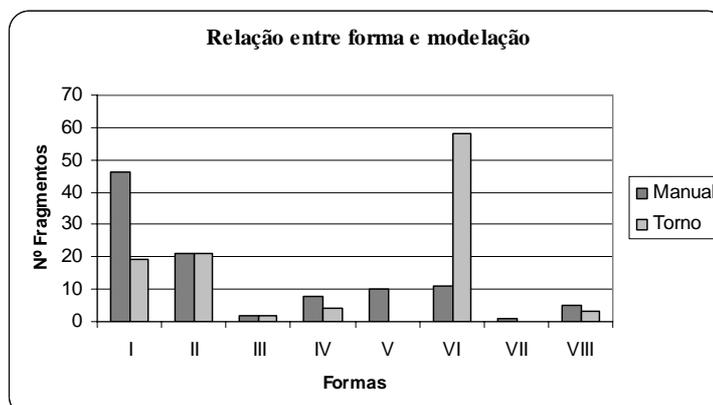
A elaboração dos quadros 19 e 20 proporcionou-se a detectar associações entre as variáveis forma, qualidade da pasta e modelação. Embora nem todos os dados sejam significativos, devido, sobretudo, à fraca representatividade de algumas formas, foi possível observar comportamentos tendenciais sugestivos.



58

Quando, no campo das técnicas de produção, se confronta a qualidade da pasta e o tipo de modelação é possível vislumbrar algumas linhas dominantes.

Assim, constata-se que na modelação manual são empregues, de forma razoavelmente homogénea, diferentes tipos de pasta, enquanto que na modelação ao torno destaca-se a aplicação preferencial de pastas depuradas e medianas. Esta propensão explica-se, em parte, porque o fabrico de recipientes ao torno exige argilas mais depuradas (RICE, 1987, 128-129).



Um segundo aspecto ponderado prende-se com a proporção entre a forma e os seus atributos técnicos.

O exame dos resultados obtidos sugere que determinadas formas se associam preferencialmente a um tipo de modelação, pasta ou tratamento de superfícies.

Assim, embora se assinale simultaneamente a ocorrência de potes de fabrico manual e ao torno, o primeiro exemplo é mais usual.

O inverso aplica-se às talhas que são maioritariamente montadas (pelo menos parcialmente) à roda.

As formas II, III, IV, e VII apresentam-se fabricadas segundo as duas técnicas, sendo a exiguidade dos exemplares impeditiva de maiores ilações.

Sintomático é o facto das panelas serem quase exclusivamente de fabrico manual.

Partindo destas observações, podemos concluir que as peças de forma mais simples e que requerem uma menor especialização em termos produtivos como os potes e panelas denotam um menor investimento em termos de modelação (do ponto de vista dos meios técnicos).

Neste sentido, coloca-se a hipótese de provirem de unidades de produção de pequena escala, pouco especializadas e de fracos recursos, eventualmente de cariz familiar, que serviriam para suprir as necessidades de consumo mais básicas e imediatas.

Contrariamente, peças como os grandes recipientes de armazenamento, que envolvem um grau de investimento e de conhecimento técnico mais elevado, caracterizam-se por um tipo de fabrico mais evoluído. Desta forma, será legítimo equacionar a hipótese destes artefactos constituírem o produto de unidades de fabrico especializadas, com escalas de produção superiores, já não orientadas para o auto-consumo, mas para outro tipo de relações produtivas de carácter mercantil.

Esta interpretação é de certo modo ociosa na medida em que não possuímos dados que a comprovem. É razoável objectar-se que as fornadas de talhas poderiam coexistir com outro tipo de recipientes de forma a proporcionar maior estabilidade e acomodação das peças. De facto trata-se de uma possibilidade atestada em épocas mais recentes e perfeitamente plausível.

Contudo alguns estudos sugerem que as escalas de produção de cerâmica têm implicações na natureza do produto, nomeadamente no que concerne à standardização das formas e à qualidade da cozedura (SINOPOLI, 1991, 101).

Para a região sudeste, C. Fabião (1998, 32-34) apresenta um ponto de vista genericamente concordante. Em termos hipotéticos coloca a questão de o uso do torno mais rapidamente se generalizar aos recipientes de consumo individual, do que aos grandes recipientes de armazenagem, facto que não conseguimos comprovar neste particular.

Em relação a estes, o autor observa uma evolução diacrónica no seu modo de produção. Numa primeira fase os recipientes moldados à mão seriam sujeitos a um alisamento cuidado,

eventualmente com o auxílio de uma “torneta ou “torno assistido”, resultando daí uma “falsa ideia da utilização de um movimento circular regular”. Nesta fase os recipientes caracterizam-se igualmente por uma padronização decorativa que se esbate progressivamente a partir dos fins do séc. III a.C. a que nos referiremos posteriormente (v. *infra* 6.4.4). Já os fabricos mais tardios denotam o uso generalizado do torno, uma grande homogeneidade e uma simplificação decorativa que sugerem transformações nos processos produtivos, com a eventual especialização e massificação dos mesmos.

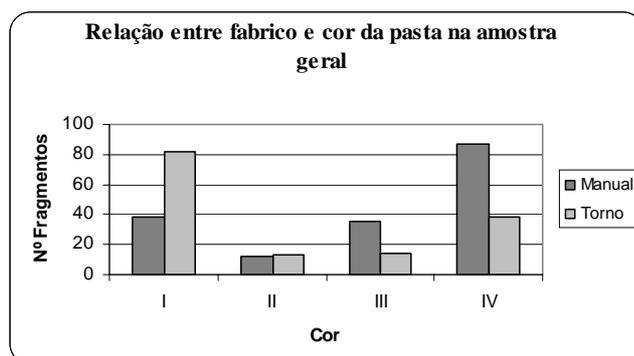
De facto, pelas suas características, a grande maioria das talhas aqui estudadas parece enquadrar-se neste segundo grupo que, de acordo com o mesmo investigador, se encontra estreitamente relacionado com a passagem da produção de cerâmica para um domínio especializado, como se verifica igualmente na área dos vetões (*ibid.*, 34).

Vejamos esta questão sob outra perspectiva. Se tivermos em atenção a correspondência entre a cor do núcleo e o tipo de modelação, fica atestada a uma ligação directa entre as duas variantes.

De facto, o quadro 21, expressa claramente que as peças de fabrico manual ostentam preferencialmente cores escuras, como o castanho e o cinzento, enquanto as peças montadas a torno possuem na generalidade pastas de tons claros.

A variação pictórica das pastas e superfícies não se coaduna com explicações simplistas assentes unicamente no ambiente de cozedura da cerâmica. Uma infinidade de condicionantes interferem nesse processo físico-químico e a oxidação da cozedura corresponde somente a um dos factores em causa (RICE, 1987, 333).

Infelizmente, não dispomos de meios que permitam aferir com exactidão os agentes determinantes na coloração destes fragmentos, pelo que avançamos com explicações meramente plausíveis.



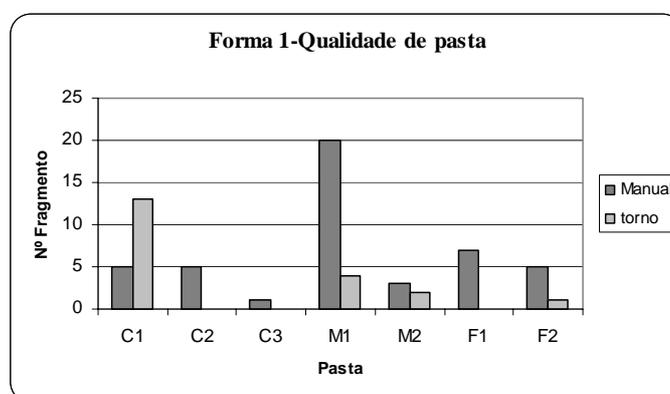
Caso se aceite que as diferentes cores observadas correspondem a ambientes de cozedura distintos, torna-se evidente que as peças moldadas manualmente (que apresentam pastas escuras) não procedem da mesma unidade de produção que as peças montadas ao torno (com pastas de coloração clara).

Partindo desta premissa, a conjectura avançada anteriormente assume maior credibilidade, sendo assim admissível a coexistência de distintos modelos de produção, funcionando de forma complementar.

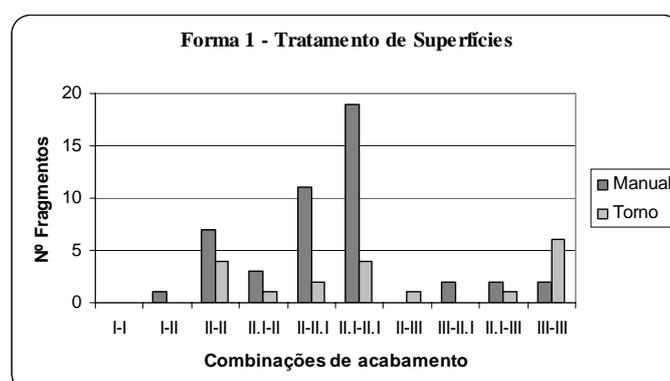
Nesta óptica, tentou-se conjugar o tipo de modelação, pasta e tratamento de superfícies com a forma, para averiguar como se relacionam estas variantes e em que sistema de produção se enquadra preferencialmente cada forma.

Relativamente à forma 1 detecta-se uma coincidência entre as pastas medianamente depuradas e o fabrico manual e as pastas depuradas e o fabrico ao torno.

Portanto, deduz-se que a qualidade das pastas se encontra dependente do tipo de modelação. Ou seja pressupõe-se maior relevância dos aspectos técnicos do que dos formais nos processos de fabrico.

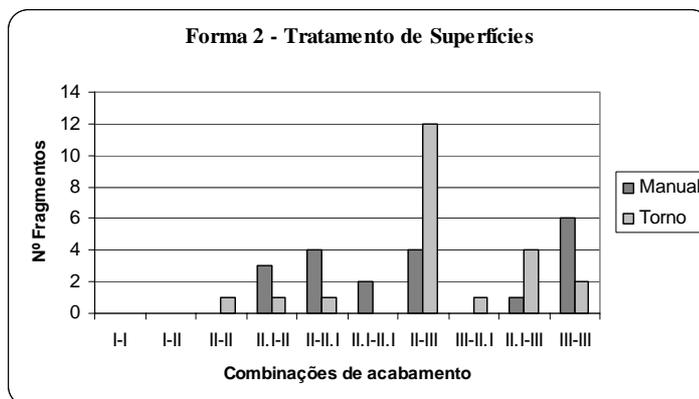
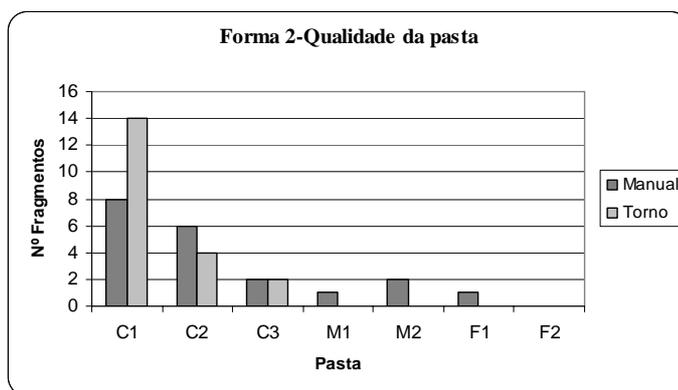


Outro aspecto que sobressai na análise desta forma é a predominância de peças com alisamento cuidado em ambas as superfícies. O grupo com superfície interna alisada e superfície externa com alisamento cuidado é o segundo mais abundante, seguido pelo grupo com ambas as superfícies alisadas. Daí se depreende que o investimento aplicado no acabamento dos potes é razoável em cerca de metade dos exemplares e reduzido nos restantes. Esta alternância poderá dever-se possivelmente à natureza dos produtos que se destinavam a conter.



Contrariamente, a observação dos mesmos parâmetros em relação à forma 2 oferece um panorama distinto.

Mais do que a subordinação do tipo de pasta à técnica de modelação o que se evidencia é um clara primazia das pastas bem depuradas. Pelo que, neste caso se pode admitir que o factor determinante no tratamento da matéria-prima não se prende com o tipo de fabrico, mas sim com as características morfológicas da forma, especialmente, no nosso entender, com a dimensão das peças e até certo ponto com a sua funcionalidade.



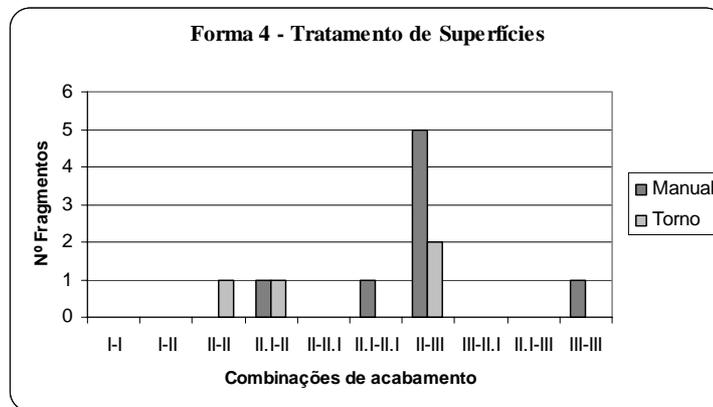
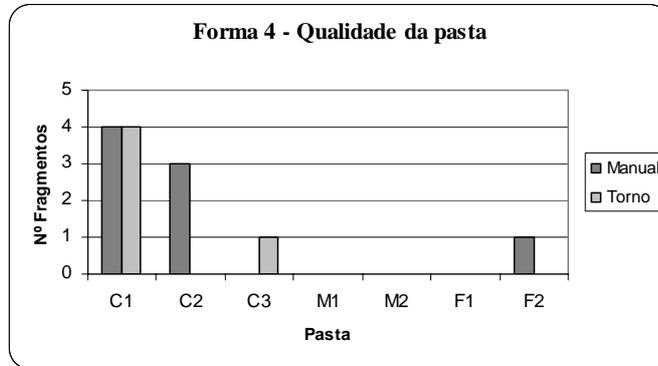
O mesmo cuidado, patente na escolha da pasta, observa-se em relação ao tratamento das superfícies dos potinhos. Destaque-se que o grupo mais numeroso corresponde aos recipientes com alisamento interno e polimento externo. Frequentes são também as peças com polimento interno e externo. As restantes variantes registam uma ocorrência minoritária e pouco representativa.

A porção de exemplares adscritos à forma 3 é demasiado reduzida para permitir tecer considerações acerca das suas características de fabrico.

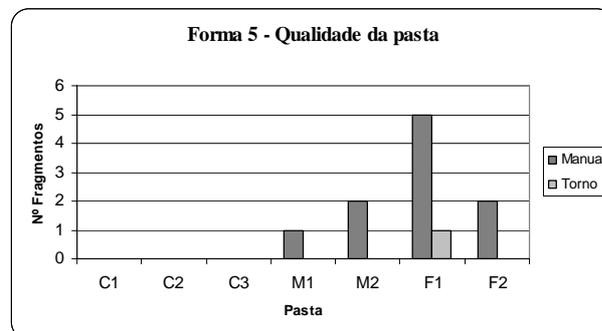
Já as características dos pucarinhos mostram-se análogas às dos potinhos. Tal como estes, os pucarinhos distinguem-se pelas reduzidas dimensões e pela sua utilização á mesa. E também aqui a tendência mais visível relaciona-se com o recurso a pastas finas, independentemente do tipo de modelação utilizado. M. Martins (1988b, 182) observa o mesmo fenómeno de relação

entre as formas de menores dimensões e as pastas de melhor qualidade, em S. Julião, durante a fase III.

Por fim, o acabamento destas peças é geralmente bastante cuidado, especialmente na superfície externa, o que revela sobretudo uma preocupação estética.



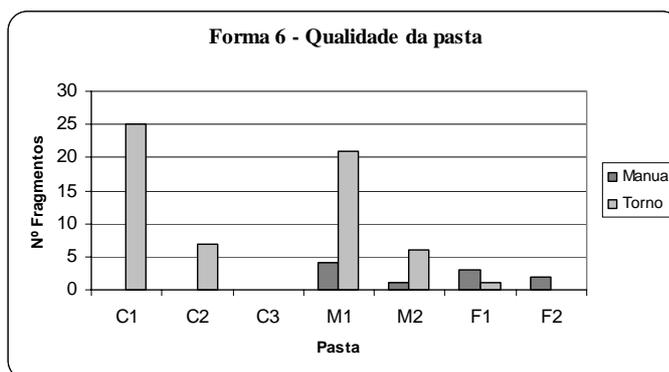
De todos os recipientes estudados, as panelas revelam a menor variação, no que diz respeito à modelação e à qualidade das pastas. Estas peças caracterizam-se invariavelmente por apresentarem pastas grosseiras e medianamente grosseiras, geralmente, moldadas à mão.



Esta normalização, no concerne às pastas, poderá ser motivada por questões funcionais, nomeadamente com o propósito de conferir maior resistência ao stress termal (SINOPOLI, 1991, 84).

No que toca à modelação, o facto deste recipiente possuir uma forma simples, destinar-se a uma utilização muito intensa e portanto ter, á partida, pouca durabilidade, desaconselha um grande investimento na sua produção. Daí que se ajuste ao tipo de modelação manual, possivelmente dentro de uma escala de produção doméstica.

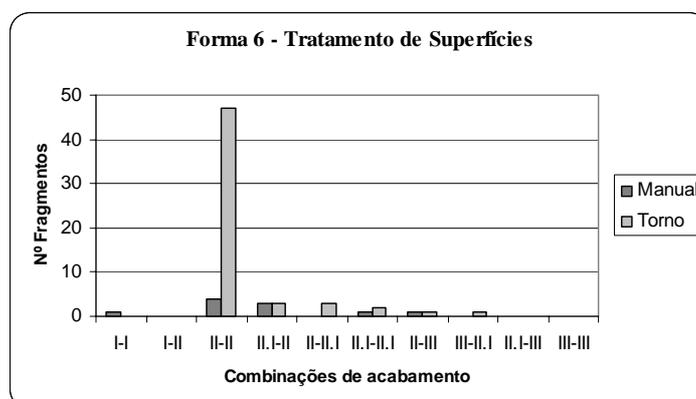
Comparativamente, a forma 6 manifesta características semelhantes à forma 1. Também aqui se constata uma concordância entre o tipo de pasta e de modelação.



As peças montadas ao torno empregam, maioritariamente, pastas bem e medianamente depuradas e, ao invés, as manuais exibem pastas mais grosseiras.

Logo, deduz-se que esta forma reveste-se de alguma flexibilidade em termos técnicos, comprovando-se que a selecção e tratamento da pasta depende fundamentalmente do tipo de modelação.

Paralelamente, um segundo aspecto que se destaca é a preponderância das peças montadas ao torno (ou com acabamento ao torno) o que sugere tratar-se de uma forma sofisticada, enquadrável no âmbito de uma escala de produção eventualmente especializada.



Quanto às soluções de acabamento superficial das talhas sobressai a tendência, quase exclusiva, para o alisamento externo e interno.

6.4 – ESTUDO TIPOLOGICO

A justificação mais elementar para o estudo da cerâmica radica na “consciência” de que é, em grande medida, através da “descodificação” dos artefactos, do desenho da sua distribuição espacio-temporal, dos modelos de produção e cânones formais que se pode ambicionar uma aproximação às realidades sócio-culturais a que se reportam.

No ponto anterior, pretendeu-se ensaiar uma abordagem preliminar, em moldes grosseiros e generalistas, estabelecendo a partir de uma base empírica as tendências mais evidentes da amostra, independentemente de conotações ou pressupostos culturais.

Procura-se agora, no seguimento daquele primeiro apontamento, aferir e caracterizar, na medida do possível, em termos morfológicos, técnicos e funcionais, diferentes categorias tipológicas, avaliar a sua representatividade e cartografar a sua distribuição estratigráfica e espacial.

Num segundo plano, dentro do campo das abordagens comparativas, recorrendo a materiais já estudados e representativos do período em apreço, tentou-se episodicamente esboçar algumas linhas hipotéticas versando o provável posicionamento entre os sub-tipos estabelecidos.

Neste sentido, partindo da contraposição de paralelos, estabelecidos para os territórios envolventes, isolaram-se pistas que apontassem para uma possível moldura cronológica e cultural. O raciocínio resulta simples do ponto de vista teórico: a identificação de pontos de contacto mais directos poderá indiciar o grau de afinidade com determinado território ou região, enquanto que os pontos de afastamento estabelecem os traços de originalidade e individualidade local/regional destas produções. No plano prático, os resultados deste exercício, não se revelam tão lineares ou esclarecedores, como se poderá comprovar.

Importa esclarecer *a priori* que, à falta de critérios mais precisos (datações absolutas), as referências cronológicas adoptadas, por uma questão de comodidade e na ausência de uma alternativa mais pertinente, respeitam os parâmetros propostos por A. Silva (1986) e M. Martins (1990),⁷⁰ para a região Norte do país. Nos casos em que se estabelece o confronto com outras regiões e/ou autores respeita-se a referência apontada pelas fontes em questão, independentemente das diferenças em termos de nomenclatura e datação patentes.

⁷⁰ Embora a periodização cronológica destes investigadores não coincida em certos aspectos de pormenor, esta divergência não parece relevante no âmbito do presente trabalho, pelo que se assume, talvez abusivamente, a identidade geral de ambas as periodizações.

Em relação aos objectivos acima propostos, sobressaem algumas contingências, que interferiram, em grande medida, com o cumprimento dos mesmos e por tal merecem uma breve nota.

Alguns constrangimentos são inerentes à própria amostra, que pela sua natureza, poderá não ser suficientemente significativa nem satisfatoriamente pertinente.

A par disso, sérias dúvidas se levantam no momento de seleccionar elementos característicos de entre as séries encontradas em estratos revolvidos numa área com uma longa diacronia de utilização.

Face à constituição final da amostra, vêm-se goradas as tentativas de presumir e comprovar relações de anterioridade/posterioridade (e até mesmo contemporaneidade), baseadas no registo estratigráfico⁷¹ o que obriga a uma atitude crítica constante que se traduz em última instância, na reunião de diversas formas e fabricos dentro de um amplo intervalo de tempo.

Nesse contexto, o problema da identificação de tipos, ainda que a um nível genérico, resida nas bases disponíveis para um efectivo e fundamentado enunciado dos mesmos, uma vez que, como já foi aludido, falta frequentemente o suporte estratigráfico para enquadrar devidamente os exemplares reunidos.

Simultaneamente, este problema de cronologia é substancialmente agravado, na medida em que escasseiam, de um modo geral, quadros cronológicos de referência para as produções proto-históricas da região centro. Sublinhe-se que na globalidade do panorama nacional, a datação de sítios e espólio apresenta grandes lacunas. De facto, é ainda gritante e sobretudo incómodo o incipiente conhecimento dos repertórios formais característicos do I milénio a.C., especialmente sentido no que diz respeito à área Região Centro.

Estas circunstâncias criaram-nos inultrapassáveis dúvidas no momento de estabelecer os nexos de associação entre as peças, ou seja, isolar um determinado conjunto homogéneo potencialmente caracterizador de uma mesma época de ocupação.

Assim, a conjugação de todos estes factos colocou-nos, indubitavelmente, numa posição desconfortável para tentar uma sistematização minimamente válida das produções cerâmicas aqui reunidas.

Tendo em mente esta situação, este estudo representa uma proposta de aproximação provisória que esperamos venha a ser corrigida e revista com o contributo de futuras investigações.

⁷¹ Nesse aspecto, convém referir que mesmo no quadro de escavação, os fragmentos constituintes das peças não foram, necessariamente encontrados em conexão, registando-se, aliás, fragmentos da mesma peça, procedentes de diferentes camadas (por vezes com algum afastamento).

6.4.1 – TIPO 1 - POTES

Pela sua abundância, os potes representam o segmento mais significativo do repertório formal estudado (32%).

Constituindo um conjunto heteróclito em termos de fabrico, primam pela regularidade e simplicidade formal, divergindo essencialmente por gradações em termos de escala.

Esta singeleza de perfil poderá, em parte, explicar a longevidade e proporção de peças manuais e paralelamente a aparente flexibilidade funcional destes recipientes, admitindo-se equacionar aplicações tão díspares como a confecção, transporte e armazenamento de géneros. Ou seja, destinando-se a cumprir uma multiplicidade de tarefas – facto que parece fornecer a chave para o êxito e boa aceitação desta forma – regista-se, em função disso, um elevado grau de indiferenciação na relação forma/função. Contudo, a variação da capacidade dos recipientes, dentro do mesmo tipo, poderá fornecer um indício para traduzir aplicações distintas.

Face à ausência de peças completas, a reconstituição desta forma resume-se ao seu perfil superior (bordo, colo e ombro).

Apesar de não se presenciarem bases em conexão com os restantes componentes morfológicos do corpo, os fragmentos de fundo recuperados em níveis da Idade do Ferro, que pela dimensão e fabrico se podem ajustar a peças desta natureza, são invariavelmente planos, pontualmente com espessamento, pelo que será razoável admitir um modelo de base simples para os potes em questão.

Malgrado a generalizada regularidade formal e indiferenciação funcional observada, dentro do universo dos potes, destacam-se algumas discrepâncias, ao nível da dimensão e de alguns detalhes formais contemplados aqui em cinco sub-tipos⁷², que poderão ter tradução no que toca ao seu contexto de utilização.

SUB-TIPO A

Esta categoria é retratada por um único exemplar proveniente do núcleo do Mercado 2 de Maio (nº 205, Est. XVII, 3) e, por conseguinte, deslocado do seu contexto estratigráfico original.

⁷² A expressão variante foi preterida dada a dificuldade de comprovar uma utilização sincrónica entre todos os recipientes. A presunção de que alguns sub-tipos correspondam a peças residuais que não se encontram em conexão cronológica com as restantes aconselha-nos esta cautela.

De fabrico manual, pasta de boa qualidade (C2) e superfícies cuidadosamente alisadas, esta peça de médio porte⁷³ singulariza-se pela orientação ligeiramente reentrante do bordo partindo da contra-curva do bojo que se adivinha largo e possivelmente globular.

Este formato revela-se excepcional no conjunto do acervo, sendo igualmente pouco frequente no repertório típico dos povoados com ocupação sidérica.

Trata-se de uma forma possivelmente filiada em modelos de tradição antiga, surgindo em ambientes do Bronze Final, como no Barbudo (Braga) (MARTINS, 1989, Est. XIV, 5), no povoado do Caldeirão (Guarda) (PERESTRELO, 2000, fig. 16, 6), no castro de S. Romão (Seia) (GUERRA; FABIÃO, 1996, fig. 9, 24) e em Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. II, 24; CORREIA, 1993, 233, fig. 2). Este sub-tipo encontra igualmente correspondência na forma 20 de A. Bettencourt (1999, 1105), para o vale do Cávado, na fase entre o século XI e o segundo quartel do I milénio a.C.

Em ambientes mais tardios, pode-se estabelecer analogia com o castro de Penices (Vila Nova de Famalicão), na fase II (DINIS, 1993, 52, Est. XXI) e na fase III com a forma 6 de M. Martins, no povoado do Lago (Amares) (Martins, 1988, Est. XXXVI, 4).

Não se identificaram paralelos nos povoados da região de Viseu (PEDRO, 1995; LOUREIRO, 2003) nem no leque formal compendiado por A. C. da Silva (1986).

SUB-TIPO B

Tal como o anterior também este grupo é pouco comum, apenas representado pelo nº 74 (Est. XV, 2) e eventualmente pelo nº162 (Est. XV, 1), recolhidos no núcleo do museu Grão Vasco, o primeiro num estrato datado da Idade do Ferro (c. 16) e o segundo num de formação posterior.

Ambos são moldados à mão, possuem pastas grosseiras e apresentam superfícies bem alisadas.

Este modelo, de modestas dimensões⁷⁴, distingue-se pelo ombro recto descaído rematado pelo bordo incipientemente esvasado, desconhecendo-se como se desenha o bojo e o fundo.

Os vestígios de fumigação, no exterior do nº 74 sugerem a possibilidade destes objectos possuírem aplicações culinárias.

Nas imediações do Morro da Sé, encontram-se paralelos no povoado de S. Luzia em contextos do Bronze Final (PEDRO, 1995, Est. XXVII, 1) e em Vila Cova-à-Coelheira (LOUREIRO, 2003, Est. XXV, 5 e XXX, 5). Para o litoral, em Conímbriga assinala-se a

⁷³ Com aproximadamente 17 cm de diâmetro de abertura e 6mm de espessura média das paredes.

⁷⁴ Com diâmetros de bordo que variam dos 16 aos 19 cm e com uma espessura de paredes entre os 9 e os 6mm.

proximidade com a forma 9 (ALARCÃO, 1974, Est. II) e a Norte, em S. Julião (Vila Verde), com a forma 1 da primeira fase de M. MARTINS (1987, Est. II).

SUB-TIPO C

De dimensões superiores, este modelo de pote possui bordo em aba soerguida, com lábio boleado e ombros rectos ligeiramente descaídos, sugerindo, eventualmente, bojo bitroncocónico.

Enquadram-se neste sub-tipo dois recipientes moldados manualmente, com pasta grosseira, oriundos do núcleo do museu Grão Vasco. O nº 81 (Est. XIII, 4) integra-se no nível da Idade do Ferro (c. 16) e o nº 156 (Est. XII, 4) no estrato relacionado com a actividade do forno (c. 10F).

Podem-se invocar exemplos para este tipo em Castelo de Mouros (Viseu), na fase II (PEDRO, 1995, Est. XXXVI, 4) e em Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. III, 48) embora aqui apresente bordo em aba horizontal.

Na região do Cávado, assinala-se também a correspondência com peças manuais classificadas dentro da forma 1 (variante b) assinaladas no Povoado do Barbudo e inseridas nas fases II e III (MARTINS, 1987, Est. V; 1989, Est. XXV, 1 e XLIV, 1). Encontramos esta forma também representada em Monção, na Sra. da Ajuda (Trovisco) e no castro da Assunção (Babeita) (MARQUES, 1988, fig. 27 e 50).

SUB-TIPO D

Este é o género mais trivial entre os potes, tendo sido contabilizadas, a partir dos bordos, vinte peças distintas, provenientes quer de contextos da Idade do Ferro do Museu Grão Vasco (c. 24, 23, 22, 19, 16 e 10f; nºs 4, 297, 137, 52, 60, 153 e 154) quer de contextos secundários do mesmo local (nºs 53, 54, 103, 119, 131 e 162), do Mercado 2 de Maio (nºs 188, 203, 215, 309 e 314), do nº 172 da rua Direita (nº 322) e do acompanhamento na Rua do Comércio (nº 338).

Correspondem a este tipo recipientes de médio e grande porte⁷⁵, de perfil sinuoso em S, com colo bem desenvolvido, normalmente contra-curvado; bordo esvasado com ou sem espessamento e mais raramente em aba soerguida (apenas nos fragmentos manuais); lábio geralmente boleado e excepcionalmente plano vertical e bojo provavelmente ovóide.

Incluem-se nesta categoria peças maioritariamente manuais (dezassete indivíduos) mas também troneadas (nove indivíduos).

⁷⁵ A amplitude do bordo oscila entre os 15 e 33 cm e a espessura das paredes entre os 4 e os 11 mm, sendo 5 mm a medida mais habitual.

Em termos globais, as pastas compactas (onze indivíduos) apresentam valor superior às medianamente compactas (cinco indivíduos) ou friáveis (quatro indivíduos), embora no que respeita às peças de fabrico manual os três grupos manifestem valores similares.

Os indivíduos montados ao torno apresentam indistintamente tons de bege, castanho ou cinza enquanto que as manuais geralmente exibem tons escuros (cinza ou castanho).

Quanto ao tratamento de superfícies, a maioria dos potes revela alisamento cuidado, ou polimento, por vezes intenso, dele resultando um brilho untuoso, como no caso dos n^{os} 119 e 131 (Est. XXIV, 2).

Em alguns exemplares (n^{os} 188 e 297: Est. XIV, 3) regista-se a ocorrência de fuligem na superfície externa, denunciando o emprego ocasional destas peças na confecção dos alimentos.

É provável que alguns recipientes de maior porte estivessem adscritos a funções de pequena armazenagem ou transporte.

Resumindo, correspondem a este sub-tipo recipientes com diferentes perfis tecnológicos e aplicações funcionais, que fazem desta categoria a mais comum e menos especializada do Morro da Sé. Efectivamente, transcorrendo a maior parte dos povoados com ocupação sidérica, esta forma é extremamente vulgar e proporcionalmente expressiva.

A variante com aba soerguida encontra paralelo em peças de fabrico manual da Cárcoda (SILVA; CORREIA, 1977, Est. III, 8), Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. III, 46) Chões (Figueira da Foz), embora aqui o fabrico seja ao torno (PEREIRA, 1993-1994, Est. VI, 40-41). A norte refira-se apenas os casos dos povoados do Barbudo, S. Julião, e Lago, correspondendo à forma 1 (variante b) das fases II e III de M. Martins (1989, Est. XVII, 1; 1987, Est. IV, V, VI, VII, VIII, IX e X); Cidadelhe (fase III de A. Silva, 1986, Est. XLVII, 2), Sta Cristina e Sta Tecla (Famalicão) (DINIS, 1993, Est. XXI, XXXIX).

O mesmo tipo, com bordo esvasado, encontra-se presente no Castelo de Mouros (PEDRO, 1995, Est. XXXVII, 1), em Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. III, 44 e 47), Chões (PEREIRA, 1993-1994, Est. III, 16, 19) e em ambiente mais tardio no povoado da Cárcoda (PEDRO, 1995, Est. XLVI, 1).

No noroeste, A. Silva regista peças de perfil similar, em Terroso (fase II) e Cidadelhe (fase III), entre outros (1986, Est. XLVII, 1 e 3) e A. Dinis em Eiras Velhas, castro de Ferreiro e Sta Cristina (1993, Est. XIII, XVI, XXXI) e Marques no Monte Redondo (Trovisco) e castro da Assunção (1985, fig. 30 e 46).

Este modelo (de bordo esvasado) enquadra-se ainda na forma 1 (variante a) de M. Martins, com presença em S. Julião, Barbudo, Lago, no decorrer das fases II e III (1987, Est. IV, V, VI, VII, VIII, IX e X).

Os exemplares de colo recto, aproximam-se da forma 18 de Martín Bravo (1991, fig. 103) para o Norte da Extremadura espanhola, durante o Ferro Pleno, e os de colo menos desenvolvido da forma 19 da mesma tábuia tipológica.

Saliente-se que os exemplares do Morro da Sé tendem a apresentar colos mais desenvolvidos do que as peças congêneres da Cárcoda (PEDRO, 1993, 280), Conímbriga (ALARCÃO, 1974) e Coimbra (CARVALHO, 1998).

SUB-TIPO E

Do ponto de vista numérico este sub-tipo é pouco expressivo, equivalendo a cinco indivíduos oriundos quer de contextos primários (c. 23, 22 e 16: n^{os} 14, 37, 75 e 76) quer secundários (n^o 181) do núcleo do Museu Grão Vasco.

Esta categoria abarca potes de média e grande dimensão⁷⁶, que se destacam pela concavidade mais ou menos pronunciada do dorso do bordo, denunciando que se tratam de vasilhas preferencialmente destinadas á armazenagem.

O bordo extrovertido pode demonstrar espessamento e o lábio ser plano ou boleado. O estado incompleto dos recipientes não permite reconstituir o restante perfil, sendo contudo visíveis diferenças no desenvolvimento dos colos.

A produção desta forma, não revela uma normalização em termos técnicos. Efectivamente, o número de indivíduos é certamente muito reduzido para permitir asserções a este nível. Assim registam-se tanto fabricos ao torno (n^o 14, 37 e 75: Est. XXIII, 2; XXIV, 4; XXIII, 3) como manuais (n^o 76 e 181: Est. IX, 2; XIII, 2), com pastas finas ou medianas, alisadas (normalmente polidas no dorso) e de coloração variada (do bege ao negro).

De certo modo, a dimensão considerável de alguns exemplares autoriza a sua inscrição na categoria das talhas, contudo como estas apresentam detalhes morfológicos distintivos, sobretudo ao nível dos bordos, julgou-se mais adequada a sua inclusão no grupo dos potes.

É imaginável, embora remotamente comprovável, que estes grandes potes tenham sido paulatinamente substituídos por recipientes mais especializados como as talhas, ou assegurassem funções complementares, eventualmente vocacionadas para o armazenamento de um bem específico.

Em termos comparativos, admite-se alguma similitude com as formas 124, 134 e 151 de Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. VIII e IX) e com o n^o 9 da Cárcoda (PEDRO, 1995, Est. XLV).

No povoado de S. Julião, algumas peças pertencentes à forma 1, das fases III e IV, invocam algumas semelhanças (MARTINS, 1988b, Est. XXX, 4, LXII, 4 e LXXII, 3).

A peça 181 integra-se no tipo de bordo GIB-IIA-1 de A. Silva, que surge na fase II mas torna-se corrente sobretudo na fase III (1986, Est. LVIII).

⁷⁶ O índice de abertura do bordo oscila entre os 26 e os 37 cm e a espessura das paredes entre 5 e 11 mm.

6.4.2 – TIPO 2 – POTINHOS

Relativamente aos potinhos não existem propriamente formas específicas ou singulares para esta categoria, mas antes “variantes” de menores dimensões de outras formas, nomeadamente dos potes, produzidas e usadas para outras tarefas.

A presença de potinhos na amostra geral é expressiva em termos quantitativos (20%)⁷⁷, tal como se verifica noutros povoados da Idade do Ferro, denotando, como os potes, uma ligeira diversidade em termos técnicos e morfológicos.

SUB-TIPO A

Morfológicamente, esta variante caracteriza-se pelo colo convergente com bordo extrovertido, lábio boleado ou vertical plano e bojo aparentemente largo⁷⁸.

Identificou-se este formato em três peças recolhidas no núcleo do Grão Vasco, em contextos da Idade do Ferro (c. 26, 16; n^{os} 1 e 82) e posteriores (n^o 98: Est. XVIII, 7).

Os artigos em questão são de fabrico manual, possuem pasta bem depurada, coloração variando do bege ao cinza e superfícies com tratamento cuidado, por vezes polido, podendo apresentar decoração (n^o 1: Est. XIX, 1).

Os exemplos mais semelhantes a esta forma inscrevem-se no grupo 2 (variante a) da fase III, no povoado do Lago (MARTINS, 1988a, Est. XLIII, 3) e em Conímbriga numa peça de cerâmica cinzenta fina (ALARCÃO, 1974, 258).

SUB-TIPO B

Trata-se de um modelo registado em duas peças, recuperadas em escavação no núcleo D. Duarte 58 (n^o 225: Est. XX, 1) e em acompanhamento nos níveis remexidos da mesma rua (n^o 237: Est. XVIII, 5).

Caracterizam-se por bordo lançado para o exterior em aba soerguida partindo do bojo que pode ser rematado por moldura; o lábio surge plano ou boleado⁷⁹. São peças bastante abertas designadas por vezes de copas.

⁷⁷ Esta percentagem enquadra-se perfeitamente nos valores aferidos por M. Martins para os povoados da região do Cávado e que se distribuem da seguinte forma: S. Julião 30% na fase II e 26% na fase III; Barbudo 36% na fase II e 24% na fase III; Lago 27% na fase II e 21% na fase III (1990, 143, 156). Os resultados obtidos por esta investigadora mostram-se compreensivelmente mais elevados, uma vês que estão também incluídos os púcaros e pucarinhos na forma 2. Assim, feita esta ressalva verifica-se que os valores são equivalentes.

⁷⁸ Os bordos apresentam uma amplitude entre os 9 e os 14 cm e as paredes uma espessura entre 4 e 6mm.

⁷⁹ O índice de abertura ronda os 13 a 15 cm e a espessura das paredes 6mm.

Este modelo surge moldado manualmente com pasta depurada, de tons escuros e superfícies polidas ou cuidadosamente alisadas no interior.

Encontram-se peças muito semelhantes à 225 em Conímbriga (ALARCÃO, 1974, n° 31), no castro de S. Romão num recipiente classificado como sendo da Idade do Ferro (GUERRA e FABIÃO, 1998, fig. 12, 53) e no vale do Cávado em Faria, em contextos da Idade do Bronze (BETTENCOURT, 1999, Est. XXX, 6).

Adivinha-se alguma afinidade entre o n° 237 e duas peças de cerâmica cinzenta fina de Conímbriga, embora numa esteja ausente a moldura (ALARCÃO, 1974, Est. XII, XIII, 248, 265). Embora em formas eventualmente distintas, encontram-se em Baiões perfis com uma moldura que faz lembrar esta peça (LOPES, 1993, forma IN2C-3, Est. CXVII).

SUB-TIPO C

Dentro dos potinhos esta é a categoria mais vulgar, contando com dezoito indivíduos. Morfologicamente, este grupo individualiza-se pelo colo bem marcado alto, vertical ou contra-curvado, com bordo esvasado espessado ou não e em aba soerguida e bojo possivelmente ovóide ou globular.

A principal característica deste modelo é o colo estreito que confere elegância á peça. Embora incluída neste sub-tipo, a peça n° 124 (Est. XXV, 2), distingue-se pelo colo largo e a n° 210 (Est. XVIII, 8) pela moldura no colo.

Estas peças provem do núcleo do Grão Vasco, de estratos proto-históricos (c. 24, 22, 16 e 19: n°s 158, 25, 72, 77, 80 e 127) e posteriores (n°s 90 e 124) e do núcleo do Mercado 2 de Maio (n°s 192, 193, 196, 198, 202, 210, 213, 226, 307 e 318).

Em termos produtivos, as peças manuais são indiscutivelmente maioritárias (12 para 6) com pastas finas e raramente medianas e as superfícies bem cuidadas apresentam polimento em oito casos.

Algumas peças montadas ao torno ostentam decoração na zona de ligação entre o colo e o ombro (n° 90: Est. XXVI, 1), visível sobretudo em fragmentos sem bordo, mas cujas características os permitem associar a esta forma⁸⁰.

Assiste-se à presença deste grupo com alguma regularidade nos povoados do noroeste, como Terroso (fases II e III), Afife, Briteiros e Âncora (fase III) (SILVA, 1986, Est. XLVI, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9), apenas para citar alguns exemplos. Identificamo-lo também com a forma 2 de M. Martins, das fases II e III, patente em S. Julião, Lago e Barbudo (1987, Est. IV, V, VI, VII, VIII, IX e X).

Na região de Viseu assiste-se á presença de formas semelhastes em Castelo de Mouros, durante a fase II (PEDRO, Est. XXXVIII, 2 e 3) e em Baiões (LOPES, 1993, forma IRI-1, Est.

⁸⁰ Como o n° 129 por exemplo.

CXXIX). Quer na Cárcoda (Ibidem, Est. XLIII, XLIV), quer em Conímbriga (ALARCÃO, 1974), estes recipientes apresentam colo significativamente menos desenvolvido, limitando-se a um estrangulamento do perfil no primeiro local.

Em termos particulares, encontramos em Castelão de Rio de Moinhos (Borba) uma peça semelhante à 210, embora com decoração e bordo menos esvasado, datada entre os séculos V e II a.C. (CALADO; ROCHA, 1997, Est. V-14).

Abrimos aqui um parêntesis para aludir a uma potinho acampanado, com dois ressaltos no ombro, para o qual não encontramos paralelo (nº 173, Est. XXVI, 3)⁸¹. A inclusão desta peça, encontrada em níveis revolvidos do museu Grão Vasco, explica-se pela afinidade técnica com os restantes potinhos.

Trata-se de um artigo de fabrico ao torno, pasta bem depurada, superfície externa polida e coloração bege que poderá corresponder a uma vaso de toucador.

Observamos uma linha de ombro com dois ressaltos, muito semelhante em Baiões, numa peça de maior dimensão e decorada (LOPES, 1993, forma IVA1-1, Est. CLXV).

6.4.3 – TIPO 3 – PÚCAROS

Muito embora a ocorrência de fragmentos de asas indicie a existência de púcaros, no Morro da Sé esta forma está atestada por uma peça isolada (nº 139: Est. XXVI, 4) proveniente de um nível romano do museu Grão Vasco.

Trata-se de uma peça de colo largo, bojo ovóide e bordo esvasado, conservando uma asa em fita de secção sub-rectangular que nasce no bordo e assenta no ombro⁸².

Este recipiente é torneado, fabricado com pasta fina e clara com alguns grãos de quartzo de grande calibre que irrompem á superfície. As paredes apresentam polimento exterior e decoração na zona do ombro.

Identificam-se paralelos no castro de Stº Estêvão da Facha (Ponte de Lima), cedidos por uma peça lisa, inserida no horizonte castrejo IB (contemporâneo das campanhas de César e Augusto) e na cidade de Vitorino de Donas (Ponte de Lima), numa peça datada entre a segunda metade I a.C. e I d. C. (ALMEIDA, 1990, fig. XII, 3 e XXVI, 15). É igualmente possível ver alguma semelhança remota com um exemplar de Baiões, com fabrico e decoração distintos (LOPES, forma IIB4-1, Est. CLI).

⁸¹ Refira-se que também não encontramos paralelos mais tardios, romanos ou medievais.

⁸² O bordo apresenta uma abertura de 16 cm e as paredes 5 mm de espessura.

6.4.4 – TIPO 4 – PUCARINHOS

Caso se ignore a particularidade de serem armados de asa, os pucarinhos, são na generalidade idênticos aos potinhos, sob o ponto de vista formal e técnico.

Malgrado o número de asas recolhidas sugira uma maior frequência de pucarinhos, apenas em quatro casos foi possível vislumbrar uma linha de perfil minimamente completa. Em todos os casos detectados as asas nascem do bordo para irem poisar no ombro da pança.

Representando 7%⁸³ da amostra do Morro da Sé, estas peças que constam do repertório formal típico da Idade do Ferro, encontram-se estranhamente ausente nos povoados da região de Viseu (como na Cárcoda⁸⁴ e Castelo de Mouros).

SUB-TIPO A

A variante A é retratada por um único exemplar (nº 7, Est. XIX, 2) proveniente dos níveis mais antigos do núcleo do Grão Vasco (c. 24).

Trata-se de peça de fino acabamento, produzida manualmente, com pasta depurada, tendo sofrido polimento intenso de que é reflexo o brilho untuoso na superfície externa e no dorso do bordo⁸⁵. O bordo em pequena aba soerguida partindo da contracurva do bojo largo e elipsoidal confere-lha uma razoável esvasamento de perfil; a asa é em fita de secção sub-rectangular.

Esta forma surge referenciada na fase III para a região noroeste, embora em recipientes de fabrico ao torno (SILVA, 1986, Est. XLIV) encaixando-se no grupo 2, da fase II, de Manuela Martins, patente em S. Julião (1987, Est. IV).

No território mais próximo de Viseu observa-se a conformidade formal desta peça com o ILIb-1 de Baiões (LOPES, 1993, Est. CXII), e alguma semelhança com a forma de louça cinzenta fina nº 227 de Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. XII) embora esta seja desprovido de asa.

SUB-TIPO B

Esta variante inclui recipientes de colo alto, vertical ou contra-curvado, bordo esvasado⁸⁶, bojo ovóide e asas de secção semi-circular em D.

Os exemplares seleccionados por apresentarem perfil mais completo, provem de contextos revolvidos do núcleo do museu Grão Vasco (n 91 e 92, Est. XIX, 3; XXVII, 2) e do

⁸³ Este computo tem em consideração os fragmentos de asas mais pequenas, mesmo que não se encontrem em conexão com o restante corpo cerâmico.

⁸⁴ Na realidade, aqui aparecem sob a forma de cerâmica cinzenta fina alto-imperial.

⁸⁵ O bordo apresenta 10 cm de diâmetro e as paredes 4mm de espessura.

⁸⁶ A abertura das peças varia entre os 9 e 11,5 cm e a espessura das paredes entre o 3 e os 5,5mm.

Mercado 2 de Maio (nº 216, Est. XXVII, 1)⁸⁷. Em termos de produção alistam-se peças de fabrico manual e ao torno, com pastas bem depuradas de coloração variável e superfícies externas polidas.

Estas peças enquadram-se na forma 2, (variante a) de M. Martins, das fases II e III (1987). Em Sanfins encontra-se uma peça semelhante (embora com decoração), datada da fase III (SILVA, 186, Est. XLVII, 7).

Na região de Viseu, exceptuando algumas peças de Baiões (forma IIB1-1, Est. CL) não se identificaram mais peças desta natureza (PEDRO, 1995; LOUREIRO, 2003), e as peças congéneres de Conímbriga apresentam perfis menos sinuosos (ALARCÃO, 1974).

2.4.5 – TIPO 5 – PANELAS

A individualização tipológica destas peças revela-se bastante discutível, podendo-se eventualmente considerar mais adequada a sua inserção na categoria dos potes, uma vez que, para além das semelhanças formais, podem partilhar o mesmo tipo de funções. Contudo, preferimos dar autonomia a estas peças, valorizando não apenas as evidências directas de uso ao lume, mas sobretudo um leque de características que denunciam uma produção especificamente destinada a cumprir esta finalidade.

Em termos percentuais, este grupo corresponde a 5% da amostra geral e reúne formas com capacidades e atributos morfológicos diversificados.

SUB-TIPO A

A ocorrência deste modelo é excepcional, revelada por um caso isolado (nº 252: Est. XXV, 1) com bordo esvasado e colo curto partindo dum ressalto do ombro do bojo largo e possivelmente ovóide⁸⁸.

O referido exemplar provém do acompanhamento da rua D. Duarte e é a única panela encontrada montada ao torno. A pasta é bastante grosseira (o que é invulgar nas peças torneadas) e escura e as superfícies encontram-se alisadas com especial esmero no exterior.

Localizam-se paralelos formais para esta peça no castro da Cárcoda (PEDRO, 1995, Est. XLIV, 4), em Conímbriga (ALARCÃO, 1974, Est. XIII, 264a) e no Coto da Pena (Caminha) (fase IIB) (SILVA, 1986, Est. XLIX, 10).

⁸⁷ O nº 216, incluído no tipo de cerâmica cinzenta fina oferece um perfil muito incompleto, resumido ao bordo, contudo o comprimento da asa faz supor que possuísse colo alto.

⁸⁸ O bordo mede 21 cm de diâmetro e as paredes 5 mm de espessura.

SUB-TIPO B

Este sub-tipo encontra-se ilustrado pelos n^{os} 206, 208, 240 e 236 (Est. XVII, 1; XV, 3; XVI, 2) de colo bem marcado, contra-curvado, bordo esvasado curvo ou em aba soerguida⁸⁹ com lábio vertical plano ou boleado podendo ser ou não armado de asa.

Os recipientes com estas características foram recolhidos em níveis da Idade do Ferro, na escavação da rua D. Duarte em frente ao 58 e em níveis remexidos do Mercado 2 de Maio.

O perfil técnico desta cerâmica revela modelação simples com pastas grosseiras, denotando a inclusão de abundantes grãos de quartzo. A cor dos fragmentos é cinzenta e as superfícies bem alisadas, evidenciando manchas de fuligem no exterior.

No aspecto formal, nada distingue esta peça do sub-tipo 1c, pelo que os paralelos deverão ser os mesmos.

SUB-TIPO C

As panelas adscritas a este modelo, que é o mais normal, são bojudas, com colo pouco desenvolvido, desenhando o estreitamento de onde se lança o bordo⁹⁰ com lábio boleado ou vertical plano.

Todos os fragmentos são moldados manualmente, com pastas grosseiras, denunciando a inclusão de abundantes grãos de quartzo de grande calibre; as paredes alisadas revelam cores escuras em tons de cinzento juntamente com manchas de fuligem.

Recolheram-se recipientes com estas características em contextos pré-romanos, quer do núcleo do Museu Grão Vasco (c.22; n^o 29: Est. XVI, 1), quer do núcleo da rua D. Duarte em frente ao 58 (n^o 239, Est. XVI, 2) e em níveis revolvidos do Mercado 2 de Maio (n^{os} 197, 304 e 305) e do acompanhamento da rua do Comércio (n^o 334).

Sentimos alguma dificuldade em procurar paralelos para esta forma porque ela é definida em grande medida por características técnicas; ao nível morfológico apresenta alguma afinidade com os potes do sub-tipo 1c, embora com perfil mais aberto e colo menos desenvolvido⁹¹.

6.4.6 – TIPO 6 – TALHAS

Este tipo de contentores encontra-se muito bem representado no Morro da Sé, correspondendo a 30% da amostra.

⁸⁹ Diâmetro de bordo entre os 18 e 20 cm e espessura das paredes entre 6 e 8 mm.

⁹⁰ Cujo diâmetro medeia entre 15 a 27 cm e espessura das paredes entre 6 e 8 mm.

⁹¹ Refira-se a título de curiosidade que estas peças apresentam semelhanças com a forma 19 de Martín Bravo para o Norte da Extremadura espanhola, durante o Ferro Pleno (1999, fig. 103).

A variação morfológica detectada pode ser analisada em dois grupos, sendo o primeiro pouco comum e o segundo bastante vulgar e perfeitamente estereotipado.

SUB-TIPO A

Este modelo é fornecido por um recipiente recolhido nos níveis proto-históricos do núcleo do museu Grão Vasco (c. 22; nº 39: Est. IX, 1).

Desde logo as suas características formais o distanciam dos restantes grandes contentores, pelo colo bem demarcado e ligeiramente divergente nascendo dum ressalto dos ombros aparentemente rectos e descaídos e rematado por bordo inflexionado em aba levemente descaída⁹².

A ocorrência isolada deste formato levanta a suspeita de se tratar de um modelo com pouco sucesso, possivelmente substituído pelo sub-tipo seguinte ou eventualmente destinado a conter um produto específico.

As suas características técnicas passam pelo fabrico manual, com pasta de qualidade mediana, paredes espessas em tons de cinzento e com alisamento cuidado na face externa.

Admite-se alguma proximidade formal com um exemplar da Cárcoda datado da fase III/IV (PEDRO, 1995, Est. XLVIII, 1), e com um outro, do mesmo povoado, descrito como sendo de tradição indígena (SILVA; COELHO, 1977, Est. III, 1).

SUB-TIPO B

Este é o tipo de talha dominante no Morro da Sé, caracterizado por bordo⁹³ e colo devidamente marcados e fundos reforçados com toro ou espessamento.

Dentro desta padronização registam-se detalhes formais ao nível do desenho do bordo e fundo e do número de molduras no ombro.

Não dispomos de elementos que permitam reconstituir, na íntegra, nenhum dos recipientes, contudo a semelhança com as peças do Castro da Cárcoda e de Castelo de Mouros consente que se tenha uma noção razoável da sua forma e capacidade.

A variante mais comum é a que apresenta dorso plano ou côncavo (variante 1), registando-se também alguns fragmentos com bordo cefálico tipo “bico de pato”⁹⁴ típicos da Idade do Ferro (variante 2) e peças com dorso convexo (variante 3).

Em qualquer destas variantes é possível registar um ou dois ressaltos na ligação entre o colo e o bojo, que eventualmente cumprem, para além da finalidade decorativa, o objectivo de

⁹² Apresenta 39 cm de diâmetro de bordo e 13 mm de espessura de paredes.

⁹³ Cujos diâmetro oscila entre os 32 e 45 cm, sendo a medida de 36 cm a mais frequente e a espessura das paredes varia entre os 9 e 12 mm.

⁹⁴ Estes bordos são por vezes também designados por zoomórficos e “tipo bico de cisne” (v. nota.62).

oferecer maior robustez a esta zona naturalmente frágil, como já havia observado M. Martins para as peças da região do Cávado (1988a, 125; 1988b, 184). Sublinhe-se que estas peças seriam provavelmente moldadas separadamente e depois montadas e alisadas com o auxílio do torno.

Relativamente aos fundos, a variante mais observada é a que apresenta simples espessamento junto à base secundada pela ocorrência de espessamento mais desenvolvido sob a forma de toro de perfil triangular ou quadrangular⁹⁵.

O perfil técnico destes recipientes é bastante homogéneo, correspondendo a modelações com acabamento ao torno, com pastas finas e medianas e superfícies alisadas, denotando-se frequentemente um tratamento mais cuidado ao nível do dorso do bordo.

As peças contabilizadas com esta forma são provenientes do núcleo do museu Grão Vasco, tanto de camadas proto-históricas (c. 22, 19, 16 e 10f), como de estratos posteriores; do núcleo do Mercado 2 de Maio; do acompanhamento da rua D. Duarte e da escavação do núcleo da rua Direita nº 172.

A ocorrência deste modelo já se encontrava atestada no Morro da Sé, com dois exemplares provenientes do interior do poço descoberto na escavação dos nº 1 a 3 da Praça D. Duarte (VALINHO e CARVALHO, 2001, 45, Est. XIII). A avaliação feita para a cronologia de abertura/selagem da referida estrutura situa-se entre os séculos IV e II a.C.

O povoado de Castelo de Mouros forneceu o contexto mais recuado, em termos regionais, (fase II) para a ocorrência deste tipo de peças (PEDRO, 1995, XXXIX, 1e XL, 1 e 2). Nas fases imediatas encontra-se bem representado no castro da Cárcoda (*Ibid.*, Est. L e LI).

Ainda em Conímbriga antevê-se algum parentesco formal com algumas peças, embora com diferenças de pormenor ao nível dos lábios que tendem a ser mais afilados em Viseu enquanto que por outro lado as peças de Conímbriga apresentam por vezes, no ombro, caneluras em vez de molduras (ALARCÃO, 1974, Est. XVI, 315).

Na região Norte estes recipientes particularizam-se pela preferência de bordos em aba horizontal, na fase II e levantada na fase III, correspondendo aos tipos GIa e GIb de A. Silva (1986) e à forma 5 de M. Martins da fase III (1987).

Ainda em território nacional, é interessante notar a identidade de perfil com o grupo A das cerâmicas de armazenamento do sul de C. Fabião (1998, vol. II, 61).

Encontramos peças com bordo tipo “bico de pato”, em povoados da Alta Extremadura espanhola,⁹⁶ com cronologia do Ferro Pleno a época romana (MARTÍN BRAVO, 1999, fig. 55, 6), Alto-Douro (MORALES HERNÁNDEZ; RAMIREZ SÁNCHEZ, 1993), na região de Sória (ROMERO CARNICERO, 1991; RAMIRÉZ SÁNCHEZ, 1993), Alicante (SEGURO

⁹⁵ Os diâmetros do fundo variam entre os 24 e 30 cm, sendo mais frequentes os de 28cm.

⁹⁶ Como em Castilejo de la Ordem (Alcântara).

HERRERO; JOVER MAESTRE, 1993) e Madrid (CABALLERO CASADO *et alli*, 2002). Este tipo de bordo ocorre igualmente noutras formas, associadas por vezes a pintura (MARTÍN BRAVO, 1999, fig. 103, 19 e 27) no decorrer do Ferro Pleno.

Justifica-se assim a possibilidade de estaremos perante um formalismo regional de filiação meridional/oriental.

6.4.7 – TIPO 7 – FRIGIDEIRAS

A escassez de formas abertas é muito notória, fazendo-se sentir concretamente no que toca aos recipientes de confecção de alimentos como as frigideiras. De facto, apenas se registam dois recipientes desta forma, recolhidos no nível pré-romano do museu Grão Vasco (c. 22) e do núcleo do nº 172 da rua Direita.

Um dos exemplares mostra uma linha de perfil arqueado com canelura na ligação com o bordo que se desenvolve em aba oblíqua (nº 22: Est. XXI, 2). O segundo recipiente apresenta um formato mais simples que se desenha com bordo ligeiramente extrovertido em pequena aba no remate do bojo (nº 323: Est. XXI, 1).

A produção destes artefactos é manual, feita com pastas de qualidade mediana, de coloração variada e superfícies alisadas evidenciando aderência de fuligem na parede exterior⁹⁷.

Esta forma não é, de facto, muito representativa na maioria das estações da Idade do Ferro, assinalando-se na região de Viseu, proximidade formal com algumas peças da Cárcoda e do Castro do Banho (PEDRO, 1995, Est. XLVI, 2,5 e 6).

Este grupo corresponde, na região do vale do Cávado, à forma 4 de M. Martins para as fases II e II (1990)⁹⁸, ilustrada também por A. Silva para alguns povoados do noroeste, nas fases II e III (1986, Est. LI, LII e LIII)⁹⁹.

6.4.8 – TIPO 8 – TAÇAS

A referida raridade que se aludiu relativamente à forma anterior é igualmente ajustável às taças¹⁰⁰. Esta escassez, que de resto é comum noutros povoados com ocupação sidérica¹⁰¹,

⁹⁷ Os bocais apresentam diâmetro entre 25 e 34 cm e as paredes espessuras de 6 a 9mm.

⁹⁸ No vale do Cávado esta forma apresenta frequentemente asas interiores.

⁹⁹ Este autor divide as peças em terrinas, assadeiras, caçoilas e vasos de asas interiores.

¹⁰⁰ Que correspondem a 3% da amostra.

¹⁰¹ No caso do Vale do Cavado (o único para o qual possuímos valores percentuais) as tigelas correspondem a 3% da amostra, durante a fase II e a 3 a 4%, durante a fase III (MARTINS, 1990, 143, 156).

poderá ser explicada pela utilização de matérias-primas alternativas na produção de recipientes com esta função.

Malgrado a referida carência regista-se alguma variedade formal, sem que se detecte um tipo dominante. No entanto, em linhas gerais, pode-se organizar os exemplares em dois grupos distintos, embora nada sugira que não cumpram as mesmas funções.

SUB-TIPO A

Nesta categoria incluem-se as peças que acusam bocal esvasado¹⁰², oriundas de contextos primários do núcleo do museu Grão Vasco (c. 23) e do núcleo da rua D. Duarte frente ao 58, e de estratos de formação mais tardia do núcleo do museu, do Mercado 2 de Maio e do nº 172 da rua Direita.

Do ponto de vista tecnológico inventariaram-se artefactos de fabrico manual e ao torno com pastas geralmente de qualidade mediana, com um leque de cores variável, e com o tratamento da superfície interna tendencialmente mais cuidado e ocasionalmente polido.

A este respeito, o aspecto mais gritante decorre da convivência de louça de produção esmerada (nº 12: Est. XXVII, 4) com outra muito mais tosca (nº 242: Est. XX, 3), podendo esta dicotomia ser reflexo de diferentes aplicações funcionais.

Morfológicamente a solução mais comum em termos de bocal é a presença de bordo em aba oblíqua (nº 190: Est. XX, 2), horizontal (nºs 242, 313; Est. XX, 3) ou extrovertido com (nº 118) ou sem inflexão (nº 12: Est. XIX, 2).

Encontram-se peças muito semelhantes à 190 em Conímbriga (ALARCÃO, 1974, 31), no castro de S. Romão, numa forma classificada como sendo da Idade do Ferro (GUERRA; FABIÃO, 1996, fig. 12,53) e no castro do Facho (Famalicão) num recipiente fixado no Bronze final (DINIS, 1993, 55, Est. XXVII). Encontram-se também, paralelos em taças bem conhecidas do noroeste, na fase III (SILVA, 1986, Est. XLIII).

Na Alta Extremadura espanhola, assinala-se a semelhança com uma peça de Cabeza de Aroya (Novas del Medroño), com ocupação do Bronze Final e da Idade do Ferro (MARTIN BRAVO, fig. 11, 8).

A peça nº 12 manifesta conformidade formal com uma taça de cerâmica cinzenta fina de Conímbriga (ALARCÃO, 1974, 182) embora o bocal desta seja mais esvasado e sem a aresta viva na ligação com o bojo.

¹⁰² O intervalo de abertura das peças oscila entre os 18 e 23 cm e a espessura das paredes varia dos 3,5 aos 11mm.

SUB-TIPO B

Este sub-tipo distingue-se do anterior pela continuidade do perfil arqueado ou semiesférico, sem que se observe quebra na ligação com o bocal¹⁰³.

As taças identificadas com estas características inserem-se nos níveis proto-históricos do núcleo do museu Grão Vasco (c. 24 e 22).

O nº 5 (Est. XXVIII, 2) apresenta bordo apumado com lábio boleado, montado ao torno, com pasta fina, de tonalidade clara e paredes alisadas. Segundo A. Silva as peças com este perfil são morfologicamente de filiação púnica (1986, 135, Est. LXXX, 10). Em Conímbriga observa-se uma forma idêntica (ALARCÃO, 1974, Est. VII, 106).

A peça nº 34 (Est. XXVIII, 1) é semelhante, mas consideravelmente maior e com bordo espessado internamente. O fabrico é igualmente ao torno, mas a pasta é mais grosseira e de tonalidade cinzenta com alisamento cuidado na superfície externa. Esta peça está muito incompleta e é possível que corresponda a um prato covado. Em Coimbra encontra-se o paralelo mais próximo para esta peça (CARVALHO, 1998, Est. XIX, 18). Formas similares registam-se também na Cárcoda (PEDRO, 1995, Est. XLVL, 5), Sanfins (SILVA, 1986, Est. LI, 2) e em Santo Ovídio (Fafe) (MARTINS, 1981, 103, fig. 27, 9).

Finalmente, o nº 33 (Est. XIX, 4) é de produção manual, apresenta pasta clara, de boa qualidade, afastando-se morfologicamente das anteriores pelo bordo reentrante. Esta forma em concreto poderá corresponder a uma derivação das páteras campanienses Lamboglia 25, 24-27, tal como se observa em Chibanes (BERROCAL-RANGEL, 1992, fig. 13, 3). Contudo em ambientes mais antigos (do século XI ao III), no vale do Cávado, A. Bettencourt regista este modelo na sua forma 23 (1999, 1105).

Estas peças, embora minoritárias, marcam presença no núcleo de povoamento do vale do Cávado (fases II e III), enquadrando-se na forma 3 de M. Martins (1990, 146, fig. 15, 161, fig. 20). Surgem igualmente, entre outros sítios, no castro de Terroso na fase III (SILVA, LI-6).

Na região de Viseu não se regista a ocorrência de formas abertas na fase II (Sta Luzia, Castelo de Mouros), sendo que nas fases seguintes, nos povoados da Cárcoda e do Banho, ocorrem formas abertas caracterizadas como frigideiras e pratos covos (PEDRO, 1995).

6.4.9 – DISCUSSÃO

Importa, antes de delinear algumas considerações gerais, advertir novamente para uma circunstância que deve estar sempre presente ao longo de todo o percurso de análise do acervo e que consiste na ausência de garantias que assegurem a sincronia do mesmo. Esta situação afigura-se como incontornável, impondo necessariamente acrescidas reservas e cautelas a toda a

¹⁰³ O diâmetro do bordo varia entre 15 e 22,5 cm e as paredes apresentam uma espessura entre 5 e 6mm.

interpretação. Retenha-se então que lidamos com um panorama francamente deficitário e inquestionavelmente distorcido.

Na sua globalidade, o corpo cerâmico destaca-se pela diversidade técnica, sendo possível identificar fabricos distintos, associados quer a estratégias de modelação quer a categorias morfo-tipológicas.

Contudo, em muitos casos encontramos categorias formais que se estendem a diferentes grupos técnicos, coexistindo as formas moldadas com as produzidas ao torno. De facto, não há uma oposição real entre cerâmicas manuais e ao torno, bem pelo contrário, como demonstra a ocorrência em estreita associação entre umas e outras e o facto de se conhecerem as mesmas formas fabricadas ao torno e simplesmente moldadas.

Em termos quantitativos, sobressai a proporção, quase equitativa, entre os dois processos de modelação identificados, estrategicamente distribuídos pelas diversas esferas morfo-funcionais, revelando esquemas e hábitos de produção que conferem a esta dicotomia sentido e relevância.

Assim, o fabrico manual é especialmente reservado aos recipientes de uso corrente, sem qualquer carácter extraordinário, sobretudo aos destinados a práticas de preparação/confecção de alimentos (panelas, frigideiras e potes de aba soerguida).

Pelo contrário, o fabrico ao torno parece caracterizar as formas funcionalmente mais especializadas como as talhas.

Convém reter, no entanto, que esta distinção funcional não é categórica, sendo à partida, difícil estabelecer classes funcionais precisas, na medida em que faltam, na maioria dos casos, os contextos específicos de utilização e a par disso algumas formas primam pela ambivalência de funções.

No campo da baixela de consumo individual, destinada a servir à mesa, não se vislumbra uma normalização relativamente à técnica de modelação, predominando, inclusive, por escassa margem, as peças montadas à mão. No entanto, convém reter que em termos de fabrico, este grupo regista uma grande homogeneidade pautada pelo recurso a argilas bem depuradas que resultam em pastas finas e compactas, merecendo geralmente um tratamento cuidado ao nível das superfícies¹⁰⁴.

Segue-se, no que concerne aos atributos morfológicos, a identificação de um número restrito de tipos, traduzindo claramente uma noção de franca monotonia formal.

A par disto, assiste-se a índices de representatividade discrepantes entre as diversas categorias. Predominam os modelos funcionalmente pouco diferenciados, sendo escassos os que exibem uma clara especificidade funcional. As formas básicas e mais frequentes filiam-se em modelos de tradição arcaizante, em contraste com alguns tipos de cariz mais evoluído.

¹⁰⁴ Tal como sucede no vale do Cávado durante a fase III (MARTINS, 1990, 156).

Destaque-se a título de exemplo a presença de formas perfeitamente estereotipadas como as talhas.

Abrimos aqui um parêntesis para clarificar que o uso do termo “tradição” tem por objectivo anular qualquer considerando de índole cronológica, uma vez que estamos perante material de contextos por vezes pouco seguros. Assim sendo, uma peça de tradição do Bronze Final pode ter sido produzida no período seguinte, tal como uma de tradição indígena pode ter sido fabricada já em pleno período romano.

À raridade de alguns sub-tipos associam-se efectivamente modelos perfilados na tradição do Bronze Final (sub-tipos 1a, 1b, e 4a), ao passo que outros parecem apontar para produções mais recentes (sub-tipos 1e, 3 e 5a).

Excepcionais são também as formas abertas quer de consumo quer de preparação/consumo de alimentos¹⁰⁵.

A este grupo de formas raras juntam-se ainda os sub-tipos 1c, 2a, 2b e 6a, que pelo fabrico manual se podem considerar fruto da originalidade própria de ambientes produtivos pouco especializados, encontrando paralelos em ambientes da Idade do Ferro (fases II e III).

No seio de cada tipo geral, sobressai invariavelmente um sub-tipo que se pode apelidar de dominante. Enquadram-se neste perfil os sub-tipos 1d, 2c, 4b, 5c e 6b, associados frequentemente a horizontes sidéricos das fases II e III.

Estas observações, conduzem-nos fatalmente a um feixe de interrogações que são de momento, impossíveis de solucionar, embora pareça relevante enunciá-las. Assim, partindo deste quadro de referência, pode-se traçar um discurso interpretativo onde convergem posições alternativas e por vezes contraditórias.

O primeiro ponto desta discussão radica naturalmente na determinação de uma fronteira temporal para o espólio. Antes de mais sublinhe-se a dificuldade de enquadramento diacrónico tanto numa perspectiva de “faseamento cultural” como no domínio da “cronologia absoluta”.

Malgrado alguns perfis se filiaem em recipientes de tradição do Bronze Final, estão ausentes as formas típicas que definem esta cultura material na Beira Alta. Pelo que devemos encarar estas ocorrências como comprovativas do enraizamento de antigos hábitos e rotinas de produção no seio das comunidades da Idade do Ferro.

Do mesmo modo, a ampla diacronia que distingue os tipos mais recorrentes, actua como óbice ao estabelecimento de indicadores que estreitem as balizas cronológicas do conjunto.

Por outro lado, a expressividade do vasto segmento de cerâmica manual, não consiste num critério válido para o estabelecimento de coordenadas cronológicas, uma vez que em

¹⁰⁵ A este respeito C. Almeida, invocando Estrabão menciona que “estes povos utilizavam vazilhas de madeira cujo conteúdo aqueciam lançando para dentro seixos quentes” (1974, 175).

algumas regiões¹⁰⁶ esta produção, traduzindo alguma resistência na assimilação da técnica do torno, é vultuosa até à romanização. Infelizmente, não dispomos de dados estatísticos que permitam estabelecer comparações com os povoados mais próximos.

Outro aspecto notável prende-se com a ausência de artefactos nitidamente importados/exóticos. Uma consequência imediata deste facto é o impedimento de datação, por associação contextual, dos artigos de fabrico comum.

Em remate, o estudo isolado dos restos cerâmicos carece de elementos sólidos que sustentem o estabelecimento de parâmetros cronológicos mais precisos dentro do vasto intervalo admissível para a ocupação sidérica do Morro da Sé.

Na ausência de tais elementos há que equacionar a instalação de comunidades humanas em Viseu num momento indeterminado entre as fases II e III¹⁰⁷, apontando como marco provável o período balizado entre os séculos IV e III a.C.

Convém fazer notar que a datação sugerida pelos restos cerâmicos será reequacionada face à presença de outros itens arqueológicos.

Em outro plano, desta feita exterior à questão da inserção cronológica, assinala-se a constatação de alguns epifenómenos de cariz morfológico, patentes em Viseu e com reflexo a nível regional.

Neste sentido, não obstante a existência de alguns pontos de afastamento detectados em relação ao acervo regional, proveniente dos povoados mais próximos, sobressai a partilha de alguns traços gerais que sugerem, senão uma identidade comum, pelo menos uma estreita rede de influências inter-comunitárias de âmbito regional. É com esta conotação que se interpreta, por exemplo, a distribuição das talhas de sub-tipo 6b na órbita do território de Viseu.

De acordo com o que já foi referido (*vide supra* 6.3.6), as características morfológicas destes contentores afastam-nos das formas ditas tradicionalmente castrejas do noroeste (com bordo em grossa aba), aproximando-os dos modelos meridionais da Extremadura espanhola e do Alentejo.

Na Beira Alta, este tipo encontra-se no castro da Cárcoda e em Castelo de Mouros, sendo a sua influência visível em peças tardo-romanas do castro de S. Romão¹⁰⁸. Já em Conímbriga, embora as talhas não se afigurem idênticas, compartilhem o mesmo aspecto geral, rompendo com os formatos nortenhos.

¹⁰⁶ Por exemplo no Vale do Cávado e no interior alentejano (MARTINS, 1990, 143; FABIÃO, 1998, vol. II, 12).

¹⁰⁷ A este respeito recorde-se (*vide nota.70*), que aludimos à periodização traçada por A. Silva (1986) e M. Martins (1990).

¹⁰⁸ Ver fig. 10-32 (GUERRA; FABIÃO, 1996).

Em última instância, ignoramos a pertinência desta manifestação de regionalismo formal que poderá eventualmente revelar-se desprovida de significado ou interesse cultural.

Independentemente da sua pertinência, a explicação para o fenómeno mostra-se de momento difícil de aferir.

Quando se considera a influência directa de um protótipo de origem meridional, emerge a questão do porquê desta não se fazer notar ao nível do restante repertório formal.

Por vezes, é possível antever a adopção de novos artefactos como consequência da importação/recepção de recipientes resultante da aquisição de novos hábitos de consumo. Poder-se-ia assim ponderar a chegada desse estereótipo como receptáculo de um produto que seria o alvo de troca ou intercâmbio e posteriormente assistir à incorporação dos seus detalhes formais no repertório cerâmico local/regional.

Um dos principais obstáculos a esta explicação é de natureza física e prende-se com a maior dificuldade de deslocação e transporte de grandes recipientes relativamente aos de menor porte.

Noutra perspectiva, poder-se-ia antever nesse traço da cultura material o reflexo da deslocação e fixação de populações exógenas. Nesse caso, poderíamos imaginar alguma influência dos contingentes *Turduli Veteres* fixados, de acordo com Estrabão entre o Douro e Vouga, ou da segunda vaga céltica irradiada pela Meseta em torno do século IV, segundo A. Silva (1990, 291).

Finalmente, outra hipótese consiste na criação local desse tipo específico de recipientes, fruto da evolução interna de um estereótipo sem relação directa com influências externas.

Para já, apenas somos autorizados a reconhecer que nenhuma evidência arqueológica permite preferir ou preterir qualquer das hipóteses aventadas.

Numa focalização mais abrangente, equiparando o acervo cerâmico de Viseu com o dos povoados vizinhos, sobressai a semelhança com o de Castelo de Mouros, datado da fase II, face a uma menor proximidade com a cerâmica da Cárcoda e do Banho, das fases III e IV. De facto, as peças destes locais evocam tendências desviantes. Se tomarmos o exemplo dos potes, verificamos que nestes locais apresentam tendencialmente formas mais bojudas e com colos mais curtos. A par disto algumas formas desconhecidas no Morro da Sé ocorrem nestes povoados como pratos covos e bilhas. Acrescente-se ainda que, embora sejam referenciados motivos estampilhados, nestes sítios, o repertório decorativo da acrópole de Viseu é mais extenso e variado.

Assim sendo, pensamos que o material ilustrativo da fase III¹⁰⁹, terá um carácter posterior relativamente à generalidade do que aqui é estudado, devendo-se este, com maior propriedade, inserir na fase II.

Cumprе acrescentar um factor determinante na caracterização geral da cerâmica e que se define pela ausência de artigos de natureza exótica ou orientalizante, patentes nas estações litorais ou perilitorais. Independentemente de eventuais ascendências meridionais ou mesetenhas, como as que se fazem sentir sobre as talhas, a esmagadora maioria da baixela não acusa vínculos ou contributos exógenos; resultando daí uma nítida valorização da componente indígena fortemente independente de influências exteriores.

Este facto poderá gerar alguma estranheza dada a localização geográfica de Viseu, que, malgrado o isolamento imposto pela linha de montanhas ocidentais, não dista excessivamente da costa, para a qual constitui necessariamente um eixo de passagem e ligação com o interior.

Certamente que são inegáveis as afinidades estabelecidas entre este e o repertório tradicional das regiões envolventes, especialmente com a área dita castreja a norte e também com os núcleos estudados a ocidente, já que a leste (no caso concreto do território nacional) pouco conhecemos. Parece-nos contudo que as concomitâncias observadas entre as cerâmicas destas áreas, mais não são do que o resultado de interpretações e reelaborações de estímulos culturais comuns, que afectam amplas e variadas zonas da Península e que dificilmente podem vir a ser esclarecidos neste trabalho.

Importa ainda reter, que a ideia geral vinculada pelas produções analisadas é de que o grosso da cerâmica deverá provir de contextos de produção essencialmente locais, dentro dum circuito relativamente fechado no âmbito do povoado. Este cenário provável adapta-se ao que tem vindo a ser comprovado noutros pontos, nomeadamente no vale do Cávado, relativamente às produções castrejas, cuja extrema diversidade sugere um ciclo de produção basicamente local (LITTLE, 1990) e na bacia do Mondego, relativamente à cerâmica cinzenta fina, que para além do padrão fundamentalmente local acusa também a existência de intercâmbios a nível estritamente regional (CABRAL *et alii*, 1986). Ou seja, tal como noutros ambientes contemporâneos, também em Viseu a maioria da cerâmica deverá reportar-se a contextos produtivos eminentemente locais, admitindo-se a ocorrência de circulação em círculos um pouco mais vastos, mas não devendo extrapolar a esfera regional.

¹⁰⁹ Referimo-nos ao material feito ao torno, estudado por Ivone Pedro, proveniente do castro da Cárcoda e do Banho, embora se tenha conhecimento da existência de cerâmica manual, eventualmente mais antiga, recolhida no primeiro sítio e, entretanto desaparecida (PEDRO, 1993, 277).

Paralelamente, parece suficientemente evidente a coexistência de diversas escalas e ciclos produtivos que deverão ser interpretados como complementares e reveladores de indícios de especialização social e produtiva no seio destas comunidades.

São estas as linhas fundamentais que, no nosso entender, definem o espólio ceramológico do Morro da Sé. Muito falta ainda fazer para que se possa alcançar uma caracterização minimamente aceitável da cultura material, sendo que, no entretanto, estas linhas valem como primeiro ensaio possível.

6.5 – DECORAÇÃO

A análise da decoração exige uma abordagem independente, quer pela sua especificidade, quer pela dificuldade da reconstituição formal dos fragmentos decorados que, na sua esmagadora maioria, primam pela exiguidade do suporte, impossibilitando na maior parte dos casos uma atribuição formal segura. Por conseguinte, o elevado índice de fragmentação dos recipientes decorados impossibilita que se estabeleça uma relação directa entre forma e decoração.

Antes de ingressarmos nas questões mais ortodoxas relacionadas com a decoração, gostaríamos de chamar a atenção para um aspecto que nos despertou interesse, neste lote, e que se prende com a conotação ornamental da coloração externa.

Muito embora este tópico pareça um pouco marginal à temática do presente capítulo, e enquadrável no âmbito das características técnicas, considerou-se oportuno, equacionar esta matéria sob o ponto de vista estético.

Recapitule-se que, no cômputo total da amostra, a maior parte dos indivíduos evidencia superfícies exteriores de coloração clara (38%) ou cinza (29%), enquanto que as superfícies castanhas equivalem a 24% do conjunto.

No entanto, ao analisar isoladamente as superfícies externas das peças com ornamentação este padrão inverte-se. Os tons cinzentos retraem-se ligeiramente, representando 23%, mas o mais curioso reside na inflação dos castanhos “tipo chocolate” com 44%, frente aos tons claros, do bege ao “café com leite”, que correspondem agora a 25%.

Efectivamente, este resultado veio reforçar a impressão que nos suscitou a primeira observação empírica do corpo total de cerâmica e que se cifra na valorização dos tons de castanho, pela sua associação a peças de maior requinte técnico e decorativo.

De facto, contabilizando todas as peças com polimento (com e sem decoração), constata-se que 40% das superfícies polidas apresentam o característico tom de chocolate. Os tons claros e cinza são igualmente expressivos, mas desta feita figuram, respectivamente, em 29 e 26% dos espécimes.

Portanto, revela-se plausível admitir uma manipulação consciente e intencional da coloração da louça, especialmente das produções mais cuidadas, de tal forma que quase poderíamos falar de uma cerâmica “castanha fina”. Se esta expressão é aqui empregue no sentido hiperbólico, para transmitir a percepção que este fenómeno nos sugestiona, é forçoso, no entanto, extrair desta tendência as devidas consequências. Ou seja, transpondo esta manifestação do campo físico para o estético, será possível atribuir-lhe um significado cultural, como expressão de um gosto ou moda regional?

Sem dados incontestáveis para solucionar esta questão, não deixa, contudo, de ser interessante notar que, nas proximidades, no castro da Cárcoda, se observa uma propensão

semelhante, relativamente à cerâmica cinzenta fina alto-imperial. Sublinhe-se que relativamente àquele fabrico, mais de 30% dos exemplares apresentados por I. Pedro (1995) possuem superfícies com tons que variam entre o castanho e o cinzento-acastanhado, o que não sendo inédito, não deixa de ser invulgar. Trata-se obviamente de produções mais tardias do que as do Morro da Sé, mas a avaliar pelos exemplos de Santa Olaia e Conímbriga (CABRAL *et alii*, 1986) corresponderão a cerâmicas de fabrico local, que em termos tecnológicos prolongam as tradições anteriores. Neste caso, poderíamos especular, se para além da persistência da feição indígena nos critérios tecnológicos esta não se faz sentir igualmente na sobrevivência de uma linhagem estilística relacionada com o especial apreço pela louça castanha.

Pode-se objectar, legitimamente, que a referida coloração é fruto de irregularidades na cozedura ou do insuficiente abafamento do forno no final da mesma. De facto, mas os valores percentuais nesse caso afiguram-se bastante incómodos, pois fariam pressupor que um segmento considerável da cerâmica evidenciava deficiências de fabrico.

Na ausência de elementos mais sólidos, esta questão, que não resistimos levantar, fica em aberto na esperança de que talvez futuramente possa vir a ser esclarecida.

Volvendo ao tema principal, constata-se que, se no aspecto formal as produções estudadas expressam um escasso grau de diversificação, o mesmo não sucede relativamente às composições decorativas, cuja diversidade está patente no quadro decorativo (Est. XXXII, XXXIII), correspondendo a trinta e oito combinações diferentes, embora algumas não representem a sequência decorativa original completa.

Neste valor expressa-se um propósito de originalidade patente no recurso a um número limitado de motivos, combinado frequentemente em resultados compositivos singulares e diferenciados.

Face às condições de recolha do lote, já repetidamente evocadas, a análise da decoração possibilita uma das principais estratégias de aproximação cronológica. Não pretendemos com isso atribuir à decoração o sentido estrito de escala cronológica, que, de facto, não pode comportar. Não tencionamos, contudo, desprezar as potencialidades dos atributos decorativos que se assumem como meio por excelência de aferir padrões de demarcação de áreas culturais. Deste modo, a fim de estabelecer analogias com outras estações e áreas geográficas impõe-se uma abordagem pormenorizada dos signos e técnicas que reunidos ditam as tendências compositivas ou estilo das produções do Morro da Sé.

Dentro da amostra geral, a cerâmica decorada atinge uma proporção considerável, correspondendo a 17% dos fragmentos inventariados. Esta percentagem equivale a 12% (Quadro 2) do conjunto contextualizado do museu Grão Vasco, resultado que é indubitavelmente mais fiável, dada a natureza do contexto, mas deverá, contudo, ser assumido

com reserva, face ao tipo de amostragem realizado¹¹⁰ e ao contraste que apresenta frente ao núcleo da rua D. Duarte frente ao 58. Singularmente, a cerâmica exumada nesta escavação era na sua totalidade lisa. Pelo contrário, os lotes provenientes de acompanhamento e de escavação de níveis remexidos revelaram uma proporção de cerâmica decorada bastante significativa (quadro 3), pelos motivos já expostos (*vide supra* 6.1.2).

Assim, importa reter que apesar dos exemplos decorados não serem particularmente abundantes, regista-se alguma variedade de técnicas e motivos ornamentais.

No que concerne às técnicas empregues (Quadro 24), a incisão é indubitavelmente a mais frequente (49%). O segundo grupo mais expressivo é o que conjuga diversas técnicas decorativas, correspondendo a uma fracção de 28% do conjunto. A estampilhagem encontra-se relativamente bem representada (13%), seguida pelas restantes modalidades de impressão (vegetal, unguilação e com rodízio) (7%) e pelos sulcos brunidos (5%).

Relativamente aos motivos reconhecidos, o mais corrente, patente em 20% dos indivíduos (treze fragmentos), corresponde aos frisos de sequências lineares de traços oblíquos, delimitados por linhas horizontais (tipos Ia e Ib), localizadas normalmente na ligação do colo com o bojo ou na zona superior do ombro.

Seguem-se em termos de representatividade as bandas horizontais constituídas por linhas quebradas, desenhando motivos em zigzag, enquadrados ou não por linhas igualmente incisas (tipos IIIa e IIIb), dispostas normalmente na pança das peças e presentes em 13% dos exemplares (oito fragmentos).

Finalmente, o terceiro motivo mais reiterado cabe às sequências lineares simples de círculos concêntricos estampilhados (tipos VIa, VIb e VIc) que surgem em 11% da amostra (sete fragmentos).

Os restantes motivos têm fraca expressão numérica, correspondendo, na maioria dos casos, a exemplos únicos.

No que concerne ao tipo de suporte, independentemente do contexto de recolha, regista-se, sintomaticamente, a ocorrência de ornamentação tanto em fragmentos simplesmente moldados (41%) como torneados (59%), sendo estes escassamente dominantes.

Quanto à correlação entre o quadro decorativo e o tipo de modelação, algumas composições associam-se a fragmentos de fabrico manual, como certas sequências de traços oblíquos ou verticais incisos (tipos Ic, Id, Ie, If e Ih), impressões (Va e Vd), matrizes

¹¹⁰ Recorde-se que apenas se teve em linha de conta, para efeitos de inventário, os fragmentos que forneceram informação morfológica ou decorativa. Caso se considere também os fragmentos sem forma provenientes dos níveis proto-históricos (957), a percentagem de fragmentos decorados equivale a 1,07%.

estampilhadas (VIb, VIc, VIId, VIe, VIf e VIg) e composições mais complexas (VIId, VIIf e VIIh). Contrariamente, os restantes temas encontram-se geralmente apostos a fragmentos montados ao torno.

Ainda no que toca ao suporte formal da decoração, pouco mais podemos adiantar, excepto que tendo em consideração a espessura das paredes, esta ocorre tanto em contentores de pequeno porte como de maiores dimensões. Assim, 45% dos fragmentos possui entre 5 a 6 mm de espessura das paredes, 30% apresenta uma espessura inferior a 5 mm, e 25% mede 7 mm ou mais.

Conclui-se assim que, aparentemente, a decoração se associa preferencialmente a formas de reduzida e média dimensão, ocorrendo pontualmente em recipientes substancialmente maiores.

No campo da atribuição funcional, como só excepcionalmente se observou manchas de fuligem nos fragmentos decorados, presume-se que se possam excluir desta categoria as panelas, frigideiras e potes utilizados ao lume.

Os reduzidos indícios da atribuição formal evidenciados pelos fragmentos em questão, apenas autorizam o reconhecimento de potinhos (a que equivalerá grande parte dos fragmentos), talhas (a que devem corresponder os fragmentos mais espessos) púcaros e pucarinhos, na categoria dos artigos ornamentados, embora seja razoável admitir que alguns dos exemplos estudados pertençam a potes.

Traçada esta introdução geral, cabe analisar mais detalhadamente a gramática decorativa. Nessa abordagem é tida em conta a representatividade das composições, o tipo de suporte, a proveniência e os paralelos mais evidentes e mais próximos.

No que concerne ao suporte, limitamo-nos a mencionar o tipo de fabrico, forma (nos casos em que tal é possível), espessura das paredes (por permitir uma aproximação ao porte do recipiente), coloração e tratamento das superfícies (considerados de certo modo como componente decorativa).

6.5.1 – QUADRO TIPOLOGICO

Tipo I - De acordo com o exposto no capítulo da metodologia, esta categoria tem como denominador comum organizações lineares de traços oblíquos ou verticais delimitados por linhas incisivas ou caneluras (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

Dentro desta classe, os tipos Ia e Ib representam variações do mesmo tema, sendo que no primeiro os traços se inclinam para a esquerda e no segundo para a direita. Como já referido, estes são os motivos mais habituais (treze fragmentos), ocorrendo quase exclusivamente em peças torneadas e polidas. Geralmente os fragmentos apresentam uma única faixa, na zona de

ligação do colo com o bojo ou no ombro, mas a reduzida dimensão dos fragmentos levanta a possibilidade de existirem mais. De facto, observam-se exemplos que possuem duas (n^{os} 121 e 122: Est. XXXVII, 5; XXXVII, 3) ou três (n^o 135: Est. XXXVII, 6) faixas paralelas. Na realidade, resulta difícil conhecer a incidência percentual destes esquemas que implicam repetição, por só poderão ser comprovados em fragmentos que conservam uma área substancial do perfil da peça.

Os casos identificados possuem paredes finas com uma espessura que varia entre os 3 e os 5 mm, o que reforça a probabilidade de pertencerem a formas de modestas dimensões como potinhos ou pucarinhos. A confirmar esta ideia, identificou-se um potinho de tipo Ic (n^o 90: Est. XXVI, 1) com esta decoração na zona superior do ombro.

Regista-se a recuperação de cerâmica com estas características disseminada por vários núcleos, nomeadamente no Grão Vasco, no Mercado 2 de Maio, na praça D. Duarte em frente à rua do Hilário, e na rua D. Duarte.

Ambos os motivos encontram-se inventariados por A. Silva (1986, Est. LXV), com os números 40 e 43 respectivamente, presentes nos castros de Terroso, Coto da Pena (fase II) e Sanfins (fase III). Na região do vale do Cávado, observam-se paralelos nos povoados de S. Julião, nos finais da Idade do Bronze (BETTENCOURT, 1999, Est. CCXXIV, 4), Barbudo (fase III) (MARTINS, 1990, 163) e na bacia do Lima, no Castro de Vinhó (Beiral do Lima) durante o castrejo Final e na cidade de Vitorino de Donas, durante o reinado de Augusto (ALMEIDA, fig. XXXIV, 5 e XXVI, 11 e 12). Acrescente-se ainda que este padrão na sua vertente de faixa dupla é registado no castro de Romariz (fase II) (SILVA, 1986, Est. LXVI, 89).

O tipo Ic assemelha-se aos anteriores, com a particularidade de apresentar duas faixas sobrepostas com incisões mais profundas. Este motivo figura no ombro de uma peça manual, de tonalidade castanha e com polimento exterior (n^o 217; Est. XXXV, 5), recolhida no núcleo do Mercado 2 de Maio e noutro fragmento do mesmo núcleo (n^o 219) um pouco mais grosseiro e de coloração cinzenta escura.

A espessura das paredes e o desenho do perfil sugerem tratar-se de um recipientes de pequenas dimensões.

O mesmo motivo assemelha-se ao número 653 de A. Silva (1986, Est. LXV, LXXIV), proveniente do povoado de Terroso (fase III), ocorrendo igualmente em S. Julião (Fase II) (MARTINS, 1991, 147, fig. 16).

É fundamentalmente a profundidade das incisões do motivo Id que o diferencia do Ia. Uma vez que, o fragmento que forneceu este motivo (n^o 40, Est. XXXV, 3), se encontra

truncado na zona superior, ignoramos se também seria delimitado no topo por uma linha horizontal.

Outra modalidade possível é a de faixa formada por traços alinhados verticalmente, delimitados por linhas incisivas, patente no tipo Ie. Esta disposição ocorre isoladamente num fragmento, proveniente do núcleo do mercado 2 de Maio, manual, cinzento e com superfícies cuidadosamente alisadas (nº 220: Est. XXXV, 4). Observa-se alguma analogia com um fragmento proveniente do povoado a Sola, no vale do Cávado, datado a Idade do Bronze (BETTENCOURT, 1999, Est. CCCXXXVIII, 10).

O tipo If afasta-se substancialmente dos anteriores, mostrando um friso, composto pelo alinhamento de punções profundas, sobreposto a uma série de três linhas horizontais incisivas. Este motivo surge em dois fragmentos, aparentemente da mesma peça, de fabrico manual, com superfície cuidadosamente alisada e paredes espessas, recolhidos no núcleo do museu Grão Vasco (nºs 93 e 94: Est. XXXIV, 1, 2).

Parece possível, tanto pelo esquema decorativo, como pelas características técnicas dos fragmentos, que possam recuar a um período anterior à Idade do Ferro.

Finalmente, o último tipo desta categoria (Ig), corresponde a uma disposição de linhas verticais e incisivas, produzidas com um instrumento de ponta romba. Este padrão localiza-se no colo de um recipiente de pequenas dimensões, que por se encontrar fragmentado, impede que se esclareça a sua continuidade. Esta peça (nº 333: Est. XVIII, 2), recolhida no número 229 da rua Direita, é de fabrico manual, coloração cinzenta e polida.

No Sabugal regista-se uma peça semelhante para a qual M. Osório atribui tradição do Bronze Final (2005, Est. 14, 8); de Chões (Figueira da Foz) procede outra que I. Pereira data entre finais do século VII e inícios do século V. a.C. (PEREIRA, 1993-1994, Est. III, 17) e de S. Julião uma peça atribuída ao período entre os séculos IX a VI (BETTENCOURT, 1999, Est. CCLXV, 3).

Tipo II- Esta categoria abarca organizações horizontais, formadas por motivos em espinha ou espiga desenhados por incisão e/ou impressão (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

O tipo IIa é composto por três ou mais sequências de traços oblíquos que alternam a sua orientação desenhando um padrão em espinha. Identificou-se este motivo num fragmento manual, de paredes pouco espessas, polidas exteriormente e de coloração castanha, exumado no núcleo do Grão Vasco (nº 9: Est. XXXV, 2). Como a fractura incide sobre o friso, é possível que o padrão, desenvolvendo-se no sentido ascendente, incluísse mais faixas.

O mesmo motivo ocorre nos povoados e Terroso e Briteiros (fase III), catalogado por A. Silva com o nº 95 ou 94 (1986, Est. LXVI).

O elemento básico do segundo tipo (IIb) consiste na repetição de VV horizontais, formando um padrão em espiga, circunscrito por linhas horizontais, desenhado de forma muito ténue sobre um fragmento de bojo, com arranque de asa, aparentemente fabricado ao torno, com paredes finas, coloração castanha e polido no exterior (nº 100), provindo do museu Grão Vasco.

Embora sem permitir a reconstituição da forma a espessura das paredes e o arranque de asa fazem com que se perspetive a sua atribuição a um pucarinho.

O mesmo padrão ocorre na região noroeste, nos povoados de Padrão (fase II ou III), Briteiros (fase III) e Sanfins (fase III), inventariado com o número 75 por A. Silva (1986, Est. LXV). Motivos em espiga encontram-se também presentes no povoado do Lago (fase III), (MARTINS, 1991, 163, fig. 22), no castro de Vilar (ALMEIDA, 1990, fig. XXXIV, 6) e em Santa Tecla (cuja ocupação não ultrapassa o século II a.C.) (DINIS, 1993, Est. XXXIX). O mesmo motivo mas com orientação invertido é assinalado em Romariz (fase II) (SILVA, 1986, Est. LXV, 78).

Tipo III – Nesta categoria a unidade básica da sintaxe decorativa corresponde a linhas quebradas em ziguezague dispostas na horizontal e produzidas por incisão (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

O ziguezague pode assentar sobre uma linha horizontal (tipo IIIa), como se verifica no fragmento de bojo nº 10 (Est. XXXVIII, 2), montado ao torno, apresentando paredes finas de coloração castanha e polidas no exterior.

É provável que os fragmentos 24 e 95 (Est. XXXV, 1; XXXVIII, 3) ostentassem o mesmo padrão, sendo que no primeiro (de fabrico ao torno, coloração castanha e polimento exterior) a decoração se desenvolve no ombro da peça (possivelmente um potinho ou pote). O segundo fragmento é de fabrico manual e pertence a uma forma de maiores dimensões, eventualmente uma talha. A recolha destes exemplares fez-se no núcleo do museu Grão Vasco.

É possível estabelecer uma relação de correspondência entre este e o motivo 140 de A. Silva, presente no Castro de Romariz (fase II) e Sanfins (fase III) (1986, Est. LXVI) e estendendo-se para a Galiza; refira-se apenas o exemplo datado dos séculos II e I a.C., do castro de illa de Toralla (Vigo) (HIDALGO CUÑARIO, 1993).

Por vezes o ziguezague desenvolve-se entre duas ou mais linhas horizontais (tipo IIIb). Observa-se a sua aplicação, tanto a peças de pequeno porte, como a grandes recipientes. No primeiro caso, podem ocorrer duas ou mais faixas contínuas (nº 96: Est. XXXVIII, 5), ou espaçadas (nº 11 (?) e 18: Est. XXXVIII, 4, 1), traçadas, com um instrumento de ponta romba,

na zona do bojo, de peças montadas ao torno, de paredes finas, coloração castanha e polimento exterior. No segundo caso o tipo de suporte distingue-se, por apresentar paredes mais espessas, montadas ao torno e alisadas (n^{os} 302 e 84: Est. XXXVII, 1) típicas das talhas e a composição parece ser formada por uma banda única. A totalidade destes restos cerâmicos procede do núcleo do Grão Vasco.

No castro de Romariz (fase II), encontra-se atestado o mesmo motivo, catalogado com o n^o 141 por A. Silva (1986, Est. LXVI).

O tipo IIIc apresenta um esquema, também em ziguezague, desta feita, formado por séries triplas de traços ténues, pautados na zona inferior por uma linha horizontal. Este desenho figura no ombro de um púcaro, produzido ao torno, com pasta clara e superfície externa polida, encontrado no museu Grão Vasco (n^o 139: Est. XXVI, 4).

Antevê-se alguma similitude com motivo presente em Sanfins, referente à fase III de A. Silva (1986, Est. LXVII, 181).

Tipo IV – Este tipo define-se por composições mais elaboradas, descrevendo padrões triangulares ou reticulados, produzidos por incisão e/ou impressão (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

Ainda dentro dos temas estruturados à base de linhas incisas, vislumbram-se duas configurações incompletas, cujo elemento primário parece consistir em alinhamentos de traços oblíquos, envolvidos por linhas, que se conjugam formando uma padrão triangular (IVa e IVa1). Estes motivos foram traçados com um instrumento de ponta romba, sobre duas peças montadas ao torno, com paredes medianamente espessas (5 e 6mm) e polidas. No caso do fragmento 138 (Est. XXXIX, 1), é impossível determinar a que componente da peça foi aposta a decoração, embora seja de admitir que se trate do bojo, enquanto que no fragmento 161 (Est. XXXVIII, 6), o motivo localiza-se na ligação do colo com o ombro, prolongando-se neste. Ambos os indivíduos provem do núcleo do museu Grão Vasco.

Ainda do núcleo do museu procede um fragmento de recipiente montado ao torno, de pasta cinzenta e superfície externa polida (n^o 26: Est. XXXIX, 2), que ostenta uma faixa larga reticulada, produzida com um instrumento de ponta romba e rematada por uma fiada de traços oblíquos, pouco profundos (tipo IVb).

Regista-se um motivo quase idêntico, em Sanfins, correspondente ao n^o 280 da tipologia da A. Silva (1986, Est. LXVIII). Encontram-se também com alguma frequência exemplos de padrões reticulados na região do noroeste; refira-se apenas o caso de Vilarelho (fase II), Briteiros e Sanfins (fase III) (*Ibidem*, Est. LXVIII, 270).

Tipo V – A estrutura básica deste tipo caracteriza-se pela organização linear (e horizontal) simples resultante da repetição de motivos impressos (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

Esta categoria abarca um leque de motivos produzidos por meio de diversos instrumentos.

O primeiro tipo (Va) figura num fragmento minúsculo (nº 185: Est. XXXV, 6), exumado no Mercado 2 de Maio, aparentemente de fabrico manual, de coloração castanha e superfícies cuidadosamente alisadas e consiste em múltiplos puncionamentos. Desconhecemos o tipo de instrumento com que foi impresso (rodízio?) e em que zona da peça se desenvolveria este motivo.

Os motivos seguintes (Vb e Vc) apresentam um desenho à base de pontinhos produzidos por rodízio, enquadrados por linhas incisadas ou caneluras horizontais.

O tipo Vb dispõe-se na zona de ligação do colo com o bojo, de um fragmento feito ao torno, com paredes medianamente espessas, cinzentas e com polimento exterior, encontrado no núcleo do museu (nº 57: Est. XXXIX, 3).

Este motivo encontra-se atestado em Cabeça de Vaiamonte (Monforte), associado a composições mais complexas e de cronologia tardia (ARNAUT; GAMITO, 1974-1077, fig.8, 14).

O tipo Vc figura em dois fragmentos, provenientes do mesmo núcleo. No fragmento 42 (Est. XXXIX, 8), feito ao torno, com pasta castanha e polimento exterior, os pontinhos encontram-se ligeiramente desalinhados. Tal não sucede no fragmento 101, igualmente torneado, de cor cinzenta e polido exteriormente, onde os pontos se repetem a espaços e alinhados de forma regular. Nos referidos restos cerâmicos, a faixa decorada envolvida por linhas incisadas parece localizar-se na zona do ombro, a avaliar pela curvatura da parede, que apresenta 5 e 5,5 cm de espessura.

O mesmo motivo repete-se no, Morro da Sé, em composição mais complexas (VIIa e VIIb). No Crasto de Tavadre (Figueira da Foz), presencia-se um motivo idêntico ao apresentado na peça 101, mas sem linhas delimitadoras e inserido numa composição que integra círculos concêntricos (ROCHA, 1977, Est. XXXII, 390).

A utilização de caules vegetais, como matriz de impressão, aparece demonstrada no tipo Vd. O esquema básico desta composição compreende pequenos círculos, que se sucedem ao longo do bojo, de um potinho de fabrico manual, pasta clara e superfície externa polida, recolhido no museu Grão Vasco (nº 1: Est. XIX, 1). A mesma técnica parece estar patente noutro fragmento encontrado na rua do Comércio (Est. XLI, 4).

Assinale-se a similitude com os exemplos do Coto da Pena (fase II) (SILVA, 1986, Est. LXXII, 520), de Baiões (SILVA, 1979, Est. X, 2) e Santa Luzia (PEDRO, 1995, Est. XLI, 3).

O último tipo desta categoria (Ve) assemelha-se, em termos de efeito visual, ao tipo Ib, com a diferença que aqui os traços oblíquos são substituídos por unguiações. Presenciou-se este motivo num fragmento, aparentemente torneado, com paredes pouco espessas, de coloração castanha e com polimento exterior (nº 102), eduzido do núcleo do museu Grão Vasco.

O mesmo motivo surge em conjugação com matrizes estampilhadas no tipo VIIc.

Tipo VI – Esta categoria geral engloba padrões em organização linear (e horizontal) simples composta pela sucessão de motivos estampilhados (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

Neste grupo, os motivos circulares concêntricos são os mais representativos, primando os restantes pela escassez.

No seio das representações de círculos concêntricos registam-se variações ao nível do estilo, escala e suporte. Assim, o tipo VIa equivale à variante de três círculos concêntricos, finamente desenhados e suavemente impressos sobre a zona do ombro de uma peça (de reconstrução impraticável), de fabrico ao torno, coloração negra e superfície externa polida, exumada na praça D. Duarte em frente à rua do Hilário (nº 233: Est. XL, 2).

A. Silva regista a ocorrência de motivo semelhante no castro de Romariz (fase II), catalogado com o nº 546 (1986, Est. LXXII).

Mais frequentes são os tipos VIb e VIc, correspondentes a matrizes de dimensões consideravelmente superiores, compostas por dois círculos concêntricos que apenas variam em termos de escala. Estes motivos encontram-se apostos a fragmentos de fabrico manual, com coloração oscilando do castanho acobreado ao castanho claro, com superfícies externas polidas, nos casos em que as paredes medem 6mm de espessura (n^{os} 128 e 89: Est. XXXIV, 7, 8) e cuidadosamente alisadas, quando medem 7 a 8 mm (n^{os} 186, 142, 115 e 116: Est. XXXIV, 6, 5, 3, 4). Os referidos fragmentos foram recolhidos nos núcleos do museu Grão Vasco e do Mercado 2 de Maio, e embora não permitam a reconstrução da forma, a sua espessura adequa-se a volumes de médio porte.

Pela sua extensa divulgação, esta matriz ocupa um lugar destacado entre a cerâmica estampilhada. A generalização do seu uso dificulta o estabelecimento de perfilhações e antecedentes, tratando-se de um motivo já conhecido em contextos recuado, nomeadamente na região astur, em finais de Cogotas I (SANZ MÍNGUEZ, 1997, 260) e no Vale do Cávado, no século IX (BETTENCOURT, 1999, Est. CCXLVIII, 5).

Extravasando largamente os limites peninsulares, interessa-nos sobretudo destacar a sua incidência em todo o território português¹¹¹ e nas regiões contíguas de Espanha¹¹², em ambientes que se estendem da Idade do Ferro ao período romano. Assim, apenas se conclui que neste aspecto o Morro da Sé não escapa à regra geral. Na região de Viseu assinala-se a ocorrência desta matriz em Baiões (SILVA, 1979, Est. X, 6).

Mais invulgar é o motivo definido por losangos concêntricos (tipo VIId) de tamanho considerável, que se encontra impresso num fragmento manual, de paredes espessas (9mm), alisadas e de tonalidade bege, recolhido no museu Grão Vasco (nº 160: Est. XXXVI, 2).

Provavelmente por falta de uma pesquisa mais exaustiva, não conseguimos identificar paralelos para este motivo em cerâmica.

No mesmo núcleo, recuperou-se um fragmento manual, de paredes espessas (10 mm), cinzentas e alisadas (nº 56: Est. XXXVI, 4) que ostentava estampilhas em forma de S, de linha tripla, (tipo VIe) enquadradas por caneluras horizontais.

Este tipo de matriz, tal como os círculos concêntricos, constitui um elemento básico frequente na gramática decorativa da cerâmica estampilhada, revelando desenhos mais ou menos estilizados conotados ocasionalmente com palmípedes ou ornitomorfos.

Na Beira Alta, este tipo acha-se presente em Baiões (SILVA, 1979, Est. X) onde também se associa a outros motivos, tal como em Castelo de Mouros (PEDRO, 1995, Est. XLI, 3), na Cárcoda (SILVA; CORREIA, 1977, Est. II, 10) e no Morro da Sé, com os tipos VIIe e VIIf.

Surgida no âmbito dos trabalhos de acompanhamento na rua D. Duarte, assinala-se uma matriz, sob a forma de escudete, preenchido com treze besantes (tipo VIIf), aplicado a um fragmento manual, de paredes espessas (11 mm) e cor “café com leite”, apresentando polimento exterior (nº 238: Est. XXXVI, 1). Este motivo dispõe-se sob caneluras horizontais, integrando igualmente uma composição mais complexa (tipo VIIg).

Quer na área de Viseu, quer nas proximidades desta contam-se alguns exemplares análogos. Refira-se os casos do castro de Romariz (fase II), catalogado por A. Silva (1986, Est. LXXIII, 618) e de Baiões (SILVA, 1979, Est. X, 10 e 11). Quando se cartografa a ocorrência

¹¹¹ Dispensando um inventário exaustivo, refira-se apenas os exemplos mais emblemáticos tanto a Sul (ARNAUT, GAMITO, 1974-77, fig. IX, 69 a 73) como a Norte (ALMEIDA, 1990; SILVA, 1986; MARTINS, 1990), incluindo o centro interior (OSÓRIO, 2005) e litoral (ROCHA, 1977, ALARCÃO, 1974).

¹¹² Incluindo o Sudoeste (BERROCAL-RANGEL, 1992) Alta Extremadura, (MARTÍN BRAVO, 1999) Vale médio do Douro (SANZ MÍNGUEZ, 1997) e Galiza (LOPEZ CUEVILLAS, 1989)

deste motivo (incluído quando é conjugado com outros signos) no território nacional, desenhasse um corredor ao longo da faixa ocidental portuguesa, passando por Viseu, Baiões, Romariz, Sendim, Briteiros e Caminha, sendo que é em Baiões e Romariz que aparece com maior frequência. É igualmente interessante notar a presença deste elemento numa peça de ourivesaria de Viseu, concretamente na lúnula de ouro, datada do Ferro Pleno (PARREIRA *et alii*, 1980, nº 113), sobre a qual nos debruçaremos mais adiante. O mesmo motivo regista-se noutra torques de ouro, encontrado em Sever do Vouga, desta feita, datado por A. Silva da fase IB (1986, Est. CIX, 1). De facto, regista-se alguma incidência deste motivo em peças metálicas, nomeadamente nas placas metálicas tipo Bureba IA, frequentes em território vaceu e que apontam para o século IV a.C. como marco cronológico para este tema (SANZ MÍNGUEZ, 1997, 389). Regista-se também o mesmo motivo em peças metálicas oriundas da Alta Extremadura espanhola, datadas do Ferro Pleno (MARTÍN BRAVO, 1999, fig.77,10, fig. 85, 2 e 5).

Por fim, e ainda dentro da categoria de motivos formados por sequências lineares simples de estampilhas, assinala-se uma suástica, com braços para a direita, formado por dois S triplos cruzados (tipo VIg). O fragmento onde foi impresso o motivo pertence a um recipiente de fabrico manual, com paredes relativamente espessas, alisadas e de cor “café com leite”, recolhido no núcleo do 172 da rua Direita (nº 328: Est. XXXVI, 3).

Efectivamente, este é o segundo exemplar conhecido na acrópole de Viseu, sendo que em 2001, já se referenciara um idêntico recuperado na escavação da Praça D. Duarte nº 1 e 3 (CARVALHO e VALINHO, 2001, Est. X).

Embora se conheça a existência de símbolos suásticos incisos, em Cabeça de Vaimonte (FABIÃO, 1998, Est. LXVI) e estampilhados no castro de Segóvia (COIMBRA, 1996, 370, fig. 3), a angulosidade destes afasta-os, em termos de estilo, dos motivos de Viseu, que a este nível, embora não sendo idênticos e terem os braços na direcção oposta se assemelham mais à espiral quádrupla do primeiro local (ARNAUD; GAMITO, 1974-1977, fig. 1, 85). De facto, a presença destes motivos, na decoração cerâmica é muito rara na Península, desconhecendo-se paralelos para este tipo. Contudo, noutros suportes, é possível antever alguma semelhança remota com este signo, nomeadamente na gravura rupestre do castro de Guifões (COIMBRA, 1999) e no diadema de Elviña (LUENGO MARTINEZ, 1979).

Tipo VII- A categoria seguinte compreende padrões formados pela repetição linear, alternada, de mais do que um motivo e/ou técnica decorativa, estruturadas em composições de maior riqueza e complexidade (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

Em termos figurativos, os tipos VIIa e VIIb, representam variações de um mesmo tema, composto pela congregação de duas faixas paralelas, desenhadas por linhas incisivas, preenchidas

com uma sequência de traços oblíquos e outra pontilhada produzida por rodízio. Os elementos básicos desta composição surgem de forma autónoma, no presente repertório decorativo, correspondendo aos tipos Ib e Vc.

Testemunham estes motivos dois fragmentos montados ao torno com paredes pouco espessas (5 e 4 mm), superfície externa polida e coloração castanha e bege, oriundos do núcleo do Grão Vasco (n^{os} 58 e 136: Est. XXXIX, 7, 4).

A norte de Viseu encontra-se um padrão similar, em Sanfins (fase III) (SILVA, 1986, Est. LXXVI, 559)

O tipo VIIc exibe uma faixa delimitada por incisões e preenchida com uma sucessão de ungulações (análoga ao tipo Ve), sobre uma sequência de motivos à base de pontilhados, produzidos por estampilha. Esta composição localiza-se no bojo de um fragmento torneado, de paredes pouco espessas, polidas no exterior e de coloração castanha, exumado no museu Gão Vasco (n^o 55: Est. XL, 4).

Embora não se tenha identificado este padrão, na bibliografia consultada, a matriz inferior assemelha-se ao 94 e 64 de Arnaud e Gamito (1974-77, fig. 2 e VII), registada também no Crasto de Tavarede, associada a círculos concêntricos (ROCHA, 1977, Est. XXXII, 388). Em S. Julião regista-se uma composição similar, datada entre os séculos VIII e IV (BETTENCOURT, 1999, Est. CCLXXXII, 8).

O próximo tema é criado pelo alinhamento de círculos concêntricos, separados por uma linha incisa dos motivos pontilhados, em formação oblíqua, que se dispõem na zona inferior (VIIId). Esta decoração, estruturada à base de linhas horizontais incisadas e duas matrizes estampilhadas, desenrola-se no ombro de uma peça aparentemente manual, de paredes medianamente espessas, cuja superfície exterior polida, evidencia manchas de fuligem, indicando uma utilização ao lume (n^o 120: Est. XXXVI, 7). Este fragmento procede do núcleo do museu Grão Vasco.

O motivo inferior é parecido aos 421 e 422 de A. Silva, procedente de Vilarelho (fase III) (1986, Est. LXX) e também ao 89 de Arnaud e Gamito (1974-77, fig. 2). O paralelo mais claro é de um fragmento do Crasto de Tavarede, embora neste, a linha divisória intermédia se encontre ausente (ROCHA, 1977, Est. XXXII, 389).

O tipo subsequente (VIIe) associa uma série de SS e traços oblíquos convergentes formando motivo de espiga, separados por uma canelura. Este motivo desenrola-se, aparentemente, na zona do ombro, de um fragmento torneado, de paredes pouco espessas, castanhas e cuidadosamente alisadas, recuperado no Mercado 2 de Maio (n^o 184: Est. XXXIX, 6).

Quer o motivo da espiga (tipo IIb), quer os SS (tipo VIe), surgem isoladamente, embora aqui, este último apresente menores dimensões e um formato mais esquemático.

Em Sanfins (fase III), observa-se uma composição similar, mas sem a canelura de separação (SILVA, 1986, Est. LXXIV, 669).

Também o tipo VIII f conjuga elementos surgidos anteriormente, nomeadamente os círculos concêntricos e SS, assumindo uma disposição linear e paralela.

Esta decoração encontra-se plasmada num fragmento manual, de paredes espessas, alisadas e de coloração laranja, recuperado no Mercado 2 de Maio (nº 183: Est. XXXVI, 5). A reduzida superfície do fragmento impede que se confirme se o esquema decorativo se resumia a estes dois elementos.

O fragmento 117 forneceu uma construção temática gerada pela repetição de bandas de círculos concêntricos e dos típicos escudetes preenchidos com seis besantes, intercalados com faixas divisórias delimitadas por linhas incisas golpeadas (tipo VIIg). A decoração estende-se pelo colo e ombro, de um fragmento manual, de paredes medianamente espessas de coloração avermelhada e polimento exterior, recolhido no museu Grão Vasco (nº 117: Est. XL, 1). É muito provável, que este esquema apresente mais bandas do que as atestadas.

O mesmo padrão aparece num fragmento de Baiões (SILVA, 1979, Est. X, 8; SILVA, 1986, Est. LXXIII, 624).

O penúltimo tema desta série encontra-se bastante incompleto, adivinhando-se uma organização metopada à base de pontilhados, estremados por faixas horizontais de traços oblíquos, circunscritos por linhas incisas (tipo VIIIh). Esta composição tem por suporte um fragmento aparentemente manual, de paredes pouco espessas, castanhas e polidas no exterior, exumado no museu Grão Vasco (nº 27: Est. XXXVI, 6). Desconhecemos paralelos para esta composição.

Finalmente, refira-se um fragmento minúsculo do qual apenas se depreende uma provável configuração triangular, estruturada por faixas pontilhadas, com rodízio e delimitadas por linhas incisas (tipo VIIIi). Trata-se de um caco feito ao torno, de paredes pouco espessas, castanhas e polidas no exterior (nº 99: Est. XXXIX, 5), recolhido no museu Grão Vasco. Sobre o padrão que se desenvolveria, pouco podemos adiantar, para além de que, não se enquadra em nenhum dos anteriores, podendo evidenciar alguma analogia com as composições dos tipos IVa e IVa1.

Tipo VIII – Cumpre-nos ainda referir um último e pouco expressivo grupo decorativo caracterizado por padrões gerados a partir de sulcos brunidos (*vide* Quadro de motivos decorativos, Est. XXXII e XXXIII).

Um exemplo desta categoria é consagrado por uma padrão reticulado (tipo VIIIa), aplicado a um fragmento¹¹³ de paredes medianamente espessas¹¹⁴, alaranjadas e polidas, recolhido nos níveis pré-romanos do museu Grão Vasco (c. 19, nº 41). A reduzida superfície conservada não permite aferir a extensão e desenvolvimento do padrão.

Também no museu, mas já em níveis romanos, recolheu-se um potinho montado ao torno, de coloração cinzenta e superfícies alisadas (nº 124: Est. XXV, 2), que ostenta uma série de traços oblíquos brunidos, ao longo do ombro (tipo VIIIb). Efectivamente, embora nos pareça enquadrado no perfil global do lote, não podemos contudo, garantir que não tenha sido produzido já em época romana.

O último exemplo desse grupo é trazido por um fragmento de bojo, provavelmente, de um pote de cerâmica cinzenta fina, de paredes medianamente espessas¹¹⁵, cinzentas e superfícies alisadas¹¹⁶, recolhido no mercado 2 de Maio (nº 187: Est. XL, 4). A decoração estende-se ao longo do ombro, organizando-se numa série de triângulos imbricados, preenchidos com linhas (tipo VIIIc). Apesar de se entrever alguma analogia com a forma 277 de Conímbriga (Alarcão, 1974, Est. XIV), não podemos assegurar que não se trate de uma peça de fabrico alto-imperial.

Finalmente, gostaríamos de fazer alusão a dois motivos que apenas podemos observar através de desenho e fotografia, pelo que não estão incluídos no inventário, mas cujo interesse nos leva a mencioná-los aqui.

O primeiro foi recolhido na escavação do Mercado 2 de Maio, e pertence a um recipiente manual, fechado de paredes esféricas, superfícies alisadas e cozedura oxidante-redutora (Est. XLI, 6). O motivo, que não está completo, é composto por dois círculos concêntricos estampilhados afrontados, envolvidos por uma faixa incisa, preenchida com pequenos traços incisos. Supostamente, o padrão compunha-se de, pelo menos, mais um motivo idêntico, alinhado á direita. O exemplo mais próximo, embora não idêntico, que reconhecemos para este motivo reporta-se a um púcaro decorado de S. Julião, datado do século IX (BETTENCOURT, 1999, Est. CCXLVIII, 5).

¹¹³ Para o qual não conseguimos determinar o tipo de modelação.

¹¹⁴ 6 mm.

¹¹⁵ 6 mm.

¹¹⁶ O facto da peça apresentar as superfícies um pouco erodidas, impede que se possa confirmar efectivamente o seu tratamento original.

O segundo caso foi encontrado no acompanhamento da rua do Comércio e corresponde a um fragmento de vaso de grande porte, decorado com círculos concêntricos, dispostos em cacho e limitados por linhas incisadas (Est. XLI, 1). De acordo com A. Silva, estes motivos em cacho podem ser inspirados na ourivesaria meridional (1986, 122). Composições deste género ocorrem com muita frequência no castro de Romariz, onde se pode apontar um exemplo semelhante (*ibid.*, Est. LXXIII, 596). Recorde-se também que em Viseu já se havia publicado um exemplo de organização em cacho mais simples e integrado num esquema diferenciado (CARVALHO; VALINHO, 2001, Est. IX).

6.5.2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo decorado no Morro da Sé obedece a uma generalizada simplicidade técnica, onde predominam os processos de incisão e impressão¹¹⁷, estando ausentes outras práticas como as aplicações de cordões plásticos e a pintura¹¹⁸.

Quanto ao estilo, os frisos constituem a unidade básica da sintaxe decorativa, surgindo isoladamente, numa única faixa, ou integrados por séries repetitivas de elementos diversos, dispostos horizontalmente, em bandas alternadas ou sucessivas.

Na maior parte desses arranjos, os frisos são reforçados por linhas incisadas ou caneluras, que assumem um papel meramente separador ou delimitador das sequências horizontais.

Estas sequências consistem na repetição contínua de um motivo básico, de forma alinhada e pouco espassada¹¹⁹.

O repertório dos motivos básicos revela-se, na realidade, limitado e reduz-se a segmentos de linhas, impressões e matrizes estampilhadas, que conjugadas entre si, em diversos arranjos, somam um leque considerável de composições.

No caso concreto dos segmentos de linha, detectam-se organizações simples, geradas pela disposição paralela de traços oblíquos (inclinados para a direita ou para a esquerda) e verticais; em espinha, espiga, ziguezagueai, reticular, e organizações mais complexas estruturadas à base de padrões triangulares.

Os motivos estampilhados são de tipo geométrico, podendo um mesmo signo aparecer sob modelos de diferente escala e grau de esquematização.

¹¹⁷ Onde se incluem punções, unguiações, impressões vegetais, com rodízio e estampilhadas.

¹¹⁸ Regista-se o aparecimento de pequenos fragmentos de cerâmica com pintura, encontrados no acompanhamento da rua da Sra. da Piedade e no mercado 2 de Maio, mas que, face à inserção em níveis revolvidos, impossibilitam uma atribuição cronológica segura, podendo corresponder a artigos de época romana.

¹¹⁹ A única exceção consiste num padrão supostamente metopado (tipo VIIh).

No seu conjunto, a gramática decorativa enquadra-se na matriz cultural da chamada cultura castreja, tanto ao nível das organizações compositivas como das unidades básicas de decoração.

Sob uma focalização mais abrangente, não se observa uma ruptura nítida com os padrões decorativos do Sul, nem da Alta Extremadura espanhola, sobretudo no que toca às produções, ditas mais antigas, da Idade do Ferro.

Para além da inserção deste conjunto de manifestações de natureza ornamental, num vasto fundo comum, englobando a generalidade da faixa ocidental peninsular, sobressai, como é compreensível, uma vaga feição de individualidade que define o quadro decorativo do Morro da Sé.

Saliente-se concretamente a identificação de alguns motivos originais, como o são as estampilhas de losangos concêntricos e as suásticas. Acrescente-se ainda as composições (embora incompletas) de padrão triangular, tipo IVa.

Caracterizando pela negativa o repertório de Viseu, encontra-se a ausência dos típicos meandros incisos e das aplicações de cordões plásticos a que se podem juntar os triângulos preenchidos com linhas.

Dentro do quadro dos povoados contemporâneos destaca-se uma maior afinidade estilística com as estações e Baiões e Romariz, que para além de fornecerem a maior quantidade de paralelos, também comungam da ausência de alguns elementos como meandros incisos e de decoração em relevo¹²⁰. Note-se contudo, que esta afinidade não é tão linear em relação a Romariz, visto que no Morro da Sé, estão ausentes alguns artigos que surgem naquele povoado, como ânforas e outras cerâmicas púnicas (FABIÃO, 1192, 172).

Embora a curta distância de Viseu, o núcleo de povoamento do Baixo Mondego (Santa Olaia, Crasto de Tavadede, Conímbriga) evidencia um panorama decorativo distinto, de feição orientalizante, onde embora não sejam desconhecidas, por exemplo, as cerâmicas estampilhadas estas reduzem-se a ocorrências muito pontuais.

Uma das maiores dificuldades no estudo da decoração foi a falta de parâmetros seguros que norteiem e fundamentem uma atribuição cronológica para esta gramática decorativa, conduzindo a que esta permaneça num intervalo bastante dilatado e impreciso.

Tal como sucede em relação aos tipos morfológicos, também para a decoração se estabelece a dúvida em relação à sua contemporaneidade.

Por este motivo há que reter que vários signos podem responder a diferentes tradições.

¹²⁰ Exceptuando um caso em cada estação (SILVA, 1986, Est. LXXVIII, 887, 903).

Neste sentido, destacam-se do conjunto alguns tipos que nos parecem de tradição mais antiga, como If e Ig, frente a outros de feição mais evoluída como os Ia, Ib, IIIb (pelo menos quando aplicado a grandes recipientes), IIIc, IVb, VIIa, VIIb, VIIc e VIIe.

Ao mesmo tempo, parece bastante provável que a decoração assumia determinado significado específico, em função dos recipientes de suporte em que fora aplicada.

Nesse contexto, há um grupo que se distingue, pela associação a recipientes de características técnicas e morfológicas suficientemente distintas para merecerem uma individualização. Corresponde a este agrupamento um modelo de estampilha de maiores dimensões que as restantes e que se encontram apostas isoladamente ou associadas a caneluras, a fragmentos moldados manualmente, com paredes espessas e superfícies alisadas, que deverão pertencer a grandes recipientes. Enquadram-se neste perfil os tipos VIc, VIId, VIe, VIf e VIg.

Apesar de não se poder afiançar um significado cronológico e cultural particular para este conjunto, transpondo-se esse registo para a realidade do interior alentejano é possível estabelecer uma relação com os motivos do grupo I de C. Fabião. O autor engloba nesta categoria (tal como T. Gamito já havia sugerido) decorações formadas por uma ou mais filas de impressões, de uma mesma matriz, de tipo geométrico, apostas sobre grandes recipientes, considerando estes motivos como os exemplos mais antigos de estampilhas, naquele território (FABIÃO, 1998, vol.2, 81).

Admitindo esta datação relativa, deparamos com o inultrapassável problema da cronologia da cerâmica estampilhada.

Para a Extremadura espanhola, Berrocal-Rangel fixa os finais do séc. V/IV como marco para os primeiros vasos estampilhados nessa região (BERROCAL-RANGEL, 1992, 93-95), data igualmente aceite por C. Fabião, para a zona alentejana, desvalorizando os resultados das datações apresentadas por T. Gamito, para Segóvia, e que recuam esta data para o século VII a.C. (GAMITO, 1996, 112).

Por sua vez, esta autora aponta para os séculos IV/III como momento em que este estilo decorativo se expande para Norte, em consequência das pressões militares cartaginesas, no Sul da Península, sendo assim assimilado pela Cultura Castreja (*ibid.*, 116).

A. Silva admite um cenário semelhante, por via de influência meridional, no contexto das migrações turdulas, ou por via da Meseta, no contexto da segunda vaga céltica, post-halstática (1990, 290-291).

Contudo, independentemente da influência de tais movimentações populacionais, não está afastada a possibilidade, mesmo que ínfima, de que a presença de cerâmica estampilhada na Região Centro preceda estes fenómenos.

Neste sentido, o exemplo mais antigo do aparecimento de cerâmica estampilhada nesta zona, de que temos conhecimento, reporta-se a um fragmento impresso com uma matriz representando um falo, encontrado em Canedotes (Vila Nova de Paiva), mas possivelmente de

procedência alógena, surgido em níveis datados entre os finais do século X e o último quartel do século IX (VALINHO, 2003, 38).

Outro exemplo, desta feita, envolto em alguma controvérsia – aliás tal como Segóvia – é o de Baiões. C. T. Silva, na análise que faz ao espólio das escavações, que efectuou, nesta estação, é peremptório ao afirmar a ausência de uma diferença ocupacional, visível ao nível estratigráfico. Pelo que, na sua opinião a cerâmica estampilhada (que informa ser de fabrico manual) deverá ter coexistido com o restante espólio cerâmico. Apontando para estes materiais uma datação que transponha os limites até então aceites, o autor interroga-se sobre a “conveniência de fazer uma revisão sobre a cronologia da cerâmica estampilhada (SILVA, 1978, 190).

No entanto, passado cerca de uma década, A. Silva afiança que as cerâmicas estampilhadas da Sra. da Guia sugerem um fabrico à roda e são datáveis dos séculos IV/III (SILVA, 1986, 124).

Parece-nos portanto que o actual estado da investigação não é suficientemente consistente e pacífico para permitir a adopção de uma postura definitiva, relativamente a esta questão. Aliás, os problemas que se colocam, na definição da origem desta cerâmica, sobretudo no que respeita ao enquadramento temporal, das produções mais antigas, levam-nos inevitavelmente a adiar para um momento futuro a atribuição de uma cronologia mais fina às produções de Viseu.

Finda esta breve menção a algumas posições consagradas à questão concreta da datação da cerâmica estampilhada, e abstraindo-nos dela, retomando o ponto anterior, distinguem-se certas pautas de sintaxe em determinadas formas que revelam uma tendência compositiva ou estilos diversos.

Assim, afigura-se uma correlação entre certas matrizes estampilhadas e os grandes recipientes manuais. Estes fragmentos partilham o facto de serem bastante reduzidos, em termos de tamanho, e de não deverem corresponder ao tipo de talhas definido como 6b, sendo sim provável que pertençam a potes de grande capacidade ou a talhas de tipo 6a¹²¹.

Pelo contrário, o tipo IIIb surge pontualmente, em fragmentos pertencentes a grandes contentores, cujas características técnicas se enquadram nas talhas de tipo 6b.

Portanto, se alguma ilação se pode retirar destes dados, é que, provavelmente, o primeiro grupo anteceda no tempo o segundo, correspondendo, eventualmente a uma fase de ocupação mais antiga. Este grupo decorativo, técnico e morfológico deverá ter entrado em declínio quando se instala o novo modelo produtivo, relacionado com a especialização do fabrico de talhas (que só muito raramente surgem decoradas e quando tal acontece ostentam o tipo de

¹²¹ A esta categoria deverão corresponder uma talha recuperada na Cárcoda, decorada com uma fiada de estampilhas sob a forma de ferradura no ombro (TAVARES, 1975, 289, fig. 23) e a outra da gruta do Caldeirão (Tomar) (BATATA, 1997, 71).

decoreção IIIb). Sendo portanto provável que os ditos fragmentos estampilhados, pertençam a artigos residuais, no contextos do conjunto estudado, apontando para o momento inicial de ocupação do casco histórico de Viseu. Refira-se que, no caso da região sul, o grupo I de Fabião já não se observa no registo arqueológico, no século II a.C. (FABIÃO, 1998, vol. 2, 81).

Parece-nos igualmente plausível que os tipos Ig, Vd, VIII f e VII g, pelo género de suporte e pelos paralelos estabelecidos, possam reportar-se a um momento igualmente recuado, se bem que os dados actuais não permitem confirmar esta sugestão.

Sensivelmente mais recentes e articulados com a generalidade do espólio supõem-se os tipos Ia e Ib (nos casos em que surgem numa única faixa), registados com regularidade a partir do século II a.C.. Vemos estes motivos na base do colo ou no ombro de potinhos de tipo 2c, que também correspondem ao tipo dominante entre os potinhos.

Especialmente difíceis de localizar temporalmente são os tipos If e VII h que escapam ao estilo geral evocado pelos restantes.

No quadro de momento meramente hipotético, pode-se apontar que alguns tipos decorativos minoritários e de aspecto arcaizante precedam os demais, de feição mais evoluída e comum, sobretudo entre os séculos II e I a.C., período a que deverá corresponder a maior parte do espólio ceramológico.

6.6 – ESPÓLIO LÍTICO

No âmbito dos vestígios da cultura material e complementando os artefactos cerâmicos, a presença de instrumentos líticos é, normalmente, significativa nos contextos de habitat ao longo do I milénio, sendo encarada como a previvência de uma indústria milenar.

Na área que envolve o Morro da Sé, I. Pedro, menciona a recolha de instrumentos líticos em quantidade abundante, especialmente nos povoados que foram alvo de escavação.

Também em Viseu há notícia do achado de alguns artefactos, reunidos principalmente por J. Coelho. Destes destaca-se a menção a uma mó de vai-e-vem, encontrada junto à igreja de S. Cipriano (1941, 455), dum machado de pedra polida exumado na capela-mor da Sé e de outro no Largo Mouzinho (CRUZ, 1986, 154) e de uma lâmina de sílex na rua da Prebenda (CARVALHO; VALINHO, 2001, 61). J. Coelho comunica ainda a descoberta de machados e outros objectos de pedra polida, encontrados nos arredores do centro urbano, nomeadamente na Carreiro dos Cavalos, em Pedras Alçadas (Cruzeiro) e na Quinta da Via-Sacra (COELHO, 1941).

Mais recentemente, C. Matias identificou outro machado, em anfibolito, no decorrer da intervenção arqueológica realizada nos n^{os}. 15,16 e 17 da rua do Carvalho (CARVALHO; VALINHO, 2001, 61), e P. Carvalho, um afiador de quartzito na escavação dos n^{os}. 1 e 3 da Praça D. Duarte (*Ibid.*, 49).

Cumprir adicionar a este acervo algumas peças recolhidas, nos núcleos já descritos (*vide supra* 4). Este conjunto em concreto, de resto pouco extenso, divide-se em elementos de mó, polidores e um peso.

A primeira peça corresponde a um dormente fragmentado de tipo “sela”, em granito de grão médio e tonalidade salmão mesclado de cinza (Est. XLII, 1). Este elemento conserva 20 cm de comprimento, e mede 19 cm de largura por 7,5 cm de espessura e apresenta contorno sub-elíptico. O dormente encontrava-se fora de contexto, incluído na camada de nivelamento do terreno, datada de época romana (c. 11c), identificada no museu Grão Vasco.

O segundo elemento de moinho, foi também recolhido em contextos de aterro do mesmo núcleo (c. 2) e consiste num movente, em granito amarelo de grão grosso (Est. XLII, 2). Este exemplar de modestas dimensões (7 x 7,5 x 4 cm) exhibe contorno sub-circular, com a parte activa aplanada.

Interpretam-se estes instrumentos como intimamente associados à actividade agrícola, e concretamente à tarefa de triturar os cereais e outros produtos de consumo, podendo no entanto, os mesmos ser utilizados em trabalhos de natureza distinta.

Quanto ao seu enquadramento cronológico, este modelo de moinho antecede os de tipo giratório, continuando contudo, presente em níveis arqueológicos de época romana.

Daí que, embora sendo muito crível que estas peças datem da Idade do Ferro, principalmente no caso do dormente, por se encontrar já inutilizado no período romano, não se pode excluir inteiramente a hipótese de terem sido usadas, durante a primeira fase de ocupação romana do local.

Uma segunda categoria artefactual arrolada é a dos polidores, cuja funcionalidade deverá estar relacionada com o funcionamento da olaria.

Contam-se três objectos de formato e matéria distinta, eventualmente correspondente a um diferente aproveitamento.

Inscrito no nível proto-histórico do museu Grão Vasco (c. 23), encontrou-se um seixo de quartzito de contorno sub-elíptico, e achatado (5,5 x 4,2 x 1,4 cm) evidenciando polimento intenso numa das extremidades.

Outro polidor, igualmente recolhido no museu Grão Vasco, mas desta feita num contexto medieval (c. 13), encontra-se fragmentado, deixando perceber o formato alongado e espalmado, de secção elipsoidal (8,3 x 3,1 x 1,4 cm), apresentando polimento contínuo em ambas as faces (Est. XLII, 3).

O último artefacto, que também pode ter servido de afiador, foi exumado no acompanhamento da rua D. Duarte e está fracturado. De formato alongado, com secção quadrangular bem facetada (4,6 x 1,9 x 1,9 cm) este objecto é polido em três das faces (Est. XLII, 5).

Acrescente-se, finalmente, um peso em granito cinzento, de grão grosso, descoberto nos níveis pré-romanos do museu Grão Vasco (c. 23). Esta peça possui um formato sub-trapezoidal, estando fracturada na zona do orifício de suspensão (8 x 7 x 3,1 cm) (Est. XLII, 4); apresentando assim, uma morfologia distinta das peças com entalhes laterais, que surgem nos povoados vizinhos (PEDRO, 1995, Est. XVIII). Embora, não se tenha conseguido precisar a aplicação concreta do peso, encontra-se afastada a possibilidade de ter funcionado como peso de rede, devido à sua considerável dimensão.

Não enveredamos pela procura de paralelos para estes artefactos, pelo facto de se encontrarem representados em quase todos os contextos habitacionais, inscritos na pré-história recente e dos seus formatos e matéria-prima serem, em grande medida, ditados pelos recursos disponíveis nas proximidades.

6.7 – OUTROS

Englobamos neste grupo um número restrito de artefactos, quase todos sem contexto de achado seguro e que nada têm em comum, para além do seu carácter excepcional.

No âmbito de um trabalho, versando a ocupação mais antiga da colina de Viseu, não poderíamos deixar de evocar duas peças adquiridas por J. Coelho. Falamos obviamente, do machado plano¹²² e do escopro, ambos em cobre, minuciosamente descritos por aquele autor (1947, 214-217).

O enquadramento desse tipo de objectos, ajusta-se a um intervalo temporal dilatado, devendo, segundo R. Vilaça, corresponder aos primeiros objectos metálicos documentados na Beira Interior (1995, 397).

Neste sentido, não deixa de ser intrigante a coincidência, de se encontrarem, por casualidade, dois artefactos atribuídos genericamente ao III milénio a.C., um deles podendo provir de Viseu.

Sem tenções de dar voz a especulações inconsequentes, julgamos imprescindível valorizar todos os indícios, por mais obscuros que se afigurem. E nesse sentido, se tivermos em conta um fragmento cerâmico classificado por P. Carvalho e A. Valinho como calcolítico, ao qual podemos, com alguma reticência, juntar os fragmentos 93 e 94 do nosso inventário, e os diversos machados em pedra polida (vide supra 6.4) adensam-se paulatinamente as evidências de uma primeira ocupação do Morro da Sé, algures durante o III milénio, tal como defendem aqueles autores (CARVALHO; VALINHO, 2001, 61).

No capítulo dos artigos de ourivesaria, cumpre realçar duas jóias de especial interesse, cuja proveniência se atribui a esta cidade e que pertenciam à colecção de D. Fernando II.

A primeira é um torques, classificado por A. Silva dentro do tipo D1 (1986, 236, Est. CIX-6), de remate periforme (Est. XLIII, 3 e 4). E a segunda uma lúnula em forma de crescente, caracterizada pela originalidade decorativa (*ibid.*, 239, Est. CXIX, 3) e rematada com um terminal aparentado com o torques.

Sublinhe-se novamente, o facto da lúnula exibir uma ornamentação com estampilhas de círculos concêntricos e escudetes com besantes, semelhantes aos que se observam na cerâmica (Est. XLIII, 1 e 2).

R. Parreira atribui a esses adornos de ouro uma cronologia dentro do Ferro Recente (1980, 16, 113, 114) e A. Silva inscreve-os na sua fase II (1986, 247, 253).

¹²² Na realidade esta peça deverá provir de Santar (COELHO, 1974, 214).

Gostaríamos, certamente, de fazer derivar estas jóias, conotadas com itens sócio-técnicos, indicando a presença de chefes, do povoado da colina da Sé, e embora isto corresponda, eventualmente, à realidade, o desconhecimento das suas condições do achado não consente esta afirmação.

A mesma incerteza não se aplica, felizmente, à peça seguinte, recolhida na escavação do mercado 2 de Maio.

Aludimos a uma conta de colar, de pasta vítrea, oculada, com círculos azuis e brancos sobre um fundo verde, de formato cilíndrico, com 12mm de diâmetro e perfuração de secção sub-cilíndrica (Est. XLIII, 5).

Peças similares ocorrem em ambientes da I Idade do Ferro¹²³, por vezes associadas a cerâmica estampilhada¹²⁴, e denunciando contactos com o mundo oriental.

¹²³ A avaliar pelos casos do Crasto de Tavadre (ROCHA, 1977, 128); Alcáçova de Santarém (Intino, 1994, 204, nº211); Moinho da Atalaia – Amadora (ibidem, 204, nº 223; Necrópole da Fonte Santa – Ourique (ALARCÃO; SANTOS, 1996, 229); Necrópole da Herdade do Pego – Ourique (ibidem, 226); Necrópole da Herdade do Gaio – Sines (Ibidem, 246); Eiras Velhas – Braga (DINIS, 1993, 40); Cachouça (VILAÇA, 2005, 16).

¹²⁴ Como na necrópole da Herdade das Casas (FRADE, 1998, 28).

VII – A OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA DE VISEU NO QUADRO DO POVOAMENTO REGIONAL

A análise do modelo de evolução do povoamento, do I milénio no Planalto de Viseu foi, recentemente, abordado em diversos estudos dedicados à região (VAZ, 1993, 1996; ALACÃO, 1996), constituindo o mote central da investigação desenvolvida por I. Pedro, na sua dissertação de mestrado (1995).

O que propomos neste capítulo é, essencialmente, com base no quadro de ocupação traçado por aquela autora, contextualizar devidamente os dados que vieram à luz no Morro da Sé e que comprovam de forma indiscutível (assente em abundantes evidências materiais) uma ocupação da Idade do Ferro neste local, contrariando a convicção de J. Vaz (1993, 434). Tarefa que não implica a revisão ou alteração substancial dos resultados alcançados na referida tese, que se mantêm plenamente válidos e essenciais ao estudo e compreensão desta problemática. Naturalmente, face ao assomar de um novo povoado, há que reequacionar algumas situações de pormenor, relacionadas com os povoados localizados no entorno de Viseu (*vide* Est. I).

No seu trabalho, embora reconhecendo a dificuldade de fixação cronológica do intervalo de ocupação e faseamento interno de cada povoado, I. Pedro empenha-se na compilação dos elementos definidores dos padrões de assentamento espacial.

Antes de mais, realça a exclusividade do modelo de povoado fortificado e a eleição de uma estratégia imposta com base no controle estratégico do espaço (*ibid.*, 156).

Em termos de posição altimétrica não reconhece uma relação directa entre a altitude e a cronologia dos povoados (*ibid.*, 37), embora os que surgem no Bronze Final tendam a implantar-se a cotas mais elevadas do que os que lhes sucedem. Neste contexto, mais determinantes do que o factor altitude, são as condições naturais de defesa, na localização micro-topográfica dos sítios (*ibid.*, 38). Conjuntamente, assiste-se a uma articulação directa com a rede hidrográfica, onde esta contribui activamente para a estruturação defensiva, para além de possuir outras potencialidades relacionadas com a providência de recursos ecológicos e estímulo às relações inter-comunitárias.

Relativamente ao tipo de relevo que serve de suporte à implantação de comunidades humanas, regista-se, numa fase mais antiga, uma preferência por cabeços em detrimento de esporões, tendência que se esbate na fase seguinte (*ibid.*, 39). Independentemente do relevo de eleição, um critério sempre respeitado é o domínio de boas condições de visibilidade e de visibilização.

Quanto à distribuição espacial do assentamento, como nota J. Alarcão, não se observa um fenómeno de sobrepovoamento que tornasse a terra escassa (1996, 11), embora a densidade de estações seja razoável. Esta dispersão não parece, contudo, aleatória, detectando-se uma concentração superior nalgumas micro-regiões, que este autor divide nos núcleos de Lafões, Alto-Paiva, Alto-Dão, zona de Tondela, vertente noroeste da Serra da Estrela e um núcleo central (Est. I).

É precisamente neste último que se enquadra o Morro da Sé e que portanto focaremos com mais insistência e atenção.

Não constituindo propriamente uma micro-região, no sentido geográfico do termo, esta área define-se por assumir o epicentro natural do Planalto de Viseu, centrando-se no eixo de vários sistemas montanhosos circundantes e das duas principais bacias hidrológicas, que drenam a Beira Alta, marcando igualmente uma zona de transição geológica.

Dentro desta circunscrição, estabelecem-se povoados de diferentes cronologias e diacronias de ocupação, embora o conhecimento que temos destes seja bastante assimétrico e especialmente reduzido para os que não foram escavados¹²⁵.

De acordo com a informação disponível, todos os povoados excepto, o de Três Rios (que aparentemente só tem ocupação romana) e o Morro da Sé, foram fundados durante o Bronze Final, mantendo-se habitados ao longo de um período, por vezes incerto, ao longo da Idade do Ferro¹²⁶. Encontra-se excluído desta lista o povoado do Cocão que, aparentemente, não mostra sinais de ter ocupação após o Bronze Final.

Portanto, se se admitir que o Morro da Sé terá tido o seu momento de fundação entre os séculos V e III a.C., fica assegurada a sua contemporaneidade com os castros de Sta. Luzia e de Castelo de Mouros e possivelmente com os restantes, excluindo, obviamente, os do Cocão e Três Rios.

Como se aludiu anteriormente, o conhecimento respeitante a estes sítios é bastante desigual o que possibilita que se tomem por contemporâneos locais que poderão não o ser.

Concretamente, sabe-se que em Santa Luzia (que J. Alarcão interpreta como local central (1996, 11), as escavações revelaram uma ocupação contínua entre o século XI e I¹²⁷, momento em que é abandonado, sendo que o seu momento de maior apogeu situa-se entre o século XI e VIII (PEDRO, 1995, 25).

¹²⁵ E que são os povoados da Senhora do Crasto, Aral, Cruz, Castainça e Cocão.

¹²⁶ Esta afirmação não é consensual, uma vez que J. Alarcão afirma que os povoados do Aral, Cruz, Castainça não terão sido abandonados na Idade do Ferro (1996, 10).

¹²⁷ Note-se que R. Vilaça levanta dúvidas relativamente à continuidade de ocupação entre a fase do final da Idade do Bronze e as restantes (1996, 75).

Quanto a Castelo de Mouros, os trabalhos arqueológicos desvendaram um povoado de razoável dimensão que, embora fundado no Bronze Final, evidencia uma fase de grande expansão durante a Idade do Ferro, entrando em declínio aquando da romanização (*ibid.*, 28).

Dos sítios do Aral, Cruz, Castainça e Senhora do Crasto, os únicos indicadores cronológicos disponíveis resumem-se ao espólio cerâmico, classificado como do Bronze Final e Idade do Ferro. No caso do povoado da Senhora do Crasto, existe um indicador interessante, se bem que questionável, que consiste na calçada que dá acesso ao local e que entronca numa via romana (PEDRO, 1995, 26), o que pode dilatar a sua cronologia até ao final do milénio, sem que tal implique, necessariamente uma permanência contínua de ocupação.

Parece, por conseguinte, ponto assente que estes sítios terão coexistido no período final da Idade do Bronze, e, eventualmente, durante parte da Idade do Ferro, hipótese que J. de Alarcão crê difícil de admitir¹²⁸. Esta contemporaneidade não implica, contudo, uma sincronia em termos de existência, uma vez que as ocupações poderiam ser efémeras e sucederem-se alternadamente nos diversos povoados.

Assim, caso esta hipótese esteja correcta, constata-se uma considerável densidade ocupacional, ao longo da primeira metade do I milénio a.C., que resulta na contiguidade dos territórios de exploração de 30 minutos e na sobreposição dos territórios de 60 minutos.

Quadro da Evolução do povoamento					
Povoados	Br. Final	I I. Ferro	II I. Ferro	Romaniz.	Escavado
Sta. Luzia					X
Cast. Mouros					X
Aral			?		
Cruz			?		
Sra. Castelo			?		
Castainça			?		
Três Rios					X
Cocão					
M. Sé		?			X

Se, pelo contrário, como defende este autor, os únicos povoados que se matêm ao longo da Idade do Ferro correspondem a Santa Luzia e Castelo de Mouros, há que concluir que a densa rede de povoamento do Bronze Final sofre uma retracção na Idade do Ferro. Assim sendo, de acordo com a segunda proposta, neste período assistir-se-ia ao abandono de cinco povoados (Cocão, Castainça, Aral, Cruz e Senhora do Crasto) à manutenção de dois (Santa Luzia e Castelo de Mouros) e à fundação de um (Morro da Sé).

¹²⁸ Porque a sua proximidade tornaria os territórios quase coincidentes (ALARCÃO, 1996, 10,11).

Efectivamente, sem intervenções arqueológicas que venham solucionar esta questão, mantém-se a indefinição a respeito destas hipóteses.

Na nossa perspectiva, este problema afigura-se de grande relevância, na medida em que permite entender se a transição entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, nesta zona, se saldou pela descontinuidade ocupacional, ou pelo contrário foi marcada pela subsistência dos padrões e locais de ocupação anteriores.

Recorde-se que duas outras estações escavadas na Beira Alta exemplificam as duas situações possíveis. Referimo-nos a Vila Cova-a-Coelheira, que testemunha uma solução de abandono, precisamente nesta fase (LOUREIRO, 2003) e Baiões que pelo contrário revela uma ocupação significativa ainda durante a Idade do Ferro¹²⁹.

Poder-se-ia ainda questionar se, a ter havido o abandono de parte dos povoados nesta área (em torno do Morro da Sé), este fenómeno não teria tido lugar num momento avançado da Idade do Ferro, em vez de no intervalo de transição entre o Bronze Final e o período imediato.

Neste ponto em concreto, I. Pedro dá-nos uma pista, que aponta para o paradoxo entre os dados arqueológicos e os paradigmas explicativos vigentes. Esta autora afirma que é na Idade do Ferro (no decorrer da fase II de A. Silva) que se assiste à consolidação e implantação mais efectiva das populações em locais de altura, fortificados, ao mesmo tempo que se dá o colapso do tráfego da metalurgia do bronze (PEDRO, 1995, 167)¹³⁰.

O exemplo mais flagrante deste facto é demonstrado em Castelo de Mouros que no decorrer desta fase II e provavelmente em finais da mesma, parece ter sofrido uma profunda reestruturação do espaço habitacional.

Esta reestruturação, que implica a reunião de um esforço construtivo superior ao que até então se tinha assistido, é visível, não só ao nível das estruturas de delimitação dos povoados (explicadas por razões várias), mas também ao nível da arquitectura doméstica. Esta planificação e investimento construtivo é facilmente entendida num contexto pautado pela disponibilidade de mão-de-obra (para levar a cabo tarefas que não são de subsistência) e pela existência de uma rede de comando (para além dos necessários conhecimentos e meios tecnológicos) que gira e coordene, pelo menos, as obras de carácter comunitário. Ou seja, esta situação espelha de forma mais plausível um panorama de crescimento económico e

¹²⁹ Sublinhe-se que tal como em relação a Santa Luzia, R. Vilaça questiona a efectiva continuidade de ocupação entre a fase da Idade do bronze e a fase de ocupação sidérica, neste povoado (1996, 75).

¹³⁰ Este fenómeno não pode ser generalizado à restante área castreja, porque como afirma R. Vilaça, noutros locais, existe uma dupla coincidência entre o fenómeno de acastelamento e de produção e circulação de metal e o abandono de inúmeros povoados e o colapso da referida produção e circulação de metais (1996, 76).

demográfico, do que de contracção, se bem que estes indicadores possam não ser os mais adequados para aferir estádios de desenvolvimento.

Este quadro de aparente desenvolvimento populacional afigura-se como um dos cenários eventuais para entender a fundação do povoado do Morro da Sé. Parece-nos, desta forma, mais fácil aceitar este novo aglomerado populacional, como resultado da deslocação de excedentes populacionais de povoados vizinhos (eventualmente de Santa Luzia) que procuram assim controlar novos recursos ecológicos, do que fruto de um contexto de recessão económica e de abandono em massa dos povoados de origem.

Quanto ao estatuto do Morro da Sé, desconhece-se se estaria sujeito a laços de dependência¹³¹ perante povoados maiores e anteriores. Contudo, se tal sucedeu, num primeiro momento, posteriormente, este aglomerado deverá ter assumido autonomia, à medida que, já na fase III, se vai expandindo, em detrimento doutros, que neste período denotam uma contracção populacional. Este fenómeno é também visível noutros núcleos de povoamento regional, como por exemplo no núcleo de Lafões, com a ascensão da Cárcoda e no Alto-Dão com a Senhora do Bom Sucesso.

A explicação para o êxito e desenvolvimento do Morro da Sé radica, certamente, em múltiplos factores que, possivelmente, apenas podemos suspeitar. Em termos de implantação, para além de reunir boas condições de visibilidade e visualização, as suas condições naturais de defesa são razoáveis podendo ser colmatadas à custa de estruturas defensivas.

Do ponto de vista espacial, a própria morfologia do terreno não impõe constrangimentos ou limites físicos (excepto a norte) à ampliação da área ocupada, sendo que, ao contrário de outros locais, este possui condições naturais para se expandir quase ilimitadamente. Se este factor pode não ter sido valorizado no momento da fundação do povoado, foi certamente determinante aquando da conversão em *ciuitas* romana.

Paralelamente, no seu território de exploração, existem recursos naturais disponíveis, nomeadamente agro-pastoris e metalúrgicos, comuns a toda a região. Neste sentido, a proximidade do rio Pavia, proporciona o acesso a produtos piscícolas, para além de favorecer o estreitamento de contactos com outras comunidades instaladas no vale deste curso hidrográfico.

Um outro factor, difícil de avaliar, assenta no facto do Morro da Sé se ter convertido num importante nó viário, atravessado por inúmeros caminhos no período romano. Difícilmente se pode conceber que esses eixos de circulação decalquem fielmente antigas rotas de comunicação. Contudo, será razoável imaginar que os percursos ou itinerários vigentes nos finais do I milénio

¹³¹ Convém esclarecer que a utilização de termos como dependência ou centralização é aqui aplicada no sentido mais inócuo possível. De forma que, a centralidade de um sítio se poderia reduzir a um certo ascendente não institucionalizado e a dependência de outro corresponder a simples acordos diplomáticos, sem o estabelecimento de uma noção hierárquica clássica.

a.C. e que cruzavam a região tenham paulatinamente convergido para Viseu sendo posteriormente materializados pelas calçadas romanas.

Quanto à base de sustentação económica da comunidade, esta certamente assentaria em actividades de subsistência, nomeadamente na agro-pecuária, recolção de produtos silvestres e na caça. A par do sector primário, há fortes indícios do desenvolvimento de actividades artesanais, como a olaria, em regime de especialização. Há, de certa forma, um forte elo de ligação entre estes dois sectores económicos, que se complementam, na sua ligação directa aos bens de consumo alimentar; por exemplo, o incremento do fabrico de talhas articula-se com o aumento das necessidades de armazenamento de excedentes.

Relativamente à distribuição destes produtos, sendo eles fruto do trabalho de indivíduos eminentemente especializados, pressupõe-se a institucionalização de um sistema de trocas, no seio da comunidade local, susceptível de se estender ao plano regional e inter-comunitário.

A conjugação destas circunstâncias e de outras (apenas passíveis de intuir), contribuem para a noção de que à data da absorção do território pelo império, o Morro da Sé se assumisse já como pólo de capitalidade; até porque, nenhum outro povoado próximo parece ter desempenhado essa função.

A confirmar-se a efectiva procedência das jóias de ouro de Viseu (*vide supra* 6.6), do perímetro do povoado, este seria um argumento a favor da sua importância, à imagem da elite que nele habitava.

Se assim fosse, a transição do povoado, para a esfera do domínio romano, com o estatuto de *ciuitas*, capital dos *Interannienses*¹³² (ALARCÃO, 2005, 125) resultaria na ratificação da preponderância deste aglomerado, no meio das comunidades regionais.

À falta de dados arqueológicos que confirmem ou desmintam este vaticínio, é igualmente de admitir a visão oposta. Em concordância com esta, o Morro não desempenharia nenhuma função de centralidade ou evidenciaria um crescimento assinalável na segunda centúria a.C., reduzindo-se a um aglomerado populacional indistinto dos restantes, eleito pela administração romana pela sua localização geográfica. Nesse caso, interrogamo-nos porque não se escolhera outro povoado próximo, como Castelo de Mouros que possui uma tipologia de implantação semelhante.

Fica assim enunciado um arrazoado de linhas de pensamento, de pouca valia para a compreensão da real dimensão e evolução do Morro da Sé, no quadro do respectivo núcleo de povoamento, escapando-nos por completo a dialéctica subjacente às relações instituídas entre os vários pólos de povoamento.

¹³² Recorde-se que esta interpretação não é aceite por V. Mantas que propõe a Bobadela como capital deste *populus* (2002, 234).

Não nos sendo, por conseguinte, possível oferecer uma imagem mais objectiva e consistente do cenário (cultural, social, económico e político) em que Viseu actuou (como figurante ou personagem principal), esperamos pelo menos ter delineado alguns pontos de discussão cujo esclarecimento, em futuros trabalhos, julgamos de grande pertinência.

VIII – CONCLUSÃO

Importa sublinhar que as circunstâncias que envolveram este estudo comprometeram, decisivamente, os resultados atingidos. Diversos condicionalismos concorreram neste sentido. Assinale-se apenas o facto de se ter analisado um conjunto muito variado de materiais que, em grande medida, não ofereciam garantias de contextualização primária, provenientes de intervenções desenvolvidas em condições difíceis, associadas aos ambientes de arqueologia urbana de emergência e nas quais não participamos. Por estes motivos se compreende que o alcance do trabalho se revelou, à partida, limitado, constituindo, contudo, o estudo que nos foi possível desenvolver dadas as condições referidas.

À medida que este trabalho tomava forma, fomos alinhavando algumas ideias e impressões que registamos aqui em jeito de conclusão.

Uma questão que sempre nos inquietou secretamente relaciona-se com a avaliação objectiva da relevância do Morro da Sé e do seu estudo.

Ocorrem-nos, agora, várias respostas possíveis conforme a perspectiva que se adopte.

Um aspecto a valorizar é o facto da confirmação do sítio contrariar certas premissas preexistentes relativas à implantação topográfica e à densidade do povoamento pré-romano. Possuindo uma implantação atípica (para a região) e mesmo constituindo um exemplo isolado, o Morro da Sé revela a insuficiência e rigidez dos nossos modelos conceptuais, apelando para uma realidade mais diversificada e aconselhando cautela e maior abertura nas directrizes propostas.

Relativamente às produções cerâmicas (cuja cronologia pode ser bastante lata, abarcando a maior parte do I milénio a.C.) estas revelam, em termos gerais, uma inegável comunhão de estilos e técnicas com a cultura material do noroeste peninsular.

Contudo, sob este fundo comum, sobressaem, a um nível intermédio, particularidades que revelam uma partilha de códigos e tendências de cariz regional.

E, finalmente, destaca-se ainda, um feixe de características morfológicas, decorativas e técnicas, cuja originalidade é indicadora de uma feição individualizante de natureza local.

É esta dialéctica, que se estabelece entre o sentido de pertença a uma comunidade e a consciência de individualidade, a noção fundamental que se extrai dos artefactos cerâmicos.

Paralelamente, a raridade de elementos ou influências exógenas, reforça o perfil nitidamente indígena destas produções.

Infelizmente escapam-nos as reais consequências destas observações. Assim, que implicações e justificações, explicam a inclusão deste povoado no seio de uma cultura uniformizante e muito abrangente em termos espaciais?

Que sentido se extrai da partilha de traços comuns a nível regional? Terão reflexo no plano político, económico ou étnico?

E como encarar as especificidades locais? Terão emergido paulatinamente como expressão de criatividade, ou pelo contrário, serão a reminiscência de tradições que se foram esbatendo sob influência de tendências uniformizantes?

Ou seja, no fundo, são mais as interrogações do que as respostas que ditam o ritmo deste trabalho e que nos fazem crer que as realidades que pretendemos atingir se encontram ainda profundamente encriptadas, sendo mais complexas do que a nossa tendência para simplificar e a nossa falta de imaginação permitem conceber.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J., 1974, *Cerâmica Comum local e Regional de Conimbriga*, Suplemento de *Biblos*, 8. Coimbra.
- ALARCÃO, J., 1989 a, “Geografia política e religiosa da civitas de Viseu”, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 2, 305-314.
- ALARCÃO, J., 1989 b, *A Cidade Romana de Viseu*, Viseu.
- ALARCÃO, J., 1992, “A evolução da Cultura Castreja”, *Conimbriga*, vol. XXXI, Coimbra, 39-71.
- ALARCÃO, J., 1996 a, “As Origens do povoamento da região de Viseu”, *Conimbriga*, vol. XXXV, Coimbra, 5-35.
- ALARCÃO, J., 1996 b, “O primeiro milénio a. C.”, De *Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 118-133.
- ALARCÃO, J. 2005, “Ainda sobre a localização dos povos, referidos na inscrição da ponte de Alcântara”, *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia*, Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior, Guarda, 119-131.
- ALARCÃO, J.; SANTOS, A. I. P., (Coord), 1996, De *Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa
- ALMEIDA, C. A. B., 1990, *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, C. A. F., 1974, “Cerâmica Castreja”, *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV (1-4), Guimarães, 171-197.
- ALMEIDA, C. A. F., 1983, “Arte Castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade”, *Arqueologia*, vol. XIII, Porto, 161-172.
- ALVELOS, M., 1948, “Monumentos antigos de Viseu”, *Beira Alta*, vol. VII, 4, Viseu, 331-335.
- ALVES, A., 1960, “O castelo de Mangualde e a cidade de Viseu”, *Beira Alta*, vol. XXIX, Viseu, 85-97.
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., 1998, *La quantification dès céramiques. Conditions et protocole*, Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray.
- ARNAUD, J. M. e GAMITO, T. J., 1974-1977, “Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. Cabeço de Vaíamonte-Monforte”, *O Arqueólogo Português*, série III, 7-9, 165-202.
- ARRUDA, A. M., 1988-1989, “Conimbriga: escavações de 1988-89: Algumas precisões sobre a cronologia do Bairro Indígena”, *Portugália*, vol. IX-X, Porto.

- BALFET, H., FAUVET-BERTHELOT, M.-F. e MONZON, S. 1989, *Lexique et typologie des poteries pour la normalisation de la description des poteries*. - Nouv. éd. revue et cor. - Paris : CNRS.
- BATATA, C., 1997, *As origens de Tomar – Carta Arqueológica do Concelho*, Tomar.
- BERROCAL-RANGEL, L., 1992, *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*, Madrid (Complutum-Extra, 2).
- BETTENCOURT, A. M. S., 1995, “Dos inícios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal”, *A Idade de Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 110-115.
- BETTENCOURT, A. M. S., 1998, “ O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica”, (Coord. Jorge, S. O.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Trabalhos de Arqueologia, 10, Lisboa, 18-38.
- BETTENCOURT, A. M. S., 1999, *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II e o I Milénio AC*, Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiado), Braga.
- BETTENCOURT, A. M. S., 2005, “O que aconteceu às populações do Bronze Final de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro?”, *Cadernos do Museu – Colóquio: Castro um lugar para habitar*, 11, Penafiel, 25-40.
- BUBNER, T., 1996, “A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal”. In Alarcão, J. (ed.) *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 66-72.
- CABALLERO CASADO, C. *et alii*, 2002, “Materiales Arqueológicos Inéditos - procedentes del cementerio parroquial de Carabanchel Bajo (Madrid)”, *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas*, 12, 175-190.
- CABRAL, J. M. P., *et alii*, 1986, “Contribuição para o estudo da cerâmica cinzenta fina de Conimbriga e de Santa Olaia por espectroscopia Mössbauer e difracção de raios X”, *Conimbriga*, vol. XXV, Coimbra, 5-21.
- CALADO, M.; ROCHA, L., 1997, “Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central”, *Cadernos de Cultura de reguengos de Monsaraz, 1 – História e Património*, Reguengos de Monsaraz, 99-132.
- CANHA, A. J., 1998-99, “Povoado de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu) – notícia preliminar da 1ª e 2ª campanhas”, *Portugália*, vol. XIX-XX, Porto, 103-114.
- CANHA, A. J., 1999, “Canedotes (Vila Nova de Paiva) povoado do Bronze Final. Notícia preliminar das escavações do sector II”, *Estúdios Pré-históricos*, vol. VII, Viseu, 281-292.
- CANHA, A. J., 2002, *Canedotes – Povoado do Bronze Final do Alto Paiva*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- CARBALLO ARCEO, L. X., 1986, “Povoamento castrexo e romano da terra de Trasdeza”, *Arqueoloxía/Investigación 2*, Xunta da Galicia, 111.

- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; VALERA, A. C., 1995/96, “Aspectos da Economia Alimentar do Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos das «Salas 2 e 20» do Buraco da Moura de S. Romão (Seia)”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, vol. 3/4, Lisboa, 253-261.
- CARVALHO, P. C., 1998, *O forum de Aeminium*, Coimbra.
- CARVALHO, P. S., 2000a, *Sondagens Arqueológicas no Antigo Mercado 2 de Maio (Viseu)*, Relatório (policopiado)
- CARVALHO, P. S., 2000b, *Acompanhamento Arqueológico nas Ruas do Centro Histórico de Viseu*, Relatório de Progresso, (policopiado).
- CARVALHO, 2003, *Trabalhos arqueológicos na Rua Directa, nº 229, Viseu*, Relatório Final (policopiado).
- CARVALHO, P. S.; VALINHO, A. T. S., 2001, “Arqueología urbana em Viseu. Primeiros Resultados”, *Conimbriga*, vol. XL, Coimbra, 37-64.
- CASTRO MARTINEZ, P. V., 1994, *La Sociedad de los Campos de Urnas en el nordeste de la Peninsula Iberica – La necrópolis de El Calvari (el Molar, Priorat, Tarragona)*, BAR Internacional Series 592.
- CHÉNEY, A. M. G.; CARVALHO, P. M. S., 2003, *Trabalhos arqueológicos na rua Directa, nº 172-176, Viseu*, Relatório Final. (policopiado).
- COBAS FERNÁNDEZ, I.; PRIETO MARTÍNEZ, M. P., 1999, *Introducción a la cerámica prehistórica y protohistórica en Galicia*, Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, TAPA, XVII, Santiago de Compostela.
- COELHO, J., 1939, *Diário de Coimbra*, nº 3053, 10-09-39.
- COELHO, J., 1941, *Beira Histórica, Arqueológica e Artística. Memórias de Viseu (arredores). I. A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro*, Viseu, 429-388.
- COELHO, J., 1943, “Importância de Viseu na época romana”, *Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências, 4º, Porto, 1942, 7ª secção, Ciências Históricas e Filológicas*, Porto, 156-161.
- COELHO, J., 1947, “Alguns objectos do Bronze da Beira Alta, Contribuição para o estudo do Bronze peninsular”, *Beira Alta*, VI (3/4), Viseu, 209- 226.
- COELHO, J., 1949, *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo etnológico da Beira*, vol. I, Viseu.
- COFFYN, A., 1998, “Une entité contestée: Le Bronze Atlantique”, (Coord. Jorge, S. O.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, *Trabalhos de Arqueologia*, 10, Lisboa, 166-178.
- COIMBRA, F. A., 1996, “A swastica durante a idade do ferro na faixa ocidental atlântica da península ibérica: Uma nova proposta de interpretação”, *II Congreso de Arqueologia Peninsular – Tomo III – Primer Milénio y Metodologia*, Zamora, 365-376.
- COIMBRA, F. C., 1999, “A Suástica do Castro de Guifões e alguns paralelos europeus”, *Matesinus*, vol. III, Gabinete de Arqueologia e História de Matosinhos, 107-112.

- COIMBRA, F. A., 2003, “As gravuras rupestres da Laje dos Sinais (Barcelos, Portugal). *Revista de Guimarães*, vol. CXI, Guimarães, 183-198.
- CORDEIRO, A. M. R.; DENÉFLE, M.; VERGNE, V., 1991, “L, importance du facteur anthropique dans deux tourbières des montagnes occidentales du Centre-Nord du Portugal”, *Cadernos de Geografia*, vol. X, Coimbra, 273-282.
- CORREIA, A., 2000, “Museu de Grão Vasco. Uma existência múltipla”, *Monumentos*, vol. XIII, 63-68.
- CORREIA, A.; SILVA, C. T.; VAZ, J. L. I., 1979, *Catálogo da Coleção arqueológica “Dr. José Coelho”*, Viséu.
- CORREIA, A.; SILVA, C. T.; VAZ, J. L. I., 1986, “Castro de Santa Luzia, 4ª campanha”, *Informação Arqueológica*, vol. VII, 99-100.
- CORREIA, A.; ALVES, A.; VAZ, J. L. I., 1995, *Castro Daire*. - 2. ed.. - Castro Daire : Câmara Municipal.
- CORREIA, V. H., 1993, “Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego”, *Estudos Orientais*, vol. IV, 229-283.
- CRUZ, A. J. C., 1981, “ Os “Cadernos de notas arqueológicas” do Dr. José Coelho e a sua coleção arqueológica”, *Beira Alta*, vol. XL (1), Viséu, 157-174.
- CRUZ, A. J. C., 1981, “Cossoiros do Castro da Cárcoda (Carvalhais - S. Pedro do Sul) ”, *Beira Alta*, vol. XL, (2), Viséu, 383-394.
- CRUZ, A. J. C., 1986, “Em torno das origens de Viséu”, *Beira Alta*, vol. XLV, (1-2), Viséu, 145-180.
- CRUZ, M. D. G., 1993, *Significado social da cerâmica doméstica Fundamentos para uma classificação tipológica da cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- CRUZ, D. J., 1998, “Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a. C.)”, *Estudos Pré-históricos*, vol. VI, Actas do Colóquio “A Pré-História da Beira Interior”, Tondela, 149-166.
- CRUZ, D. J., 1999, “A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viséu). Resultados das datações radiocarbónicas”, *Estudos Pré-históricos*, vol. VII, Viséu, 263-270.
- CRUZ, D. J. 2001, *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra (policopiado).
- CRUZ, D.; LÓPEZ SÁEZ, A. J., 2002, “Orquinha dos Juncas (Vila Nova de Paiva, Viséu): Cacterização Paleoambiental”, *Estudos Pré-históricos*, vol. X-XI, Viséu, 233-234.
- CRUZ, D. J.; VILAÇA, R., 1999, “O grupo de *tumuli* da Sª da Ouvida (Monteiras, Moura Morta, Castro Daire, Viséu). Resultados dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Pré-históricos*, vol. VII, Viséu, 129-161.

- DIAS, M. M. A.; DUARTE, C., 1986, “Nossa Senhora do Crasto”, *Informação Arqueológica*, vol. VII, 98-99.
- DINIS, A. P., 1993, *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a. C.*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado), Porto.
- ENCARNAÇÃO, J., 1989, “Indigenismo e romanização na epigrafia de Viseu”, *Actas do I Colóquio arqueológico de Viseu*, Governo Civil de Viseu, 315-320.
- ENCARNAÇÃO, J., 1997, Lusitanos e Viseu a propósito de duas obras recentes”, *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, 85-90.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A., 1988-89, “A IV campanha de escavações no cabeço do Castro de S. Romão (Seia). Alguns resultados preliminares”, *Portugália*, Nova Série, vol. IX-X, Porto, 73-80.
- FABIÃO, C., 1992, “A II Idade do Ferro”, in *História de Portugal*, José Mattoso, (dir.), vol. I, 167-200.
- FABIÃO, C., 1998, *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território Português*, dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Policopiado), Lisboa.
- FERNANDEZ, S., 2000, “A Acrópole e a cidade”, *Monumentos*, vol. XIII, 53-59.
- FERREIRA, A. B., 1987, *Planaltos e montanhas do norte da Beira – estudo de Geomorfologia*, Lisboa.
- FERREIRA, V., 1974, “Nova achega para o conhecimento da joalheria primitiva” *Revista de Guimarães*, vol. LXXXIV, (1-4), Guimarães, 125-128.
- FIGUEIRAL; I. 2001, “Restos vegetais carbonizados do Alto Paiva (Beira Alta)”, *Estudos Pré-históricos*, vol. VII, Viseu, 57-67.
- FIGUEIREDO, M., 1958, “Arqueologia Lafonense”, *Beira Alta*, vol. XVIII, (4), Viseu, 353-389.
- FIGUEIREDO, A. P., 1970, “A Serra de São Macário e suas dependências na área correspondente às freguesias de Covas do Rio, S. Martinho das Moitas e Sul”, *Beira Alta*, vol. XXIX, (2), Viseu, 229-249.
- FRADE, H., 1998, *Ritos Funerários da idade do ferro no Nordeste Alentejano*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (trabalho de seminário de mestrado – policopiado).
- GAMITO, T. J., 1993, “A cerâmica estampilhada”, *De Ulisses a Viriato – O primeiro milénio a. C.*, 112-117.
- GAMITO, T. J., 2002, “As Civilizações da Idade do Ferro em território português nos últimos 100 anos”, *Arqueologia e História*, [Arqueologia 2000. Balanço de um Século de investigação Arqueológica em Portugal]. Lisboa. Associação de Arqueólogos Portugueses, vol. LIV, 125-138.
- GASPAR, J., 1993, *As Regiões portuguesas*. Direcção-Geral do desenvolvimento Regional.

- GIRÃO, A. A., 1922, *Bacia do Vouga, Estudo Geográfico*, Coimbra.
- GIRÃO, A. A., 1925, *Viseu – estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra. |
- GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. S., 1992, *Terras de Azurara e Tavares – O património Arqueológico de Mangualde*, Câmara Municipal de Mangualde.
- GONZÁLEZ-TABLAS SASTRE, F. J., 1986-1987, “Transición a la segunda edad del hierro”, *Zephyrus*, vol. XXXIX-XL, 49-57.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. 1996, “A ocupação romana do Cabeço do Castro, S. Romão, Seia”, *Ophiussa*, 0, Lisboa, 133-159.
- HIDALGO CUÑARIO, 1993, “Nuevas aportaciones al estudio del castro de la isla de Toralla (Vigo)”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, vol. II, Vigo, 195-209.
- INTINO, R. (Coord.), 1994, *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- JASSEN, C. R.; WOLDRING, R. E., 1981, “A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal”, *Finisterra*, vol. XVI, Lisboa, 299-309.
- KALB, P., 1995, “O Povoado de Nossa Senhora da Guia, Baiões”, *A Idade do Bronze em Portugal – Discursos de Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 68.
- KALB, P., 1998, “Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica”, (Coord. Jorge, S. O.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, *Trabalhos de Arqueologia*, vol. X, Lisboa, 157-165.
- KALB, P.; HOCK, M., 1959, “Escavações na necrópole de mamoas “Fonte da Malga” – Viseu, Portugal”, *Beira Alta*, vol. XXXVIII, (3), Viseu, 595-602.
- LITTLE, G. M., 1990, *The Technology of pottery production in Northwestern Portugal during the Iron Age*, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, Braga.
- LOPES, A. B., 1993, *A cerâmica do castro da Sra. Da Guia (Baiões): tecnologia e morfologia*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- LOPEZ CUEVILLAS, F., 1989, *La civilización céltica de Galicia*, Madrid.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; LÓPEZ GARCIA, P.; CRUZ, D. J.; CANHA, A. J., 2000, “Paleovegetação e impacto humano durante a Pré-história Recente na Região do Alto Paiva: palinologia do povoado do Bronze Final de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, vol. VIII, Viseu, 161-185.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; CRUZ, D. J.; SILVA, A. J. M., 2001, “Monumento 2 da Lameira Travessa (V. Nova de Paiva, Viseu). Resultados das análises polínicas”, *Estudos Pré-históricos*, vol. IX, Viseu, 29-55.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; VALINHO, A.; LOUREIRO, S., 2002, “Paleovegetação na transição Bronze Final/Ferro no Alto Paiva: palinologia do Castro da Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, vol. X, Viseu, 157-174.

- LOUREIRO, S., 2003, *O castro de Vila Cova-à-Coelheira: A ocupação proto-histórica*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- LOUREIRO, S.; VALINHO, A, 2000, “O Castro de Vila Cova-à-Coelheira na Idade do Ferro do Alto Paiva. Resultados Preliminares”, *Actas da 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. V.-Proto-História da Península Ibérica, ADECAP, Porto, 2000, 495-505.
- LUENGO MARTINEZ, J. M., 1979, “El tesoro de Elviña y três torques coruñeses”, *Trabajos de Prehistoria*, vol. XXXVI.
- MANTAS, V. G., 2002, “C. Csntius Modestinus e seus templos”, In RIBEIRO, J. C. (Coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, 231-234.
- MARQUES, J. A. T. M., 1985, *Castros do Concelho de Monção*, trabalho realizado no âmbito das provas de capacidade científica e aptidão pedagógica (policopiado), Porto.
- MARTÍN BRAVO, A. M., 1999, *Las orígenes de Lusitânia – El I milénio a.C. en la Alta Extremadura*, Madrid.
- MARTINS, M., 1981, “O povoado fortificado de Santo Ovídio (Fafe). Resultados preliminares”, *Cadernos de Arqueologia*, vol. I, Braga.
- MARTINS, M., 1987, “A Cerâmica Proto-Histórica do Vale do Cávado: Tentativa de Sistematização”, *Cadernos de Arqueologia*, série II, vol. IV, 35-77.
- MARTINS, M, 1988a, *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, 1, Braga.
- MARTINS, M., 1988b, *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memórias dos trabalhos realizados entre 1981-1985*, Cadernos de Arqueologia – Monografias, 2, Braga.
- MARTINS, M, 1989, *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983-1985*, Cadernos de Arqueologia – Monografias, 3, Braga.
- MARTINS, M, 1990, *O povoamento proto-histórico e a romanização da Bacia do curso Médio do Cávado*, Cadernos de arqueologia, vol. V, Braga.
- MORALES HERNÁNDEZ, F.; RAMIREZ SÁNCHEZ, M., 1993, “Signos de la temprana iberización en el Alto Duero”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Vigo, 241-246.
- OSÓRIO, M., 2005, “Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa”, *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia*, Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior, Guarda, 35-65.
- PEDRO, I., 1993, “Cerâmica comum do Castro da Cárcoda (S. Pedro do Sul)”, *Beira Alta*, vol. LII, (3-4), Viseu, 275-310.
- PEDRO, I., 1995, *O Povoamento Proto-Histórico na região de Viseu*, dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado), Porto.
- PEDRO, I., 1996, “Estruturas defensivas e habitacionais de alguns povoados fortificados da região de Viseu”, *Máthesis*, vol. V, Viseu, 177-203.

- PEDRO, I., 2000, “O Cabeço do Couço (Campia, Vouzela)”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. V, Porto, ADECAP, 2000, 343-347.
- PEDRO, I.; VAZ, J. L. I., 2000, “A Idade do Ferro”, *Por Terras de Viriato*, Arqueologia da Região de Viseu, Viseu, 149-156.
- PEDRO, I.; VAZ, J. L. I.; ADOLFO, J., 1994, *Roteiro Arqueológico da região de Turismo Dão Lafões*, Viseu.
- PEÑA SANTOS, A., 1987, “El castro de Torroso (Mos, Pontevedra). Resumen de três años de escavaciones”, *Trabalhos de Antropologia e etnologia*, vol. XXVII, (1-4), 113-133.
- PEREIRA, I., 1993, “Figueira da Foz. Santa Olaia”, *Os fenícios no território português, Estudos Orientais*, vol. IV, 285-304.
- PEREIRA, I., 1993-1994, “Casais agrícolas da Idade do Ferro na Foz do Mondego”, *Conimbriga*, vol. XXXII-XXXIII, Coimbra, 75-85.
- PEREIRA, I., (coord.) 1994, *Idade do Ferro*, catálogo da exposição integrada no IV Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispânicas, Figueira da Foz.
- PEREIRA, I., 1996, “Santa Olaia”, *De Ulisses a Viriato – O I milénio a.C.*, 60-65.
- PEREIRA, V. M. F., 2003, *O povoamento no I milénio a.C. na bacia hidrográfica do Alto Mondego – subsídios para o seu conhecimento*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (trabalho de seminário de mestrado – policopiado).
- PERESTRELO, M. S. G., 2000, “O povoado do Caldeirão – Subsídios para o estudo do Bronze Final na Região da Guarda”, *Beira Interior – História e Património, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 51-96.
- PERESTRELO, M. S. G., 2003, *A romanização do vale do Côa*. Lisboa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- PERPÉTUO, J. M. A. M., 2002, *Museu Grão-Vasco, Viseu – Sondagens e escavações arqueológicas de avaliação e acompanhamento*, Relatório Preliminar (policopiado).
- PONTE, S.; VAZ, J. L. I., 1989, “Considerações sobre algumas fíbulas de Santa Luzia (Viseu) – Seu contexto estratigráfico –”, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 181-188.
- QUEIROGA, F. M. V. R., 2005, “Materiais e Técnicas Construtivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho”, *Cadernos do Museu – Colóquio: Castro um lugar para habitar*, 11, Penafiel, 155-166.
- RAMIRÉZ SANCHEZ, M. E., 1993, “El poblado prerromano de Omeñoca (Soria)”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Vigo, 211-217.
- REY CASTIÑERA, P., 1986-1987, “Algunas consideraciones sobre cerámica castreña”, *Zephyrus*, vol. XXXIX-XL, 187-192.
- RIBEIRO, O., 1971a, “Em torno das origens de Viseu”, *Revista Portuguesa de História*, 211-229.

- RIBEIRO, O., 1971b, “Ainda em torno das origens de Viseu”, *Beira Alta*, XXX, (3), Viseu, 437-443.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEEAU, S., 1987, *Geografia de Portugal*, vol I e II.
- RICE, P. 1987, *Pottery Analysis – a Sourcebook*. The University of Chicago Press. Chicago e Londres.
- ROCHA, S., 1905-1908, “Estações pré-romanas da Idade do ferro nas vizinhanças da Figueira”, *Portugália*, Tomo II, 301-359; 493-519.
- ROCHA, S, 1971, *Memórias e explorações arqueológicas – Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*, vol. II, Coimbra.
- RODRIGUES, M. C. M., 1997, “Uma base de dados para as gravuras rupestres da Beira Alta”, *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, 53-65.
- ROMERO CARNICERO, F., 1991, *Los castros de la Edad del Hierro en el Norte de la Provincia de Soria*, Valladolid.
- SANZ MÍNGUEZ, C., 1997, *Los Vacceos: cultura y ritos funerários de un pueblo prerromano del valle medio del Duero – La necrópolis de las Ruedas Padilla de Duero (Valadolid)*, Salamanca.
- SEGURO HERRERO, G; JOVER MAESTRE, F. J., 1993, “El toro ibérico de sax y su contexto arqueológico: El yacimiento del Chorrillo (Sax-Peter-Eldo; Alicante)”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, vol. II, Vigo, 235-240).
- SENNA-MARTINEZ, J. C., 1989, *Pré-história Recente da Bacia do médio e alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*, 3 vols, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa (policopiado).
- SENNA-MARTINEZ, J. C., 1993. “O Grupo de Baiões/Santa Luzia: Contribuições para uma tipologia da olaria”, *Trabalhos de arqueologia da EAM*, I, Lisboa, 93-123.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; NUNES, T. S., 1993, “A ocupação do Bronze Final do Outeiro dos Castelos (Beijós): uma primeira análise”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, I, Lisboa, 137-141.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; ROCHA, L.; RAMOS, R. P., 1993, “O sítio do Bronze Final do Malcata (Carregal do Sal): uma primeira análise”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, I, Lisboa, 149-154.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de, 1995, “O Povoado do Cabeço do Castro de S. Romão”, *A Idade do Bronze em Portugal – Discursos do Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 61-67.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de, 1995, “Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: Algumas reflexões sobre o grupo Baiões / Santa Luzia e o Desenvolvimento do Bronze Final Peninsular”, *A Idade do Bronze em Portugal – Discursos do Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 118-123.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de, 1996, “The symbolism of power in central Portugal – Late Bronze Age Communities”, *Máthesis*, vol. V, Viseu, 163-175.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. de, 2002, “Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX.”, *Arqueologia e História*, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. LIV, Lisboa, 103-124.
- SCHERMEMRHORN, L. J. G., 1980, *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50000. Notícia explicativa da folha 14C Castro Daire*, Lisboa.
- SILVA, Armando C. F., 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F., 1990, “A Idade do Ferro em Portugal”, in *Nova História de Portugal*, I, Lisboa, 257-341.
- SILVA, A. C. F., 1995, “Portuguese Castros: The Evolution of the Habitat and the Proto-Urbanization Process”, in GUNLIFE, B.; KEAY, S., (eds.), *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia – From the Copper Age to the Second Century AD*, 263-289.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T.; LOPES, A. B., 1984, “Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul)”, *Lucerna – Homenagem s D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, 73-95.
- SILVA, António M. S. P. (Coord.), 2004, *Memórias da Terra – Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Arouca.
- SILVA, A. M, S. P., 2005, “Povoamento proto-histórico no Entre Douro e Vouga Litoral: A estruturação do habitat”, *Cadernos do Museu – Colóquio: Castro um lugar para habitar*, 11, Penafiel, 167-188.
- SILVA, A. R. P., 1976, “Carbonized grains and plant imprint in ceramics from de castrum of Baiões (Beira Alta, Portugal)”, *Folia Quaternária*, vol. XLVII, 3-9.
- SILVA, C. T., 1978, “Cerâmica Típica da Beira Alta”, *Actas das III Jornadas de Arqueologia*, 1977, Lisboa, 185-196.
- SILVA, C. T., 1979, “O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul)”, *Beira Alta*, vol. XXXVIII, (3), Viseu, 511-531.
- SILVA, C. T.; CORREIA, A., 1976, “O Castro da Cárcoda”, *Beira Alta*, vol. XXXV, (2), Viseu, 509-531.
- SILVA, C. T.; CORREIA, A., 1977, “Ruínas Arqueológicas da Cárcoda”, *Beira Alta*, vol. XXXVI (2 e 3), Viseu, 283-306.
- SILVA, C. T.; CORREIA, A., 1977, “O Castro da Cárcoda”, *Beira Alta*, vol. XXXVI, (4), Viseu, 591-610.
- SILVA, C. T.; CORREIA, A.; VAZ, J. L. I., 1984, “Monte de Sta. Luzia”, *Informação Arqueológica*, vol. IV, 124-5.
- SILVA, C. T. e VAZ, J. L. I., 1985, “Castro de Sta. Luzia – 1982”, *Informação Arqueológica*, vol. V, 145.
- SILVA, V., 1945, *Concelho de Mangualde. Antigo Concelho de Azurara da Beira*, Porto.

- SINOPOLI, C. M., 1991, *Approaches to archaeological ceramics*, Plenum Press. New York.
- TAVARES, M. C. A., 1954, “O Castro da Cárcoda de Carvalhais – S. Pedro do Sul”, *Beira Alta*, vol. XIII, 3, Viseu, 333-338.
- TAVARES, M. C. A., 1961, “Carvalhais – Elementos para o estudo da freguesia”, *Beira Alta*, vol. XX, 2, Viseu, 359-362.
- TAVARES, M. C. A., 1975, “Ruínas Arqueológicas da Cárcoda (Carvalhais - S. Pedro do Sul)”, *Beira Alta*, vol. XXXIV, (3), Viseu, 267-294.
- VALE, A. L., 1971a, “Em torno das Origens de Viseu”, *Beira Alta*, vol. XXX, (2) Viseu, 255-260.
- VALE, A. L., 1971b, “Origens de Viseu”, *Beira Alta*, vol. XXX, (4), Viseu, 573-574.
- VALE, A. L., 1972, “Viseu = Talabriga? No processo de identificação da antiga cidade lusitana”, *Beira Alta*, vol. XXXI, (2), Viseu, 203-232.
- VALE, A. L., 1973, “O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia”, *Beira Alta*, vol. XXXII, (1), Viseu, 3-49.
- VALENTIM, S., 1945, *Concelho de Mangualde (Antigo concelho de Azurara da Beira)*.
- VAN DER KNAAP, W. O.; VAN LEUEUWEN, J. F. N., 1995, “Holocene vegetation and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra da Estrela, Portugal”, *Review of Palaeobotany and Palinology*, 86, 153-211.
- VALINHO, 2003, *A ocupação humana no Alto Paiva no I Milénio a.C.: uma abordagem espacial*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- VALINHO, A.; LOUREIRO, S., 1999, “O castro de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, vol. VII, Viseu, 293-300.
- VAZ, J. L. I., 1983, “Introdução ao estudo de Viseu na Época Romana”, *Beira Alta*, vol. XLII, (4), Viseu, 729-746.
- VAZ, J. L. I., 1990, “Novos Povoados Pré-romanos da Região de Viseu”, *II Colóquio Arqueológico de Viseu – Livro do Colóquio*, 14-18.
- VAZ, J. L. I., 1993, *A Ciuitas de Viseu (Espaço e Sociedade)*, 1 e 2.
- VAZ, J. L. I., 1996, “Organização espacial castreja na civitas de Viseu”, *Máthesis*, vol. V, Viseu, 149-162.
- VAZ, J. L. I., 2000, “Espaço e o Tempo na Acrópole de Viseu”, *Monumentos*, vol. XIII, 45-51.
- VIEIRA, M., 1998, *A cerâmica “estampilhada” em Portugal – O estado da questão*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (trabalho de seminário de mestrado – policopiado).

- VILAÇA, R., 1992, “Comentário – A evolução da cultura castreja”, *Conimbriga*, vol. XXXI, Coimbra, 73-83.
- VILAÇA, R., 1995, *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*, Trabalhos de Arqueologia, 9, Lisboa.
- VILAÇA, R., 2005, “Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a.C.”, *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das 2^{as} Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 13-32.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J., 1999, “Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, *Arqueologia*, vol. XXIV, Porto, 74-99.
- VILAÇA, R.; BASILIO, L., 2000, “Contributo para a caracterização arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior: cerâmicas a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova)”. *AL-madan*. Almada. II série, nº 9, 39-47.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A. M., 2004, “Ao longo do Tejo, do Bronze ao ferro”, *Conimbriga*, vol. XLIII, Coimbra, 11-45.

ANEXO I

FICHAS DE INVENTÁRIO

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
Nº	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lb	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp P		Tecn	Mot	Dist
						<i>Diâm.</i>					<i>Diam.</i>			<i>Ncl</i>	<i>Int</i>	<i>Ext</i>	<i>Cmp</i>	<i>E.N.P.</i>	<i>Calib</i>	<i>Dist</i>	<i>Int</i>	<i>Ext</i>					
1	GRV	A-26	19-1	2a	6	?	2	4	-	-	-	-	2	5	5	1	1	1	<0,5mm	1	2	3	6m	C3	5	Vb	2.1
2	GRV	B-25	-	1-d?	8	24 cm	2	-	-	-	-	-	1	1	1	3	1	1,2,5	<0,5mm*	2	3	3	4,5m	C1	-	-	-
3	GRV	B-25	-	-	-	-	-	-	1	13cm	-	-	2	4	3	3/4	2	2<3,1	1mm	3	2	2.1	9m	F2	-	-	-
4	GRV	B-24	13-1	1d	13	29cm	2	5?	-	-	-	-	2	1	1	4	3	2<1	3mm*	2	3	2.1	11m	M1	-	-	-
5	GRV	B-24	28-2	8b	1	22cm	8	-	-	-	-	-	1	5	2/4	4/2	1	2,1	0,5mm	2	2	2	6m	C1	-	-	-
6	GRV	B-24	-	6/1?	8	?	2	-	-	-	-	-	2	4	5	5	2	1,2<3	2mm	3	2.1	2.1	15m	F2	-	-	-
7	GRV	B-24	19-2	4a	21	10cm	2	5	2	-	-	2	2	3	3	3	1	2/4,3,5	0,5mm	2	2/3	3	4m	C2	-	-	-
8	GRV	C-24	-	6	-	-	-	-	4	27cm	-	-	1	3	4	4	1	2,1	1mm	1	1	1	14m	C1	-	-	-
9	GRV	F-23	35-2		-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	3	3	1	2,3	0,5-1mm	2	2	3	4m	C2	2	IIa	2 ?
10	GRV	F-23	38-2		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	3	1	2,1,6	0,5mm	1	2	3	4m	C1	2	IIIa	2
11	GRV	F-23	38-4		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3/4	3	1	1,2	0,5mm	1	2	3	3,5m	C1	2	IIIa	2
12	GRV	F-23	27-4	8a	6	19cm	2	1.1	2	-	-	-	1	1	3	1/3	1	2,1	0,5mm	1	3	3	3,5	C1	-	-	-
13	GRV	F-23	-	1?	13	26cm	2	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1,2	<0,5mm	1	3	3	6m	C1	-	-	-
14	GRV	F23	23-2	1-e	12	30cm	1	?	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1,2	1mm*	1	3	3	5,5m	C1	-	-	-
15	GRV	F-23	22-4	6?	-	-	-	-	-	5	24cm	-	2	2	2	2	2	2,1	1,5mm	3	2	2	7m	F1	-	-	-
16	GRV	F-23	22-1	1?	-	-	-	-	1	11cm	-	-	2	8	8	3/4	2	2<1	1,5mm*	3	2	2	5m	F1	-	-	-
17	GRV	F-23	-	4?	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	5	2	1	1,2	0,5mm*	1	2	2.1	4m	C1	-	-	-
18	GRV	F23/22	38-1	1?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4	1/3	1	2,6,1	0,5mm	1	2	3	3,5m	C1	2	IIIb	2
19	GRV	D-22b	-	1?	6	24cm?	7	3?	-	-	-	-	2	3	3	4	1	2,3	0,5mm	2	3	3	7m	C2	-	-	-
20	GRV	D-22b	-	1	13	?	1	-	-	-	-	-	2	4	5	4	3	2<1,3	1,5mm*	2	2.1	2.1	7m	M2	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp P		Tecn	Mot	Dist
						Diam.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
21	GRV	D-22b	-	1/6?	8	37cm?	2	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1<2,6	1mm*	2	2.1	2	10m	C1	-	-	-
22	GRV	D-22b	21-2	7	10	34cm	2	1	2	-	-	-	2	8	8	5/8	3	2,1<6	1mm*	2	2.	2	9m	M1	-	-	-
23	GRV	D-22b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1/2	2	1	1<2	<0,5mm	1	6	6	8m	C1			
24	GRV	D-22b	35-1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	5	5	1	2<1	1mm	1	2	2	9m	C1	2	IIIa?	2?
25	GRV	B-22b	25-6	2-c	13	11cm	2	3	-	-	-	-	1	8	3/4	5/4	1	1<2	1mm*	2	2.1	2	4m	C1	-	-	-
26	GRV	F-22	39-2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	4	1	1<2	<0,5mm	1	2.1	3	6m	C1	2	IVb	-
27	GRV	F-22	36-6		-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	8	3	1	1,2,6	1-0,5mm*	2	2	3	5m	C1	2,4	VIh	2.1?
28	GRV	F-22	-	6-b ¹	12	38cm	2	1.2	-	-	-	-	1	5	5	5	1	2,1	1mm	1	2	2	9m	C1	-	-	-
29	GRV	F-22	16-1	5-c	6	22cm	2	1.1	3	-	-	-	2	4	3	4/8	2	2,1,3	2mm	3	2.1	2.1°	7m	F2	-	-	-
30	GRV	F-22	-	1	13	34cm	2		-	-	-	-	1	2	1	1	1	2,1	1mm*	2	2	2	10m	C1	-	-	-
31	GRV	F-22	-	6-b ¹	12	?	2	-	-	-	-	-	1	2	2	2	1	2,3	1mm	2	2	2	-	C2	-	-	-
32	GRV	F-22	-		-	-	-	-	-	-	-	3	-	4		4	1	2>1	0,5mm	1		2.1	-	C1	-	-	-
33	GRV	F-22	19-4	8-b	4	15cm	5	-		-	-	-	2	8	2	2	1	1,2	1mm	2	2	2	5m	C1	-	-	-
34	GRV	F-22	28-1	8-b	1	25,5cm	7	-		-	-	-	1	4	4	4	3	2,1	1,5mm	2	2	2.1	6m	M1	-	-	-
35	GRV	F-22	-	4	-	-	-	-	-	-	-	2	2	5	5	4	1	1<2	0,5mm	2	2	3	4m	C1	-	-	-
36	GRV	F-22	-	4?	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	4	1	1	<0,5mm	1	2	3	-	C3	-	-	-
37	GRV	F-22	24-4	1-e	12	24cm	2		-	-	-	-	1?	8	2	1	1	2<1	1mm	2	1	2	7m	C1	-	-	-
38	GRV	F-22	-	1?	-	-	-	-	-	1	11cm	-	2	4	5	3/4	3	2<3	1,5mm	3	2	2.1	5m	M2	-	-	-
39	GRV	F-22	9-1	6-a	5	39cm	2	2	-	-	-	-	2	4	4	4	3	2,1	2mm	3	2	2.1	13m	M1	-	-	-
40	GRV	A-19	35-3		-	-	-	-	-	-	-	-	2?	3	3	3	1	2,3	0,5-1mm	1	3	3	4m	C2	2	Id	2.1

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P	Tecn	Mot	Dist	
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
41	GRV	A-19			-	-	-	-	-	-	-	-	?	2	2	2	1	1,3,2	1mm	2	2	3	6mm	C2	1	VIIIb	?
42	GRV	A-19	39-8	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	4	3	1	1,2	0,5-1mm	1	3/2	3	5,5mm	C1	7	Vc	2.1
43	GRV	A-19	-	6	-	-	-	-	-	2	?	-	1	4	4	2	1	2<1	1mm	2	2	2	9mm	C1	-	-	-
44	GRV	A-19	-	6/1d?	8	34cm	2	3?	-	-	-	-	2	2	5	2	2	2,3	2mm	3	2.1	2.1	13mm	F2	-	-	-
45	GRV	A-19	-	1	8	?	2		-	-	-	-	2	5	2	2	2	2<1	2mm	3	2.1	2.1	9mm	F1	-	-	-
46	GRV	A-19	-	1-d?	8	?	2		-	-	-	-	2	5	5	3	2	2,3	2mm	3	2.1	2.1	9mm	F2	-	-	-
47	GRV	A-19	-	4	-	-	-	-	-	-	-	2	2	3	3	3	1	3<2	1mm	2	2	3	3mm	C2	-	-	-
48	GRV	A-19	-	1/6?	13	?	2	5?	-	-	-	-	2	1	5	1	3	2<1	2mm	2	2.1	2.1	11mm	M1	-	-	-
49	GRV	A-19	-	1?	-	-	-	-	-	1	10cm	-	2	5	5/4	5/4	2	2<1	1,5mm	3	2	2	5mm	F1	-	-	-
50	GRV	A-19	-	6	-	-	-	-	-	4	26cm	-	2	2	5	2	2	2<5,1	2mm	3	2	2	14mm	F1	-	-	-
51	GRV	A-19	-	1-e	8	30cm	7	-	-	-	-	-	1	4	2	2	3	2<3	1mm*	2	2	2	11mm	M2	-	-	-
52	GRV	D-19	-	1-d	6	25cm	2	3	-	-	-	-	1	1	1/4	1	1	2,1	0,5-1mm	2	3	3	5mm	C1	-	-	-
53	GRV	E-17	23-1	1-d	8	26cm	2	3	-	-	-	-	2?	7	2/7	7	2	2<3	2mm	3	2.1/2	2	9mm	F2	-	-	-
54	GRV	E-17	14-2	1-d	8	22cm	2	5	3?	-	-	-	2	8	4	3	3	2<1,3	1mm	3	2.1	2.1	6,5mm	M2	-	-	-
55	GRV	A-16/14	40-4	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	3	3	1	2,3<6	0,5mm	1	3/2	3	5mm	C2	4,6,2	VIIc	2
56	GRV	A-16	36-4	6?	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1/4	2	2<1	2mm	3	1	2	10mm	F1	4,2	VIe	?
57	GRV	A-16	39-3		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4	4	1	1,2	1mm	1	2/2.1	3	6mm	C1	7,2	Vb	1
58	GRV	A-16	39-7	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	3	3	1	1,2	0,5mm	1	2	3	5mm	C1	7,2	Via	2.1
59	GRV	A-16	37-7	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	4	4	1	1,2,6	1-1,5mm	2	2.1	3	5mm	C1	2	Ia	1
60	GRV	A-16	-	1-d	6	?	3	3?	-	-	-	-	1	4	4	3	3	2<1	1,5mm	2	2.1	2.1		M1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab	Col	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
61	GRV	A-16	-	1	13	20cm	7	-	-	-	-	-	2	2	3	4	2	2,1	1,5mm	3	2.1	1	6mm	F1	-	-	-
62	GRV	A-16	-	1-d	8	20cm	3	-	-	-	-	-	2	3	5	3/4	2	2,1	2mm	3	2.1	2.1	9mm	F1	-	-	-
63	GRV	A-16	-		13	?	2	-	-	-	-	-	1	4	4	4	1	1	<0,5mm	1	3	3	2mm	C3	-	-	-
64	GRV	A-16	-	1	8	?	2	-	-	-	-	-	1	4	4	4	3	2,1	1,5mm	2	2.1	2.1	5mm	M1	-	-	-
65	GRV	A-16	-	6	6	?	2	-	-	-	-	-	1	5	5	5	3	2<1,3	1mm*	2	2	2	15mm	M2	-	-	-
66	GRV	A-16	-	6	8	?	2	1.1	-	-	-	-	2	5	5	5	3	2,1	2mm*	2	2	2	14mm	M1	-	-	-
67	GRV	A-16	-	6	-	-	-	-	-	2	30cm	-	2	3	3	2	2	2,3	2mm	3	2	2	11mm	F2	-	-	-
68	GRV	A-16	-	1?	6	?	1	-	-	-	-	-	2	5	3	3	3	2<3	1,5mm	3	2.1	2.1	12mm	M2	-	-	-
69	GRV	A-16	-	-	-	-	-	-	-	1	10cm	-	2	5	5	3	2	2<1,6	1,5mm	3	2	2	7mm	F1	-	-	-
70	GRV	A-16	-	-	-	-	-	-	-	1	9cm	-	2	8	3	3/4	2	2<3	1,5mm	3	2	2.1	4mm	F2	-	-	-
71	GRV	A-16	-	-	-	-	-	-	-	1	13cm	-	2	4	5	4	2	2<1,6	2mm*	3	2	2.1	6mm	F1	-	-	-
72	GRV	A-16	-	2-c	6	14cm	2	-	-	-	-	-	2	8	8/3	5/8	1	2,1	0,5mm*	1	3	3	5mm	C1	-	-	-
73	GRV	A-16	-	-	-	-	-	-	-	1	15cm	-	1	4/5	4/5	4/5	1	3,1,2	1mm	1	2	2.1	4mm	C2	-	-	-
74	GRV	A-16	15-2	1-b	13	16cm	2	4	-	-	-	-	2	4	4	4	3	2<1	1,5mm	3	2.1	2.1	9mm	M1	-	-	-
75	GRV	A-16	23-3	1-e	13	26cm	2	3	-	-	-	-	1?	5	5	5	3	2<1	1,5mm	1	2	2	10mm	M1	-	-	-
76	GRV	A-16	9-2	1-e	6	37cm	2	-	-	-	-	-	2	4	5	2	3	2<1	2,5mm*	2	2	2	11mm	M1	-	-	-
77	GRV	A-16	-	2-c	6	13cm	7	2	-	-	-	-	2	8	4/3	3	1	1,2	0,5mm	1	2.1	2	4mm	C1	-	-	-
78	GRV	A-16	28-3	-	-	-	-	-	-	1	10cm	-	1	6	1/4	1/4	1	1<3,4	<0,5mm	1	2	2.1	4mm	C2	-	-	-
79	GRV	A-16	22-4	6	-	-	-	-	-	2	25cm	-	2	5	5	5/6	2	2,1	2mm	3	2	2	9mm	F1	-	-	-
80	GRV	A-16	25-4	2-c	6	14cm	2	5?	-	-	-	-	1	4	4	4	1	1,2	1mm	1	2	2	5mm	C1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
81	GRV	A-16	13-4	1-c	13	21cm	2			-	-	-	2	8	2	2	2	2<1	3mm*	3	1	2	19mm	F1	-	-	-
82	GRV	A-16	-	2-a	6	10cm	2	4?	-	-	-	-	2	4	4	4	1	2<1	1mm	2	2.1	2	6mm	C1	-	-	-
83	GRV	B-16	-	6	-	-	-	1.1	-	-	-	-	1	1	1	1	1	2,1	1mm	1	2	2	9mm	C1	-	-	-
84	GRV	B-16	37-1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	7	3	3	2<3	1,5mm	2	2	2	9mm	M2	2	IIIb	
85	GRV	B-16	-	6	-	-	-	1.3	-	-	-	-	1	5	5	4	3	2,1	1,5mm	2	2	2	11mm	M1	-	-	-
86	GRV	C-16	-	6-b ¹	12	37cm	2	1.1	-	-	-	-	1	4	4	3	3	2,1,3	1,5mm	2	2	2	10mm	M2	-	-	-
87	GRV	C-16	-	6	-	-	-	-	-	2	29cm	-	1	1	4	5	1	1,3,2	<0,5mm	1	2	2	14mm	C2	-	-	-
88	GRV	C-16	12-1	1/6?	13	34cm	1	-	-	-	-	-	2	3	3	4	2	2,3	2mm	3	3	2.1	12mm	F2	-	-	-
89	GRV	A-14	34-8		-	-	-	-	-	-	-	-	2	7	4	5	3	2<6,3	1,5mm	2	2	3	6mm	M2	4	VIc	?
90	GRV	B-14	26-1	2-c	6	11,4cm	2	3	3?	-	-	-	1	4	8	8/3	1	2<3,6	0,5mm	2	3/2.1	3	4mm	C2	2	Ib	2.1
91	GRV	B-14	19-3	4-b	6	9cm	2	3	3	-	-	3	2	1/4	1	3/4	1	2<1,6	1mm*	2	2	3	3mm	C1	-	-	-
92	GRV	B-14	27-2	4-b	6	9cm	2	3	3	-	-	3	1	2	7	7	1	2<1	0,5mm*	2	3/2	3	3mm	C1	-	-	-
93	GRV	B-14	34-1		-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	8	1/5	2	2,1	2mm	3	3	3	12mm	F1	2,3	If	?
94	GRV	B-14	34-2		-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	4	1/5	2	2,1	2mm	3	3	3	12mm	F1	2,3	If	?
95	GRV	B-14	38-3		-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	5	3	1	2,1	0,5mm	1	3/2	3	5,5mm	C1	2	IIIa	2.1
96	GRV	B-14	38-5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	5	3	1	2,1	<0,5mm	1	2	3	5,5mm	C1	2	IIIb	?
97	GRV	B-14	25-3	2-c	6	14cm	2	4	-	-	-	-	1	4/2	4	4/2	1	2,6<1	0,5-1mm	1	2.1	3	4,5mm	C1	-	-	-
98	GRV	B-14	18-7	2-a	6	9cm	2	4		-	-	-	2	2	3	3	1	2,3	1mm	2	3/2	3	4mm	C2	-	-	-
99	GRV	B-14	39-5		-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	4	3	1	1,2	0,5mm	1	2	3	5mm	C1	2,7	VIIIi	?
100	GRV	B-14	-	3?	-	-	-	-	-	-	-	-	1?	4	2	3	3	2,3	1mm	2	1	3	5mm	M2	2	IIf	

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P	Tecn	Mot	Dist	
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
101	GRV	B-14	-	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	8	4	1	1,2	1mm	1	2.1	3	5mm	C1	2,7	Vc	2.1
102	GRV	B-14	-		-	-	-	-	-	-	-	-		2	2	3	1	1,3	<0,5mm	1	2	3	4mm	C2	2,6	Ve	2.1
103	GRV	B-14	24-1	1-d	6	19cm	2	5	-	-	-	-	1	1	1	5	1	1,2,6	0,5mm	1	3	3	5mm	C1	-	-	-
104	GRV	B-14	-	6-b ³	11	36cm	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1,2,3	1mm	1	2	2	10mm	C2	-	-	-
105	GRV	B-14	-	6-b ³	11	?	2	-	-	-	-	-	1	1	1	1	3	2,1	1,5mm	2	2	2	?	M1	-	-	-
106	GRV	B-14	-	6	-	-	-	-	-	2	25cm	-	1	2	2	2	3	2,1	1,5mm	2	2	2	11mm	M1	-	-	-
107	GRV	B-14	-	6	-	-	-	-	-	4	29cm	-	1	1		1♣	3	2,1	1,5mm	2		2		M1	-	-	-
108	GRV	B-14	-	6-b ¹	10	?	2	1.1?	-	-	-	-	1	5	5	5	3	2,1	1,5mm	2	2	2	12mm	M1	-	-	-
109	GRV	B-14	-	6-b ¹	12	45cm	7	1.3	-	-	-	-	1	1	4	4	3	2<1	2mm	3	2	2	10mm	M1	-	-	-
110	GRV	B-14	-	6	-	-	-	-	-	4	?	-	1	1	1	4/6	1	2,1,3	0,5mm	2	2	2	15mm	C1	-	-	-
111	GRV	B-14	-	6-b ¹	12	40cm	7	1.1	-	-	-	-	1	3	3	3	1	2,6<1	0,5mm	2	2	2	9mm	C1	-	-	-
112	GRV	B-14	-	6-b ²	15	?	7	-	-	-	-	-	1	4	7	7	1	2,1,5,6	1mm	2	2	2	-	C1	-	-	-
113	GRV	B-14	28-4	2?	-	-	-	-	-	1	9cm	-	1	1	1	1	1	2,1	<0,5mm	1	2	3	3,5mm	C1	-	-	-
114	GRV	B-14	-	1-d	6	22cm	1	-	-	-	-	-	2	3	5	3	1	1,2	0,5mm	1	3	3	7mm	C1	-	-	-
115	GRV	B-14	34-3		-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	7	7	3	2<3,1	2-0,5mm	3	2.1	2.1	8mm	M2	4	Vlc	2?
116	GRV	B-14	34-4		-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	5	5	2	2<3,1	2-1,5mm	3	2.1	2.1	8mm	F2	4	Vlc	2?
117	GRV	B-13	40-1		-	-	-	-	-	-	-	-	1?	2	2	2	1	2<1	0,5mm*	1	2	3	7mm	C1	4,2	VIg	
118	GRV	B-13	-	8-a	5	18cm	2	-	-	-	-	-	1	4/2	2	5/4	1	1<2,6	1mm	1	3	2.1	6mm	C1	-	-	-
119	GRV	F-12	24-3	1-d	6	28cm	2	3	-	-	-	-	1	1	1	1	1	2,1<6	1mm	1	3	3	5mm	C1	-	-	-
120	GRV	F-12	36-7	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8	3	4	1	2,1	1mm	1	2.1	3°	6mm	C1	4,2	VIIId	2

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
121	GRV	A-11	37-5	2?	-	-	-	3?	3?	-	-	-	1?	1	1	1	1	1,2	0,5mm	1	3/2	3	3,5mm	C1	2	Ia	2.1
122	GRV	A-11	37-3	2?	-	-	-	-	3?	-	-	-	1?	1	1	1	1	1,2	0,5mm	1	3/2	3	3,5mm	C1	2	Ia	2.1
123	GRV	A-11	-	1-d?	6	17cm	2	-	-	-	-	-	1?	4	4	4	1	2,1	0,5mm	2	2.1	2	8mm	C1	-	-	-
124	GRV	A-11	25-2	2-c	6	14cm	2	4		-	-	-	1	3	3	4	1	1,2,6	1mm	2	2	2/3	5mm	C1	1	VIIIa	2.1?
125	GRV	A-11	-		6	14cm	2	-	-	-	-	-	2	4	4	4	1	2,1	<0,5mm	1	3	3	5mm	C1	-	-	-
126	GRV	A-11	-	6-b ¹	12	?	7	-	-	-	-	-	1	6	6	6	1	2,1	1mm	2	2	2		C1	-	-	-
127	GRV	A-19	18-1	2-c	13?	16cm	2	5?	-	-	-	-	2	4	4	4	1	2,3	1mm	2	2.1	3	7mm	C2	-	-	-
128	GRV	A-11b	34-7	1?	-	-	-	3	3?	-	-	-	2	7	4	5	3	2<3	1,5mm	2	2	3	6mm	M2	4	VIb	?
129	GRV	B-11	-	2	-	-	-			-	-	-	1	2	2	2	1	2<1	<0,5mm	2	2	3	4mm	C1	2,3	Ib	2.1
130	GRV	B-11	-	6-b ¹	12	?	2	1.3	-	-	-	-	1	1	1	5	1	1,3,2	1mm	2	2	2	12mm	C2	-	-	-
131	GRV	B-11	24-2	1-d	6	22cm	2	3?	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1,2	<0,5mm	1	3	3	5mm	C1	-	-	-
132	GRV	B-11	-	6-b ¹ ?	12	?	1	1.1	-	-	-	-	1	5	1	1	1	1,2,6	0,5mm	1	2	2		C1	-	-	-
133	GRV	B-11c	-	6-b ²	15	?	2	1.2	-	-	-	-	1	1	4	1	1	1,2,3	1mm	2	2	2	11mm	C2	-	-	-
134	GRV	B-11c	-	6	-	-	-	-	-	2	26cm	-	1	1	1	1	1	1,2,3	1mm	2	2	2	11mm	C2	-	-	-
135	GRV	D-11	37-6	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	4	8	1	1	<0,5mm	1	2	3	3mm	C3	2	Ia	2
136	GRV	D-11	39-4	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1?	6	1	1	1	3,1	<0,5mm	1	2	3	4mm	C2	2,7	VIIb	2?
137	GRV	D-22b	-	1-d	6	16cm	2	5?		-	-	-	2?	4	4	4	1	2<1	1mm	1	2.1	2	6mm	C1	-	-	-
138	GRV	F-11	39-1		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	7	1	1<2	0,5mm	1	2	3	5mm	C1	2	IVa	?
139	GRV	F-11	26-4	3	6	16cm	2	2?	3?	-	-	2	1	1	1	1	1	2<1,6	1mm*	1	2	3	5mm	C1	2	IIIc	2.1
140	GRV	F-11	-	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3/4	4	3	1	1,2	1mm	2	2	3	4mm	C1	2	Ia	2.1?

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mt	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
141	GRV	B-10f	-		-	-	-	-	-	-	-	-	1?	1	3	4	1	1,2,3	1mm	1	2	3	4mm	C2	2	Ib	2?
142	GRV	B-10f	34-5	1?	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	5	5	2	2<3,1	2-1,5mm	3	2.1	2.1	7mm	F2	4	VIc	2?
143	GRV	B-10f	29-1	6-b ¹	10	39cm	7	1.1	-	-	-	-	1	1	1	1	3	1,2	1,5mm	2	2	2.1	12mm	M1	-	-	-
144	GRV	B-10f	30-3	6	-	-	-	-	-	2	28cm	-	1	4	1	1	1	1,2	1mm	2	2	2	11mm	C1	-	-	-
145	GRV	B-10f	29-2	6-b ²	15	38cm		1.2	-	-	-	-	1	1	1	1	3	2,1	1,5mm*	2	2	2	10mm	M1	-	-	-
146	GRV	B-10f	31-4	6	-	-	-	-	-	2	28cm	-	1	3	4	4	1	1,2,5	1mm	2	2	2	11mm	C1	-	-	-
147	GRV	B-10f	-	6	-	-	-	1.2	-	-	-	-	1	5	5	5	1	1,2	1mm	2	2	2	10mm	C1	-	-	-
148	GRV	B-10f	-	6	-	-	-	-	-	2	?	-	1	1	1	1	1	1,2	1mm	2	2	2	-	C1	-	-	-
149	GRV	B-10f	-	6	-	-	-	1.3	-	-	-	-	1	1	1	1	3	1,2	1,5mm	2	2	2	11mm	M1	-	-	-
150	GRV	B-10f	-	6	?	36cm	2	1.1	-	-	-	-	1	4	4	4	3	2<1	1,5mm*	2	?	2	-	M1	-	-	-
151	GRV	B-10f	-	6	-	-	-	-	-	2	27cm	-	1	4	4	4	1	2,3	0,5mm	2	2	2	14mm	C2	-	-	-
152	GRV	B-10f	-	6-b ¹	12	?	2	1.1	-	-	-	-	1	1	1	1	3	2,1	2,5mm	2	2.1	2.1	9mm	M1	-	-	-
153	GRV	B-10f	12-2	1-d	8	33cm	7	5?	-	-	-	-	2	3	3	4	2	2,1	2mm	3	2.1	2	11mm	F1	-	-	-
154	GRV	B-10f	-	1-d	8	19cm	2	5	-	-	-	-	2	4	4	8	1	2,1	1mm	2	2.1	2.1	4mm	C1	-	-	-
155	GRV	B-10f	-	6-b ³	11	?	7	-	-	-	-	-	1	3	3	5	2	2,1	2mm	2	2	2	9mm	F1	-	-	-
156	GRV	B-14/10f	12-4	1-c	13	28cm	2	4?	-	-	-	-	2	3	3	3/4	2	2,1	2mm	3	2.1	2.1	5,5mm	F1	-	-	-
157	GRV	A-10a	-	1-d?	8	38cm	7	-	-	-	-	-	2	1	1	1	3	1,2	1,5mm	2	2	2	11mm	M1	-	-	-
158	GRV	B-24	-	2-c	13	14cm	2	5?	-	-	-	-	2	3	3	3	1	1,2,3	1mm	3	3	2.1	5mm	C2	-	-	-
159	GRV	B-10	-	1	13	21cm	2	-	-	-	-	-	2	3	3	3	3	2	2mm	2	3	3	7mm	M1	-	-	-
160	GRV	D-10b	36-2		-	-	-	-	-	-	-	-	2	8	4	1	1	2,1	1,5mm	2	2	2	9mm	C1	4	VIId	?

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
161	GRV	D-10b	38-6		-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	1	1	1<2	<0,5mm	1	3/2	3	6mm	C1	2	IVa1	2.1?
162	GRV	D-10c	15-1	1-d	6	19cm	1	5	-	-	-	-	2	3/4	3	3	2	2<1	2mm	3	2.1	2.1	6mm	F1	-	-	-
163	GRV	D-10c	-	6	-	-	-	1.3	-	-	-	-	2?	3	3	3	3	2,1	1,5mm	2	2	3	13mm	M1	-	-	-
164	GRV	B-8	29-3	6-b ³	11	40cm	2	1.3	-	-	-	-	1	5	1	1	1	1,2	1mm	1	2	2	10mm	C1	-	-	-
165	GRV	B-8	29-4	6-b ¹	12	41cm	7?	1.2	-	-	-	-	1	1	1	1	3	1,2	1,5mm	2	2	2	12mm	M1	-	-	-
166	GRV	B-8	-	6-b ²	15	36cm		1.1	-	-	-	-	1	5	1	1	1	1,2,4	1mm	2	2	2	-	C1	-	-	-
167	GRV	A-2	-		13	30cm	2		-	-	-	-	2?	3	3	4	2	2,3,1	2mm*	3	3	2	7mm	F2	-	-	-
168	GRV	A-2b	31-3	6	-	-	-	-	-	2	28	-	1	5	1	1	1	1,2,5,6	1-0,5mm	1	2	2	11mm	C1	-	-	-
169	GRV	A-2b	30-1	6-b ²	15	39cm	1	1.2	-	-	-	-	1	5	1	1	3	2,1	2-2,5mm	2	2.1	2/6	12mm	M1	-	-	-
170	GRV	A-2b	-	6-b ¹	12	?	2	1.1	-	-	-	-	1	5	5	5	1	2,6,1	1mm	2	2	2	-	C1	-	-	-
171	GRV	A-2b	-	6-b ¹	12	?	2	1.1	-	-	-	-	1	5	5	5	3	2,1	1,5mm	2	2	2	9mm	M1	-	-	-
172	GRV	A-2b	30-4	6	-	-	-	-	-	2	28cm	-	1	5	1	1	1	2,5,6,1	1-0,5mm	2	2	2	11mm	C1	-	-	-
173	GRV	A-2b	26-3	2	6	8,2cm	9	5	3?	-	-	-	1	1	1	1	1	2,1	0,5m*	1	3/2	3	4mm	C1	-	-	-
174	GRV	B-2b	-	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	2?	7	3	3	1	4/2?<1	<0,5	1	2	3	5mm	C1	2,?	Ib	2.1
175	GRV	B-2b	31-1	6	-	-	-	-	-	4	28cm	-	1	3	4/2	5	3	2,1	2mm*	2	2	2	12mm	M1	-	-	-
176	GRV	C-2b	30-2	6-b ²	15	41cm	7?	1.2	-	-	-	-	1	6	6	1	1	1,5,2<6	0,5m	1	2	2	10mm	C1	-	-	-
177	GRV	B-2b	31-2	6	-	-	-	-	-	4	30cm	-	1	4	4	3	3	2,6,1	2mm	2	2	2	15mm	M1	-	-	-
178	GRV	F-2	29-5	6-b ¹	12	37cm	7?	1.2	-	-	-	-	1	4	5	5	3	2,1	2mm	2	2	2.1	11mm	M1	-	-	-
179	GRV	B-1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	3	3	1	4/2<3	0,5mm*	2	3/2	3	5mm	C2	2	Ib	2.1
180	GRV	B-1	-	6	5	?	1	-	-	-	-	-	1	4	4	4	3	1,2	1,5mm	2	2	3	15mm	M1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA										DECOR.				
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
181	GRV	F-At	13-2	1-e	12	26cm	7	-	-	-	-	-	2	4	4	4	1	2<1	1mm*	2	3	2.1	5mm	C1	-	-	-
182	GRV	C-16	-	6	?	?	?	-	-	-	-	-	2	4	5	5	3	2,1,3	1mm	2	2.1	2.1	28mm	M2	-	-	-
183	MRC		36-5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	3	2<1	1,5mm	3	2.1	2	9mm	M1	4	VIII f	?
184	MRC	33-1	39-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1?	2	3	3	1	4?<6,1	1-0,5mm	1	2	2.1	4,5mm	C1	4,2	VII e	2.1?
185	MRC	2-1	35-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2?	4	7	3	1	2<1	<0,5mm	1	2	2.1	4mm	C1	7	Va	?
186	MRC	2-1	34-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7	3	3	3	2<3,1	1,5mm	3	2.1	2.1	7mm	M2	4,2	Vic	?
187	MRC		40-4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	4	4	1	1<2	<0,5mm	1	2	3/5	6mm	C1	1	VIII c	2.1
188	MRC	1-1	14-3	1-d	13	21cm	2	5	3?	-	-	-	2	8	5/8	8/5	2	3,2<1	1,5mm	3	2	2.1°	6,5mm	F2	-	-	-
189	MRC	1-1	20-4		8	?	1		-	-	-	-	2	4	5	5/8	3	2<1,3	1mm	2	2.1	2.1	7mm	M2	-	-	-
190	MRC	1-1	20-2	8-a	13	23cm	2	1	?	-	-	-	2	3	3	3	3	2<1,3	1,5mm	3	2.1	2	11mm	M2	-	-	-
191	MRC	1-1	14-1	1	9	?	1	1.1?	-	-	-	-	2	3	7	3/7	2	2<3,1	1,5mm	3	2.1	2.1	9mm	F2	-	-	-
192	MRC	1-1	26-2	2-c	13	12cm	2	5?	-	-	-	-	1	3	3/4	5/8	1	2<1,3	1mm	1	2.1	2	5,5mm	C2	-	-	-
193	MRC	1-1	18-4	2-c	6	11cm	2	3	-	-	-	-	2	2	7	7	1	2<3	0,5-1mm	2	2.1	2.1	5mm	C2	-	-	-
194	MRC	1-1	-	6-b ¹	10	32cm	2	1.2	-	-	-	-	1?	6	5	5	1	1,2	0,5mm	1	2	2	10mm	C1	-	-	-
195	MRC	1-1	-	-	-	-	-	-	-	1	22cm	-	2	5	5	5	2	2,1	1,5mm	3	1	1	9mm	F1	-	-	-
196	MRC	33-11	18-6	2-c	6	11cm	3	3		-	-	-	2?	3	3	3	1	3<1,6,2	0,5mm	2	2.1	3	4,5mm	C2	-	-	-
197	MRC	1-1	-	5-c	6	15cm	2	1.1	3	-	-	-	2	8	8	8	3	2<1	1,5mm	2	2	2.1	7mm	M1	-	-	-
198	MRC	2-1	-	2-c	6	13cm	1	5?	-	-	-	-	2	5	4/5	4/5	3	2<1	1,5mm	2	2.1	2.1	6mm	M1	-	-	-
199	MRC	1-1	-		-	-	-	-	-	2	29cm	-	2	4	4	5	2	2<1	2mm	3	2.1	2.1	7mm	F1	-	-	-
200	MRC	1-1	-	1	13	15cm	3	-	-	-	-	-	2	6	1	1	3	2<1	1mm	3	2.1	2.1	6mm	M1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
201	MRC	33-9	-		-	-	-	-	-	2	28cm	-	2	3	2	8	2	1<2	2mm	3	2	2.1°	7mm	F2	-	-	-
202	MRC	47-1	-	2-c	13	13cm	2	2	-	-	-	-	2?	2	2	2	1	3<4	0,5mm	2	2.1	3	7mm	C2	-	-	-
203	MRC	33-4	-	1-d	13	16cm	1	2	-	-	-	-	2	1	4	4	3	2<1	1,5mm	2	2.1	2	6mm	M1	-	-	-
204	MRC	1-1	-	1-d?	6	?	2	-	-	-	-	-	2	2	2	2	3	2<3	1,5mm	2	2.1	2.1	9mm	M2	-	-	-
205	MRC	2-1	17-a	1-a	1	17cm?	8	1	1?	-	-	-	2	8	2	3/4	1	2,1<3	1mm	2	2.1	2.1	6mm	C2	-	-	-
206	MRC	47-1	-	5-b?	13	20cm	1	4	-	-	-	-	2	8	8/3	3/8	2	2<1,3	1,5-2mm	3	2.1	2.1°	7mm	F2	-	-	-
207	MRC	1-1	-		-	-	-	-	-	2	10cm	-	2	4	5	5	2	2<3,6	1mm	3	2	2.1	6,5mm	F2	-	-	-
208	MRC	33-8	17-1	5-b	13	20cm	2	3	-	-	-	-	2	4	3/8	3/8	3	2<3	1,5mm	2	2.1	2	6mm	M2	-	-	-
209	MRC		-	4/3?	-	-	-	-	-	-	-	2	2	7	3	3	1	4,3	0,5mm	2	2	3	4,5mm	C2	-	-	-
210	MRC	2-2	18-8	2-b?	6	11cm	2		-	-	-	-	2?	1	1	1	3	2<1	2mm*	2	2.1/2	2.1♣	5mm	M1	-	-	-
211	MRC	33-1	-	1-d?	6	?	2	-	-	-	-	-	2	8	8	5/8	1	2<3,1	1mm	2	2.1	2.1	7mm	C2	-	-	-
212	MRC	33-1	-	1-d?	6	?	2	-	-	-	-	-	2	8	8	5/8	1	2<3,1	1mm	2	2.1	2.1	7mm	C2	-	-	-
213	MRC	33-1	-	2-c	13	?	3	5?	-	-	-	-	2	5	5	5/8	1	2,1	0,5mm	2	2.1	2.1	4,5mm	C1	-	-	-
214	MRC	33-3	-	1?	16	?	1	-	-	-	-	-	2	4	8	4/5	1	2,1,3	0,5mm	2	2	2.1	8mm	C2	-	-	-
215	MRC	27-2	-	1-d	12	15cm	2	5?	-	-	-	-	1?	4	5/4	3/4	1	2,1	0,5mm*	2	2.1	2.1	6mm	C1	-	-	-
216	MRC	1-3	27-1	4-b	6	11,5cm	3	-	-	-	-	3	2?	7	4	4	1	2,1,6	0,5mm	1	3	3	5,5mm	C1	-	-	-
217	MRC		35-5	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	2?	2	3	3	1	4,6	<0,5mm	1	2.1	3	5mm	C1	2	Ic	2.1
218	MRC		-		-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1/3	1	1	<0,5mm	1	2	3	4,5mm	C3	2	II	?
219	MRC		-	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8	8	8	1	1	<0,5mm	1	2	2.1	5mm	C3	2	Ic	2.1
220	MRC	1-1	35-4		-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	4	4	1	1	<0,5mm	1	2	2.1	7mm	C3	2	Ie	?

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA										DECOR.				
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diam.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
221	MRC	23-1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2?	7	7	3	1	1,2,3	0,5mm	1	2.1	3	5,5mm	C2	2	Ib	2.1
222	D.D.58		-		-	-	-	-	-	1	14cm	-	1?	2	2	2	1	1,2	0,5mm	1	2	2	8mm	C1	-	-	-
223	D.D.58		13-3	1?	13	22cm	7?		-	-	-	-	2	8	1	4/3	3	2,1	2mm	2	2	2.1	7mm	M1	-	-	-
224	D.D.58		20-5		14	18cm	1		-	-	-	-	2	8	3	3/4	2	2,4	1mm	3	3	2.1	6mm	F1	-	-	-
225	D.D.58		20-1	2-b	13	15cm	1	1		-	-	-	2	8	3	4	3	2,1	1,5mm	2	2.1	2	6mm	M1	-	-	-
226	D.D.58		18-3	2-c	6	9cm	2	2?	-	-	-	-	2	4	1/4	3/4	2	2,1	1-1,5mm	3	3/2.1	3	4mm	F1	-	-	-
227	D.D.58		-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	2	5	6/4	5/4	1	1,3,6,2	0,5mm	2	2	2.1	3,5mm	C2	-	-	-
228	D.D.58		-	-	-	-	-	-	-	1	11cm	-	2	4	5	3/4	2	2<1	1mm	3	2	2.1	4mm	F1	-	-	-
229	D.D.58		-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	2	7	1/4	5/4	3	2,1,3	1mm	3	2.1	2.1	5mm	M2	-	-	-
230	D.D.58		-		-	-	-	-	-	-	-	2		5	5/4	4	3	2,1	1mm	3	2	2.1	-	M1	-	-	-
231	D.D.58		-	1?	8	?	2	-	-	-	-	-	2	1	1	5	3	2,1	1mm	2	2.1	3	6,5mm	M1	-	-	-
232	D.D.58		-		-	-	-	-	-	-	-	1		3	-	3	1	2,<1	1-0,5mm	2	-	2.1	-	C1	-	-	-
233	P.D.H.		40-2	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	4	4	1	1,2	0,5mm	1	2	3	5mm	C1	4	VIa	2.1
234	P.D.H.		37-4	2?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	4	3	1	3	0,5mm	1	2	3	4mm	C2	2	Ib	2.1
235	D.D.		-		-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1	1	2<1,5	1mm*	2	1	2	7mm	C1	4	Vk	
236	D.D.58		17-2	5-b	6	18cm	2	5	3?	-	-	2	2	1/4	4	1/4	2	2<1	1,5mm	3	2.1	2.1	7mm	F1	-	-	-
237	D.D.		18-5	2-b	13	13cm	2	1.2	-	-	-	-	2	1	6	1/4	1	1<2	0,5mm	1	3	3	6mm	C1	-	-	-
238	D.D.		36-1		-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	5	5	3	2<1	1-1,5mm	3	2.1	3	11mm	M1	4,2	VIf	?
239	D.D.58		16-2	5-c	6	27cm	3	5	3	-	-	-	2	1	1	4	2	2,1	1,5-2mm	3	2.1	2.1°	8mm	F1	-	-	-
240	D.D.58		15-3	5-b	8	19cm	7	5?	-	-	-	-	2	1	4	3/4	2	2,1	1-1,5mm*	3	2.1	2.1°	8mm	F1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO								DESCR. TÉCNICA											DECOR.				
N°	Nucl.	C.	Est	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bojo	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diam.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
241	D.D.		37-2	6?	-	-	-	-	-	-	-	1	4	5	5	3	2<1,6	1,5mm*	2	2.1/2	2/2.1	11mm	M1	2	Ih	2.1	
242	D.D.58		20-3	8-a	14	21cm?	2	1	-	-	-	2	5/4	4	4	2	2<1,3	2mm	3	2	2.1	7mm	F2	-	-	-	
243	D.D.58		12-3	6/1	8	30cm?	2	-	-	-	-	2	4	5	5	2	1<2	1,5m	3	2	2.1	11mm	F1	-	-	-	
244	D.D.58		-		-	-	-	-	-	1	10,5cm	-	2	5/4	4	3/4	2	2,1	2mm	3	2	2.1	5mm	F1	-	-	-
245	D.D.		-	6?	-	-	-	-	-	2	?	-	1	8	8	5	1	2,1	1mm*	2	2	2	10mm	C1	-	-	-
246	D.D.		-	6-b ¹	12	36cm	7	1.2	-	-	-	2?	4	5/4	5	3	2,1	2mm*	2	2.1/2	2.1	11mm	M1	-	-	-	
247	D.D.		-	6-b ³	11	40cm	7	1.2	-	-	-	1?	5	5	3/4	3	2,1,3,6	1,5m	2	2.1	2	11mm	M2	-	-	-	
248	D.D.		-	6-b ¹	12	36cm	7		-	-	-	1	8	8	5	3	2,1	1,5mm*	2	2	2	10mm	M1	-	-	-	
249	D.D.		-		-	-	-	-	-	1	10cm	-	1?	4	3/4	8	2	2,1	1,5mm*	3	1	1/2.1	4mm	F1	-	-	-
250	D.D.		-		-	-	-	-	-	1	7cm	-	1?	1	4	4	3	2,1,6	1mm	2	2	3	4mm	M1	-	-	-
251	D.D.		-	6	6	40cm	7	-	-	-	-	1	6	6	1	1	2,1	1mm	1	2	2	13mm	C1	-	-	-	
252	D.D.		25-1	5-a	6	21cm	2	3?	3?	-	-	1	8	4/3	4/3	2	1,2,4?	2mm*	3	2	2.1	5mm	F1	-	-	-	
253	D.D.		-		-	-	-	-	-	2	?	-	1?	4	1	8	1	1,2	<0,5mm	1	2	1°	11mm	C1	-	-	-
254	D.D.		-		-	-	-	-	-	-	-	1	-	6	6	6	1	2,1	0,5mm	1	-	2.1	-	C1	-	-	-
255	D.D.		-		-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	2	2	1	1	<0,5mm	1	-	2.1	-	C3	-	-	-
256	D.D.		-	6/1	-	-	-	-	-	-	-	2.1	-	6	6	6	1	1,2,3	0,5mm*	1	-	2	-	C2	-	-	-
257	D.D.		-	3?	6	?	-	-	-	-	-	1	1	4	4	4	1	1,2	0,5mm	2	2	2	4mm	C1	-	-	-
258	D.D.		-		-	-	-	-	-	-	-	1	-	6	6	6	1	1<2	0,5mm	1	-	2	-	C1	-	-	-
259	GRV	B-25	-	-	-	-	-	-	-	1	6mm	-	2	3	5	5	1	2,1	0,5mm	2	2	2.1	5mm	C1	-	-	-
260	GRV	F-23	-	-	-	-	-	-	-	1	9mm	-	1	4	3	4	3	2,1	1,5mm	1	2	2.1	4mm	M1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
261	GRV	F-23	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	2	4	2	3	3	2<1,3	1mm	2	2	2.1	7mm	M2	-	-	-
262	GRV	F-23	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	2	8	8	3	1	2<1	1mm	2	2	3	6,5mm	C1	-	-	-
263	GRV	F-23	-	-	-	-	-	-	-	1	8cm	-	1	4	4	4	1	2,1	<0,5mm	1	2	2.1	4mm	C1	-	-	-
264	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	1	5	5	5	1	2,1	1mm	2	2	2.1	6mm	C1	-	-	-
265	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	9cm	-	2	5	5	4	1	2<1	1mm*	2	2	2.1	6mm	C1	-	-	-
266	GRV	F-22	-	4?	-	-	-	-	-	-	-	3	1?	2	2	2	1	1>2	0,5mm*	2	2	2	3mm	C1	-	-	-
267	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	1?	5	5	4	1	1,2	0,5mm	2	2	2.1	3mm	C1	-	-	-
268	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	16cm	-	2	5	5	5	3	2<1,3	1,5mm	3	2.1	2.1	8mm	M2	-	-	-
269	GRV	F-22	-	6-b ¹	12	?	2	-	-	-	-	-	1	5	5	5	1	2,1,4?	0,5mm	2	2.1	2.1	-	C1	-	-	-
270	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	2	5	5	4	3	2,1	1mm	2	2	2	5,5cm	M1	-	-	-
271	GRV	F-22	-	1-d?	6	?	1	-	-	-	-	-	2	3	3	3	1	2,3,1	0,5mm	2	2.1	2.1	7mm	C2	-	-	-
272	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	10cm	-	1	3	4	3/4	1	2,1	1mm	2	2	2.1	6mm	C1	-	-	-
273	GRV	F-22	-	6-b ³	11	?	2	-	-	-	-	-	1?	3	4	3/4	3	2,1	1,5mm*	3	2	2	-	M1	-	-	-
274	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	1	4	4/3	4/3	1	2,1<5	1mm*	2	2	2.1	5mm	C1	-	-	-
275	GRV	F-22	-	1/2?	-	-	-	-	-	1	6cm	-	2	4	5	5	3	2,1	1,5mm	2	2	2.1	6mm	M1	-	-	-
276	GRV	F-22	-	1?	8	20cm?	2	-	-	-	-	-	1	5/4	5/4	5/4	1	2,1	0,5	1	2	2	6mm	C1	-	-	-
277	GRV	F-22	-	6/1	8	?	1	-	-	-	-	-	2	5	5	5	2	2<1	2,5mm	3	2.1	2.1	11mm	F1	-	-	-
278	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	1	7	2	5	1	2,1	1mm	2	2	2	6,5mm	C1	-	-	-
279	GRV	F-22	-	1?	6	?	2	-	-	-	-	-	1?	5	5	5/4	1	1,2	0,5mm	2	2.1	2.1	11mm	C1	-	-	-
280	GRV	F-22	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	1	4	4	4	1	1<2	0,5mm	1	2	2	5mm	C1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bojo	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
281	GRV	C-21	-	6	-	-	-	-	-	2	?	-	1	5	5	5	1	1,2	0,5-1mm	2	2	2	10mm	C1	-	-	-
282	GRV	C-20	-	1?	-	-	-	-	-	1	8cm	-	2?	5	5	5/4	1	2,1	0,5mm	1	2	2.1	5mm	C1	-	-	-
283	GRV	D-19	-	6-b ¹	12	?	2	-	-	-	-	-	1?	5	5	5	1	1,2	0,5mm	1	2	2	-	C1	-	-	-
284	GRV	D-19	-	-	-	-	-	-	-	1	?	-	2	2	2/8	7	3	2,3,1	1,5mm	2	2	2	10mm	M2	-	-	-
285	GRV	D-19	-	6	-	-	-	-	-	4	?	-	?	5	5	5	1	1<2	0,5mm	1	2	2.1	10mm	C1	-	-	-
286	GRV	D-19	-	6	-	-	-	-	-	5	?	-	?	2	2	2	1	2,1	0,5mm*	2	2	2	-	C1	-	-	-
287	GRV	D-19	-	-	-	-	-	-	-	1	16cm	-	2	6/4	6/4	5/4	2	2,1	1,5mm	3	1	2	8mm	F1	-	-	-
288	GRV	D-19	-	-	-	-	-	-	-	2	?	-	2	8	8	4	3	2,1	1mm	2	2	2	9mm	M1	-	-	-
289	GRV	A-16	-	-	-	-	--	-	-	1	10cm	-	2	5	5	5/4	3	2,1,3	1mm*	2	2	2.1	6mm	M2	-	-	-
290	GRV	A-16	-	2?	-	-	-	-	-	1	8cm	-	2	4	2	4	3	2,3	1mm	2	2	2.1	5mm	M2	-	-	-
291	GRV	A-16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	6	6	6	1	1,5<1	<0,5mm	1	-	2.1	-	-C1	-	-	-
292	GRV	A-16	-	4?	-	-	-	-	-	-	-	5	1?	1	1	1	1	1	<0,5mm	1	2	2.1	3,5mm	C3	-	-	-
293	GRV	C-16	-	-	-	-	-	-	-	1	14cm	-	1?	2	2/4	2	1	3,2	0,5mm	2	2	2	8mm	C2	-	-	-
294	GRV	C-16	-	?	3	12cm	1	4	-	-	-	-	1	4	5	5	3	2<1	1mm	2	2	2	8mm	M1	-	-	-
295	GRV	C-16	27-3	?	1	9cm	8	3	-	-	-	-	1?	6	6	6	1	2<1	0,5mm	1	2	2	10mm	C1	-	-	-
296	GRV	F-23	-	2?	6	9cm	2	-	-	-	-	-	1?	5	4	4	1	1,2	<0,5mm	1	3	3	3mm	C1	-	-	-
297	GRV	F-23	-	1-d	8	?	2	5	-	-	-	-	1?	4	3/4	4	1	1,2	1mm*	2	2	2°	5mm	C1	-	-	-
298	GRV	F-22	-	1-d?	6	?	2	-	-	-	-	-	1	5	5	5	3	1,2	1mm*	2	2.1	2.1	9mm	M1	-	-	-
299	GRV	A-19	-	1?	8	?	7	-	-	-	-	-	2	1	1	1	2	2,1	1,5mm	3	2.1	2.1	11mm	F1	-	-	-
300	GRV	A-19	-	8-b	2	13cm	5	-	-	-	-	-	2?	5	5	5	1	1,2	<0,5mm	1	2	3	4mm	C1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
301	GRV	A-16	-	1?	8	?	1	-	-	-	-	-	2	8	4	8	2	1<2	1,5mm	3	2.1	2	7mm	C1	-	-	-
302	GRV	B-16	-	6?	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	2	3	2<3	1,5	3	2	2	9mm	M2	2	IIIb	2
303	GRV	B-16	-	3?	-	-	-	-	-	-	-	2	?	5	5	5	1	1	<0,5	1	2	3	-	C3	-	-	-
304	MRC	2-1	-	5-c	6	17cm	1	1.1	3	-	-	-	2	8	4-8	4-8	2	2<1	2mm	3	2	2.1°	6mm	F1	-	-	-
305	MRC	2-1	-	5-c	6	15cm	1	1.1	3?	-	-	-	2	8	3-4	4	3	2<1,3	1,5mm	2	2	2	6mm	M2	-	-	-
306	MRC	2-1	-	1?	14	14cm	2	1.1	-	-	-	-	2	8	8	3-8	3	2<1,3	1mm	2	2	2.1	7mm	M2	-	-	-
307	MRC	2-1	-	2-c	6	9cm?	2	3	-	-	-	-	1	5	5	5-4	1	1,2	<0,5mm	1	3/2	3	5mm	C1	-	-	-
308	MRC	2-1	-	2-a	6	12cm	1	4	-	-	-	-	2	2-4	4	3-4	3	2<1,3	0,5mm	2	2.1	2	5mm	M2	-	-	-
309	MRC	2-1	-	1-d	6	?	1	5	-	-	-	-	2	8	8	8	1	2,1,3	1mm	2	2.1	2.1	5mm	C2	-	-	-
310	MRC	2-1	-	1?	6	13cm?	2	1.1	-	-	-	-	2	8	8	8	1	1	<0,5mm	1	2.1	2.1°	6mm	C3	-	-	-
311	MRC	2-1	-	1?	6	?	2	1.1	-	-	-	-	2	8	2	2	3	2,1	1,5mm°	2	2	2	7mm	M1	-	-	-
312	MRC	2-1	-	5-c	6	21cm	2	5	-	-	-	-	2	3	3-8	4	2	2<1	2mm	3	2	2°	7mm	F1	-	-	-
313	MRC	2-1	-	8-a	14	?	2	-	2	-	-	-	1	5	4	4	3	2<1	2mm°	2	2.1	2	6mm	M1	-	-	-
314	MRC	2-1	-	1-d?	6	?	1	1.1	3	-	-	-	2	8	8	8	1	1,2	1mm	2	2.1	2	7mm	C1	-	-	-
315	MRC	2-1	-	4?	-	-	-	-	-	-	-	1	?	5	4	4	1	1,2	0,5mm	1	-	2.1	-	C1	-	-	-
316	MRC	2-1	-	3?	-	-	-	-	-	-	-	2	2	7	7	7	2	1<2	2mm	3	2	2.1	4mm	M1	-	-	-
317	MRC	2-1	-	?	-	-	-	-	-	1	8cm	-	2	4	4	8	2	2<1	2mm°	2	2	2.1°	7mm	M1	-	-	-
318	MRC	2-1	-	2-c	8	12cm	2	5?	-	-	-	-	2	8	8	8	3	2<1,3	1mm	2	2	2.1°	7mm	M2	-	-	-
319	MRC	2-1	-	1?	13	?	1	-	-	-	-	-	2	8	8	4	3	2<1	1mm	2	2.1	2	7mm	M1	-	-	-
320	MRC	2-1	-	1	8	21cm	7	5	-	-	-	-	2	4	1	1-4	3	2<1	2mm	2	2	2°	7mm	M1	-	-	-

IDENTIF.				DESCR. MORFO									DESCR. TÉCNICA											DECOR.			
N°	Nucl.	C.	Est.	Forma	Bordo		Lab.	Colo	Bj	Fundo		Asa	Fab.	Cor			Pasta				Trt. Sup.		Esp. P		Tecn	Mot	Dist
						Diâm.					Diam.			Ncl	Int	Ext	Cmp	E.N.P.	Calib	Dist	Int	Ext					
321	MRC	2-1	-	1?	8	?	2	-	-	-	-	-	2	4	4	5-4	3	2<1	1,5	3	2.1	2	6mm	M1	-	-	-
322	172	1-7	-	1-d	6	27cm	2	5?	-	-	-	-	2	4	5-4	4	3	2,1,3	1mm	2	2.1	3	5,5mm	M2	-	-	-
323	172	1-7	21-1	7-a	6	25cm	3			-	-	-	2	4	7	7-8	3	2<3	1,5mm	3	2	2	6mm	M2	-	-	-
324	172	2-5	-	6-b ¹	12	35cm	2	1.3	-	-	-	-	1	4	7	5	1	1,2,6	0,5mm	1	2	2.1	10cm	C1	-	-	-
325	172	2-5	-	6-b ³	10	?	2	1.2	-	-	-	-	1	8	4	8	3	2,1	1mm	2	2	2.1	9cm	M1	-	-	-
326	172	2-5	-	1?	6	?	2	?	-	-	-	-	2	4	5-4	3	2	2,1	1,5mm	3	2.1	2.1	17mm	F1	-	-	-
327	172	2-5	-	5?	8	14cm	1	5	-	-	-	-	2	8	4	4-3	2	2<1	1,5mm	3	2	2	6mm	F1	-	-	-
328	172	2-5	36-3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	3	5	2	2,1	1,5mm ^o	3	2	2	8mm	F1	4	VIg	?
329	229	1-2	-	1?	6	?	2	5?	-	-	-	-	2	8	8	8	3	2,1	1mm	3	2.1	2	5mm	M1	-	-	-
330	229	1-2	-	?	-	-	-	-	-	1	?	-	2	4	2	3	2	1,2	2mm	3	2	2	8mm	F1	-	-	-
331	229	1-4	-	1	14	?	1	-	-	-	-	-	2	8	4	5	2	1,2	2mm	3	2	2	12mm	F1	-	-	-
332	229	1-4	-	1?	13	17cm	7	?	-	-	-	-	2	2	3-4	3-4	1	1,2	0,5mm	1	2.1/2	2	6,5mm	C1	-	-	-
333	229	1-4	18-2	2?	6	?	1	?	-	-	-	-	2?	3	4	4	1	1,2	0,5mm	1	2.1	3	4,5mm	C1	1	Ig	3
334	R. C.		-	5-c	6	17cm	1	1.1	3	-	-	-	2	4	5	4-8	2	2<1	1,5mm	3	2	2 ^o	6,5mm	F1	-	-	-
335	R. C.		-	1	6	27cm?	2	5?	-	-	-	-	2	5	4	5	3	2<1	1mm	2	2	2	6mm	M1	-	-	-
336	R. C.		-	4?	-	-	-	-	-	-	-	2	?	1	-	1	1	<0,5mm	1	-	3	-	C3	-	-	-	
337	R. C.		-	1?	8	?	1	5?	-	-	-	-	2	4	4	4-3	3	2<1	1mm	2	2.1	2	9mm	M1	-	-	-
338	R. C.		-	1-d	8	21cm	2	3	-	-	-	-	1	5	5	5	1	1,2	0,5mm	1	3/2.1	3	5,5mm	C1	-	-	-
339	R. S.P.		-	4	-	-	-	3	1	-	-		1?	8	5-1	8	1	1<2	<0,5mm	1	3/2	3	5mm	C1	-	-	-
340	R. S.P.		-	1	6	?	1	?	-	-	-	-	2	4	4	4	3	2<1	1mm	2	2	2	6mm	M1	-	-	-

ANEXO II

QUADROS

Quadro 1: Caracterização da amostra dos níveis proto-históricos do MGv: fragmentos inventariados, fragmentos sem forma, manuais e ao torno e as intrusões.

Camadas	Inventariados	%	S/f. manuais	%	S/f. torno	%	Intrusões	%
16	45	16	95	33	138	48	8	3
19	21	8	162	62	78	30	-	-
20	1	1	29	28	75	71	-	-
21	1	3	16	40	21	52	2	5
22	39	13	161	53	97	31	10	3
23	16	10	110	66	38	22	2	2
24	5	19	18	66	-	-	4	15
25	3	14	18	86	-	-	-	-
Total	131	12	510	46	447	40	27	2

Quadro 2: Amostra do GRV: relação entre fragmentos lisos com forma, decorados sem forma e decorados com forma.

Camadas	C/Forma	%	Decor. S/ Forma	%	Decor. C/ Forma	%
16	39	-	6	-	-	-
19	20	-	3	-	-	-
20	1	-	-	-	-	-
21	1	-	-	-	-	-
22	37	-	3	-	-	-
23	13	-	4	-	-	-
24	5	-	-	-	-	-
25	3	-	-	-	-	-
Total	119	88	16	12	-	0
Restantes	61	67	26	28	5	5
Total	180	79	42	19	5	2

Quadro 3: Valores absolutos e percentuais da amostra geral por núcleos: fragmentos lisos com forma, decorados sem forma e decorados com forma.

Núcleo	C/ Forma	%	Decor. S/ Form	%	Decor. C/ Form.	%
GRV	180	79	42	19	5	2
MRC	60	86	10	14	-	-
D.D.58	16	100	-	-	-	-
D. D.	15	79	4	21	-	-
P.D.H.	-	-	2	-	-	-
R.D. 172	6	86	1	14	-	-
R.D.229	3	75	-	-	1	25
R. C.	5	100	-	-	-	-
R. S. P.	4	100	-	-	-	-
Total	289	81	59	17	6	2

Quadro 4: Relação absoluta e percentual entre cerâmica manual e ao torno na amostra do MG.V.

Camadas	Manual	%	Torno	%
16	20	-	23	-
19	16	-	5	-
20	1	-	-	-
21	-	-	1	-
22	21	-	17	-
23	7	-	9	-
24	3	-	2	-
25	2	-	1	-
Total	59	46	69	54
Restantes	28	31	66	69
Total	87	39	135	61

Quadro 5: Relação absoluta e percentual entre cerâmica ao torno e manual na amostra geral por núcleos.

Núcleo	Manual	%	Torno	%
GRV	87	39	135	61
MERC	50	89	6	11
D. D. 58	14	100	-	-
D. D.	3	21	12	79
P. D. H	-	-	2	-
R. D. 172	5	71	2	29
R. D. 229	5	100	-	-
R. C.	3	75	1	25
R. S. P.	3	75	1	25
Total	180	53	159	47

Quadro 6: Qualidade das Pastas na amostra do MGV: valores absolutos e percentuais.

Camada	C1	C2	C3	M1	M2	F1	F2
16	10	5	3	8	7	8	3
19	7	4	-	2	2	5	2
20	1	-	-	-	-	-	-
21	1	-	-	-	-	-	-
22	23	3	1	7	3	1	1
23	11	1	-	1	1	2	0
24	2	1	-	1	-	-	1
25	2	-	-	-	-	-	1
Total	57	14	4	19	13	16	8
Total %	43%	11%	3%	15%	10%	12%	6%
Restante	46	11	3	20	5	6	4
Rest. %	48%	13%	3%	21%	5%	6%	4%
Total	103	25	7	39	18	22	12
Total %	46%	11%	3%	17%	8%	10%	5%

Quadro 7: Qualidade da pasta na amostra geral por núcleos: valores absolutos e percentuais.

Núcleos	C1	C2	C3	M1	M2	F1	F2
GRV	103	25	7	39	18	22	12
MRC	11	11	4	12	9	5	6
D.D. 58	1	1	-	4	1	8	1
D.D.	9	1	1	5	1	2	0
P.D. H	1	1	-	-	-	-	-
R. D. 172	1	-	-	1	2	3	-
R. D. 229	2	-	-	1	-	2	-
R. C.	1	-	1	2	-	1	-
R. S. P.	2	-	1	1	-	-	-
Total	131	39	14	65	31	42	19
Total %	39%	11%	4%	19%	9%	12%	6%

Quadro 8: Cor das superfícies na amostra do MGv: valores absolutos e percentuais.

Camada	2/2	1/2	2/1	3/2	2/3	2/4	4/2	1/1	1/3	3/1	1/4	4/1	3/3	3/4	4/3	4/4
16	3	1	-	1	-	1	-	12	1	1	5	1	4	3	3	7
19	4	2	-	-	1	-	1	6	1	-	-	-	2	-	1	3
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
22	4	-	2	-	-	-	-	12	1	1	5	-	2	3	3	5
23	1	1	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	4	2	2	2
24	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1
25	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-
Total	13	4	2	1	2	1	1	35	4	2	12	1	14	8	9	18
Total %	10%	3%	2%	1%	2%	1%	1%	27%	3%	2%	10%	1%	11%	6%	7%	13%
Restante	3	-	1	1	2	-	1	38	5	1	-	7	8	5	7	12
Total	16	4	3	2	4	1	2	73	9	5	12	8	22	13	16	30
Total %	6%	2%	1%	1%	2%	0%	1%	34%	4%	2%	6%	4%	10%	6%	7%	14%

Quadro 9: Cor das superfícies na amostra geral por núcleos: valores absolutos e percentuais.

Núcleo	2/2	1/2	2/1	3/2	2/3	2/4	4/2	1/1	1/3	3/1	1/4	4/1	3/3	3/4	4/3	4/4
GRV	16	4	3	2	4	1	2	73	9	5	12	8	22	13	16	30
MRC	4	-	-	1	-	1	-	7	2	1	3	5	14	2	1	16
D.D.58	1	-	-	-	-	-	-	3	2	-	2	2	1	1	2	1
P.D.H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
D.D.	1	-	-	-	-	-	-	8	1	1	1	2	1	-	0	3
R. D.172	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	1	2
R. D. 229	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2
R. C.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1
R. S. P.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
Total	21	4	3	3	5	2	3	92	15	7	19	21	40	18	21	58
Total %	6%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	28%	5%	2%	6%	6%	12%	5%	6%	17%

Quadro 10: Cor do núcleo na amostra do MGV: valores absolutos e percentuais.

Camada	1	2	3	4
16	19	4	4	17
19	10	5	2	6
20	1	-	-	-
21	1	-	-	-
22	15	3	7	14
23	7	1	-	9
24	2	-	2	1
25	1	-	-	1
Total	57	13	15	48
Total %	43%	10%	11%	36%
Restante	48	6	19	21
Total	105	19	34	69
Total %	47%	8%	15%	30%

Quadro 11: Cor do núcleo na amostra geral por núcleo: valores absolutos e percentuais.

Núcleo	1	2	3	4
GRV	105	19	34	69
MRC	12	7	10	28
D.D.58	4	1	2	9
P.D.H	-	1	-	1
D.D.	10	1	-	9
R. D.172	-	-	1	6
R. D.229	1	-	1	3
R. C.	3	-	-	2
R. S.P.	-	-	1	3
Total	135	29	49	129
Total%	39%	9%	14%	38%

Quadro 12: Tratamento de superfícies na amostra do MGV: valores absolutos e percentuais.

Camada	1/1	1/2	2/2	2/2.1	2.1/2	2.1/2.1	2/3	3/2.1	2.1/3	3/3
16	-	2	17	9	1	4	4	3	1	2
19	-	1	8	1	-	5	4	-	2	1
20	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
21	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
22	-	1	11	9	2	8	-	-	1	1
23	-	-	3	4	-	-	4	-	-	4
24	1	-	-	1	-	1	1	1	-	-
25	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1
Total	1	4	40	27	3	18	13	4	4	9
Total %	1%	3%	33%	22%	2%	15%	11%	4%	2%	7%
Restante	-	-	36	4	4	9	27	3	1	6
Total	1	4	76	31	7	27	40	7	5	15
Total %	0	2%	36%	15%	3%	13%	19%	3%	2%	7%

Quadro 13: Tratamento de superfícies na amostra geral por núcleos: valores absolutos e percentuais.

Camada	1/1	1/2	2/2	2/2.1	2.1/2	2.1/2.1	2/3	3/2.1	2.1/3	3/3
GRV	1	4	76	31	7	27	40	7	5	15
MRC	1	-	5	13	13	17	4	-	4	1
D.D.58	-	-	1	7	1	4	-	1	2	-
P.D.H.	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
D.D.	1	2	5	1	1	1	2	-	1	1
R.D.172	-	-	3	2	1	-	-	-	1	-
R. D.229	-	-	2	-	2	-	-	-	1	-
R. C.	-	-	2	-	1	-	-	-	1	-
R. S.P.	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1
Total	3	6	95	54	25	49	48	8	15	18
Total %	1%	2%	29%	16%	8%	15%	15%	3%	5%	6%

Quadro 14: Diâmetro do Bordo na amostra do MGv: valores absolutos e percentuais.

Camada	Db 6-10	Db 11-15	Db 16-20	Db 21-25	Db 26-30	Db 31-35	Db 36-40	Db > 40
16	2	4	3	1	1	1	2	-
19	-	1	1	1	1	1	-	-
20	-	-	-	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-	-	-	-
22	-	2	-	4	-	2	3	-
23	1	-	-	1	2	-	-	-
24	1	-	-	1	1	-	-	-
25	-	-	-	1	-	-	-	-
Total	4	7	4	9	5	4	5	0
Total %	11%	18%	11%	23%	13%	11%	13%	0%
Restante	4	5	6	5	5	1	10	3
Total	8	12	10	14	10	5	15	3
Total %	10%	16%	13%	18%	13%	6%	20%	4%

Quadro 15: Diâmetro do Bordo na amostra geral por núcleo: valores absolutos e percentuais.

Núcleo	Db 6-10	Db 11-15	Db 16-20	Db 21-25	Db 26-30	Db 31-35	Db 36-40	Db > 40
GRV	8	12	10	14	10	5	15	3
MRC	1	14	5	3	-	1	-	-
D.D. 58	1	1	3	2	2	-	-	-
P. D. H.	-	-	-	-	-	-	-	-
D.D.	-	1	0	1	0	-	4	-
R. D.172	-	1	-	1	1	1	-	-
R. D.229	-	-	1	-	-	-	-	-
R. C.	-	-	1	1	1	-	-	-
R. S. P.	-	1	-	-	-	-	-	-
Total	10	30	20	22	14	7	19	3
Total %	8%	24%	16%	18%	11%	6%	15%	2%

Quadro 16: Frequência de formas na amostra do MG.V.

Camada	1	2	3	4	5	6	7	8	9
16	9	7	1	1	-	4	-	-	-
19	4	2	-	1	-	5	-	-	-
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-	1	-	-	-
22	8	1	-	3	1	6	1	1	1
23	2	1	-	1	-	1	-	-	1
24	1	-	-	2	-	1	-	-	1
25	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	25	11	1	8	1	18	1	1	3
Total %	33%	14%	1%	10%	1%	35%	1%	1%	4%
Restante	13	15	1	2	-	37	-	-	-
Total	38	26	2	10	1	55	1	1	3
Total%	26%	18%	1%	7%	1%	43%	1%	1%	2%

Quadro 17: Frequência de formas na amostra geral, por núcleo.

Núcleo	1	2	3	4	5	6	7	8
GRV	38	26	2	10	1	55	1	4
MRC	15	12	1	3	6	1	-	1
D.D.58	2	2	1	-	2	1	-	2
D.D.	2	1	1	1	-	5	-	-
R. D. 172	2	-	-	-	1	2	1	-
R. D.229	3	1	-	-	-	-	-	-
R.C	3	-	-	1	1	-	-	-
R. S. P.	2	1	-	1	-	-	-	-
Total	67	43	5	16	11	64	2	7
Total %	32%	20%	2%	7%	5%	30%	1%	3%

Quadro18: Proporção de formas manuais e ao torno na amostra geral, por núcleo.

Núcleo	1	2	3	4	5	6	7	8
GRV-Man	20	8	-	6	1	5	1	1
GRV-Torn	16	18	1	2	-	51	-	3
MRC-Man	15	9	1	2	6	-	-	1
MRC-Torn	1	2	-	-	-	1	-	-
D.D.58-Man	2	2	1	-	2	1	-	2
D.D.58-Torn	-	-	-	-	-	-	-	-
D.D. -Man	-	-	-	-	-	1	-	-
D.D. -Torn	1	1	1	1	1	4	-	-
R. D. 172- Man	2	-	-	-	1	-	-	1
R. D. 172-Torn	-	-	-	-	-	2	-	-
R.D.229-Man	3	1	-	-	-	-	-	-
R.D.229-Torn	-	-	-	-	-	-	-	-
R.C.-Man	2	-	-	-	1	-	-	-
R.C. - Torn	1	-	-	-	-	-	-	-
R. S.P.-Man	2	1	-	-	-	-	-	-
R. S.P.-Torn	-	-	-	1	-	-	-	-
Total Man.	46	21	2	8	12	7	1	5
Total Man %	74%	50%	50%	67%	100%	11%	100%	62%
Total Torn	19	21	2	4	-	58	-	3
Total Torn %	26%	50%	50%	33%	0%	89%	0%	38%

Quadro 19: Relação entre a qualidade da pasta e as formas manuais e ao torno, na amostra do MGV.

Forma	C1	C2	C3	M1	M2	F1	F2
1-Manual	3	1	-	5	1	7	2
1-Torno	11	-	-	4	2	-	-
2-Manual	4	2	1	-	-	-	-
2-torno	12	3	1	-	-	-	-
3-Manual	-	-	-	-	-	-	-
3- Torno	-	-	-	-	1	-	-
4-Manual	3	2	-	-	-	-	1
4-Torno	2	-	1	-	-	-	-
5-Manual	-	-	-	-	-	-	1
5-Torno	-	-	-	-	-	-	-
6-Manual	-	-	-	3	1	3	2
6-Torno	22	7	-	19	4	1	-
7-Manual	-	-	-	1	-	-	-
7-Torno	-	-	-	-	-	-	-
8-Manual	-	-	-	-	-	-	-
8-Torno	-	-	-	1	-	-	-
9-Manual	1	-	-	-	-	-	-
9-Torno	2	-	-	-	-	-	-

Quadro 20: Relação entre a qualidade da pasta e as formas manuais e ao torno, na amostra geral.

Pastas Formas	C1	C2	C3	M1	M2	F1	F2	Total
1-Manual	5	5	1	20	3	7	5	44
1-Torno	13	-	-	4	2	-	1	19
2-Manual	8	6	2	1	2	2	-	21
2-Torno	14	4	2	-	-	-	-	20
3-Manual	-	-	-	1	1	1	-	3
3-Torno	1	-	-	-	1	-	-	2
4-Manual	4	3	-	-	-	-	1	8
4-Torno	4	-	1	-	-	-	-	4
5-Manual	-	-	-	1	2	5	2	10
5-Torno	-	-	-	-	-	-	-	0
6-Manual	-	-	-	4	1	3	2	10
6-Torno	25	7	-	21	6	1	-	60
7-Manual	-	-	-	1	-	-	-	1
7-Torno	-	-	-	-	-	-	-	0
8-Manual	1	-	-	2	1	-	1	5
8-Torno	2	-	-	1	-	-	-	3
Total man	18	14	3	28	9	18	10	
Total torn	57	11	3	25	9	1	1	

Quadro 21: Cor da pasta e fabrico na amostra geral.

Cor	1	2	3	4
Núcleo				
GRV- Manual	25	6	21	37
GRV- Torno	74	12	13	26
MRC- Manual	7	5	10	28
MRC- Torno	3	1	1	2
D.D.58-Manual	4	-	1	9
D.D.58-Torno	-	-	-	-
D.D.- Manual	1	-	-	2
D. D.- Torno	4	-	-	8
R.D.172-Manual	-	-	1	4
R. D.172-Torno	-	-	-	2
R. D.229-Manual	-	1	1	3
R. D.229-Torno	-	-	-	-
R. C. – Manual	1	-	-	2
R. C. – Torno	1	-	-	-
R. S.P.- Manual	-	-	1	2
R. S.P.- Torno	-	-	-	1
Total Manual	38	12	35	87
Total Manual%	21	7	19	53
Total Torno	82	13	14	39
Total Torno %	55	9	10	26

Quadro 22: Relação entre forma e tratamento de superfícies na amostra geral.

Forma	1/1	1/2	2/2	2/2.1	21/2	2.1/2.1	2/3	3/2.1	2.1/3	3/3
1-manual	-	1	7	3	11	19	-	2	2	2
1-Torno	-	-	4	1	2	4	1	-	1	6
2-Manual	-	-	-	3	4	2	4	-	6	2
2-Torno	-	-	1	1	1	-	12	1	4	2
4-Manual	-	-	-	1	-	1	5	-	-	1
4-Torno	-	-	1	1	-	-	2	-	-	-
6-Manual	1	-	4	3	-	1	1	-	-	-
6- Torno	-	-	47	3	3	2	1	1	-	-
7-Manual	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
7-Torno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8-Manual	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-
8-Torno	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total Man.	1	1	15	11	16	23	10	2	8	5
Total Torno	-	-	103	7	6	6	16	2	5	8

Quadro 23: Técnica decorativa: amostra do GRV.

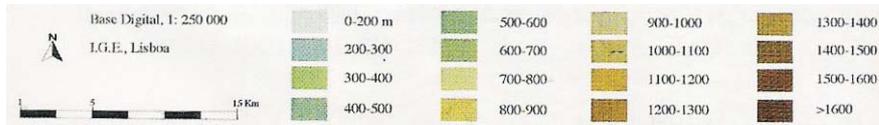
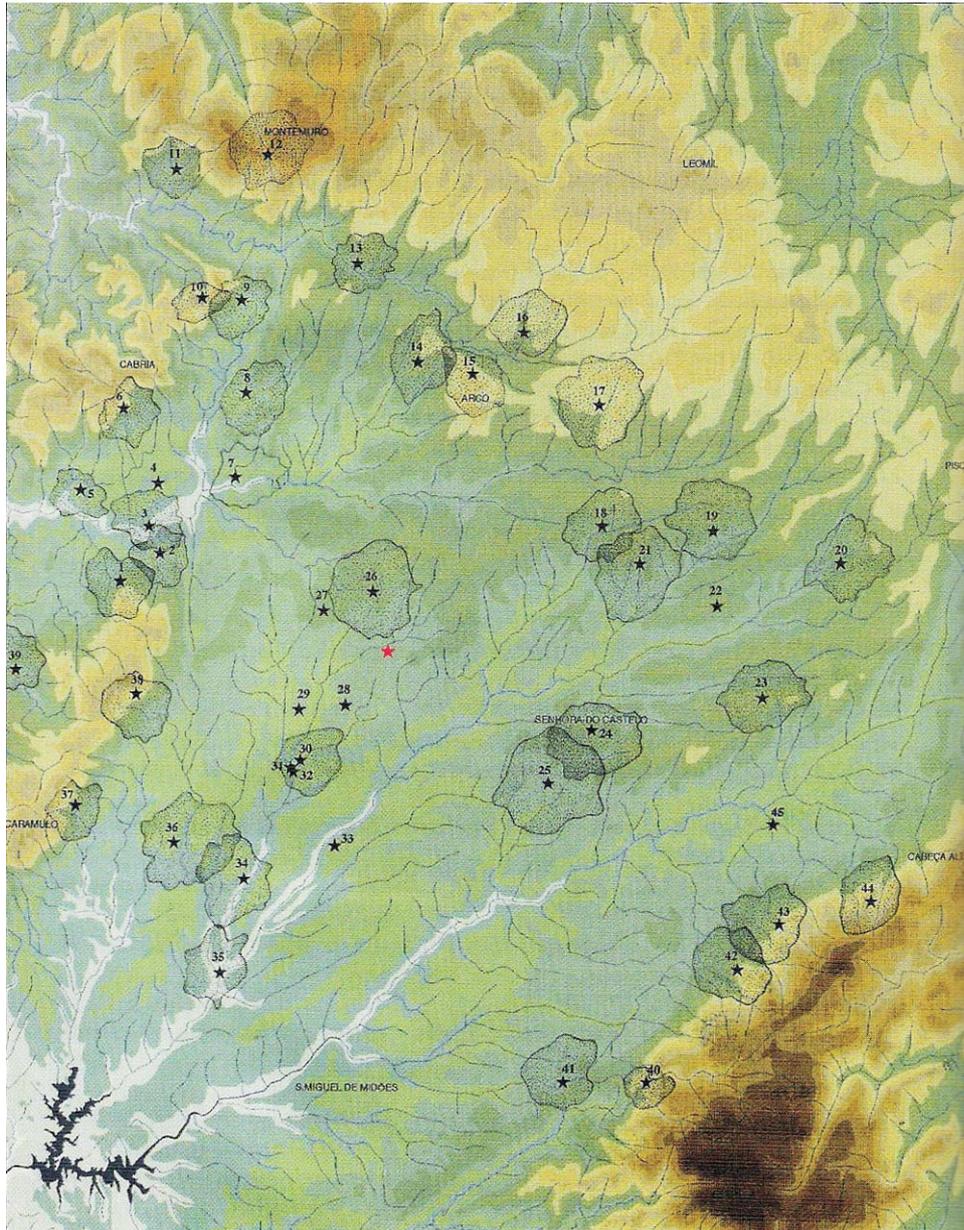
Camada	Incisa	Impres. vegetal	Impres rodizio	Estamp.	Inc. + Punc.	Inc. + Rodiz	Inc. + Ungul	Inc. + Est	Inc + Est + Ung	Brun.
16	3	-	-	-	-	2	-	1	1	-
19	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-
23	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10	0	1	0	0	2	0	2	1	1
Restante	14	1	-	6	3	3	1	2	-	1
Total	24	1	1	6	3	5	1	4	1	2
Total %	51%	2%	2%	13%	6%	10%	2%	8%	2%	4%

Quadro 24: Técnicas decorativas: amostra geral.

Núcleo	Incisa	Impres. Veg.	Impres rodizio	Estamp.	Inc. + Punc.	Inc. + Rodiz	Inc. + Ungul	Inc. + Est	Inc + Est + Ung.	Brun.
GRV	24	1	1	6	3	5	1	4	1	2
MRC	5	-	1	1	-	-	-	2	-	1
D.D.58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.D.H.	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
D.D.	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
172	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
229	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	32	1	2	9	3	5	1	7	1	3
Total%	49%	2%	3%	13%	5%	8%	2%	11%	2%	5%

ANEXO III

MAPAS, PLANTAS E PERFIS



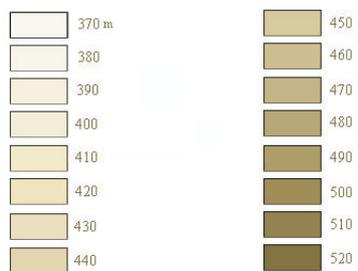
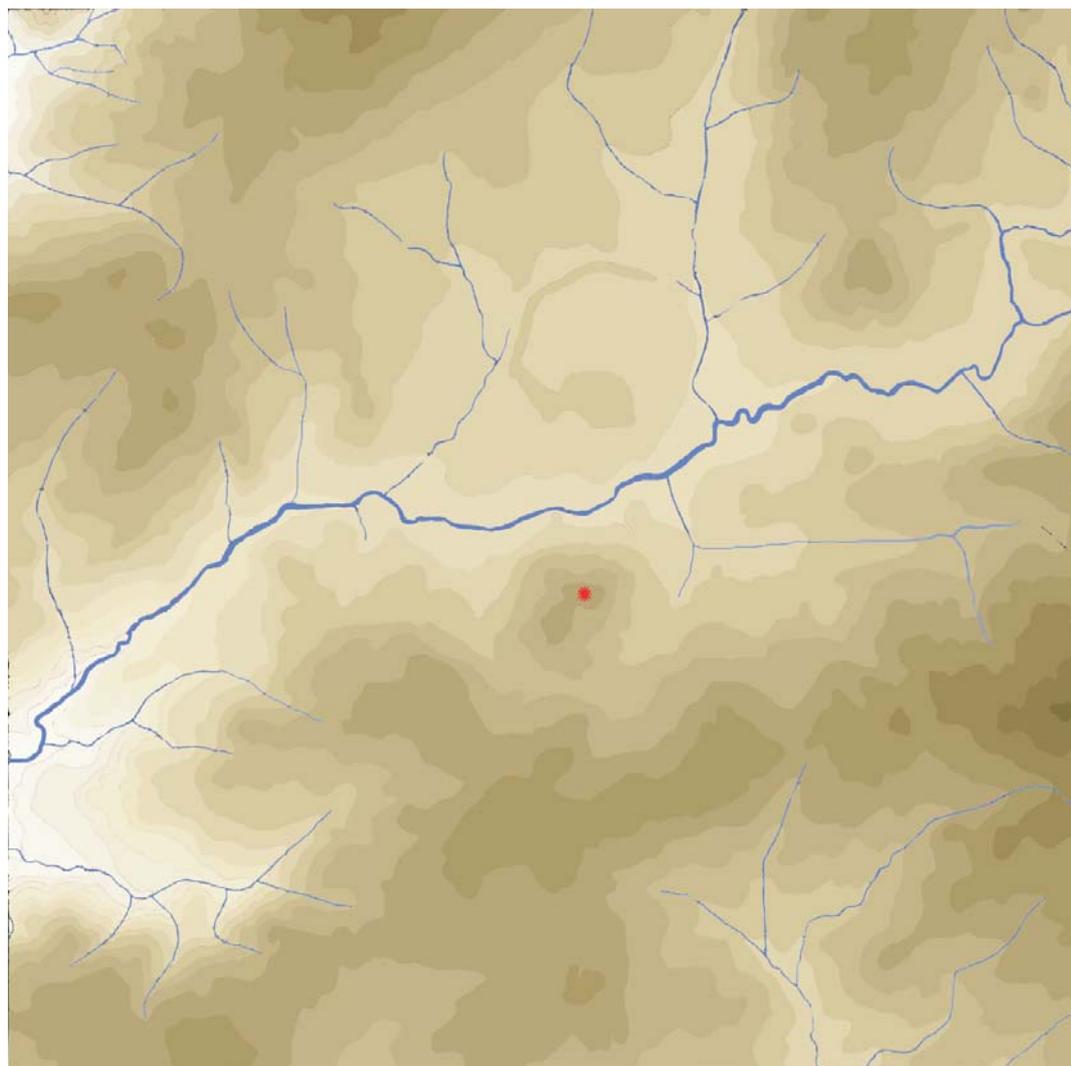
Localização do Morro da Sé - (Imagem retidada e adaptada de J. Alarcão (1996, Carta 1)

Legenda

- 1 - Paços de Vilharigues, Vouzela
- 2 - Senhora do Castelo, Vouzela
- 3 - Banho, S. Pedro do Sul
- 4 - Nossa Senhora da Guia, S. Pedro do Sul
- 5 - Senhora da Boa Morte, S. Pedro do Sul
- 6 - Cárcoda, S. Pedro do Sul
- 7 - Pinho, S. Pedro do Sul
- 8 - Ucha, S. Pedro do Sul
- 9 - S. Martinho das Moitas, S. Pedro do Sul
- 10 - S. Macário, S. Pedro do Sul
- 11 - Cabril, Castro Daire
- 12 - Portas de Montemuro, Castro Daire
- 13 - Castro Daire, Castro Daire
- 14 - Outeiro da Maga, Castro Daire
- 15 - S. Lourenço, Castro Daire

- 16 - Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva
- 17 - Santa Bárbara, Sátão
- 18 - Santos Idos, Sátão
- 19 - Senhora do Barrocal, Sátão
- 20 - Castelo de Mouros, Aguiar da Beira
- 21 - Rio de Moinhos, Sátão
- 22 - Esmolfe, Penalva do Castelo
- 23 - Senhora do Bom Sucesso, Mangualde
- 24 - Senhora do Castelo, Mangualde
- 25 - Cerca - Mangualde
- 26 - Santa Luzia, Viseu
- 27 - Senhora do Crasto, Viseu
- 28 - Aral, Viseu
- 29 - Cruz, Viseu
- 30 - Castelo de Mouros, Viseu
- 31 - Castaiça, Viseu

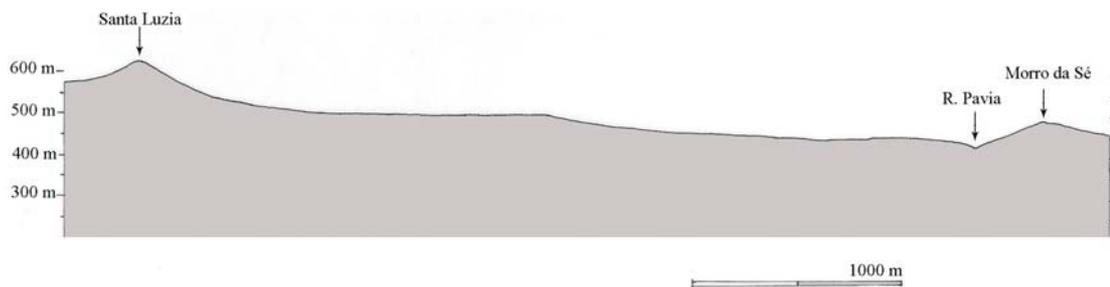
- 32 - Três Rios, Viseu
- 33 - Cocão, Viseu
- 34 - Nossa Senhora do Crasto, Tondela
- 35 - Ferreiros, Tondela
- 36 - Nandufe, Tondela
- 37 - Guardão, Tondela
- 38 - Outeiro Murado, Tondela
- 39 - Campia, Vouzela
- 40 - S. Romão, Seia
- 41 - Cabeço de Castro, Seia
- 42 - Monte Negrumo, Gouveia
- 43 - Gouveia, Gouveia
- 44 - Folgosinho, Gouveia
- 45 - Castelo, Gouveia
- Morro da Sé, Viseu



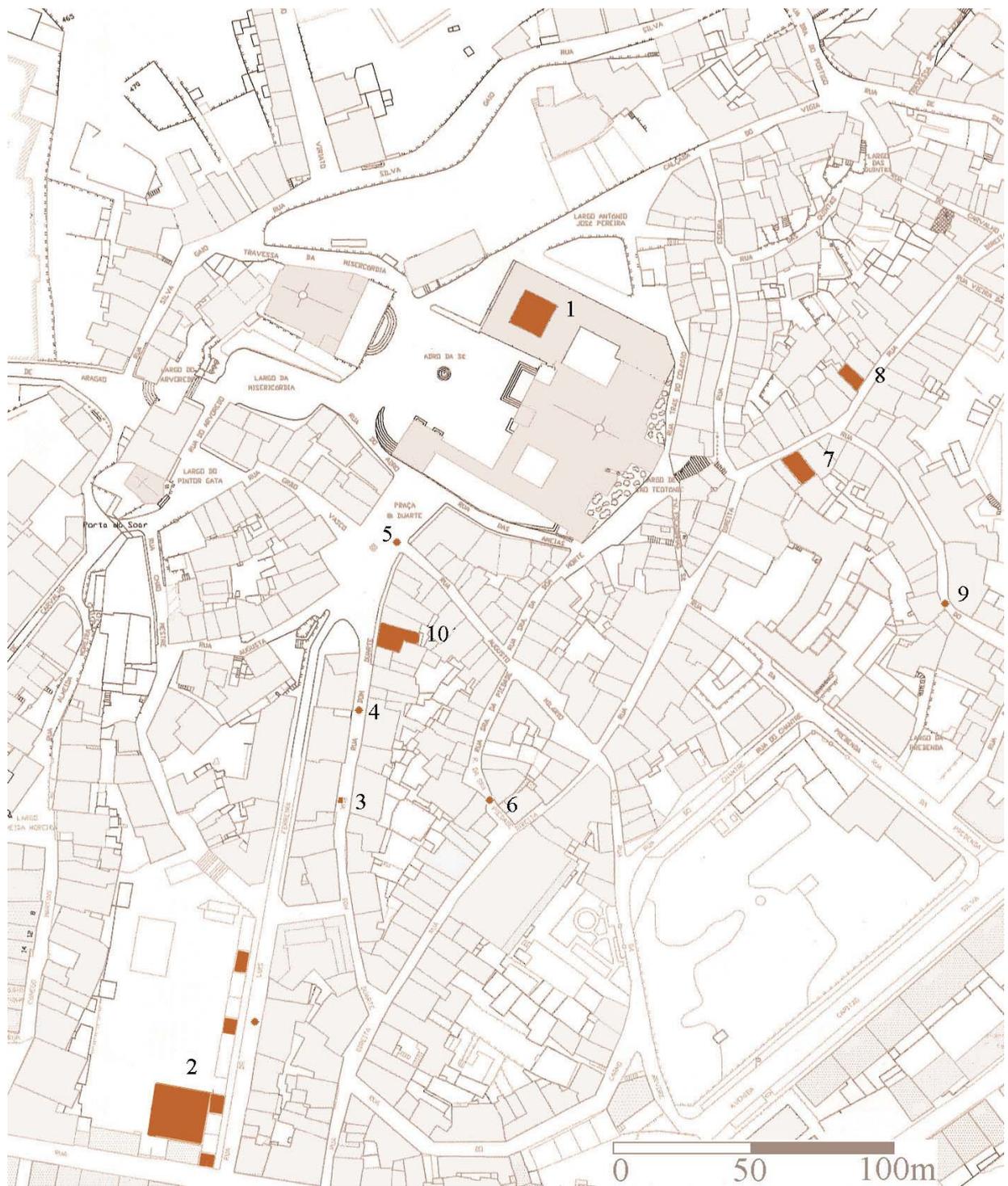
1 Km



1 - Implantação do Morro da Sé



2 - Perfil entre Santa Luzia e o Morro da Sé



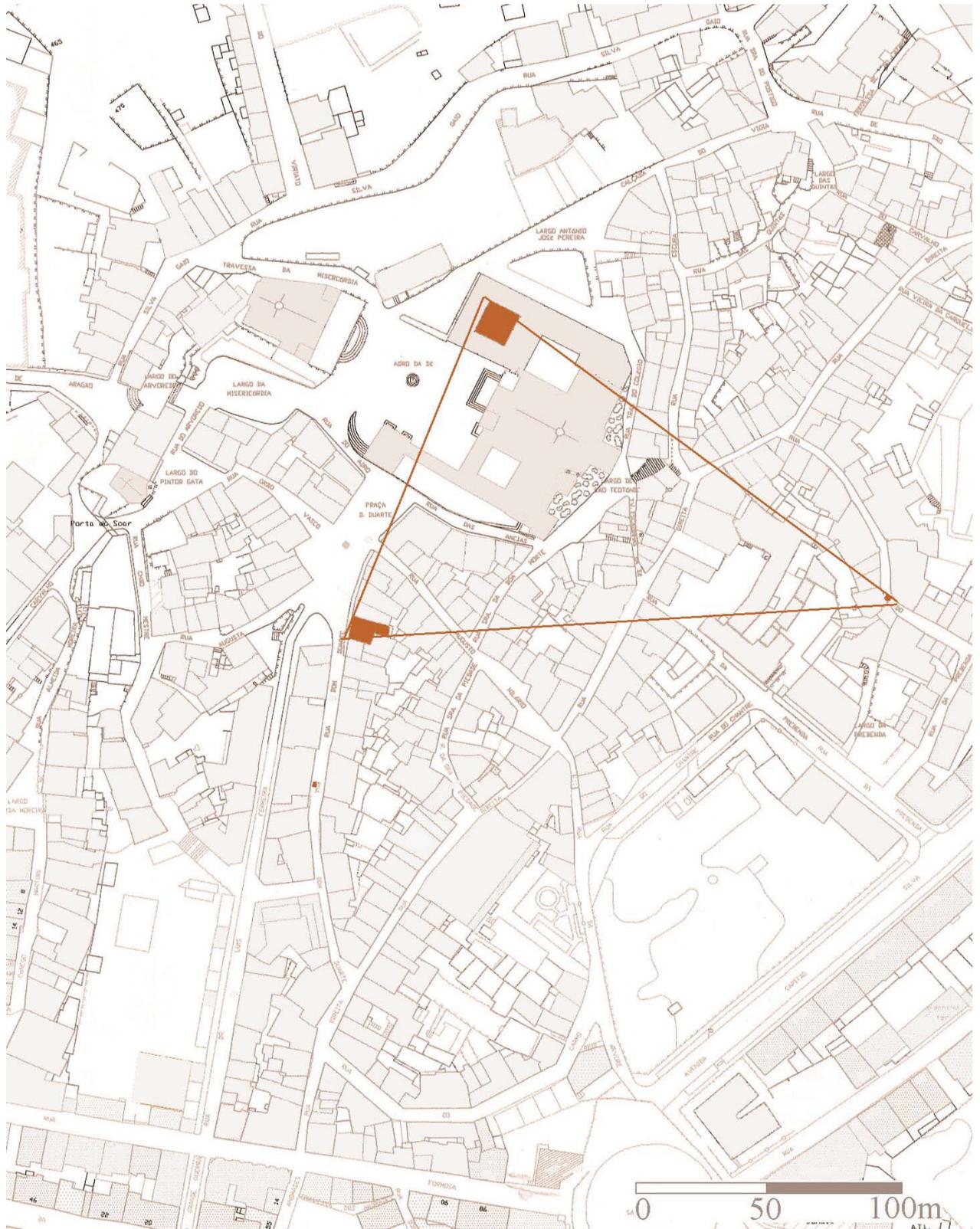
Localização dos núcleos no Morro da Sé



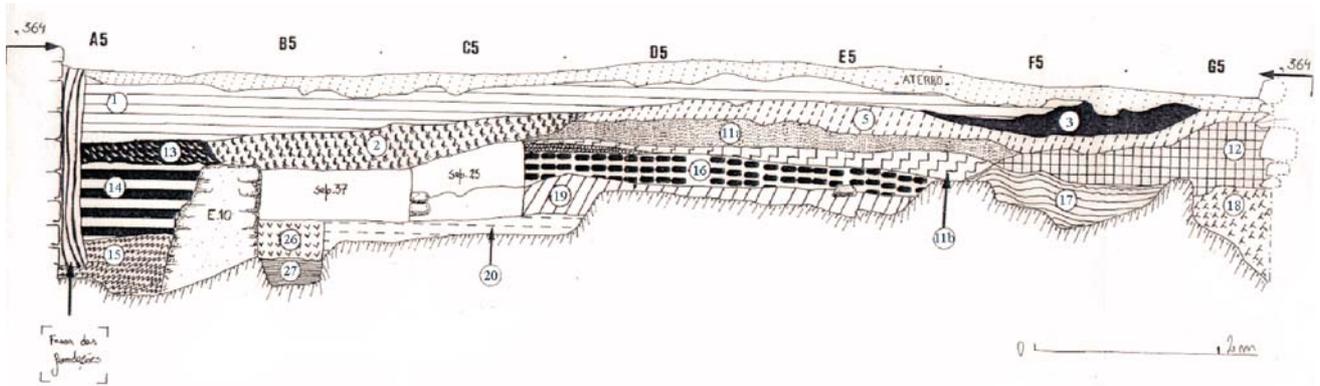
Legenda

- 1: Núcleo do Museu Grão Vasco;
- 2: Núcleo do Mercado 2 de Maio;
- 3: Núcleo da Rua D. Duarte frente ao 58;
- 4: Núcleo da Rua D. Duarte;
- 5: Núcleo da Praça D. Duarte (frente à Rua do Hilário)

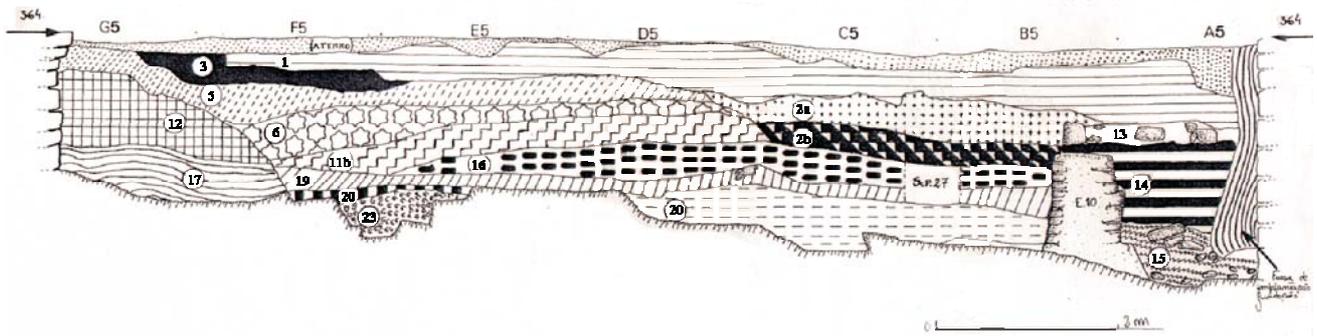
- 6: Núcleo da Rua Sra da Piedade;
- 7: Núcleo da Rua Direita nº172/176;
- 8: Núcleo da Rua Direita, nº 229;
- 9: Piso de Cabana da Rua do Gonçalves;
- 10: Praça D. Duarte nº 1/3;
- 11: Núcleo da Rua do Comércio.



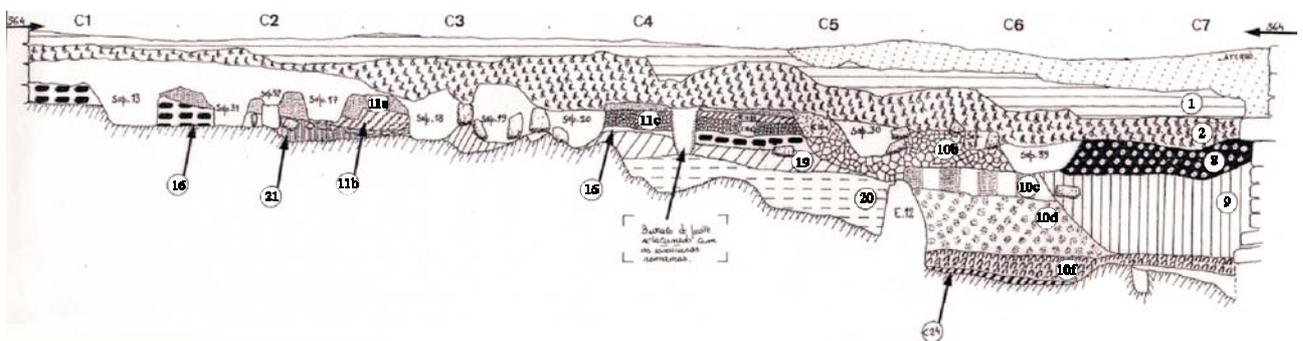
Área de dispersão de estruturas no Morro da Sé



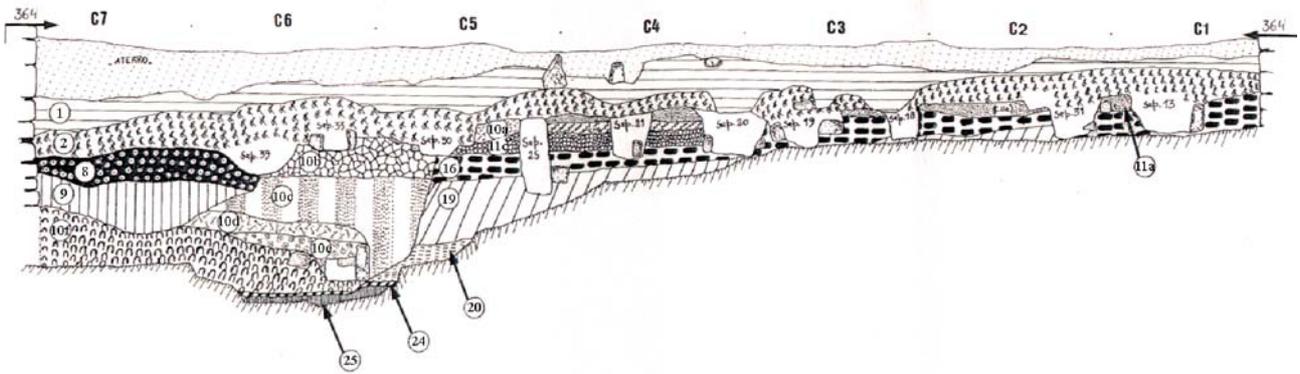
Museu Grão Vasco: Corte 1 Oeste/Este



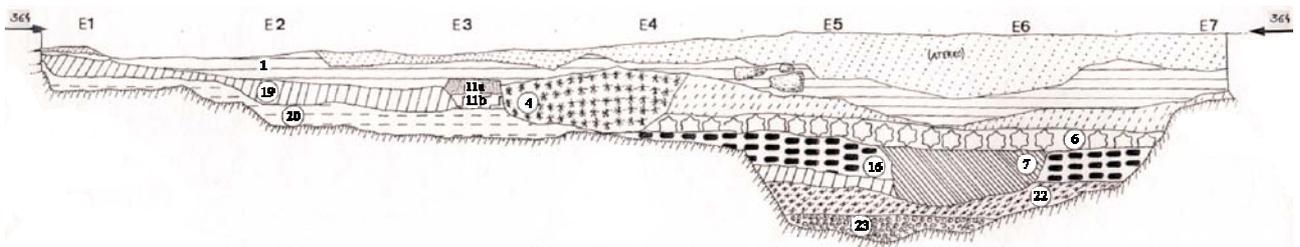
Museu Grão Vasco: Corte 2 Este/Oeste



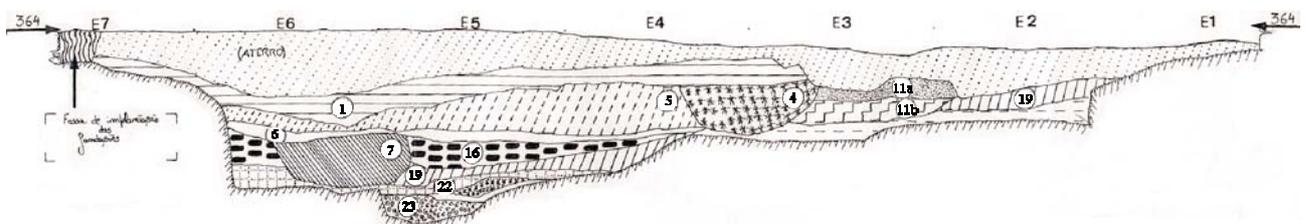
Museu Grão Vasco: Corte 3 Sul/Norte



Museu Grão Vasco: Corte 4 Norte/Sul



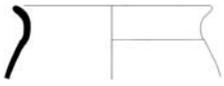
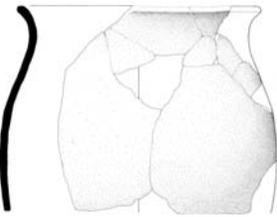
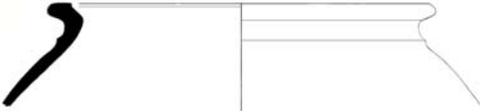
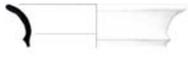
Museu Grão Vasco: Corte 5 Sul/Norte



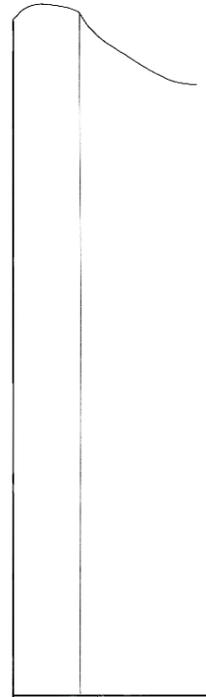
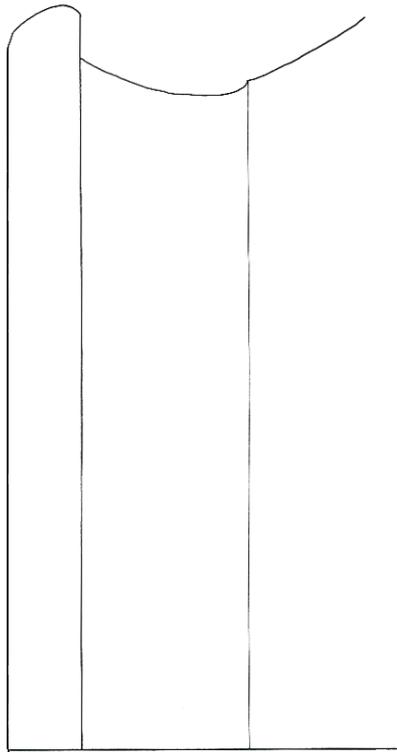
Museu Grão Vasco: Corte 6 Norte/Sul

I	
2	
3	
4	

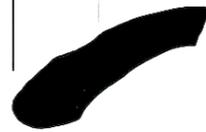
Quadro tipológico

5	 <p>A</p>	 <p>B</p>	 <p>C</p>
6	 <p>A</p>	 <p>B-I</p>	 <p>B-2</p>  <p>B-3</p>
7			
8	 <p>A</p>	 <p>B</p>	

Quadro tipológico

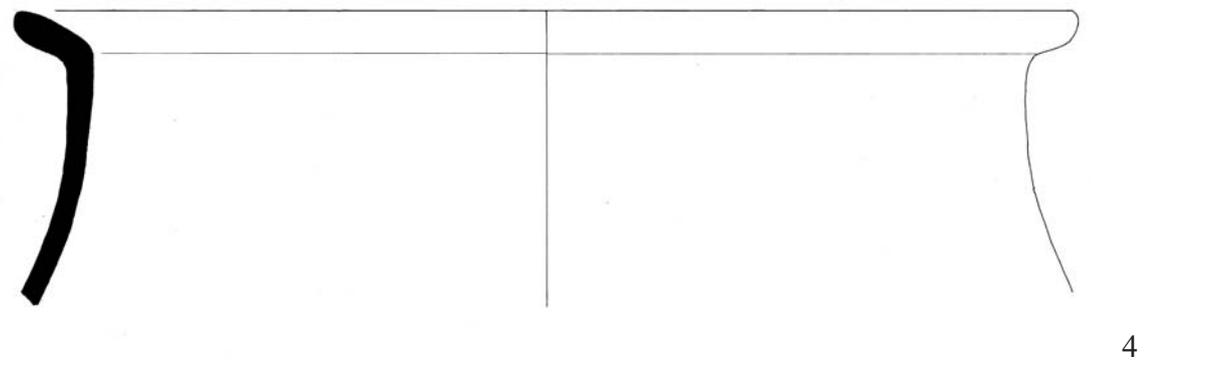
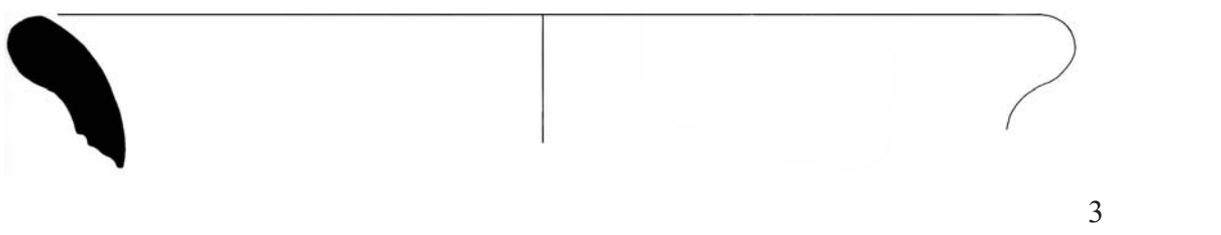
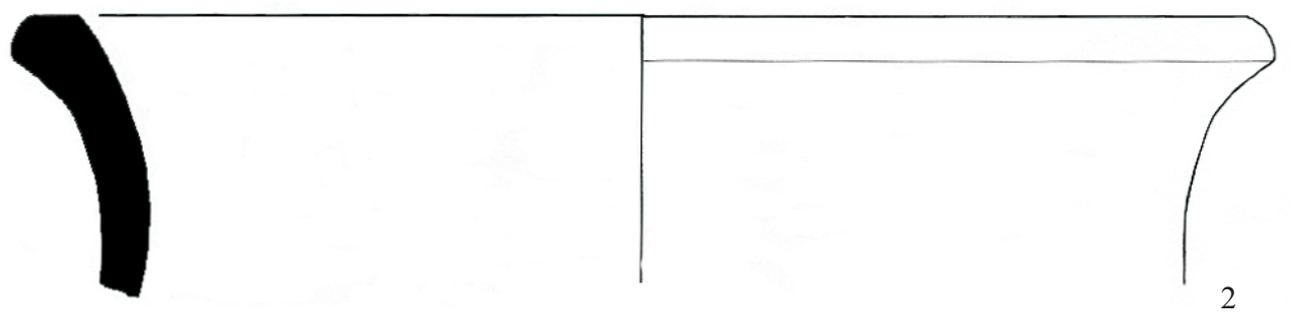
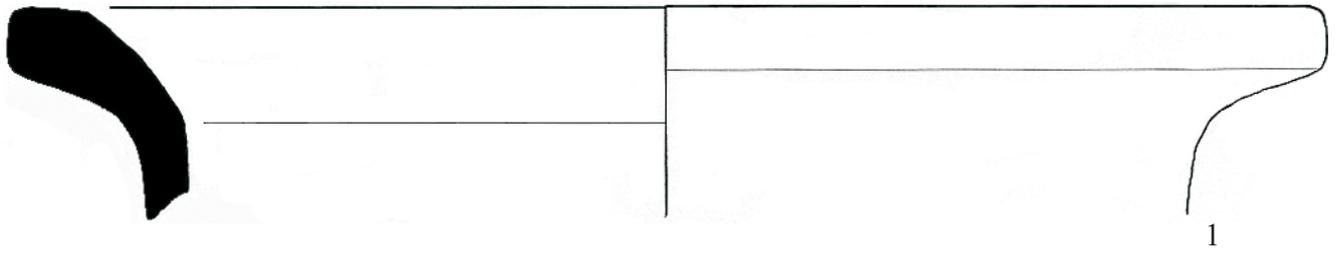


1



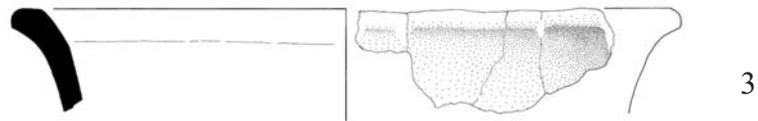
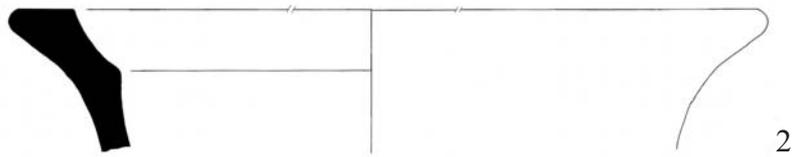
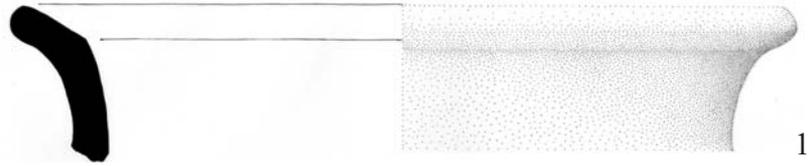
2

Cerâmica manual

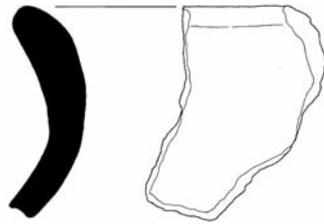


Cerâmica manual





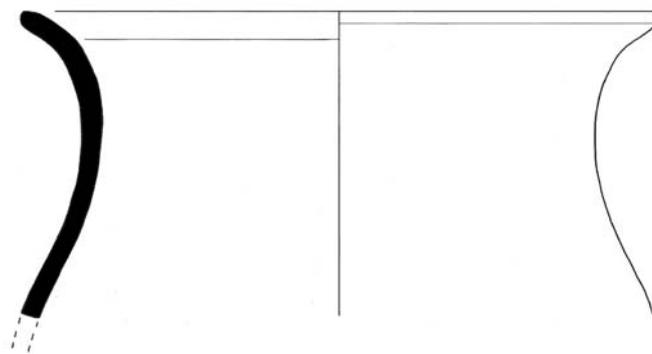
Cerâmica manual



1



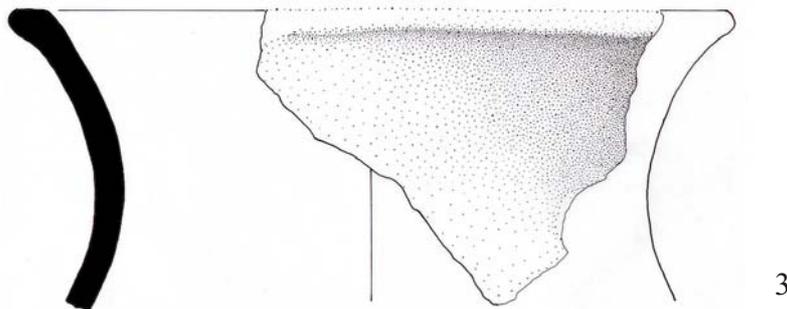
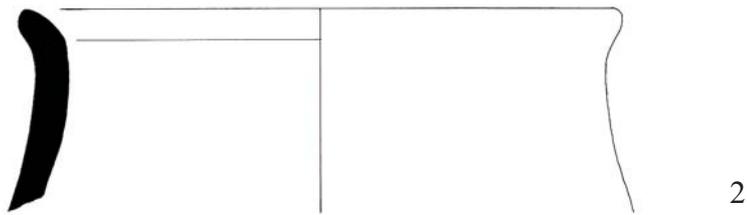
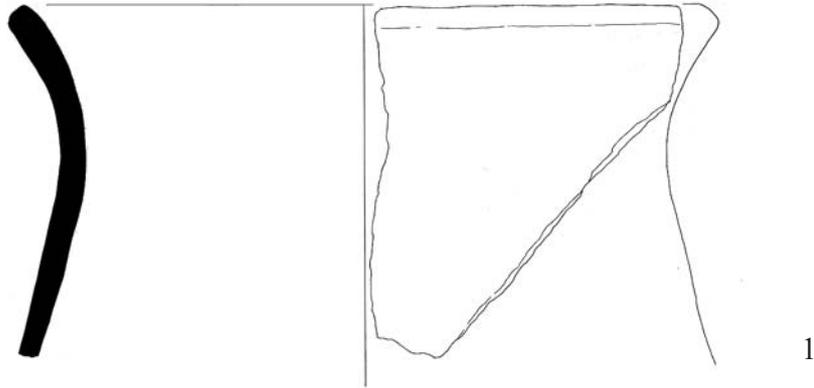
2



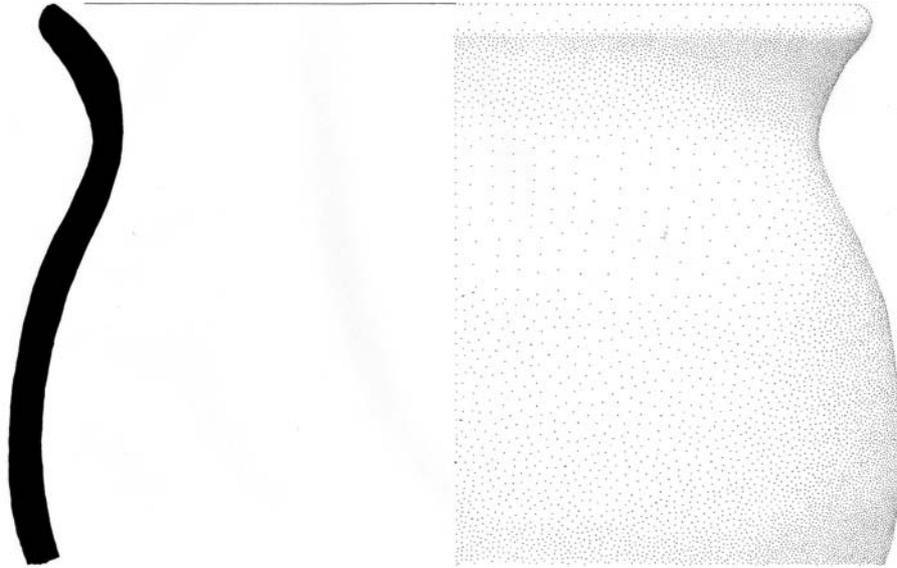
3

Cerâmica manual

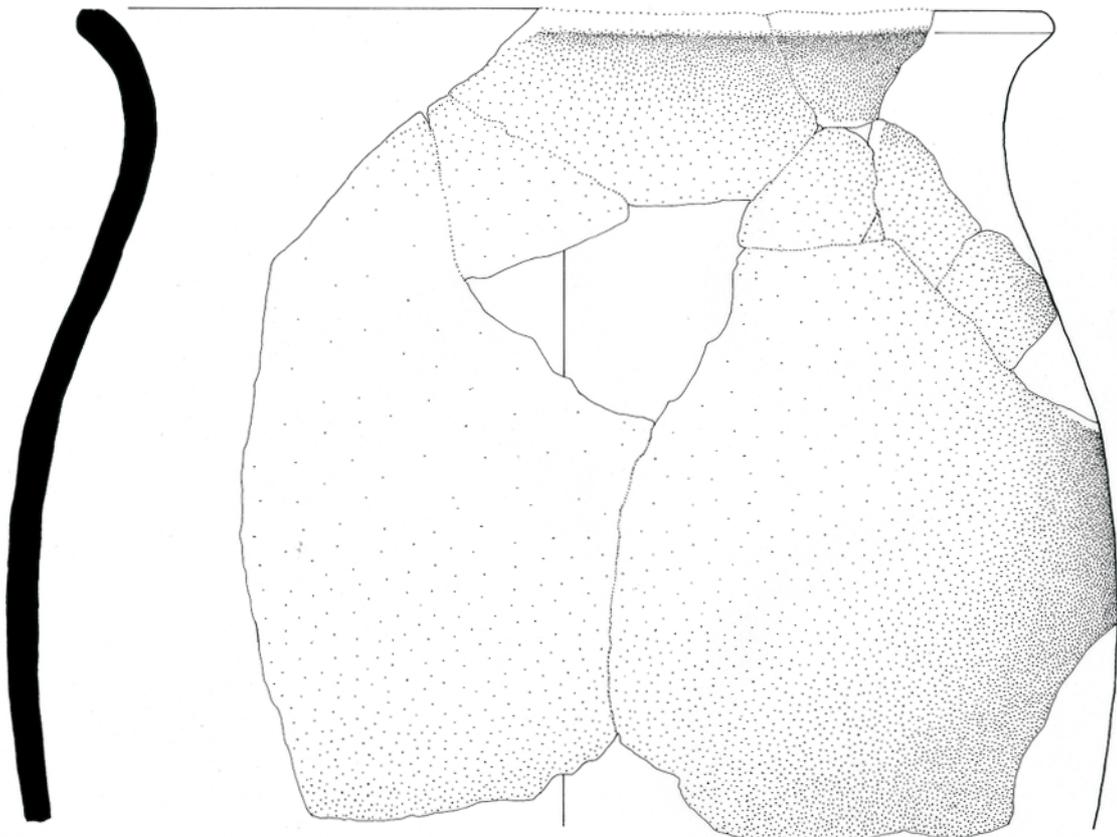




Cerâmica manual



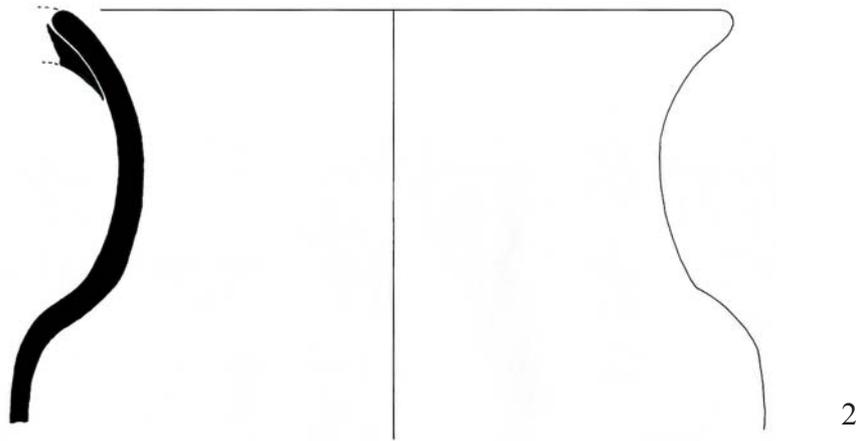
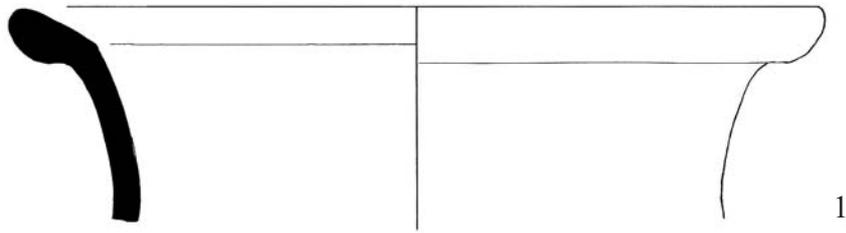
1



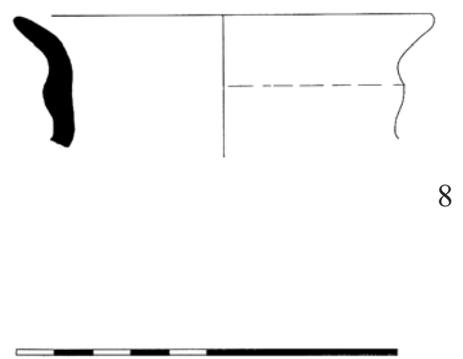
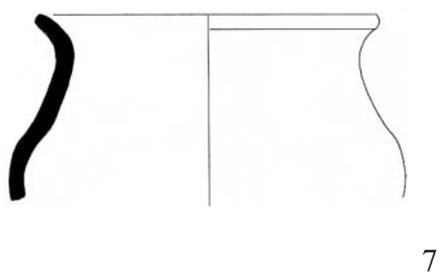
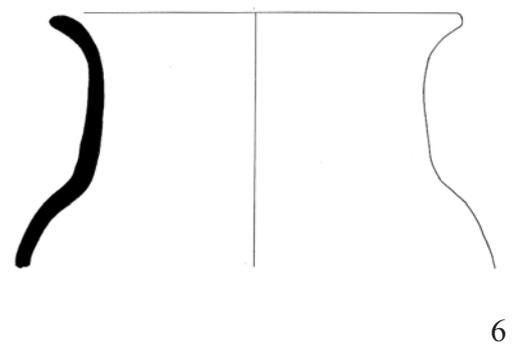
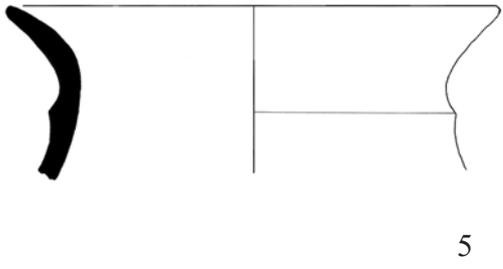
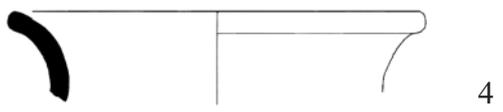
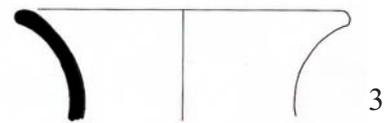
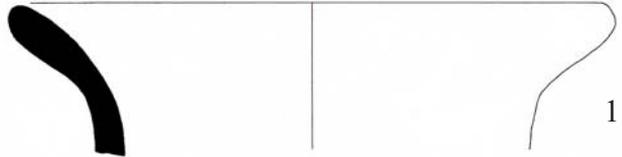
2

Cerâmica manual

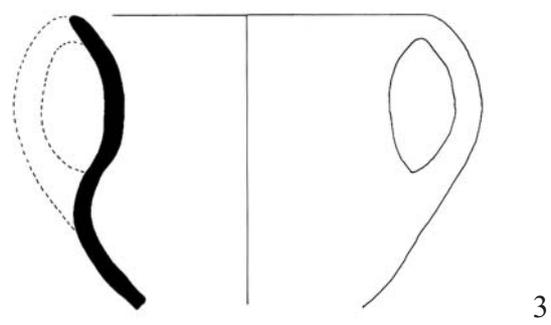
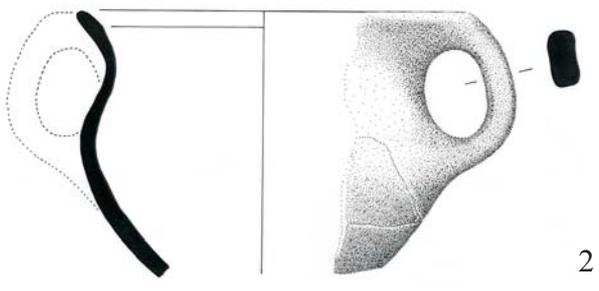
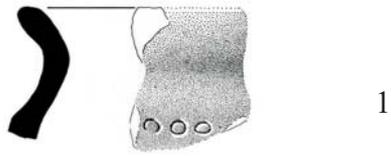




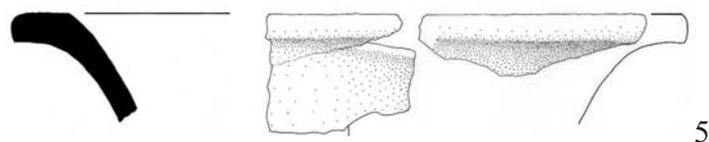
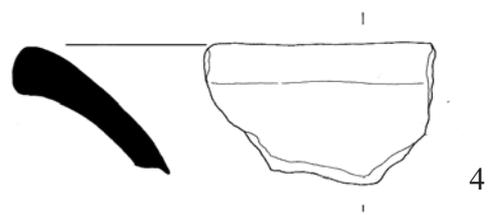
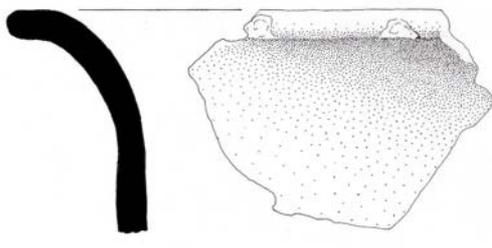
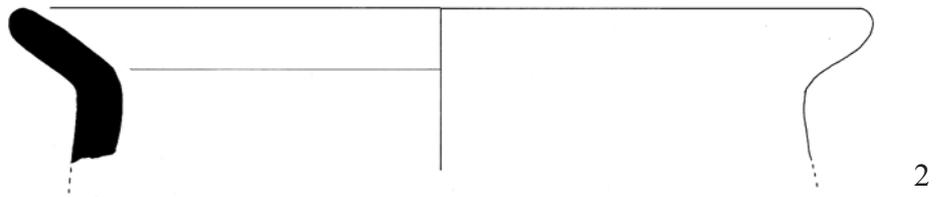
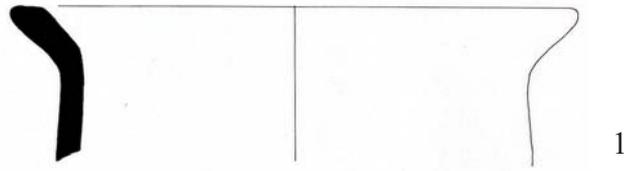
Cerâmica manual



Cerâmica manual

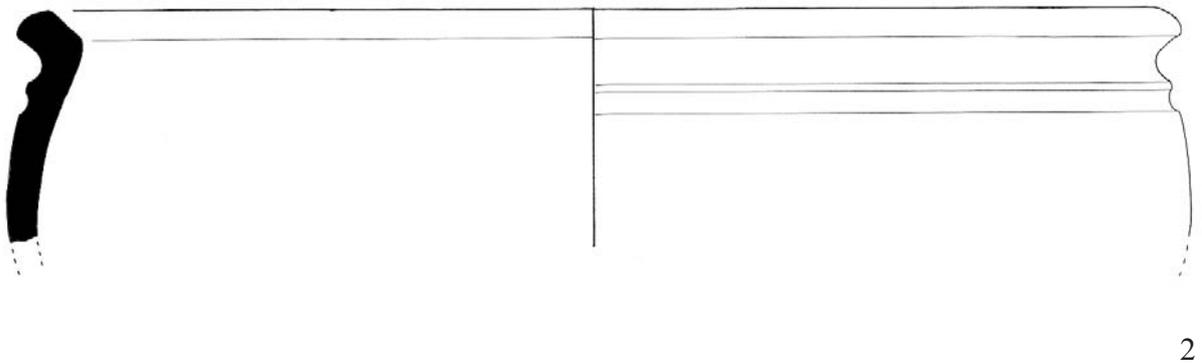
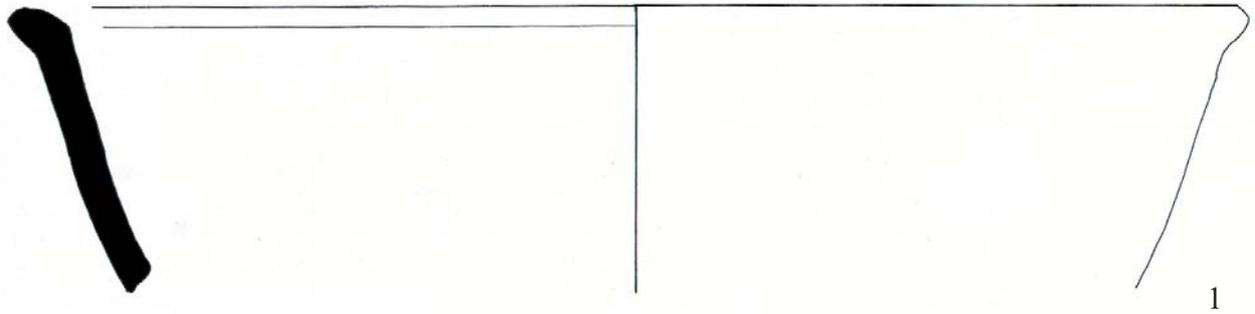


Cerâmica manual



Cerâmica manual





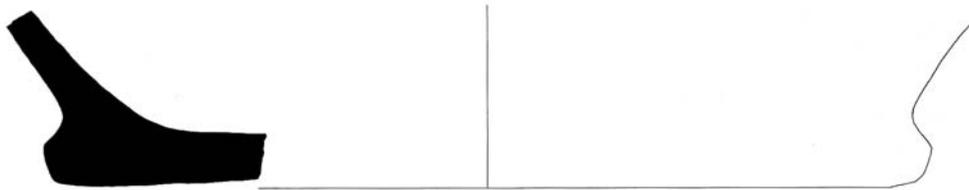
Cerâmica manual



1



2



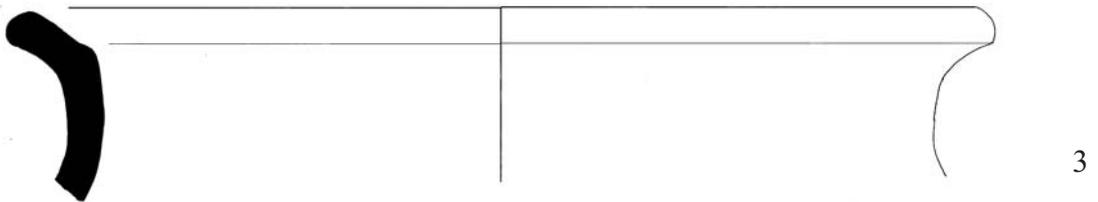
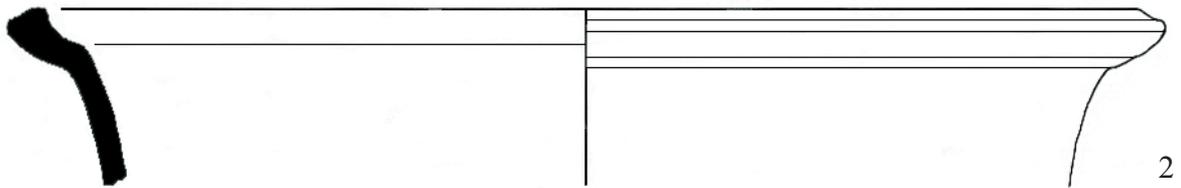
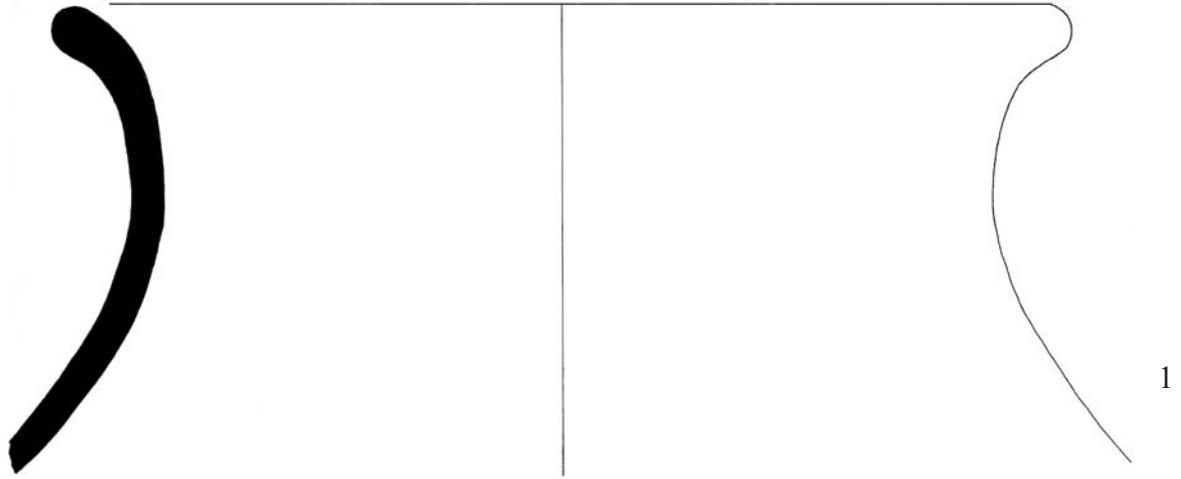
3



4

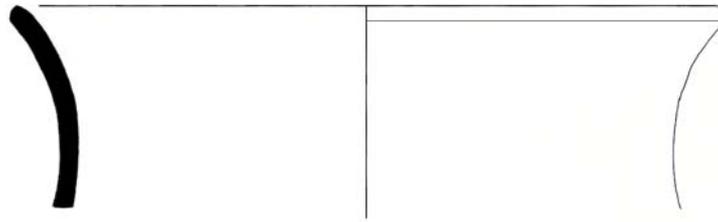


Cerâmica manual

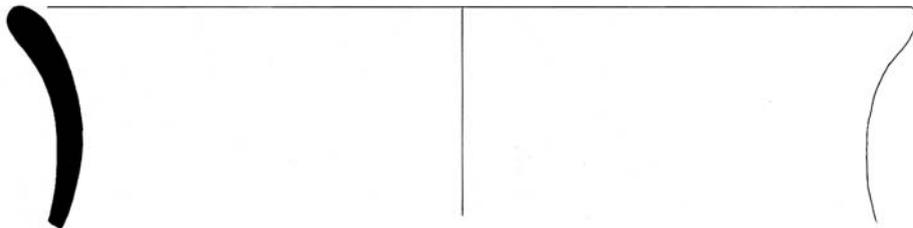


Cerâmica ao torno

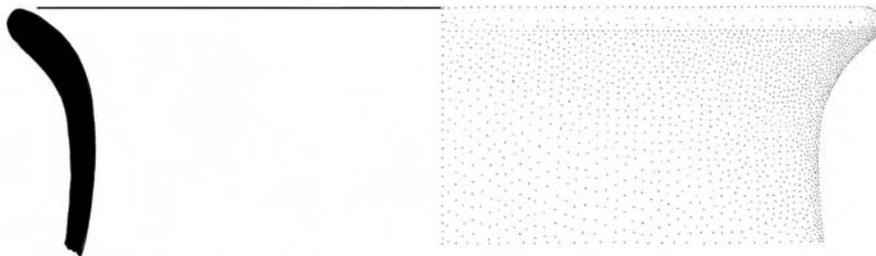
Est. XXIV



1



2



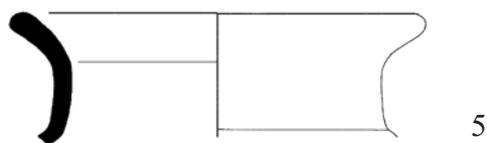
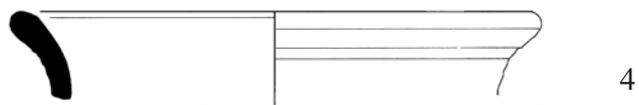
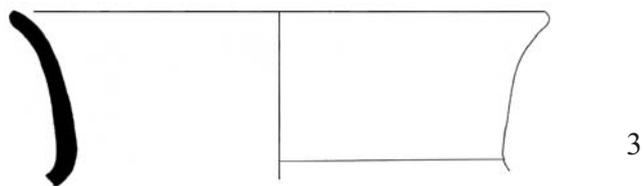
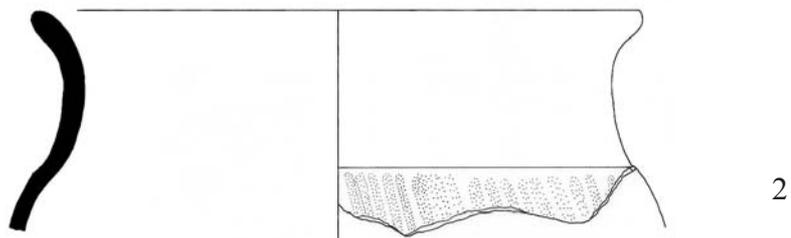
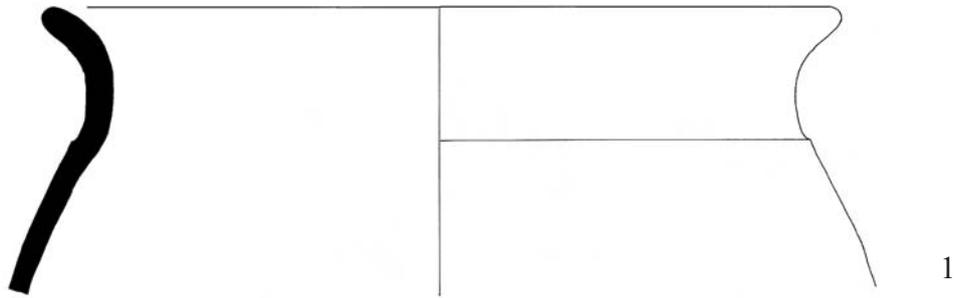
3



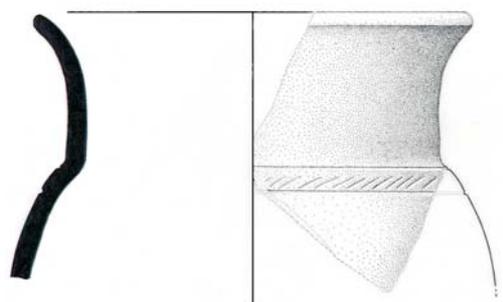
4



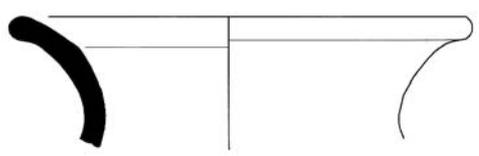
Cerâmica ao torno



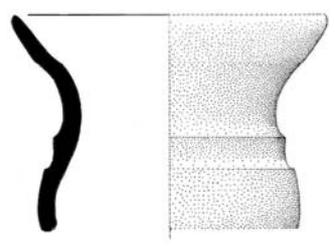
Cerâmica ao torno



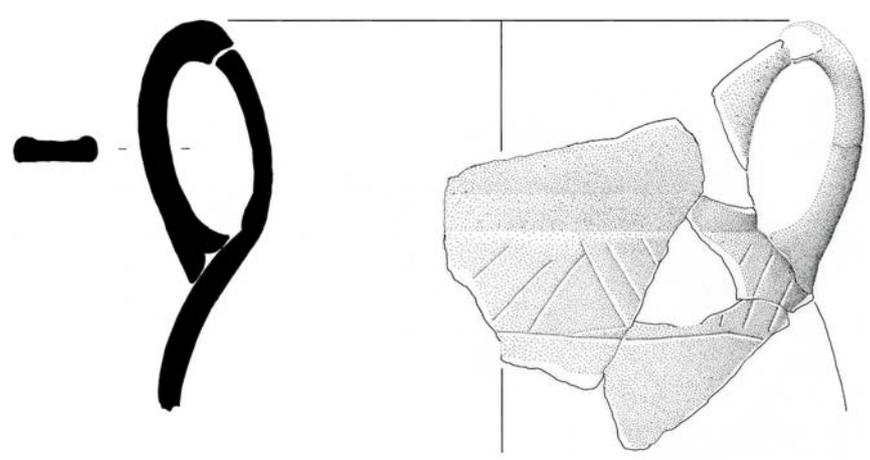
1



2



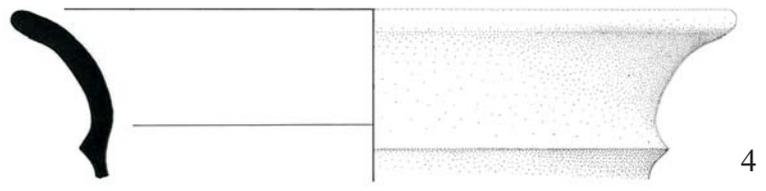
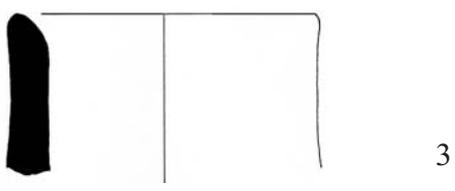
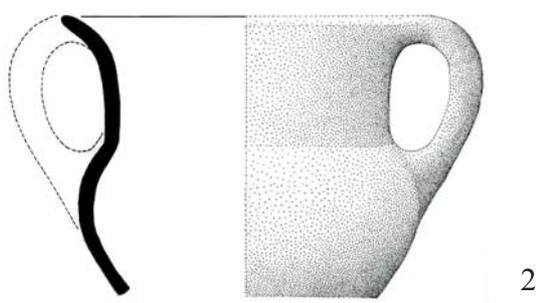
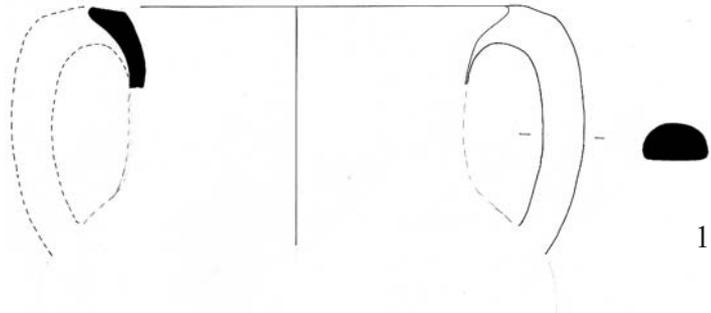
3



4

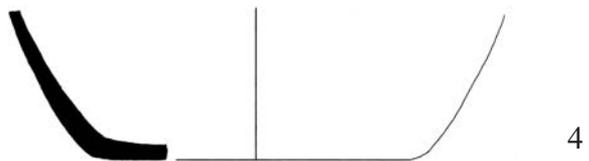
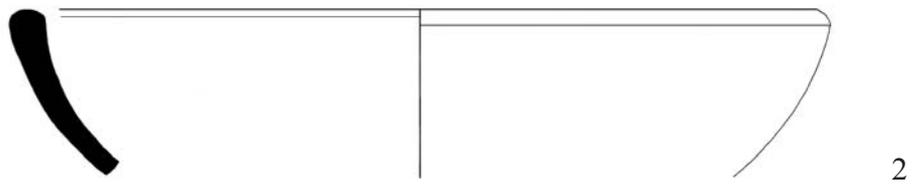
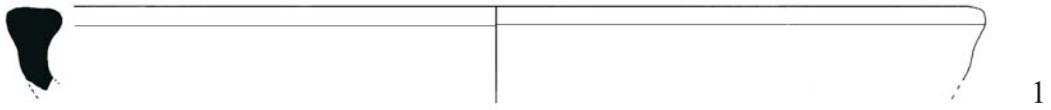


Cerâmica ao torno

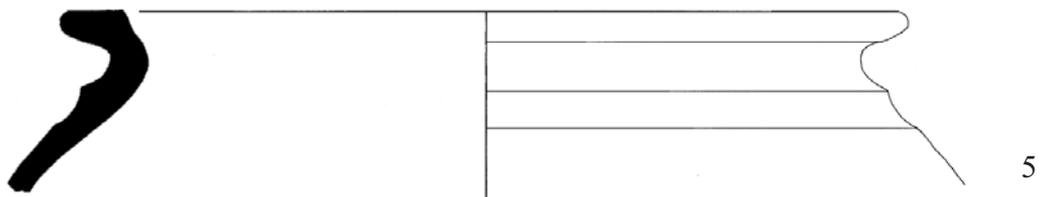
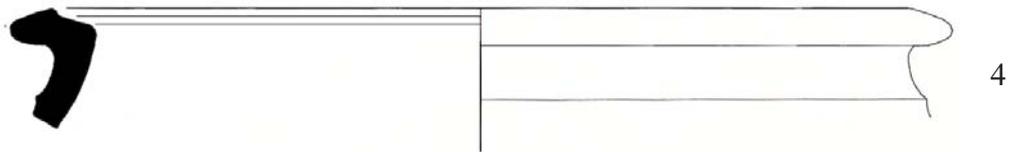
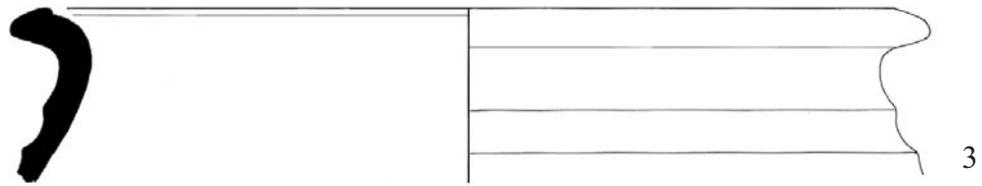
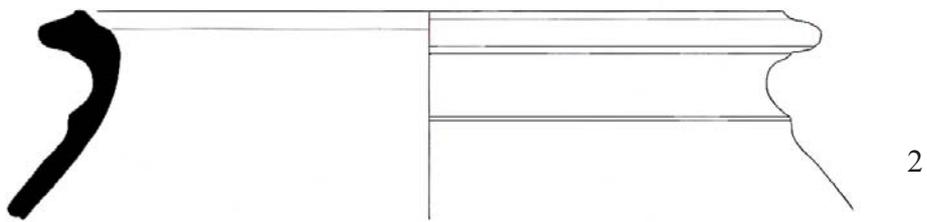
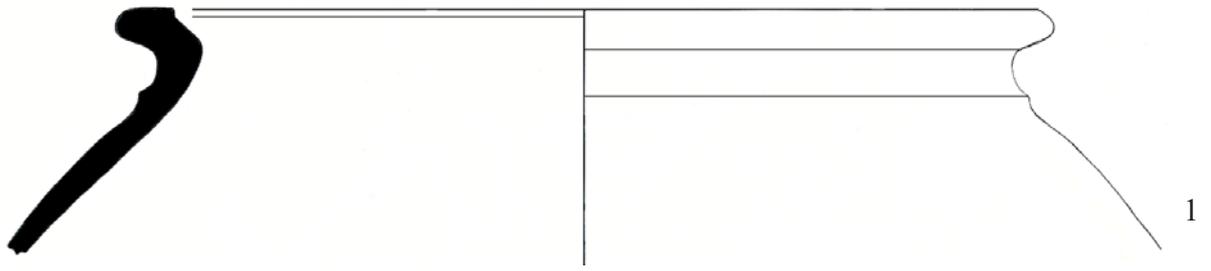


Cerâmica ao torno

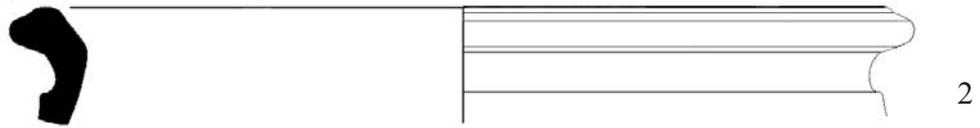
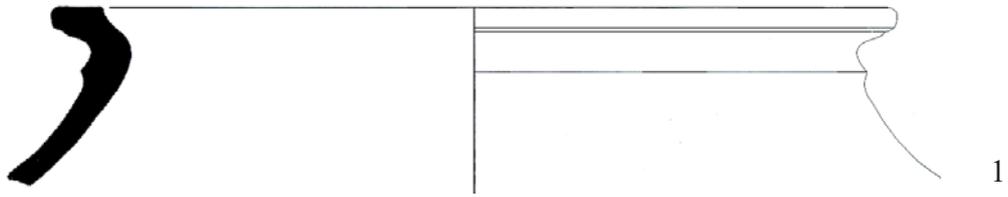
Est. XXVIII



Cerâmica ao torno



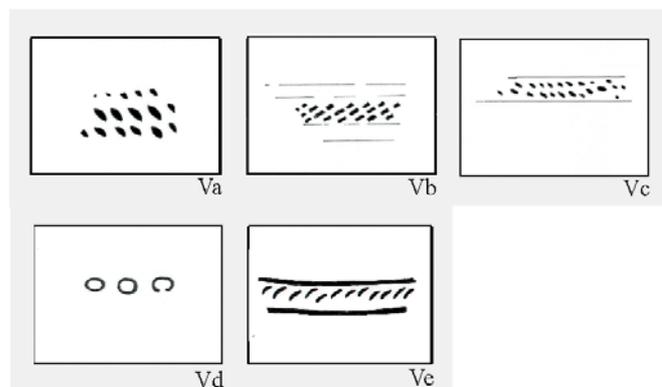
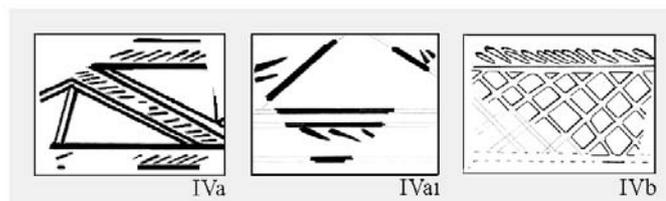
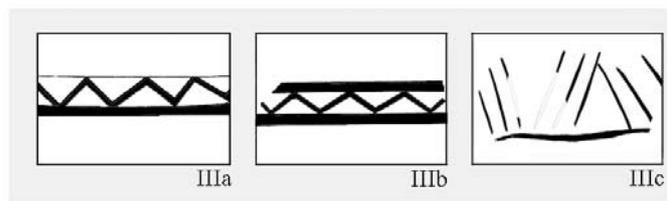
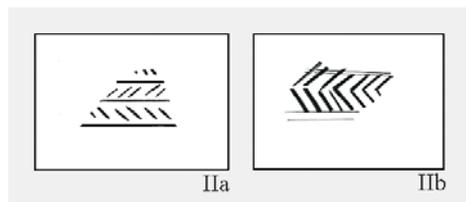
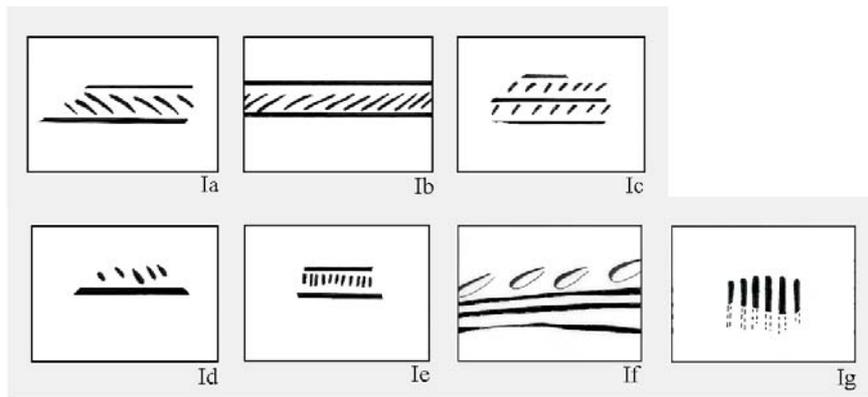
Cerâmica ao torno



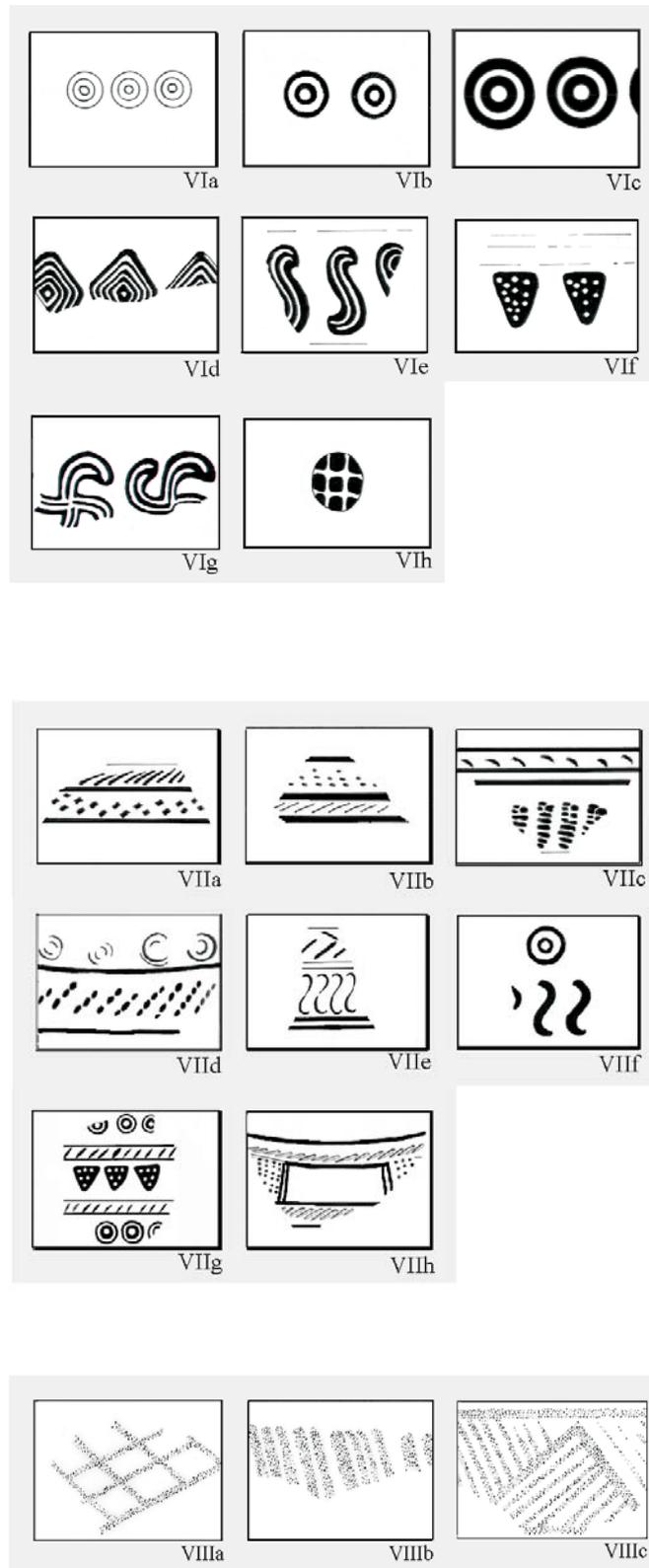
Cerâmica ao torno



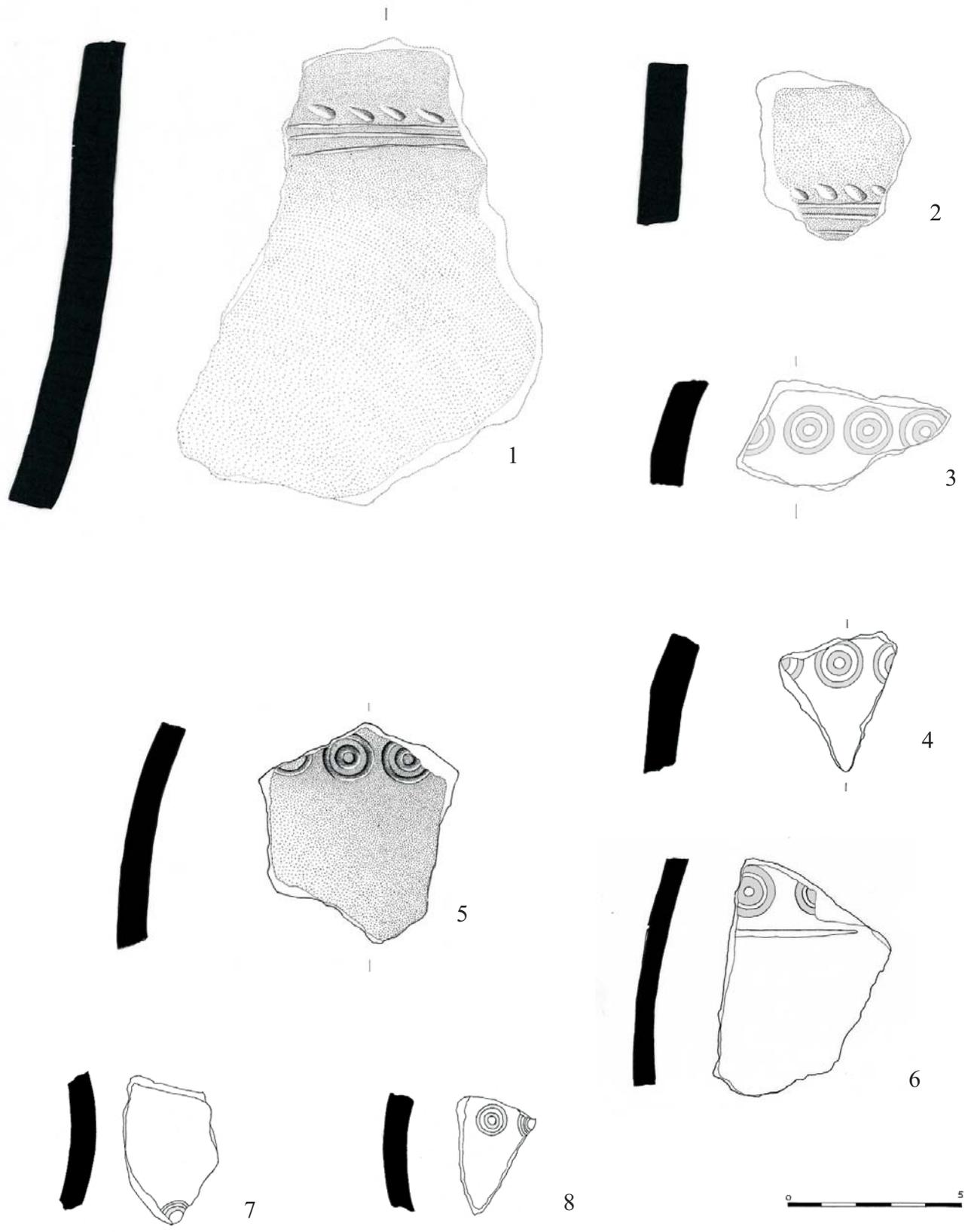
Cerâmica ao torno



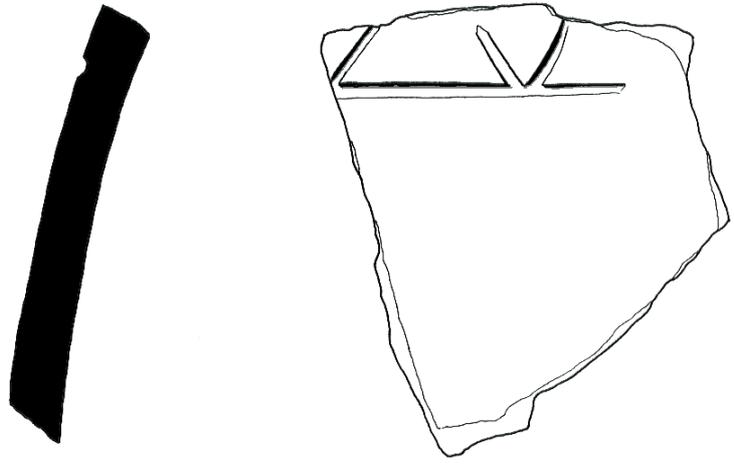
Quadro de motivos decorativos



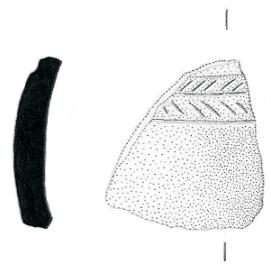
Quadro de motivos decorativos



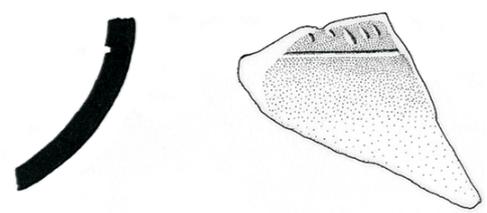
Cerâmica manual



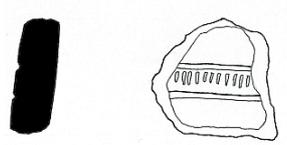
1



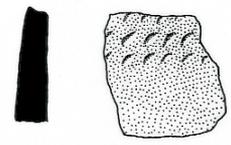
2



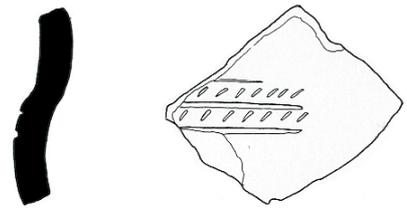
3



4



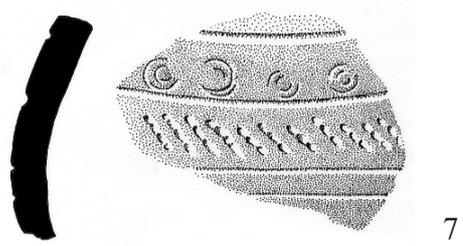
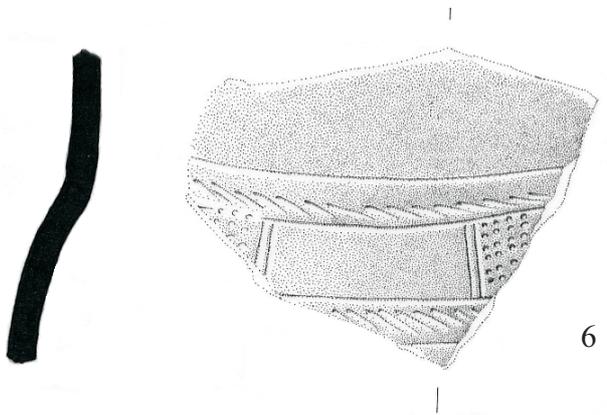
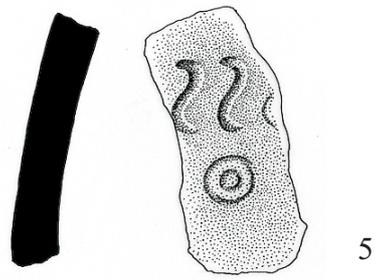
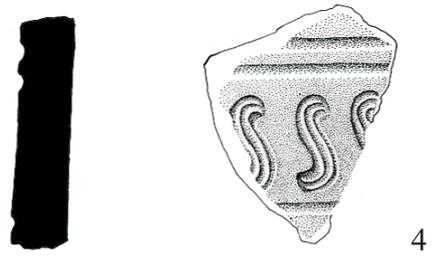
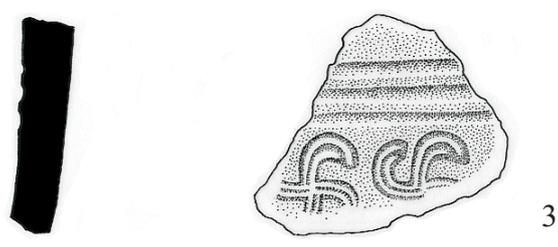
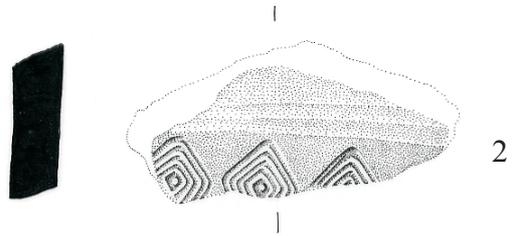
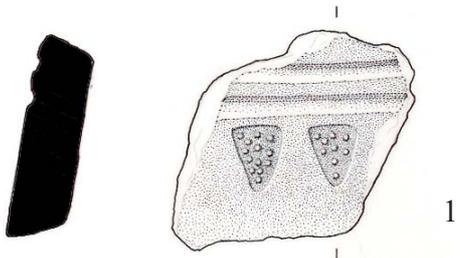
6



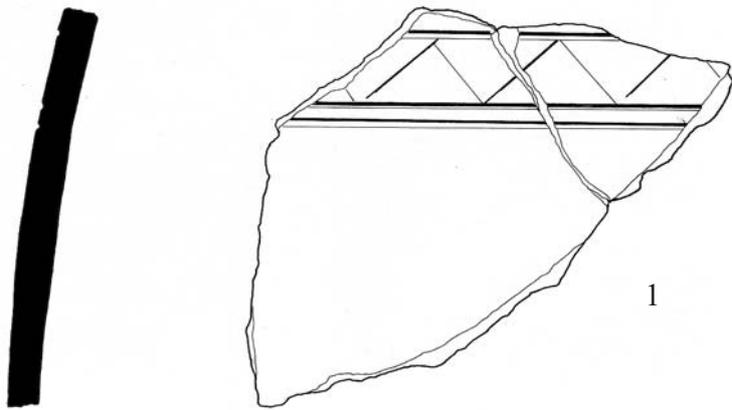
5



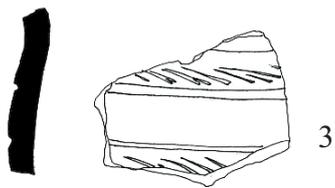
Cerâmica manual



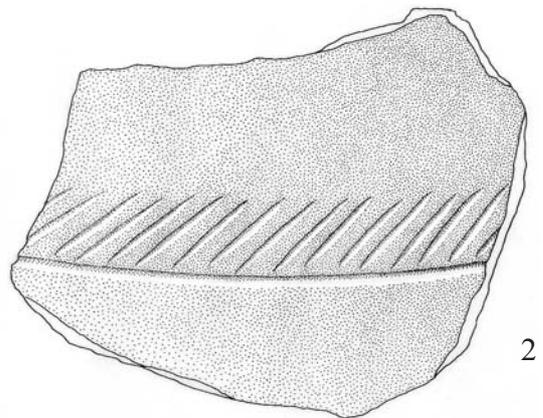
Cerâmica manual



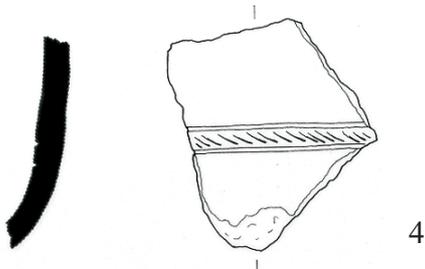
1



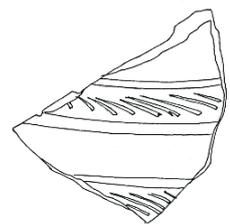
3



2



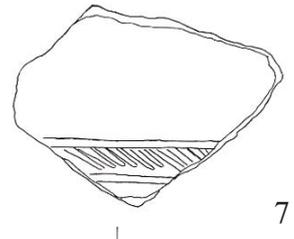
4



5



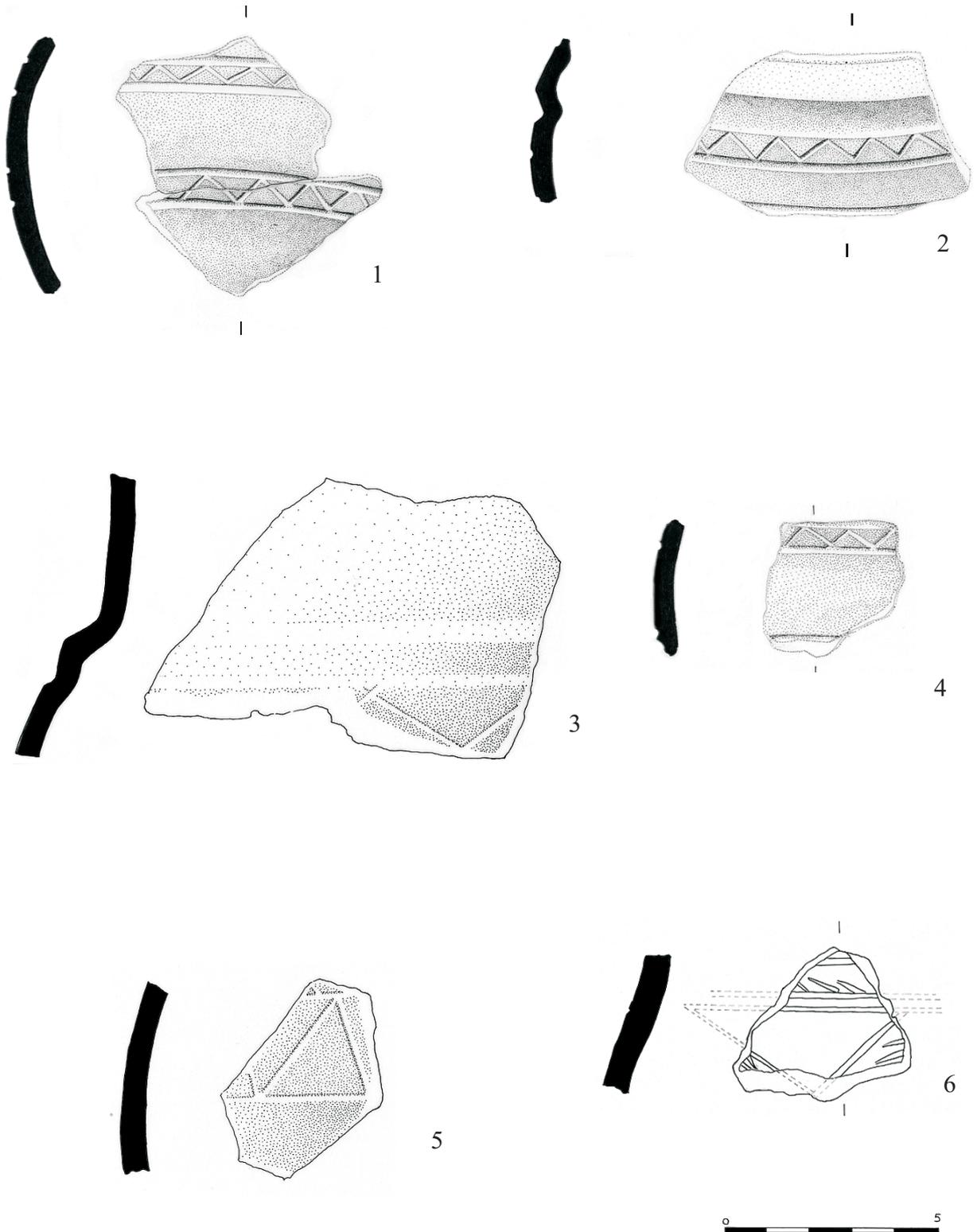
6



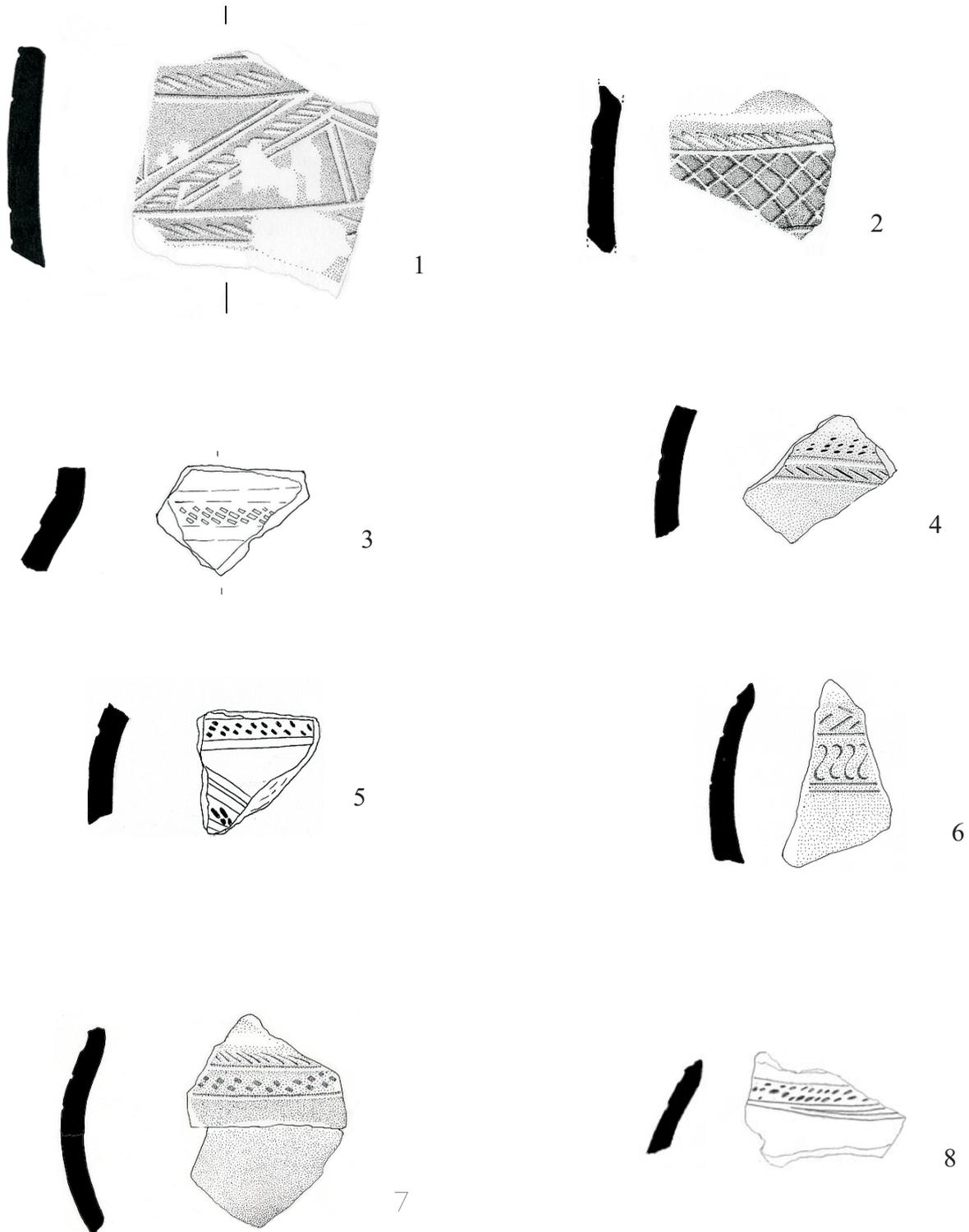
7



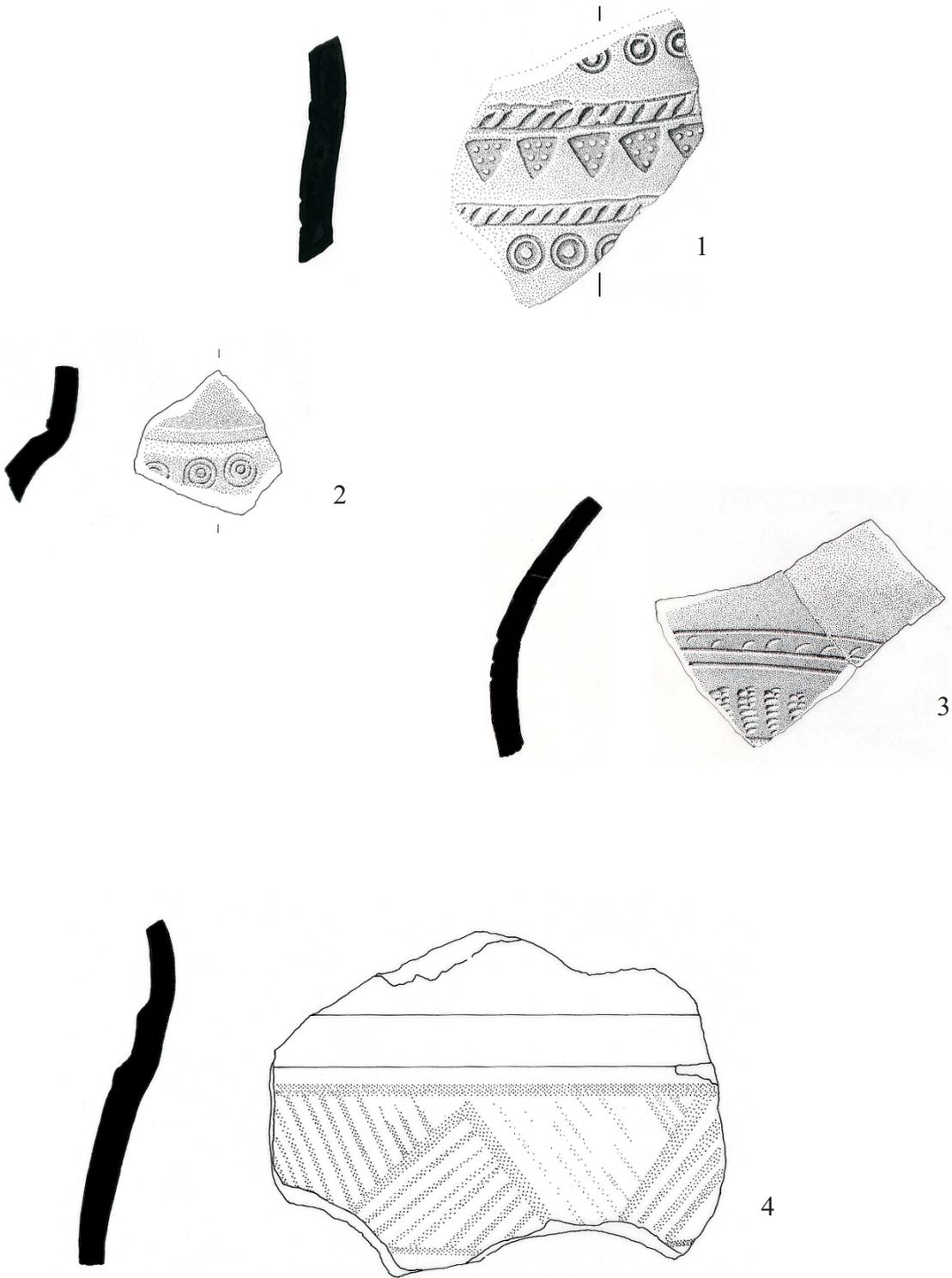
Cerâmica ao torno



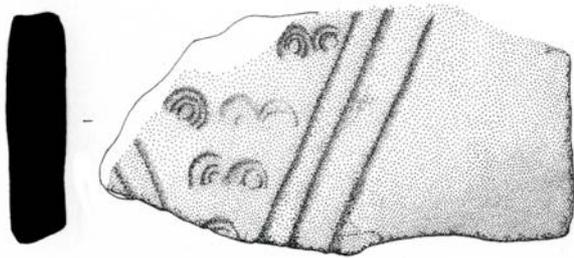
Cerâmica ao torno



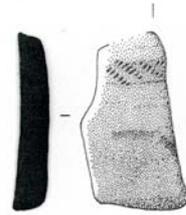
Cerâmica ao torno



Cerâmica ao torno



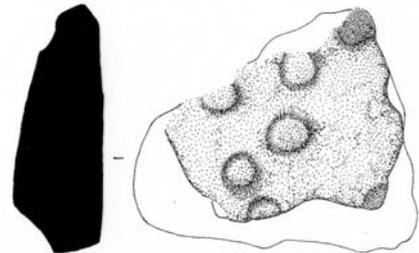
1



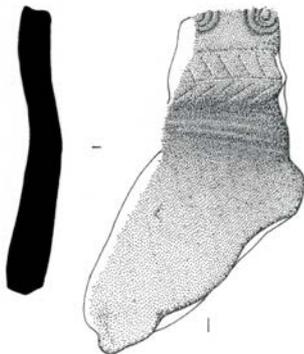
2



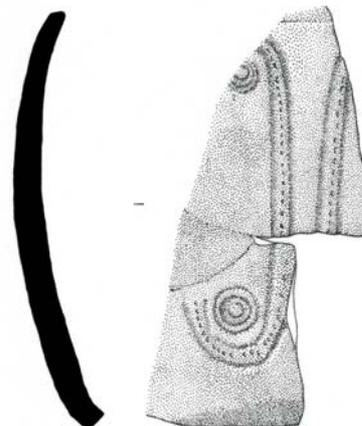
3



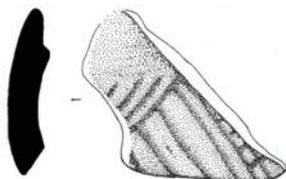
4



5



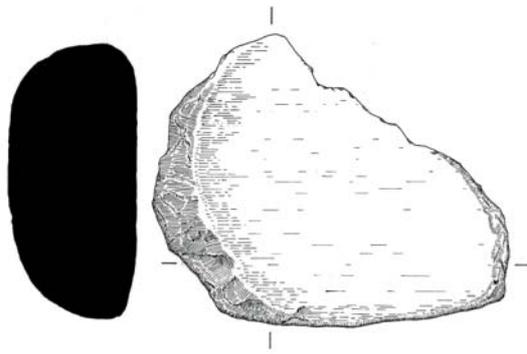
6



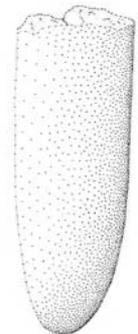
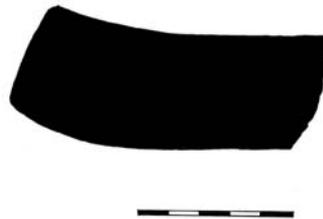
7



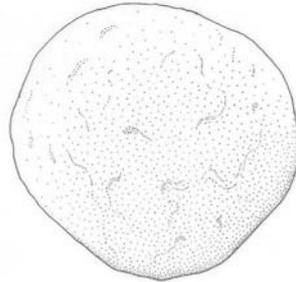
1 a 4 Rua do Comércio, 5 a 7 Mercado 2 de Maio (desenhos de Lília Basílio)



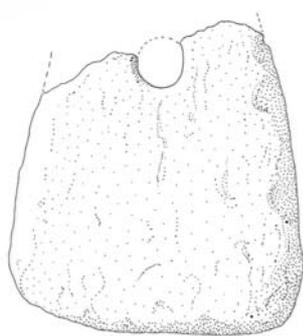
1



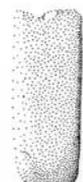
3



2



4

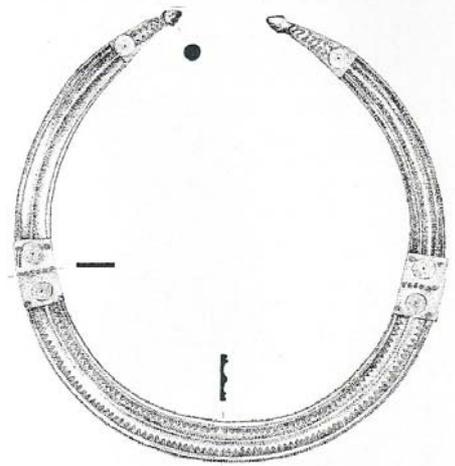


5





1



2



3



4



5

1 (segundo PEDRO, 2000, 150); 2 (segundo SILVA, 1986, Est. CXIX, 3);
3 (segundo PEDRO, 2000, 150); 4 (segundo SILVA, 1986, Est. CIX, 6)



.1. Vista geral do plano final da escavação do MGV.



2. Estrutura 11 e buraco de poste da estrutura 14.



3. Estrutura 12.



4. Estrutura 13.



5. Vista geral da estrutura da rua D. Duarte, em frente ao 58, após a remoção do entulho de pedras.